Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ

MANTENEDORA

INSTITUTO EURO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – EUROAM

MANTIDA

FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA – FAMAZ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2018-2022

BELÉM/PARÁ

JANEIRO - 2018

Mantenedora:

Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia – EUROAM

Mantida:

Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ

Endereço de Funcionamento:

Avenida Visconde de Souza Franco, 72. Bairro Reduto, CEP 66053-000, Belém – PA.

Contatos: (91) 3222-75602

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO 9
2. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL 18
2. 1 A REGIÃO AMAZÔNICA 18
2.2 O ESTADO DO PARÁ 19
2.2.1 História 19
2.2.2 O Pará 23
2.2.3 A Região Metropolitana de Belém (RMB) 26
3. A INSTITUIÇÃO 29
3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 29
3.1.1 Órgãos colegiados – normas gerais, composição e atribuições 30
3.1.2 Órgãos executivos –composição e atribuições 33
3.1.3 Autonomia didático-pedagógica da FAMAZ em relação à mantenedora 37
4. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL 38
4.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA 38
4.2 MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS E VALORES 41
4.3 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS 42
4.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 44
4.4.1 Cursos de Graduação 45
4.4.2 Cursos de Pós-Graduação 47
4.5 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E QUANTIFICAÇÃO DAS METAS 48
5**. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL** 49
5.1 CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS 50
5.1.1 Perfil do (a) Egresso (a) 50
5.1.2 Seleção de Conteúdos 53
5.1.3 Princípios e Diretrizes Metodológicas 55
5.1.4 Processo de Avaliação 60
5.1.5 Inovações Pedagógicas Curriculares 62
5.1.6 Avanços Tecnológicos 66
5.2 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS 69
5.2.1 Metodologia 70
5.2.2 Avaliação para a Aprendizagem 75
5.3 POLÍTICAS ACADÊMICAS DE ENSINO 80
5.3.1 Graduação 81
5.3.2 Pós-Graduação 93
5.3.3 Educação a Distância 96
5.4 POLÍTICAS ACADÊMICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA/PESQUISA 99
5.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO 101
5.5.1 Diretrizes para as Atividades de Extensão 103
5.6 POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO 105
5.6.1 Expansão com Qualidade e Inclusão Social 107
5.6.2 Evasão, Mobilidade e Exclusão 108
5.6.3 Responsabilidade Social 112
5.6.4 Comunicação com a Sociedade 112
5.6.5 Apoio Pedagógico aos (as) Discentes 115
5.6.6 Formas de Acesso 121
6. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO 122
6.1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 123
6.1.1 Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional 123
6.1.2 Projeto de Autoavaliação Institucional (PAI) da FAMAZ 126
6.1.3 Autoavaliação Institucional: participação da comunidade acadêmica 133
6.1.4 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: Análise e Divulgação dos Resultados 134
6.1.5 Elaboração do Relatório de Autoavaliação 136
7. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 138
7.1 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E QUANTIFICAÇÃO DAS METAS 138

7.1.1 Metas e Quadros das Ações Institucionais
7.2 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS ATIVIDADES DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO 142
7.2.1 Plano de Desenvolvimento dos Cursos de Graduação – (2018 a 2022) 142
7.2.2 Plano de Desenvolvimento dos Cursos de Graduação – Educação à Distância (EaD) (2018- 2022) 149
7.2.3 Plano de Desenvolvimento dos cursos de Pós Graduação (2018 a 2022) 150
7.3 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS PRÁTICAS DE EXTENSÃO
7.4 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS ATIVIDADES DE PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL 151
7.4.1 Plano de Desenvolvimento de Programas de Iniciação Científica/Pesquisa 152
7.5 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS: DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL 154
7.6 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 155
7.7 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: INCLUSÃO SOCIAL 156
7.8 COERÊNCIA ENTRE PDI E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL 158
8. POLÍTICAS ACADÊMICAS 160
8.1 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO 160
8.1.1 Objetivos 160
8.1.2 Competências 161
8.1.3 Diretrizes Pedagógicas 165
8.1.4 Metodologia 166
8.1.5 Avaliação para a Aprendizagem 170
8.1.6 Seleção de Conteúdos 175
8.1.7 Princípios e Diretrizes Metodológicas 176
8.2 IMPLEMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO 180
8.3 IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO 186
8.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) 190
8.5 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICOS-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU 191
8.5.1 Ações Acadêmicos-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu 192
8.6 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL 193
8.7 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EXTENSÃO 196
8.8 PROGRAMA DE APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS, EXTERNOS E À PRODUÇÃO DISCENTE 198
8.9 ATUAÇÃO DOS (AS) EGRESSOS (AS) DA IES NO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO 199
8.10 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL 200
9. POLÍTICAS DE GESTÃO 201
9.1 CORPO DOCENTE 201
9.1.1 Composição do Corpo Docente e Acesso 201
9.1.2 Plano de Carreira Docente 202
9.1.3 Política de Formação e Capacitação Docente 203
9.1.4 Apoio didático aos (as) docentes 204
9.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 205

9.2.1 Formação do Corpo Técnico-Administrativo 206
9.2.2 Plano de Cargos e Salários 207
9.2.3 Política de Formação e Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo 207
9.3 GESTÃO INSTITUCIONAL 208
9.3.1 Organização Administrativa 208
9.3.2 Autonomia da IES em relação à Mantenedora 209
9.3.3 Políticas de Administração/Gestão 209
9.4 SISTEMA DE REGISTRO ACADÊMICO 212
9.5 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 213
9.6 RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FINANCEIRO (ORÇAMENTO) E A GESTÃO INSTITUCIONAL 215
9.7 COERÊNCIA ENTRE PLANO DE CARREIRA E A GESTÃO DO CORPO DOCENTE 217
9.8 COERÊNCIA ENTRE O PLANO DE CARREIRA E A GESTÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 218
10. INFRAESTRUTURA FÍSICA 218
10.1 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS 219
10.1.1 Salas de Aula 220
10.1.2 Auditório 220
10.1.3 Sala de Professores (as) 221
10.1.4 Espaços para Atendimento aos (as) Alunos (as) 221
10.1.5 Infraestrutura para CPA 222
10.1.6 Gabinetes/Estações de Trabalho para Professores (as) em Tempo Integral (TI) 223
10.1.7 Instalações Sanitárias 223
10.1.8 Biblioteca 224
10.1.9 Salas de Apoio de Informática ou Infraestrutura equivalente 233
10.1.10 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação 235
10.2 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: INFRAESTRUTURA FÍSICA 236
10.3 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: SERVIÇOS 237
10.3.1 Laboratório de Saúde I 238
10.3.2 Laboratórios de Saúde II 239
10.3.3 Laboratório de Saúde III 239
10.3.4 Laboratório de Saúde IV 239
10.3.5 Laboratório de Saúde V 239
10.3.6 Laboratório de Saúde VI 239
10.3.7 Laboratório de Saúde VII 240
10.3.8 Laboratório de Saúde VIII 240
10.3.9 Laboratório de Física Experimental 240
10.3.10 Laboratório de Desenho II 240
10.3.11 Laboratório de Radiologia e Processamento Radiográfico 241
10.3.12 Laboratório de Projeto e Conforto ambiental 241
10.3.13 Laboratório Morfofuncional I e II 241
10.3.14 Laboratório Anatomia – peças molhadas 242
10.3.15 Habilidades clínicas I e II 243
10.3.16 Laboratório de Habilidades Cirúrgicas e Cirurgia Experimental 244
10.3.17 Laboratório de Simulação Realística 244
10.3.18 Laboratório de Motricidade Humana (LAMHU) e Laboratório de atividade física e Musculação (LAFIM) 245
10.3.19 Laboratório de Fisiologia do Exercício (LAFEX) 245
10.3.20 Laboratório de Hidráulica 245
10.3.21 Laboratório de Materiais 246
10.3.22 Laboratório de Desenho I 246
10.3.23 Ambulatório de Especialidades Médicas 246
10.4 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO 247
11. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS 248

LISTA DE TABELAS

p.

Tabela 1. Dados Gerais do Pará. 25

Tabela 2. Economia do Estado do Pará. 25

Tabela 3. Distribuição da População da Região Metropolitana de Belém. Ano base 2012. 26

Tabela 4. Cursos de Graduação, modalidade Bacharelado ofertados na FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017. 45

Tabela 5. Modalidade, Grau e Eixo Tecnológico dos Cursos Superiores de Tecnologia ofertados na FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017. 46

Tabela 6. Situação atual dos cursos de graduação ofertados em atividade, da modalidade Educação Presencial, ofertados pela FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017. 46

Tabela 7. Situação atual dos cursos de pós-graduação ofertados em atividade, da modalidade Educação Presencial, ofertados pela FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017. 47

Tabela 8. Cursos de Graduação, modalidade Bacharelado, ofertados pela FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017. 139

Tabela 9. Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela IES. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017. 141

Tabela 10. Expansão de cursos de graduação previstos para o período 2018-2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017. 142

Tabela 11. Metas e ações institucionais para o período 2018-2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 143

Tabela 12. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2017. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 143

Tabela 13. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2018. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 144

Tabela 14. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2019. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 145

Tabela 15. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2020. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 146

Tabela 16. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2021. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 146

Tabela 17. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017. 147

Tabela 18. Expansão de cursos de pós-graduação *Lato sensu*, modalidade Presencial, prevista para o período 2018-2022, com periodicidade semestral. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 150

Tabela 19. Expansão de cursos de extensão, modalidade Presencial, previstas para o período 2018-2022, com periodicidade anual. Faculdade Metropolitana da 151

Amazônia, FAMAZ, 2016.
Tabela 20. Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* presenciais com turmas ativas no ano de 2016. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 192
Tabela 21. Metas de apoio didático aos docentes para o período 2018 – 2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 205
Tabela 22. Demonstrativo Financeiro projetado para o período de 2018-2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016. 216

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) vivencia neste momento de transformação da organização acadêmica para Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), a significativa oportunidade de prosseguir o projeto de consolidar uma Instituição de Educação Superior (IES) competente e comprometida com os padrões de qualidade do Ministério da Educação (MEC), contemplando as dimensões que integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022 foi construído coletivamente, com ampla participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, discutido e aprovado pelo Conselho Superior, estando em consonância com a legislação da educação superior, os atos normativos do MEC e do Conselho Nacional de Educação (CNE), especialmente às prerrogativas da Lei nº 9.394/1996[1] (LDB), Decreto nº 5.773/2006[2], Lei nº 10.861/2004[3], Decreto nº 2.494/1998[4], Decreto nº 5.224/2004[5]; Portaria MEC nº 1.466/2001, Portaria MEC nº 2.253/2001, Portaria MEC nº 3.284/2003, Portaria MEC nº 7/2004, Portaria MEC nº 2.051/2004[6], Portaria MEC nº 4.361/2004, Portaria Normativa nº 1/2007, Portaria Normativa nº 2/2007, Resolução CES/CNE nº 2/1998, Resolução CNE/CP nº 1/1999, Resolução CES/CNE nº 1/2001, Resolução CP/CNE nº 1/2002[7] (Art.7º) e Parecer CES/CNE nº 1.070/1999[8].

A opção institucional pela construção coletiva do PDI fundamenta-se no entendimento de que, somente por esta via, é possível a apreensão das necessidades e expectativas institucionais, as quais, incorporadas como elementos constitutivos deste PDI, transformaram-se em metas e planos de ações, possibilitando o delineamento da trajetória institucional, no quinquênio previsto para o alcance de suas finalidades institucionais com consciência coletiva.

---

[1] Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[2] Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
[3] Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.
[4] Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96).
[5] Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.
[6] Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.
[7] Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
[8] Critérios para autorização e reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior.

Registra-se que os PDI anteriores e os relatórios de autoavaliação elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), juntamente com os produtos da realização das reuniões intersetoriais nortearam o processo de construção deste documento, visando garantir a continuidade dos elementos constitutivos dos PDI anteriores, os quais tiveram destaque durante a trajetória de expansão institucional, a saber: qualidade, ética, responsabilidade socioambiental, cidadania e a inclusão social.

Cada segmento acadêmico – docentes, discentes e funcionários (as) do corpo técnico-administrativo – é convocado a tomar conhecimento do PDI 2018-2022, que apresenta todos os elementos constitutivos previstos na legislação, com destaque para o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), e expressa os compromissos da FAMAZ junto à sociedade por meio da missão e visão institucional; dos objetivos, metas e ações relacionadas ao ensino, extensão, iniciação científica/pesquisa; das políticas de expansão dos serviços educacionais ofertados, sem descuidar de suas responsabilidades sociais, promovendo a formação competente de seus estudantes e a capacitação dos colaboradores; das ações de promoção e prevenção da saúde; da cultura da comunidade acadêmica; bem como, da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

É válido ressaltar que fora realizado avaliação dos objetivos e metas descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2017, foram alcançadas em sua integralidade.

Esta base epistemológica contribuirá para o avanço do desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem interdisciplinar, formando profissionais egressos dos cursos superiores com o perfil exigido para o enfrentamento dos desafios complexos do século XXI, que se caracterizam, sobretudo, pelo domínio da articulação dos saberes e do exercício profissional ético e cidadão.

O documento encontra-se consolidado, mas inconcluso por natureza; flexível e aberto na essência. Assim, A FAMAZ, por meio da implementação dos postulados expressos neste PDI, declara o compromisso com a educação superior de qualidade, o desenvolvimento regional e com as políticas nacionais de democratização do acesso à educação superior, por meio da oferta, produção e divulgação do conhecimento, com planejamento, organização e excelência.

Prof.(a). Me(a) Adriana Letícia Barbosa dos Santos
Diretora Geral
FAMAZ

1. INTRODUÇÃO

Na Faculdade Metropolitana da Amazônia, o Plano de Desenvolvimento Institucional constitui-se em um instrumento de planejamento, gestão e controle de suas ações programadas e de seu desenvolvimento global. O PDI é uma exigência do Decreto Federal Nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que exige documentos e comprovações das IES, junto ao Ministério de Educação, para que mediante credenciamento, exerçam suas funções na área da educação superior. Esta normativa legal dispõe ainda sobre a regulação, supervisão e avaliação das IES e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de educação superior no país.

Este PDI concebe que a identidade de uma IES, como a de qualquer outra organização social, é construída no trabalho diuturno, isto é, com a reflexão da prática, pelos mais diversos mecanismos possíveis, que de sua identidade emerge, como resultado das variadas atividades existentes. Ainda assim, é possível projetar. Pensar o futuro implica assumir as bases do conhecimento, em seus princípios fundamentais, e igualmente, implica estabelecer os fins a serem perseguidos. Nesse sentido, assume-se como fim das diversas atividades, a contribuição para a consolidação de sujeitos competentes para o convívio social. Registra-se que as ações da comunidade acadêmica se orientam para que o (a) egresso (a) seja um (a) agente transformador (a) de seu meio, agindo pautado na ética e na democracia.

A FAMAZ busca cumprir com a sua finalidade primeira – de desenvolver as funções de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento, mediante a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, em consonância com as diretrizes curriculares do Ministério da Educação e à demanda regional, buscando ser parceiro do desenvolvimento cultural, educacional e socioeconômico da Amazônia, implementando cursos e programas de nível superior, como resposta ágil e competente às necessidades da comunidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional é abrangente, alcançando as funções de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão, além de manter informações sobre a sua totalidade, gerando conhecimento para a tomada de decisão dos (as) dirigentes da FAMAZ, em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados, no que concerne a sua consciência pedagógica e a capacidade profissional de seus (suas) egressos (as).

O PDI 2018-2022 obedece a uma concepção de posicionamento e ações estratégicas que orientam e subsidiam metas e ações específicas, como: planos e melhorias para a

graduação e pós-graduação, corpo docente e discente, biblioteca, infraestrutura física, planos de melhorias da iniciação científica/pesquisa, extensão, cultura e garantia da autorregulação institucional.

Por outro lado, a avaliação institucional da FAMAZ, realizada de forma periódica e sistemática, adota tanto o caráter quantitativo como o qualitativo, fazendo opção por métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da IES. São utilizados instrumentos diretos e indiretos de pesquisa que possibilitam um diagnóstico institucional, permitindo avaliar sua qualidade acadêmica. Os resultados das avaliações externas são apropriados pela Comissão Própria de Avaliação para análise e propostas de estratégias, metas e ações para correção dos possíveis pontos fracos observados e para o fortalecimento dos aspectos positivos. Os resultados das avaliações internas e externas são sistematizados e consolidados pela CPA.

As diretrizes que norteiam o PDI constituem a base para a formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados. Esses projetos visam a ampliar o espaço de interlocução da FAMAZ com a sociedade, particularmente nos campos da educação, saúde e cultura, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão para o atendimento às demandas sociais. São implementadas políticas acadêmicas de integração do ensino, da iniciação científica/pesquisa e da extensão mediante programas que envolvem, de forma indissociável, a produção e a difusão do conhecimento à formação dos (as) alunos (as). Para que se concretize essa articulação, implantou-se um modelo de gestão compartilhada, baseado principalmente no funcionamento e interação dos diversos órgãos que compõem a estrutura acadêmico-administrativa da IES.

Dessa forma, esses órgãos permitem uma participação efetiva da comunidade acadêmica nas tomadas de decisão, assim como, um amplo debate acerca da coerência entre os objetivos institucionais, as especificidades de cada curso e as exigências da sociedade contemporânea. Para atingir os fins propostos no PDI, a IES dispõe de uma estrutura acadêmico-administrativa composta de órgãos colegiados, executivos e de representação, em dois níveis hierárquicos, divididos em órgãos da administração superior e órgãos de administração acadêmica.

No que se refere à articulação entre o ensino, a iniciação científica/pesquisa e a extensão, a IES, permanentemente, busca a consolidação de uma política de parcerias entre as áreas de graduação, de forma a promover a uniformidade da ação pedagógica. A iniciação científica/pesquisa e a produção científica como forma de ampliação da produção do saber e veiculação dos conhecimentos a serviço da comunidade, miram a melhoria qualitativa do

ensino. A extensão é também um componente importante do PDI, permitindo, por meio dos cursos e serviços, que a IES estenda sua comunicação com os vários segmentos da sociedade e dela receba os influxos de realimentação para avaliação de suas atividades no ensino de graduação.

Assim, ao longo de sua trajetória acadêmica, a IES, compreendendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão e a constituição deste tripé como função básica do Centro Universitário, vem implementando políticas que efetivem a participação da comunidade acadêmica e que visem às demandas sociais locais.

É necessário, também, que exista coerência entre as políticas institucionais para o ensino de graduação nas diversas modalidades oferecidas, de acordo com o que preconizam o PDI, o PPI e demais documentos institucionais aprovados. As avaliações dos cursos realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)/MEC, nos últimos anos, apresentaram pareceres favoráveis em relação à concepção de currículo, dos projetos pedagógicos e organização didático-pedagógica da Instituição. Nessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos dos Cursos são definidos pelos órgãos colegiados, que observam as respectivas *Diretrizes Curriculares* (DCN). Ao serem definidos são submetidos ao Conselho Superior (COSUP) para homologação.

De acordo com suas especificidades curriculares podem ser destacados três grandes grupos de cursos de graduação: Licenciaturas, Tecnológicos e Bacharelados, sendo que as concepções dos projetos político-pedagógicos desses cursos são norteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelas políticas para o desenvolvimento do Estado do Pará e da Região Amazônica, as quais estão compatíveis com a missão do PDI, dispostas de modo a garantir o equilíbrio entre a aquisição de habilidades, atitudes, valores e o desenvolvimento de competências.

Vale registrar que a ação educativa da instituição baseia-se no estabelecimento de um conjunto de princípios e procedimentos como a interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a visão global como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade e como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática; a articulação entre o ensino, a iniciação científica/pesquisa e as atividades de extensão e de prestação de serviços à sociedade, em diferentes níveis de complexidade; o fornecimento de sólida formação geral, em estreita interação com os conhecimentos, competências e habilidades necessárias à formação do (a) profissional (a); a integração aos contextos reais de vida da comunidade, na rede de serviços e com profissionais em exercício, como espaços privilegiados do processo de ensino-aprendizagem, de forma contínua. Quanto ao incentivo às

práticas investigativas, existe o envolvimento docente, pautado em novos conhecimentos e na busca de suporte para investigações.

A política institucional para os cursos de pós-graduação *Lato sensu* vem sendo traçada propendendo a um aprimoramento técnico-profissional específico e possibilitando a educação continuada, em conformidade com as exigências da legislação (Resolução CES/CNE nº 01, de 08 de junho de 2007[9]). Os cursos, nas modalidades especialização e MBA, têm uma duração mínima de 360 horas e contam com regulamentos próprios e uma coordenação específica. A oferta de cursos de especialização atende, na medida do possível, às demandas identificadas no mercado e as propostas de cursos de especialização a serem implementadas, contém todos os itens necessários, em consonância com o Regimento da Pós-Graduação *Lato sensu.*

A FAMAZ implantará, também, as políticas institucionais para o ensino de Pós-Graduação *Stricto sensu*, prevendo para o ano de 2022 o início do Mestrado Profissional em Gestão de Programas e Serviços de Saúde, com carga horária de 420 horas, duração de 04 semestres e 15 vagas ofertadas. O planejamento do curso e sua elaboração serão precedidos de análise de prioridade em pós-graduação e pesquisa, em nosso meio, seguido da identificação de competências existentes na IES e, posteriormente, absorção de doutores (as) para a consolidação das atividades de pesquisa.

Para a concretização de suas metas, A FAMAZ desenvolve políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional, bem como suas condições de trabalho. Assim, a Instituição vem buscando ampliar, em termos qualitativos, o seu quadro docente, formado por professores (as) com pós-graduação ou que estejam participando de programas de pós-graduação. Todos os (as) docentes têm comprometimento com a carreira acadêmica, e grande parte, frequenta cursos de especialização, mestrado e doutorado, além de cursos de atualização pedagógica e participação em eventos técnicos e científicos nas suas áreas.

Desde sua elaboração, o *Plano de Carreira Docente* (PCD), protocolado na Secretaria Regional do Trabalho, tem sua aplicação feita gradativamente, atendendo à situação de crescimento da Instituição e a orientação emanada da instituição mantenedora. O PCD tem a base para a gestão do setor de Recursos Humanos, responsável pela realização de atividades docentes, que abrange um conjunto de princípios, normas e procedimentos, constituindo-se instrumento essencial para a organização e a valorização do Corpo Docente.

[9] Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *Lato sensu*, em nível de especialização.

A carreira docente é constituída por três categorias funcionais, diretamente proporcionais às exigências de titulação, experiência e mérito profissional: Professor (a) Nível I; Professor (a) Nível II; e Professor (a) Nível III. Os (As) membros (as) do corpo docente são selecionados (a) dentre portadores (a) de diploma de curso superior devidamente reconhecido que demonstrem, mediante a sistemática de admissão adotada pela IES, competência científica, cultural, didática e profissional, e que gozem de reputação moral condizente com o exercício da função de magistério.

O *Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-Administrativo* (PCS) estabelece a política de gestão de pessoas adotada pela IES. O PCS disciplina a seleção, o acesso, a progressão funcional, cargos e salários dos integrantes do Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo (QPTA), que tem como princípios: acesso ao QPTA, mediante seleção, a partir da qualificação requerida para o cargo, função ou emprego; valorização profissional por meio de promoção de cargo em decorrência de avaliação de desempenho individual; equivalência de remuneração, considerando a função desempenhada, sua qualificação, grau ou nível de complexidade e profissionalização; enquadramento e reclassificação decorrentes das avaliações periódicas de desempenho individual. A contratação e a dispensa dos (as) funcionários (as) do corpo técnico-administrativo serão de competência da Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas.

O PCS da FAMAZ está estruturado por cargos, de acordo com a estrutura organizacional da IES, estes representam a linha de atividade funcional, segundo a respectiva natureza, grau de responsabilidade e complexidade de funções. O ingresso no Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo da IES advém por meio de recrutamento e seleção, aberto ao público e de acordo com as normas fixadas no processo seletivo. A admissão ao QPTA ocorre no cargo, função ou emprego correspondente ao nível inicial, observados o PCS e a legislação pertinente.

O ingresso de alunos (as) nos cursos de graduação obedece ao Regimento da IES e ocorre por meio das formas abaixo descritas:

I. Processo Seletivo Discente (Vestibular): processo seletivo que permite ao (a) candidato (a), com o ensino médio completo, aprovado e classificado em concurso específico, o ingresso no curso;

II. Transferência: processo seletivo para alunos (as) de outras instituições de ensino superior, transferidos para o mesmo curso ou de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital especifico;

III. Portadores (as) de diploma de nível superior: processo seletivo para graduados (as) em cursos de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital específico;
IV. FIES/PROUNI: candidatos (as) pré-selecionados (as) pelo MEC para a IES, que os (as) submete a um processo seletivo próprio, diferente do vestibular, a partir das notas obtidas no ENEM; e
V. O (A) candidato (a) que obteve acima de 450 pontos no Enem nos últimos 4 anos pode solicitar uma vaga em qualquer curso de graduação da IES, exceto Medicina.

O quantitativo de vagas anuais ofertadas nos cursos de graduação condiz ao previsto no cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição, previstos no PDI, e corresponde de maneira excelente à capacidade dos cursos no que tange à composição do quadro de corpo docente, condições de infraestrutura do curso (salas de aula; laboratórios didáticos especializados); à oferta de espaços/áreas para as atividades práticas e de estágio curricular supervisionado e também o ingresso de novos (as) estudantes.

A avaliação dos (as) candidatos (as) é realizada em 02 fases, que ocorrem no mesmo dia. A primeira fase, a prova de conhecimentos gerais, é norteada por uma matriz curricular voltada ao desenvolvimento de habilidades e ao domínio de competências adquiridas pelo (a) candidato (a), sendo enfatizado o princípio da interdisciplinaridade entre as áreas do saber e apresenta 50 questões de múltipla escolha, igual para todos os cursos de graduação, abrangendo matérias e disciplinas do núcleo comum obrigatório do Ensino Médio, em consonância com a LDB – Lei nº9394/96, Portaria MEC nº 391/2002 e Parecer CP/CNE nº 98/99, em suas áreas de conhecimento correspondentes: Linguagem (Língua portuguesa e Literatura Brasileira); Ciências da Natureza (Física; Química; Biologia); Ciências Exatas (Matemática); Ciências Sociais (Geografia e História) e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol). A segunda fase corresponde à realização de uma redação que terá por finalidade avaliar a capacidade do (a) candidato (a) em produzir um texto dissertativo argumentativo, considerando a organização do pensamento, a criatividade e o domínio da Língua Portuguesa.

Para o eficiente desempenho da IES, o controle acadêmico é totalmente informatizado, de forma eficiente, por meio de um sistema único, o Sistema Pedagógico e Financeiro (SPF), que permite o registro e acompanhamento de informações acadêmicas e administrativas dos discentes. O SPF possibilita aos (as) professores (as) registro de notas, frequências e conteúdos ministrados e pode ser acessado continuamente, utilizando a internet ou nos terminais de microcomputadores que se encontram à disposição nas salas de professores (as). Os (As) alunos (as) têm acesso às informações através dos terminais

existentes na IES, bem como pela internet, cujo acesso sucede através de senha fornecida no ato da matrícula inicial. A Instituição também disponibiliza, nos turnos e horários de funcionamento, a Central de Atendimento ao (a) Aluno (a), a Secretaria Acadêmica e as secretarias de Coordenadorias de Curso, nas quais os (a) alunos (a) têm acesso atualizado a todos os serviços relativos ao controle acadêmico.

O presente PDI apresenta a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos órgãos colegiados, sua independência, autonomia e a coerência da organização e da gestão com as políticas firmadas, nos documentos oficiais, garantindo a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios.

No plano de gestão e ou plano de metas, faz-se a adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional da instituição. A FAMAZ possui um plano de metas especificado no PDI, adequado à sua gestão institucional e estrutura organizacional para cumprimento de seus objetivos e projetos. A FAMAZ reconhece que a excelência acadêmica é uma função do alinhamento de suas capacitações internas, com padrões superiores de qualidade acadêmica, de forma a garantir serviços e produtos atualizados e diferenciados. A eficiência e produtividade das atividades didático-pedagógicas devem ser dinamizadas por meio de recursos de Tecnologia da Informação e de novas metodologias educacionais que garantam altos índices de aprendizagem. Com essa finalidade os Conselhos Superiores funcionam regularmente e foram instituídos nos termos do Estatuto da IES, com a representação de todos os segmentos do corpo social.

A responsabilidade social da FAMAZ pode ser medida pelos projetos e programas desenvolvidos e por seu compromisso na condução do exercício do ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão. Avalia-se também a responsabilidade social pelo planejamento e gestão acadêmico-administrativa, tendo presentes a competência, a eficácia e a eficiência da comunidade acadêmica. Existem itens importantes sempre presentes nas atividades de responsabilidade social, como a defesa do meio ambiente, a preservação da história, a memória cultural e artística do Estado do Pará e da Região Amazônica.

A responsabilidade social da Instituição é desenvolvida, ainda, na implementação de planos e programas de incentivos e benefícios voltados à comunidade acadêmica, destacando-se as bolsas destinadas às atividades de monitoria, iniciação científica/pesquisa e extensão; planos de carreira docente e de cargos e salários para o corpo técnico-administrativo; plano de capacitação do corpo docente e técnico-administrativo; incentivo à participação de docentes e discentes em eventos, ligados à sua área de trabalho/estudo. Além disso, a IES desenvolve

atividades de extensão sobre temas relevantes, que tenham impacto na sociedade, quanto ao desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, a preservação da história e memória cultural e artística do Estado do Pará e da Região Amazônica.

A responsabilidade social da IES ocorre, também, pela concepção de uma política afirmativa, dirigida para a inclusão social, por meio da oferta de uma educação voltada para valores e para a promoção da diversidade étnico-racial. Se o objetivo maior do processo educacional há de ser o pleno desenvolvimento da personalidade humana, guiado pelo valor da cidadania, do respeito, da pluralidade e da tolerância, afirma-se como absolutamente legítimo o interesse da Faculdade na promoção da diversidade étnico-racial, o que traduz o benefício de maior qualidade e riqueza do ensino e da vivência acadêmica, contribuindo, ainda, para a eliminação de preconceitos e estereótipos étnicos e raciais. Esse importante parâmetro de responsabilidade social está presente, também, no desenvolvimento de atividades de extensão a partir de temas relevantes que tenham impacto na melhoria da qualidade de vida da comunidade paraense, particularmente, os ligados aos cursos e programas de educação superior da área da saúde.

Com suas raízes plenamente fincadas no Estado do Pará e na Região Amazônica, a Faculdade Metropolitana da Amazônia estabelece sólidos compromissos com a sociedade local, espelhados nos cursos de educação superior que desenvolve, com o objetivo de atender à demanda social da região, formando recursos humanos qualificados que contribuem para o desenvolvimento sustentado do Estado do Pará e da Região Amazônica. Ao longo dos últimos dez anos, A FAMAZ construiu uma imagem pública de qualidade no ensino, ratificada pelo número crescente de alunos (as) que buscam seus serviços.

Considerando o atendimento com qualidade, a IES possui uma rede de comunicação (*internet* e *intranet*). Todos os microcomputadores dos laboratórios de informática, da sala dos (as) professores (as), gabinetes de trabalho e demais setores acadêmicos e/ou administrativos estão ligados à *internet*, oferecendo acesso à rede interna de dados (*intranet*). Na *internet*, A FAMAZ possui um portal próprio, no qual a comunidade externa e interna têm disponíveis informações sobre a instituição e seus serviços.

Os principais serviços demandados pelo corpo social podem ser realizados, mediante senha individual, por meio do portal próprio na *internet*. Dentre os serviços oferecidos pelo portal temos: *e-mail* institucional, matrícula *on-line*, serviços de biblioteca *on-line*, inscrição em vestibular, consulta aos dados acadêmicos e financeiros, acompanhamento dos processos administrativos, consulta a documentos diversos da IES, dos cursos ofertados e das atividades desenvolvidas na Instituição.

A FAMAZ mantém ainda, via presencial e *on-line*, o serviço de Ouvidoria. A Ouvidoria é o canal direto de comunicação entre a Instituição e seus usuários. Ela é um meio receptor de todas as reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios da comunidade acadêmica e demais usuários (as) da sociedade civil.

A rede interna de dados (*intranet*) disponibiliza para docentes e corpo técnico-administrativo, vários serviços, entre eles: notícias, avisos, agenda, calendário, lista de ramais, lista de *e-mails*, documentos, correio eletrônico, *helpdesk*, legislação, solicitações e *links* úteis.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A FAMAZ, com sede na cidade de Belém, Pará, é uma instituição privada de ensino superior vinculada ao MEC, integrante do Sistema Federal de Ensino e, como tal, preocupada em cumprir sua missão educacional.

Nesse contexto, a Faculdade Metropolitana da Amazônia apresenta-se como instância educativa e formadora de profissionais competentes e comprometidos (as) com o desenvolvimento de pessoas e do ambiente, constituindo elemento de superação dos índices de desenvolvimento da região amazônica e, em especial, do Estado do Pará e do Município de Belém e Região Metropolitana.

2.1 A REGIÃO AMAZÔNICA

Através da FAMAZ, o Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia fez uma opção de atuação na região amazônica, diversificando, assim, seus tradicionais vínculos com a capital federal. Trata-se de uma decisão refletida e planejada e que se insere numa visão estratégica de país. É esta visão que deverá orientar, a curto, médio e longo prazos, os passos do crescimento institucional e as prioridades dos investimentos educacionais previstos nas várias escalas temporais deste horizonte.

A Amazônia, região habitada por mais de vinte milhões de brasileiros (as), 60% de todo o território nacional e a maior reserva de biodiversidade do planeta, representa um enorme desafio nacional. Talvez o mais importante do século XXI. Há de se considerar, seriamente, a hipótese de que parte significativa do desenvolvimento do país no século que se inicia, portanto, o seu futuro de sucesso no quadro das nações, decorrerá da maior ou menor capacidade que tiver de exploração e aproveitamento racional do enorme patrimônio natural presente na região amazônica. É nela que se situa uma das mais importantes províncias minerais do planeta, com diversas minas de metais ferrosos e não-ferrosos em atividade e perspectivas de se manter produzindo por um longo tempo, com produção em escala garantida para os próximos cem anos. Possui terra abundante e propícia para o desenvolvimento da agroindústria e da pecuária, independente de ser ou não a sua vocação natural; em função dos modelos de ocupação adotados até o momento, expandiu significativamente suas áreas destinadas a pastagens e produção agrícola e já é apontada como um dos principais produtores mundiais de gado nesta década que se inicia. A floresta amazônica, a principal floresta tropical do mundo, guarda a maior reserva planetária de biodiversidade, credenciando a região

como o principal laboratório natural para experimentos revolucionários no campo da biotecnologia, de experiências genéticas, químicas, de grande repercussão na produção futura de produtos de ponta, como os fármacos, uma das indústrias que mais crescem atualmente. Some-se a todo esse potencial o fato de aí estar localizada a maior reserva de água doce da Terra, num contexto em que a água potável já se apresenta como um dos principais problemas da humanidade neste início de milênio. Além de tudo, graças à força das águas, a Região oferece o maior potencial de produção de energia elétrica do Brasil e de toda a América do Sul – com potencial estimado de 60 mil MW, podendo se tornar, dentro em breve, o grande fornecedor estratégico de mais da metade de toda a energia consumida no país.

Apesar de toda essa riqueza disponível, a Região Amazônica ainda convive com grandes contradições, a merecer a atenção das principais lideranças do país: rica por natureza, carecendo, sobretudo, de pessoal qualificado à altura de suas potencialidades. A ela ainda não foi agregado, na dimensão exigida, o mais importante elemento da equação do desenvolvimento: o conhecimento científico. O desafio prioritário da Amazônia, portanto, é o desafio da educação superior de qualidade e, como sua consequência natural, aquele da geração de uma ciência competente e de ponta, comprometida com a redefinição do paradigma de desenvolvimento regional e capaz de alicerçar a projeção e as iniciativas de empreendimentos inovadores.

2.2 O ESTADO DO PARÁ

2.2.1 História

O impulso militar que trouxe os portugueses ao Pará, em 1616, fez parte de um projeto político ambicioso de conquista do vale amazônico associado a um projeto econômico, não menos ambicioso, de exploração da biodiversidade local – as chamadas “drogas do sertão”, especiarias ocidentais de alto valor no mercado europeu. A fundação de Belém, a 16 de janeiro de 1616, foi o primeiro passo desse projeto de conquista territorial. O processo foi contínuo e tenso e a ocupação do território se deu com base no massacre ou escravização das populações indígenas e no confronto bélico com as outras potências europeias que possuíam feitorias na Amazônia. Aos poucos, através de expedições militares, novas regiões foram sendo anexadas: os vales dos rios Guamá, Acará e Moju, o baixo Tocantins, a costa dos Caetés (hoje costa do Salgado), a região da “estrada do Maranhão”, que hoje chamamos de Bragantina, a Ilha Grande de Joanes, atual Marajó, a península de Gurupá,

o Cabo Norte, atual Amapá, o baixo Amazonas, os vales do Xingu e Tapajós, o Alto Amazonas e o vale do Rio Negro.

Cada um desses territórios correspondia a novas rotas de exploração riquezas, fossem elas as drogas do sertão, fossem terras, a acrescentar ao patrimônio dos principais colonos, ou fossem, enfim, as populações indígenas escravizadas. Esse padrão econômico, baseado na coleta extrativista, na navegação fluvial e na escravização dos (as) índios (as), juntamente com os aspectos geográficos da floresta equatorial, acabou diferenciando a nova colônia do restante da América Portuguesa. Por isso, desde 1626, eram duas as colônias de Portugal na América: O Brasil, que incluía o Nordeste e toda a parte meridional da colônia e o Grão-Pará e Maranhão, que incluía toda a Amazônia, o Maranhão e, junto com este, o Piauí e parte do Ceará. O que diferenciava essas duas colônias era, basicamente, o modo de produção: no Brasil, predominava a monocultura e, no Grão-Pará, a atividade extrativa.

A igreja católica também fez parte dessa empresa colonizadora. Seu trabalho missionário, porém, entrava muitas vezes em concorrência com os interesses mercantis dos colonos, haja vista que as missões religiosas eram, ao mesmo tempo, grandes espaços de produção, com interesse na propriedade de terra, no comércio das drogas do sertão e na manutenção das populações indígenas nesses espaços de produção. O debate entre colonos e a igreja atravessou os séculos XVII e XVIII, até que, nesse momento, a nova mentalidade política em vigor na metrópole iniciou um processo de expropriação de seus bens e, também, de dinamização da economia local. Tratava-se da política do marquês de Pombal, personagem emblemático do despotismo esclarecido em Portugal. Carvalho e Mello, o famoso marquês, ministro de Dom José I, passou a governar a nação com mãos de ferro após a grande tragédia que foi a destruição de Lisboa por um terremoto, seguido por um maremoto e por um imenso incêndio, em 1775. Seu projeto político privilegiava um novo padrão de economia mercantilista, o tráfico negreiro como instrumento de elevação da produção e a valorização de colônias portuguesas antes descentradas, como era o caso do Grão-Pará e Maranhão.

Com efeito, a política externa de Portugal para a América, a partir desse último quartel do século XVIII, mudou nitidamente sua orientação, passando seu foco central da região do rio da Prata para o vale amazônico. Pombal promoveu mudanças significativas na estrutura social e econômica do Grão-Pará. Trouxe para a região centenas de especialistas, dentre cientistas, militares, engenheiros (as), naturalistas, desenhistas, arquitetos (as) e geógrafos (as). À pretexto de demarcar os limites entre Portugal e Espanha promoveu um levantamento científico acurado da região, de sua hidrografia, fauna, flora e populações

humanas. O conhecimento acumulado nesse projeto foi fundamental para firmar o direito do Grão-Pará sobre a parte mais extensa do território amazônico.

Além disso, preocupou-se em colonizar melhor a região: da antiga praça colonial portuguesa de Mazagão, na África, trouxe 1.700 famílias, a grande maioria delas nobres e, do arquipélago dos Açores, trouxe também milhares de habitantes. Destituindo os frades jesuítas e mercedários de seu patrimônio material e expulsando-os do Grão-Pará, distribuiu suas posses entre militares fiéis. Nos antigos assentamentos missionários, firmando a liberdade dos (as) índios (as), criou mais de trinta vilas e cidades. E também incrementou o comércio e o tráfico negreiro, criando para isso a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O objetivo era dinamizar a economia, incentivando o surgimento de múltiplas experiências, exitosas ou não, de atividades extrativistas ou monoculturas agrícolas, com o cacau, por exemplo, que passou a constituir uma riqueza importante da região.

O interesse do marquês de Pombal no Grão-Pará era quase pessoal: nomeou seu próprio irmão como governante da província, um sobrinho seu como bispo do Pará e vários outros parentes e amigos para cargos de destaque na burocracia colonial que dizia respeito a esta colônia americana. Também incentivou o embelezamento de Belém: a construção do Palácio dos Governadores (atual Museu Histórico do Estado do Pará), a reconstrução das principais igrejas da cidade – como a Sé, Santo Alexandre, Carmo, Sant'Anna e São Joãozinho e de outros prédios públicos ou residenciais. Nessa atividade destacou-se o arquiteto bolonhês Antônio José Landi, que, como vários outros dos especialistas trazidos por Pombal, acabou por fixar residência na colônia.

Figura 1. Forte do Castelo.

Fonte: http://www.pa.gov.br/O_Para/historia.asp

Porém, a destituição do marquês lançou o Grão-Pará e Maranhão num ciclo de decadência que perdurou por quase um século, até por volta de 1870. Nesse período a colônia

experimentou muitas mudanças: a conturbada adesão à independência do Brasil, o surgimento da imprensa e de uma vida intelectual ativa e, mais que tudo, a experiência da guerra civil, que foi a Cabanagem.

A Cabanagem, essa revolução popular tão mal compreendida pela história, foi um momento de explosão social com impacto demográfico e cultural que marcaram para sempre o Pará. Alguns historiadores (as) estimam que um terço da população morreu no conflito, que foi cheio de episódios trágicos. O movimento foi liderado pelas camadas populares. Iniciado em 1835, tomou Belém e espalhou-se por toda a Amazônia. Um governo do povo foi instalado e vigorou até 1838, quando a capital foi conquistada, novamente, pelas forças legalistas. Porém, os conflitos duraram até por volta de 1840. A partir de então o Pará começou a receber fortes punições pelo governo brasileiro. Colônia popular, indianizada, subversiva, independentista e arrivista, aos olhos de muitos, passou a perder gradativamente seu status. A língua geral, um misto de várias línguas indígenas amalgamadas com o latim, falada correntemente por todos os comerciantes e populações caboclas do vale amazônico e, praticamente, a língua do comércio no Ver-O-Peso e a língua da política, nos bairros populares de Belém, foi proibida. As populações caboclas foram, muitas vezes, perseguidas e as grandes propriedades agrícolas ou extrativistas deixaram de contar com a atenção e o apoio do governo central.

Essa situação foi superada com a descoberta dos processos de vulcanização da borracha, o que permitia a sua utilização em indústrias diversificadas. A "Era da Borracha" começava. Belém converteu-se numa praça comercial febril, centro do comércio mundial da borracha. A prosperidade era tão grande que esse período ficou conhecido como uma Belle Époque Amazônica. No imaginário burguês do período, a capital do Pará era a "petite Paris", ou a "Paris n'América". Grandes lojas e magazines foram abertos, bem como bancos, casas seguradoras, empresas de crédito e firmas de toda sorte. Nesse período, por exemplo, o centro da cidade foi intensamente arborizado por mangueiras trazidas da Índia. Daí o apelido que até hoje estas árvores (já centenárias) dão à capital paraense.

O Pará enriqueceu rapidamente, e toda a base econômica anterior, essencialmente diversificada, cedeu lugar, rapidamente, ao extrativismo "monocultor" do látex. A proclamação de República, em 1889, não teve impacto maior sobre a formação das classes dominantes locais – como, de resto, em todo Brasil, e os mesmos instrumentos de reprodução e controle social foram mantidos em sua essência, mesmo com o fim da escravidão. A débâcle, ou melhor, a queda da economia seringueira, se deu repentinamente e, tal como na sucessão do ciclo de desenvolvimento pombalino, gerou décadas de estagnação. O fato é que

a maior parte da riqueza gerada pela borracha não foi internalizada, ou seja, não foi transformada em capital de investimento. Ainda que uma parte dela tenha dado origem a uma pequena, mas importante atividade industrial, a maior parte foi usada em bens de consumo ou transferida para praças mais sólidas, como Lisboa – com quem sempre Belém teve uma relação de proximidade intelectual e comercial – e Rio de Janeiro, capital da república, para onde boa parte da elite paraense se deslocou com a crise da borracha.

Com o declínio dos dois ciclos da borracha, veio uma angustiante estagnação, da qual o Pará só saiu na década de 60, com o desenvolvimento de atividades agrícolas no sul do Estado. A partir da década de 1960, mas principalmente em 1970, o crescimento foi acelerando com a exploração de minérios (principalmente na região sudeste do estado), como o ferro na Serra dos Carajás e do ouro em Serra Pelada.

2.2.2 O Pará

Em pleno contexto amazônico se situa o Estado do Pará, pólo cultural e econômico que, juntamente com Manaus, divide a liderança política e econômica de toda a região Norte.

O Pará é uma das 27 unidades federativas do Brasil. É o segundo maior estado do país com uma extensão de 1.248.042,515 km², pouco maior que Angola, dividido em 144 municípios (com a criação de Mojuí dos Campos), está situado no centro da Região Norte e tem como limites o Suriname e o Amapá a norte, o oceano Atlântico a nordeste, o Maranhão a leste, Tocantins a sudeste, Mato Grosso a sul, o Amazonas a oeste e Roraima e a Guiana a noroeste.

O Estado é o mais populoso da região norte, contando com uma população de 7.321.493 habitantes. Sua capital, Belém, reúne em sua Região Metropolitana cerca de 2,1 milhões habitantes, sendo a maior população Metropolitana da Região Norte. Outras cidades importantes do estado são Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Castanhal, Itaituba, Marabá, Parauapebas, Redenção, Santarém e Tucuruí.

O Estado do Pará situa-se na faixa inferior do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e apresenta situação de pobreza da maioria da população, que sofre com dificuldades de infraestrutura, industrialização reduzida e concentrada, fragilidades no saneamento básico (com impacto nas condições sanitárias), marginalização, trabalho informal, problemas sociais estes que dão a tônica do desafio desenvolvimentista amazônico e paraense.

A exemplo do conjunto regional, o Pará apresenta, em seu quadro educacional, carências significativas em todas as dimensões: número insuficiente e baixa qualificação do corpo docente (nos três níveis de ensino); alto índice de analfabetismo (situa-se no meio do ranking); indicadores sofríveis no IDEB (o segundo pior do país, segundo o MEC); elevada desproporção entre o número de pessoas que demandam o ensino superior e o número de vagas ofertadas; ínfima formação pós-graduada dos profissionais em atuação no mercado de trabalho.

O Brasão ou Escudo de Armas do Estado do Pará foi criado em 09 de novembro de 1903, pela Lei Estadual de nº 912, que estipulou a criação de um Brasão (ou Escudo) de Armas para o estado. Os seus autores são: José Castro Figueiredo (arquiteto) e Henrique Santa Rosa (Historiador e Geógrafo). As figuras 2 e 3 apresentam a bandeira e o brasão do Estado do Pará.

Figuras 2 e 3. Bandeira e Brasão do Pará.

Fonte: http://www.pa.gov.br/opara/arquivos.asp.

Na bandeira tempos: O mote: *sub lege progrediamur*, latim para "Sob a lei progredimos". A estrela solitária: faz menção ao Pará como unidade da República Federativa do Brasil – à época da proclamação da República, única unidade federativa cuja capital situava-se acima da linha do Equador, fato esse representado na bandeira nacional por Espiga, figurada acima da linha do azimute. As cores: vermelho faz menção à República e ao sangue derramado dos paraenses nas diversas lutas em defesa pela soberania da pátria. A banda: branco faz menção à linha imaginária do Equador, que corta o estado ao Sul. Os ramos: de cacaueiro e seringueira, fazem menção às principais produções agrícolas à época. A águia: guianense faz menção à altivez, nobreza e realeza do povo do Estado.

A bandeira do Estado do Pará foi aprovada pela Câmara Estadual em 03 de junho de 1890, por proposta apresentada pelo deputado Higino Amanajás. Na verdade, antes mesmo de ser oficializada como símbolo do estado, representava o Clube Republicano Paraense. Por isso, tremulou, pela primeira vez, por ocasião da adesão do Pará à República do Brasil, em 16 de novembro de 1889. Alguns meses depois, mais exatamente no dia 10 de abril de 1890, o

Conselho Municipal, por proposição do seu presidente, Artur Índio do Brasil, aprovou projeto fazendo do distintivo do Clube, a bandeira do município de Belém.

O relevo é baixo e plano; 58% do território se encontram abaixo dos 200 metros em relação ao nível do mar. As altitudes superiores a 500 metros estão nas serras de Carajás, Caximbo e Acari. Os rios principais são os rios Amazonas, Tapajós, Tocantins, Xingu, Jari e Pará. Na Tabela 1 a seguir, outros dados do Estado do Pará são apresentados.

Tabela 1. Dados Gerais do Pará.

CATEGORIA	DADOS
População	7.321.493 habitantes
Densidade demográfica	5,86 hab/Km²
Temperatura média anual	27˚C
Umidade relativa do ar	85%
Código de área	+55 (internacional), 91, 93, 94 (interurbano)
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	47 de seus municípios tem IDH médio acima de 0,600. Apenas três (Belém, Ananindeua, Parauapebas) possuem IDH alto (entre 0,700 e 0,799).
Eleitores	5.509.941
Analfabetismo	11,23%

Fontes: http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa; http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo.

A economia do Pará (Tabela 2) baseia-se no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) e vegetal (madeira), na agricultura, na pecuária, na indústria e no turismo.

Tabela 2. Economia do Estado do Pará.

CATEGORIA	DADOS
Postos de emprego formal	mil pessoas
Arrecadação de ICMS	R$ 9.740.022 (em milhares) dados 2015 – COTEPE/CONFAZ
Participação no PIB Brasileiro	12˚ lugar / R$ 88 bilhões (2013)
Pecuária	20.791.158 cabeças (bovino/2015)

Fonte: Ministério da Fazenda.

A mineração é atividade preponderante na região sudeste do estado, sendo Parauapebas a principal cidade produtora. A atividade pecuária - com um rebanho calculado

em mais de 14 milhões de cabeças de bovinos – está mais presente no sudeste; já a agricultura é mais intensa no nordeste. O Pará é o maior produtor de pimenta-do-reino do Brasil e está entre os primeiros na produção de coco da Bahia e banana. São Félix do Xingu é o município com maior produção de banana do País.

A indústria concentra-se mais na Região Metropolitana de Belém, encabeçada pelos distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, e nos municípios de Marabá e Barcarena. Pela característica natural da região, destaca-se também como forte ramo da economia a indústria madeireira.

2.2.3 A Região Metropolitana de Belém (RMB)

A Região Metropolitana de Belém (RMB), criada por Lei Complementar Federal em 1973, alterada em 1995, é uma conurbação com mais de dois milhões, segundo estimativas populacionais, para 2012, realizadas pelo IBGE. É a área Metropolitana mais populosa da Região Norte e uma das maiores regiões Metropolitanas brasileiras. Belém no que tange a qualidade de vida (IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) ocupa posição superior a 600º num total de mais de 5.500 municípios do Brasil

A RMB compreende os seguintes municípios, com uma população total de 2.141.018 habitantes, em 2012 (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição da População da Região Metropolitana de Belém. Ano base 2012.

MUNICÍPIO	**POPULAÇÃO**
Ananindeua	505.512
Belém	1.473.298
Benevides	46.611
Marituba	101.158
Santa Bárbara do Pará	14.439
TOTAL	2.141.018

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na Região Metropolitana de Belém, uma extensa área urbana formada por cidades, vilas e vilarejos, que compreende municípios em um raio de até 60 quilômetros, a população chega a três milhões de pessoas segundo o IBGE.

O ensino médio, no município de Belém apresenta desenvolvimento razoável. Dispõe de 93 escolas de nível médio, com um total de 68.364 matrículas (IBGE, 2012).

Em 2012, as instituições de ensino superior (IES), localizadas no Estado do Pará, tinham cerca de 35.000 alunos (as) matriculados (as) em seus cursos de graduação presenciais, número inexpressivo frente às necessidades do estado, com o agravante do crescimento populacional a uma taxa anual de cerca de 3%, superior à média do país. Considerados os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), o Pará foi o 12º no ranking do PIB do Brasil (IBGE, 2012) e da renda da população paraense fornecidas pelas estatísticas oficiais, constata-se que o acesso ao ensino superior ainda é restrito às camadas de elevado poder aquisitivo, caracterizada a falta de maiores oportunidades de formação para o restante da maioria da população, fenômeno que responde (e explica) parte considerável desses baixos indicadores e o fraco desempenho da economia local.

Segundo o censo superior 2012 do INEP, o percentual de pessoas frequentando a educação superior representa quase 30% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos e em torno de 15% está na idade teoricamente adequada para cursar esse nível de ensino. No período 2012-2013, a matrícula cresceu 4,4% nos cursos de bacharelado, 0,6% nos cursos de licenciatura e 5,4% nos cursos tecnológicos. Os cursos de bacharelado têm uma participação de 67,5% na matrícula, enquanto os cursos de licenciatura e tecnológicos participam com 18,9% e 13,7%, respectivamente (INEP, 2013).

Não obstante, há de se considerar uma significativa demanda reprimida, representada pelo alto índice de desistência de estudantes do ensino médio, que não chegam, por isso, a aspirar seu ingresso no ensino superior (mas que tendem, a médio prazo, a alargar o universo das demandas). Apesar dos avanços do IDH, constata-se que o nível educacional da população urbana de 10 anos ou mais de idade ainda é muito baixo, posto que a média de anos de estudo dessa população é de 6 anos para o estado e de pouco mais de 7 anos para a região Metropolitana de Belém, uma das mais baixas do país. Quanto à população de 25 anos ou mais de idade, mais da metade (perto de 60%) possui menos de 8 anos de estudo.

Neste quadro, avanços têm sido realizados, mas ainda muito aquém das necessidades sociais postas. Registre-se a ampliação da oferta das vagas públicas em educação superior, sobretudo das instituições federais, graças ao Programa REUNI, do Governo Federal. Majoritariamente, essas vagas têm sido corretamente canalizadas para os municípios do interior do estado, mais que a capital, por certo, carentes de oportunidades. No que toca à região Metropolitana de Belém, com crescimento populacional que a aproxima dos três milhões de habitantes, incluindo o seu entorno, a oferta continua (negativamente) desproporcional ao aumento demográfico, e tem cabido, sobretudo, à expansão do setor privado o atendimento majoritário dessa demanda em crescimento.

Há de se considerar, igualmente, a forte tendência do mercado de trabalho local, sobretudo na Região Metropolitana – pela própria expansão dos serviços e das atividades especializadas, de passar a exigir níveis de profissionalização cada vez mais elevados e atualizados, fenômeno que sinaliza para as instituições de ensino superior a importância da criação, manutenção e diversificação de cursos de pós-graduação e demais modalidades de educação continuada, particularmente em campos de atuação afinados com as demandas sociais mais emergentes. O poder público e as instituições a ele vinculadas, diante de tamanha complexidade, já se mostram incapazes de satisfazer a todas as exigências desse mercado em expansão, impondo-se, como alternativa, o preenchimento dessas funções pela iniciativa privada, mais flexíveis e ágeis – pela própria natureza de sua autonomia institucional – em responder, com prontidão, às transformações em curso.

O Plano Nacional de Educação 2001/2010 pretendia matricular, em 2010, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. O Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, e a Lei nº 13.005, de 25/06/2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, estendem a taxa líquida para 33%, sendo lícito afirmar que, em 2010, esse percentual não alcança, sequer, 13%. Configura-se, portanto, um brutal déficit na oferta de vagas e matrícula nos cursos superiores, em nível nacional, agravando-se, sobremaneira, em nível regional – Belém, sua região Metropolitana e o Estado do Pará.

A Amazônia, como um todo, e o Estado do Pará, dentre as unidades federativas que a constituem, ainda representam um enorme desafio nacional na medida em que apresentam – relativamente ao estágio alcançado pelo restante do país – a mais baixa proporção entre população e nível de escolarização, com destaque para a insuficiência de vagas e oportunidades em educação superior, com repercussões negativas nada desprezíveis na oferta de serviços de qualidade e em iniciativas empreendedoras, em todos os setores da vida social. Ainda que o Estado Brasileiro – como é notório – tenha expandido a oferta do ensino universitário nos últimos anos, privilegiando inclusive a sua interiorização, ainda assim, graças às debilidades acumuladas do passado, regiões como o Norte brasileiro e seus principais polos urbanos permanecem deficitárias quanto à disponibilidade de profissionais capacitados, sobretudo em campos e competências de significativa relevância social e econômica, como a saúde, a proteção ambiental, a formação de professores (as), gestão e planejamento e os cursos de formação tecnológica.

A educação em geral e a superior (de qualidade), em especial – que tem por incumbência a formação de formadores (as) do sistema de ensino e os (as) demais profissionais das várias áreas de conhecimento – despontam, assim, como focos prioritários

de investimento social, razão por que a somatória de esforços nesta direção, inclusive do setor privado, se traduz em premissa e fundamento estratégico de uma ação coletiva em favor da geração do principal fator da cadeia do desenvolvimento, o capital humano, sem o que não se ultrapassa o atual estágio de carências e não se estabelece a inércia positiva e autossustentada do progresso social.

Os cursos e programas de educação superior da FAMAZ – implantados e propostos no PDI – têm os seus projetos pedagógicos vocacionados para a região, com destaque para o desenvolvimento sustentável, além de ofertarem vagas que ampliam as possibilidades de acesso ao ensino de graduação aos habitantes na faixa etária de 18 a 24 anos de idade e os demais, reduzindo o déficit de matrículas na região, nesse nível de ensino, e contribuindo preponderantemente para uma formação qualificada de cidadãos/cidadãs e profissionais responsáveis pela preservação do meio ambiente, a eliminação ou redução dos desníveis regionais e socioeconômicos.

A inserção regional da FAMAZ pode ser aferida, também, por meio das diversas parcerias, convênios, acordos, protocolos ou contratos com organizações públicas e privadas da Região Metropolitana de Belém.

3. A INSTITUIÇÃO

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL[10]

Todo o detalhamento da estrutura organizacional da FAMAZ está contido no Regimento Interno e encontra-se adequada à legislação vigente, bem como, com condições de cumprimento das normas institucionais e com representação docente e discente em seus conselhos superiores e colegiados de cursos.

A estrutura acadêmico-administrativa da FAMAZ é composta por órgãos colegiados, executivos e suplementares, em dois níveis hierárquicos: administração superior e acadêmica.

São órgãos da Faculdade:

I- Conselho Superior (COSUP);
II - Diretoria, integrada pelo Instituto Superior de Educação (ISE);

[10] Informações baseadas no Regimento Interno da FAMAZ.

III – Colegiado de Curso e;

IV - Coordenadoria de Curso.

O Curso é a unidade básica da Faculdade para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelos professores das disciplinas que compõem o currículo do mesmo, pelos alunos nelas matriculados e pelo corpo técnico-administrativo nele lotado.

O Curso é administrado pelo Colegiado de Curso, para as funções deliberativas e normativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas e de supervisão acadêmica. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) integra o Curso, sendo composto na forma de seu regulamento e normas editadas pelo MEC.

3.1.1 Órgãos colegiados – normas gerais, composição e atribuições

Ao Conselho Superior e aos Colegiados de Curso aplicam-se as seguintes normas:

- o Conselho Superior funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos no Regimento;
- o presidente do Conselho/ Colegiado, além de seu voto, tem, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- as reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico são convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- as reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número;
- das reuniões é lavrada ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte;
- é obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados.

São adotadas as seguintes normas nas votações:

- nas decisões atinentes a pessoas, a votação é, sempre, secreta;
- nos demais casos, a votação é simbólica, podendo, mediante requerimento aprovado, ser normal ou secreta;
- não é admitido o voto por procuração;
- o membro de colegiado que acumule cargo ou função tem direito, apenas, a

um voto.

a) Conselho Superior

O Conselho Superior reúne-se, ordinariamente, duas vezes em cada semestre, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Diretor Geral ou a requerimento de dois terços dos respectivos membros, com pauta definida.

O Conselho Superior, órgão deliberativo e normativo da Faculdade, é constituído pelos seguintes membros:

I. Diretor Geral, seu presidente nato;
II. Diretor Acadêmico;
III. Dois representantes das Coordenações de Curso;
IV. Dois representantes do corpo docente;
V. Um Representante do corpo discente;
VI. Um representante da entidade Mantenedora; e
VII. Um representante da sociedade civil organizada.

A indicação dos representantes previstos nos itens IV, V e VII é feita em lista tríplice. O mandato dos representantes é de um ano, permitida a recondução. Compete ao Conselho Superior:

I. deliberar sobre o projeto pedagógico-institucional e o plano de desenvolvimento da Faculdade;
II. regulamentar o funcionamento dos cursos sequenciais, de graduação, incluindo os de tecnologia, de pós-graduação e de extensão e o Instituto Superior de Educação;
III. deliberar sobre a criação, organização e extinção de cursos sequenciais, de graduação, incluindo os de tecnologia, e programas de educação superior, fixando-lhes as vagas anuais, atendida a legislação vigente;
IV. autorizar o funcionamento de cursos de pós-graduação, na forma da legislação pertinente;
V. fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo MEC;
VI. regulamentar o desenvolvimento de estágios supervisionados, trabalhos monográficos de graduação e atividades complementares;

VII. deliberar sobre normas ou instruções para avaliação institucional e pedagógica da Faculdade e de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VIII. disciplinar a realização do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação e em outros cursos;

IX. regulamentar as atividades de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento da extensão e deliberar sobre projetos e programas que lhe forem submetidos pelo Diretor Geral;

X. fixar normas complementares normas complementares ao Regimento, relativas ao ingresso do aluno, ao seu desenvolvimento, diplomação, transferências, trancamento de matrículas, matrícula de graduados, avaliação da aprendizagem, aproveitamento de estudos e de conhecimentos adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, aceleração de estudos para alunos com extraordinário aproveitamento e regime especial, além de normas e procedimentos para o ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e a extensão;

XI. elaborar e reformar o seu regimento, em consonância com as normas gerais atinentes;

XII. regulamentar as atividades de todos os setores da Faculdade;

XIII. emitir parecer sobre contratos, acordos, convênios e outras matérias que lhe forem submetidos pelo Diretor Geral;

XIV. aprovar o orçamento e o plano anual de atividades da Faculdade;

XV. decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos;

XVI. deliberar sobre o relatório anual da Diretoria;

XVII. aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade;

XVIII. decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas; e

XIX. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei, em seu Regimento e demais normas aplicáveis.

b) Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é integrado pelos seguintes membros:

I. o Coordenador do Curso, que o preside;

II. cinco representantes do corpo docente do curso, sendo três escolhidos pelo Diretor Geral e dois pelos seus pares, indicados em lista tríplice, com mandato de um ano, podendo haver recondução;

III. um representante do corpo discente, indicados pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

Compete ao Colegiado de Curso:

I. deliberar sobre o projeto pedagógico do curso;
II. deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas
III. emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do COSUP;
IV. pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
V. opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
VI. aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
VII. promover a avaliação periódica do curso; e
VIII. exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

c) Núcleo Docente Estruturante

Integra, ainda, o Curso o Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atendimento às normas do MEC. O NDE é integrado por, no mínimo, cinco professores em atividades no Curso, prioritariamente com a titulação de mestre e doutor e regime de trabalho em tempo integral e parcial. São atribuições gerais do NDE a elaboração, implantação e acompanhamento dos projetos pedagógicos de cada curso de graduação ao qual esteja vinculado, assessorando a Coordenadoria de Curso e subsidiando, como órgão auxiliar, o Colegiado de Curso em suas deliberações. Cabe ao Diretor Geral aprovar o regulamento de funcionamento do NDE.

3.1.2 Órgãos executivos –composição e atribuições

a) Diretoria

A Diretoria, integrada pelo Diretor Geral e pelos Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro, é o órgão executivo superior de planejamento e gestão de todas as atividades da Faculdade. A Diretoria é integrada, ainda, pelo Instituto Superior de Educação, pela Secretaria Acadêmica, pela Biblioteca e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). As normas de funcionamento dos órgãos que integram a Diretoria são baixadas pelo Diretor Geral.

O Diretor Geral é designado pela entidade mantenedora, com mandato de um ano, podendo haver recondução. Os Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro também são designados pela mantenedora e substituem o Diretor Geral, por designação deste, em suas faltas e impedimentos eventuais.

São atribuições do Diretor Geral:

I. superintender todas as funções e serviços da Faculdade;
II. representar a Faculdade perante as autoridades e as instituições de ensino;
III. propor a criação de cursos sequenciais, de graduação, incluindo os de tecnologia, pós-graduação e extensão, e as vagas respectivas, assim como linhas ou projetos de pesquisa ou programa de extensão;
IV. decidir sobre os pedidos de matrícula, trancamento de matrícula e transferência e similares;
V. promover a avaliação institucional e pedagógica da Faculdade;
VI. convocar e presidir as reuniões do COSUP;
VII. elaborar o plano anual de atividades e submetê-lo à aprovação do COSUP;
VIII. elaborar a proposta orçamentária;
IX. elaborar o relatório anual das atividades da Faculdade e encaminhá-lo ao órgão federal competente, depois de apreciado pelo COSUP;
X. conferir graus, assinar diplomas, títulos e certificados escolares;
XI. zelar pela manutenção da ordem e da disciplina, no âmbito da Faculdade, respondendo por abuso ou omissão;
XII. propor à Mantenedora a contratação ou dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;
XIII. promover as ações necessárias à autorização e reconhecimento de cursos, assim como as relativas à renovação do credenciamento da Faculdade;
XIV. designar os representantes junto aos órgãos colegiados, assim como os ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia, coordenadoria, assessoramento ou consultoria;
XV. deliberar sobre publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade da Faculdade;
XVI. cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento e demais normas pertinentes;
XVII. homologar ou pedir reexame das decisões dos colegiados;
XVIII. estabelecer normas complementares ao Regimento, para o funcionamento dos setores acadêmico, técnico e de apoio administrativo;

XIX. fixar o regulamento dos setores que integram a Diretoria.

XX. resolver os casos omissos no Regimento, *ad referendum* do COSUP; e

XXI. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no regimento interno;

XXII. delegar competência.

Integram a Diretoria Geral o Instituto Superior de Educação (ISE), a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Secretaria Acadêmica e a Biblioteca. O Regulamento desses últimos é aprovado pelo Diretor Geral e o do ISE pelo COSUP, na forma do Regimento da FAMAZ.

O Instituto Superior de Educação (ISE) é a unidade acadêmico-administrativa da Faculdade que tem como objetivos supervisionar:

I. A formação de profissionais para:
   a) a educação infantil;
   b) o magistério dos anos iniciais do ensino fundamental;
   c) a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;
II. práticas educativas que considere o desenvolvimento integral da criança e do jovem, em seus aspectos físico, psicossocial e cognitivo-linguístico; e
III. ações para a adequação dos conteúdos da língua portuguesa, da matemática, de outras linguagens e códigos, do mundo físico e natural e da realidade social e política, de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos a partir da idade estabelecida em lei.

O ISE é administrado por um Diretor, designado pelo Diretor Geral, devendo ter titulação compatível com aquela prevista na legislação, com mandato de um ano, podendo ser reconduzido.

O corpo docente do ISE participa, em seu conjunto, da elaboração, execução e avaliação dos projetos pedagógicos das licenciaturas e dos demais cursos e programas para a formação, especialização, aperfeiçoamento ou atualização de profissionais para a educação básica.

O ISE supervisiona as seguintes modalidades de cursos e programas:

I. curso normal superior ou curso de pedagogia, para licenciatura de profissional em educação infantil, e de professores para os anos iniciais do ensino fundamental;
II. cursos de licenciatura destinados à formação de docentes dos anos finais do

ensino fundamental e do ensino médio;

III. programas de formação continuada, destinados à atualização de da educação básica nos diversos níveis;

IV. programas especiais de formação pedagógica, destinados aos portadores de diploma de nível superior;

V. cursos de pós-graduação, voltados para a atuação na educação básica.

O ISE será implantado a partir da autorização e início de funcionamento da primeira licenciatura a ser ofertada pela FAMAZ.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é órgão próprio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com a composição e as atribuições estabelecidas pela Lei nº 10.871/2004.

A Secretaria Acadêmica é o setor destinado a centralizar todas as atividades de registro e controle acadêmico dos discentes, em todos os níveis de ensino, sendo dirigida por um Secretário Acadêmico.

A Biblioteca é o órgão técnico de apoio às funções de ensino, pesquisa e extensão, dirigida por profissional habilitado em Biblioteconomia e contando com auxiliares também qualificados.

b) Coordenadoria de Curso

O Coordenador de Curso e o seu substituto eventual são escolhidos e designados pelo Diretor Geral, com titulação adequada às suas funções.

São atribuições do Coordenador de Curso:

I. superintender todas as atividades do Curso e da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
II. convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante;
III. acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
IV. apresentar, semestralmente, ao Colegiado de Curso e à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
V. sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e

monitores;

VI. encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor Geral, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;

VII. promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;

VIII. propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de tecnologia, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;

IX. distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;

X. decidir, após pronunciamento do professor da disciplina, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

XI. delegar competência; e

XII. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

A coordenação dos cursos sequenciais, de tecnologia e de pós-graduação é exercida pela Coordenadoria de Curso que contiver maior número de disciplinas oferecidas à integralização dos mesmos. O Diretor Geral pode designar coordenador específico para cursos sequenciais, de tecnologia ou de pós-graduação, segundo a natureza ou complexidade de cada um.

Ao COSUP compete expedir normas complementares para a organização e funcionamento da Coordenadoria de Curso e sua articulação com os demais órgãos da Faculdade.

3.1.3 Autonomia didático-pedagógica da FAMAZ em relação à mantenedora

O Regimento da Faculdade Metropolitana da Amazônia, nos artigos 91, 92 e 93, disciplina as relações entre esta e sua entidade mantenedora – o Instituto Euro- Americano de Educação, Ciência e Tecnologia (EUROAM).

A entidade mantenedora é responsável pela Faculdade Metropolitana da Amazônia perante as autoridades públicas e o público em geral, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei e do Regimento, a

liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e a sua autonomia didático-científica.

Faculdade, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários e assegurando-lhe os suficientes fatores humanos e recursos financeiros.

À mantenedora fica reservada a administração financeira, contábil e patrimonial da Faculdade, assim como a oferta dos serviços gerais de apoio à Faculdade.

Dependem de aprovação da mantenedora:

3.1.4 o orçamento anual da Faculdade;
3.1.5 a assinatura de convênios, contratos ou acordos;
3.1.6 as decisões dos órgãos colegiados que impliquem em alteração de despesa, investimento ou de receita;
3.1.7 a admissão, promoção, premiação, punição ou dispensa dos recursos humanos colocados à disposição da Faculdade;
3.1.8 a criação ou extinção de cursos e o aumento, redistribuição ou redução de suas vagas iniciais; e
3.1.9 as alterações regimentais.

Compete ao Instituto designar, na forma do Regimento, o Diretor Geral e os Diretores Acadêmico e Administrativo, competindo-lhe, ainda, a contratação do pessoal docente e técnico-administrativo da Faculdade, por indicação do Diretor Geral desta.

Cabe ao Diretor Geral a designação dos ocupantes dos demais cargos ou funções de direção, chefia, coordenação ou assessoramento da Faculdade e a composição dos órgãos colegiados ou comissões.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

4.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) começou a ser pensada no primeiro semestre de 2005, e precisamente, no dia 28 de junho daquele ano, a Assembleia Geral do Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia (EUROAM), Pessoa Jurídica de Direito Privado - sem fins lucrativos, fundado em 1992, com sede e foro em Brasília, que

àquela altura já era mantenedor do Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO), decidiu expandir suas atividades para o Estado do Pará.

A implantação dessa nova unidade de ensino superior do Grupo foi respaldada pela experiência e pela competência institucionais sedimentadas e demonstradas ao longo de quase duas décadas, vivenciadas pelas unidades de ensino da capital federal.

Obedecidas às disposições legais e procedida a avaliação por parte de técnicos do MEC foi exarado o Parecer nº 145/207 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que respaldou a Portaria Ministerial nº 807/2007, publicada no Diário Oficial da União nº160, de 20 de agosto de 2007, seção 1, p. 9, concedendo o credenciamento à Faculdade. No mesmo ato foi aprovado o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional por 5 (cinco) anos como também o Regimento da FAMAZ.

Em 2007 foram autorizados a funcionar os Cursos de Bacharelado em Administração[11], Ciências Contábeis[12] e Enfermagem[13] e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar[14], tendo sido realizada, já no mês de Outubro, a aula inaugural da Faculdade, entrando em imediato funcionamento o Curso de Bacharelado em Enfermagem. No primeiro semestre de 2008 iniciaram-se os três outros cursos, respectivamente: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar e os de Bacharelado em Administração e Ciências Contábeis.

Em cumprimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional foram submetidos ao Ministério da Educação e, posteriormente autorizados, em 2010, os seguintes cursos: Bacharelado em Biomedicina[15] e Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental[16].

Seguiram-se, as autorizações para os cursos de Bacharelado em Direito[17], em 2011; e em 2012, Serviço Social[18], Educação Física[19], Engenharia Civil[20].

Em 2013, além da autorização dos cursos de Bacharelado em Engenharia de Produção[21], Medicina[22] e do Curso Tecnologia em Radiologia[23], a IES foi recredenciada por meio da Portaria Ministerial nº 854/2013, publicada no Diário Oficial da União nº177, de 11 de setembro de 2013, Seção 1, p. 8.

[11] Portaria Sesu nº738, de 23/08/2007, D.O.U de 24/08/2007.
[12] Portaria Sesu nº797, de 13/09/2007, D.O.U de 14/09/2007.
[13] Portaria Sesu nº799, de 13/09/2007, D.O.U de 14/09/2007.
[14] Portaria Sesu nº503, de 12/09/2007, D.O.U de 13/09/2007.
[15] Portaria Sesu nº1472, de 21/09/2010, D.O.U 22/09/2010.
[16] Portaria Sesu nº231, de 06/12/2010, D.O.U de 09/12/2010.
[17] Portaria Sesu nº 212, de 27/06/2011, D.O.U de 29/06/2011.
[18] Portaria Sesu nº49, de 29/05/2012, D.O.U de 01/06/2012.
[19] Portaria Sesu nº278, de 19/12/2012, D.O.U de 28/12/2012.
[20] Portaria Sesu nº278, de 19/12/2012, D.O.U de 28/12/2012.
[21] Portaria Sesu nº 113, de 18/03/2013, D.O.U de 18/03/2013.
[22] Portaria Sesu nº625, de 27/11/2013, D.O.U de 28/11/2013.
[23] Portaria Sesu nº693, 18/12/2013, D.O.U de 18/11/2013.

Nos anos seguintes, em contínua expansão foram autorizados os cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos[24] e Marketing[25], em 2014; Bacharelados em Arquitetura e Urbanismo[26] e Engenharia Ambiental e Sanitária[27], em 2015, o curso de Bacharelado em Odontologia[28] e o de Psicologia[29], em 2016.

Atualmente a IES possui CI 4, IGC 4 e 8 cursos de graduação reconhecidos (Bacharelados em Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física e Enfermagem e os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Gestão Hospitalar).

Avaliada pelo MEC como a melhor Faculdade do Estado do Pará a Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) inicia o primeiro semestre letivo de 2017 com 4.237 alunos (as) regularmente matriculados (as) nos 18 cursos de graduação, sendo 14 cursos na modalidade Bacharelado e 04 Cursos Superiores de Tecnologia.

A IES conta, no momento de elaboração deste PDI, com 495 colaboradores, sendo 220 membros do corpo técnico-administrativo e 275 docentes com pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu* em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

A par dos cursos de graduação, a IES já conferiu, até o momento, títulos de especialização a 471 profissionais e apresenta, no primeiro semestre letivo de 2017, 435 alunos (as) regularmente matriculados (as) nos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Com investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e ênfase no ensino de qualidade e atenta às necessidades educacionais da Região Norte e o Estado do Pará, notadamente conhecida como área periférica ativa de um país em desenvolvimento, detentora de potenciais econômicos nas atividades extrativas e primárias, mas possuidora de grandes entraves sociais, e sobretudo, carente de espaços que possibilitem a formação profissional de nível superior de forma mais ampla e igualitária, a IES manifesta-se ao Ministério de Educação com o intuito de lograr o patamar de Centro Universitário.

Em consonância com as diretrizes e procedimentos estabelecidos, a FAMAZ protocolizou no e-MEC o Processo n° 20160728, em 01/09/2016, para fins de transformação da organização acadêmica de Faculdade para Centro Universitário com a postagem de toda a documentação comprobatória exigida.

[24] Portaria Sesu nº213, 28/03/2014, D.O.U de 28/03/2014.
[25] Portaria Sesu nº213, 27/03/2014, D.O.U de 28/03/2014.
[26] Portaria Sesu nº238, de 05/03/2015, D.O.U de 06/03/2015.
[27] Portaria Sesu nº621, de 04/09/2015, D.O.U de 08/09/2015.
[28] Portaria Sesu nº35, de 01/03/2016, D.O.U de 02/03/2016.
[29] Portaria Sesu nº31, de 11/02/2016, D.O.U de 15/02/2016.

4.2 MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS E VALORES

A Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) tem como **missão**:

"Formar profissionais de nível superior com visão de cidadania, espírito ético e domínio de competências específicas em seu campo de atuação, em todas as áreas de conhecimento sob responsabilidade da instituição, assim contribuindo para a consolidação e ampliação da oferta das condições humanas e tecnológicas necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região amazônica, com particular atenção para o contexto da cidade de Belém e do Estado do Pará, incluída a preservação de sua memória histórica e patrimônio cultural".

A missão evidencia o investimento no processo de ensino-aprendizagem, que visa a capacitar os (as) egressos (as) para atenderem às exigências e às expectativas do mundo do trabalho e da sociedade, com competências para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de saber.

Neste contexto, A FAMAZ assume a seguinte **visão**:

"**Ser referência na região Norte comprometido com a formação acadêmica de qualidade nos cursos de graduação e de pós-graduação, pautada na integração do ensino, da investigação científica/pesquisa e da extensão, visando a melhoria da educação e das condições de vida em Belém, no Pará e no Brasil".**

Com base no exposto, A FAMAZ permeia suas ações com base nos seguintes **princípios**:

I. Qualidade na formação acadêmica e profissional – Seguindo normas e parâmetros fixados pela legislação, a Instituição preconiza a formação de qualidade para atender aos desafios da contemporaneidade, incentivando também as manifestações culturais e esportivas e estimulando o desenvolvimento científico e tecnológico;

II. Educação transformadora e cidadã – A Instituição acredita que somente pela educação é possível atingir patamares sólidos de desenvolvimento, que beneficiem a sociedade como um todo e garantam os direitos inalienáveis do (a) cidadão/cidadã.

III. Gestão participativa e democrática – A Instituição busca a qualificação institucional permanente de seus recursos humanos e de sua estrutura organizacional, delegando responsabilidades, de forma a conferir autoridade ao público interno;

IV. Valorização da postura ética e cidadã – A Instituição contribui para o processo de consolidação da cidadania brasileira, mediante formulação de propostas pertinentes à melhor percepção e exercício dos deveres e direitos do (a) cidadão/cidadã;

V. Respeito à identidade cultural e diversidade regional – A Instituição valoriza a diversidade, não permitindo qualquer tipo de discriminação, e enfatiza a preservação da cultura e valores regionais como forma de identidade cultural e respeito ao (a) cidadão/cidadã;

VI. Compromisso com a acessibilidade e inclusão social – A Instituição desenvolve programas de inclusão social e de capacitação que contemplem o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou pertencentes a grupos de minorias sociais, bem como, promove condições de acesso a seus bens e serviços às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; pessoas com transtorno do espectro autista; e/ou pessoas com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação; e

VII. Responsabilidade Socioambiental – A Instituição acredita que a conscientização ambiental é base para a atuação proativa na defesa do meio ambiente e para o desenvolvimento social. Para tanto, acompanha a disseminação de conhecimentos de proteção do meio ambiente e desenvolve projetos visando à proteção dos recursos naturais, minimizando os impactos ambientais e maximizando a cultura da sustentabilidade.

Coerente com estes postulados, A FAMAZ reafirma o compromisso de contribuir para a construção de uma sociedade solidária e democrática tendo como base os valores universais e destaca outros: liberdade, ética, competência, responsabilidade socioambiental, inclusão social, qualidade e sustentabilidade.

4.3 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os objetivos institucionais da Faculdade Metropolitana da Amazônia - FAMAZ, consagrados no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI no período de vigência 2018-2022 são:

I. Oferecer à sociedade cursos e programas de educação superior, visando ao pleno desenvolvimento do (a) educando (a), seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

II. Desenvolver o ensino, valorizando os cursos oferecidos, favorecendo o desenvolvimento do conhecimento em áreas específicas e construindo condições para uma crescente ação interdisciplinar;

III. Promover, pela oferta de ensino de alto padrão, em todos os níveis da educação superior, a formação de valores humanos capazes de compreender, de atuar e de apresentar alternativas de intervenção e de transformação da realidade;

IV. Desenvolver projetos pedagógicos para os cursos superiores, a partir de reflexões dos objetivos maiores do Centro Universitário, dos pressupostos, da concepção de saber, de ensino-aprendizagem que os sustentam e referente à pessoa, ao (a) cidadão/cidadã e ao (a) profissional que se obstina formar;

V. Promover a articulação do ensino com as demais funções universitárias, mirando à integração, sempre que possível, do saber acadêmico com a realidade;

VI. Promover o desenvolvimento de atividades de extensão e de prestação de serviços à sociedade, criando, dentro da estrutura acadêmica, órgãos específicos para tal finalidade;

VII. Encaminhar as questões de qualidade e de avaliação tendo como referências os princípios delineados no PDI, essenciais para repensar e fortalecer seus cursos e programas de nível superior e para informar a sociedade a respeito do desenvolvimento de suas atividades;

VIII. Desenvolver modelos de autoavaliação de todas as suas funções, com o envolvimento dos (as) professores (as), dos (as) funcionários (as), dos (as) alunos (as) e dos órgãos dirigentes, conduzindo e oferecendo parâmetros às iniciativas de avaliação externa;

IX. Implementar uma estrutura administrativa flexível capaz de viabilizar nova postura em relação ao papel dos órgãos administrativos e acadêmicos, abrindo espaços para a discussão dos princípios e objetivos institucionais;

X. Apoiar e incentivar atividades culturais e de Esporte e Lazer em seus vários âmbitos e caracterizações;

XI. Desenvolver a consciência de cidadania do indivíduo, de seus direitos e deveres políticos, sociais, éticos, econômicos, culturais e de solidariedade e respeito ao meio ambiente; e

XII. Subsidiar o processo de construção da democracia e da integração nos espaços das conquistas sociais e políticas que vêm caracterizando, em particular, o Brasil, e os países das Américas nos últimos anos e que passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia.

Entretanto, complementam ainda os objetivos institucionais da FAMAZ, os objetivos educacionais que expressam os pressupostos e encaminhamentos puramente acadêmicos do ato de educar, para os quais os docentes da FAMAZ recebem orientação ao ingressar na instituição:

I. Proporcionar sólida fundamentação humanístico-técnico-científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão;

II. Relacionar conceitos e fatos históricos para compreender o panorama sócio-econômico-cultural atual, suas necessidades e prioridades;
III. Estabelecer conexões entre o passado e o presente da sociedade, sob o ponto de vista sócio-econômico-cultural, a fim de compreender a evolução dos conceitos;
IV. Estimular a pesquisa constante para a ampliação de perspectivas e abordagens dentro dos vários processos no âmbito profissional;
V. Favorecer condições para que o (a) aluno (a) atue como profissional capaz de interpretar e interagir em uma determinada realidade, de forma a trazer resultados positivos para a organização em que atua;
VI. Proporcionar uma formação crítica e reflexiva que lhe dê condições de exercer a liderança, de apresentar capacidade de decisão, de definir tomada de decisões assertivas; e
VII. Enfatizar sempre o exercício da cidadania e da ética na vida pessoal e profissional.

4.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para o alcance pleno de suas finalidades institucionais, A FAMAZ oferece atualmente cursos de graduação, nas modalidades de Bacharelado, Cursos Superiores de Tecnologia; cursos de extensão e pós-graduação *Lato sensu*, desenvolvendo políticas de ensino, de iniciação científica/pesquisa e de extensão, além de contemplar, plenamente, ações acadêmicas e administrativas que possibilitam a implementação das dez dimensões do SINAES.

A escolha de todos os cursos é feita de maneira balizada por detalhados estudos sobre a vocação socioeconômica do Estado do Pará, bem como das necessidades e carências profissionais de seus mercados produtivos.

A atuação tem como referencial a legislação da educação superior, os atos normativos do MEC e do CNE e seus próprios atos, bem como, a base filosófica expressa no seu Projeto Pedagógico Institucional.

A FAMAZ iniciou o primeiro semestre de 2017 com 4.327 alunos (as) matriculados (as) nos cursos de graduação e 435 alunos (as) matriculados (as) nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, totalizando 4.762 alunos (as). Ao completar 10 anos de existência, a IES conquistou o reconhecimento social como a mais importante Instituição de Educação Superior de ensino privado do Estado do Pará, desempenhando papel fundamental na expansão com qualidade da educação superior, especialmente na formação de profissionais competentes em várias áreas do conhecimento, considerando o

grande número de profissionais que atuam em instituições públicas e privadas no Pará e na Região Norte, egressos (as) dos seus cursos de graduação e de pós-graduação.

Desta forma, A FAMAZ ocupa importante espaço no panorama educacional de Belém, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável desta região e do país.

4.4.1 Cursos de Graduação

Ciente de suas responsabilidades sociais, A FAMAZ tem se orientado no oferecimento de cursos de graduação que compreendem um conjunto de atividades pedagógicas sistematizadas com o objetivo de formar profissionais, conforme perfil definido pelas diretrizes curriculares nacionais e pelos contextos social, econômico e de trabalho.

A organização curricular e didática, conforme legislação especifica, potencializam a formação e o aperfeiçoamento contínuo do (as) aluno (as) como pessoa, profissional e cidadão/cidadã, em harmonia com a missão da FAMAZ, com os objetivos e a função social dos cursos.

Conforme o cadastro de denominações de cursos, consolidadas pela Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação, para cursos de graduação nas áreas tradicionais da Educação Brasileira, na modalidade Bacharelado, compõem o portfólio de cursos de graduação presencial de atuação do Centro Universitário, os cursos de graduação citados na Tabela 4.

Tabela 4. Cursos de Graduação, modalidade Bacharelado, ofertados na FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

Nº	CURSO DE GRADUAÇÃO	MODALIDADE
1	Administração	Bacharelado
2	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado
3	Biomedicina	Bacharelado
4	Ciências Contábeis	Bacharelado
5	Direito	Bacharelado
6	Educação Física	Bacharelado
7	Enfermagem	Bacharelado
8	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado

9	Engenharia Civil	Bacharelado
10	Engenharia de Produção	Bacharelado
11	Medicina	Bacharelado
12	Odontologia	Bacharelado
13	Psicologia	Bacharelado
14	Serviço Social	Bacharelado

Fonte: Assessoria de Qualidade, FAMAZ, 2017.

Com relação aos cursos de Graduação em Tecnologia, estes são ofertados conforme a Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016, que estabelece a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CST) à sociedade brasileira e a contribuição do MEC para qualificar a oferta dos CST.

Os Cursos Superiores de Tecnologia (Tabela 5) ofertados pela FAMAZ, até o momento, visam formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades próprias de cada curso tecnológico, com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade.

Tabela 5. Cursos de Graduação, Modalidade Curso Superior de Tecnologia e Eixos Tecnológicos, ofertados na FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

Nº	NOME DO CURSO DE GRADUAÇÃO	MODALIDADE	ÁREA DE CONHECIMENTO/ EIXO TECNOLÓGICO
1	Gestão Ambiental	Curso Superior de Tecnologia	Ambiente e Saúde
2	Gestão Hospitalar	Curso Superior de Tecnologia	Ambiente e Saúde
3	Radiologia	Curso Superior de Tecnologia	Ambiente e Saúde
4	Recursos Humanos	Curso Superior de Tecnologia	Gestão e Negócios

Fonte: Assessoria de Qualidade, FAMAZ, 2017.

A situação atual dos cursos de graduação, em atividade, da modalidade Educação Presencial, ofertados pela Faculdade Metropolitana da Amazônia está descrita na Tabela 6.

Tabela 6. Situação atual dos cursos de graduação ofertados em atividade, da modalidade Educação Presencial, ofertados pela FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CÓDIGO DO CURSO*	NOME DO CURSO DE GRADUAÇÃO	GRAU	VAGAS **	CH TOTAL ***	TIPO DE PERIODICIDADE
105494	Administração	Bacharelado	250	3000	Semestral

1257836	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	120	3600	Semestral
1081809	Biomedicina	Bacharelado	300	3500	Semestral
105918	Ciências contábeis	Bacharelado	250	3000	Semestral
5000868	Direito	Bacharelado	300	3700	Semestral
1174854	Educação física	Bacharelado	200	3200	Semestral
105922	Enfermagem	Bacharelado	250	4000	Semestral
1258039	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	200	7200	Semestral
1174856	Engenharia civil	Bacharelado	200	3600	Semestral
1174857	Engenharia de Produção	Bacharelado	200	3600	Semestral
1082424	Gestão ambiental	Tecnológico	100	1760	Semestral
1257845	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	100	1680	Semestral
105736	Gestão Hospitalar	Tecnológico	200	2480	Semestral
1257842	Marketing	Tecnológico	100	1680	Semestral
1171609	Medicina	Bacharelado	140	7464	Semestral
1279596	Odontologia	Bacharelado	100	4000	Semestral
1279597	Psicologia	Bacharelado	200	4000	Semestral
1187832	Radiologia	Tecnológico	100	2640	Semestral
1174855	Serviço social	Bacharelado	200	3000	Semestral

Legenda: * No e-MEC; ** Vagas Autorizadas; *** Carga Horária Total.

4.4.2 Cursos de Pós-Graduação

A par dos cursos de graduação, a IES já conferiu, até o momento, títulos de especialização a **603** profissionais e apresenta, no primeiro semestre letivo de 2017, **304** alunos(as) regularmente matriculados(as) nos cursos de pós-graduação *Lato sensu*.

A situação atual dos cursos de pós-graduação, em atividade, ofertados pela Faculdade Metropolitana da Amazônia está descrita na Tabela 7.

Tabela 7. Situação atual dos cursos de pós-graduação ofertados em atividade, da modalidade Educação Presencial, ofertados pela FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO	CH TOTAL*	Duração/mês
Enfermagem Obstétrica	360h	18 meses
Enfermagem em terapia intensiva (ênfase em uti adulto e neonatal)	400h	20 meses
Gestão e auditoria em sistemas de saúde	360h	18 meses
Enfermagem em urgência e emergência	360h	18 meses
Enfermagem do trabalho	360h	18 meses
Enfermagem Oncológica	360h	18 meses
Microbiologia com ênfase em bacteriologia clínica e ambiental	360h	18 meses

Atenção primária com ênfase na Estratégia Saúde da Família	400h	18 meses

Legenda: *Carga Horária Total.

4.5 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E QUANTIFICAÇÃO DAS METAS[30]

A fim de firmar-se como Centro de educação superior, A FAMAZ estabeleceu o cronograma de desenvolvimento que norteará os próximos cinco anos de gestão acadêmico-administrativa. Este esboço estratégico está pautado no contexto regional, verificado pela necessidade de expandir, oportunizando o desenvolvimento social e econômico, nas diferentes localidades que compõem o Estado do Pará e a Amazônia, além de planejar ordenadamente o desenvolvimento das Unidades e cursos em pleno funcionamento.

Com esta finalidade, o planejamento foi dividido em duas grandes áreas: plano de desenvolvimento dos cursos de graduação, divididos em três modalidades que incluem bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia e Plano de desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, que incluem as modalidades *Stricto sensu* e *Lato sensu*. Cabe registrar que, em ambas as áreas, estão contempladas ações de extensão e de iniciação científica/pesquisa.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da FAMAZ, para o período de 2018 a 2022, tem as seguintes metas:

I. Ampliar o papel da FAMAZ no desenvolvimento social e econômico do Estado do Pará e da Amazônia;

II. Intensificar a interlocução entre A FAMAZ e a sociedade, especialmente, nos campos da educação, saúde e cultura, atendendo às demandas sociais;

III. Ampliar o espaço de atuação da FAMAZ, no que concerne a suas políticas acadêmicas, através do ensino, da iniciação científica e da extensão, com a criação de novos projetos;

IV. Incentivar programas inovadores, baseados na iniciação científica e no intercâmbio com entidades nacionais e internacionais;

V. Consolidar a extensão universitária indissociável da iniciação científica/pesquisa e do ensino, possibilitando a interface da instituição com a sociedade e como espaço pedagógico de formação;

VI. Ampliar e diversificar as atividades de ensino na FAMAZ, em ensino de graduação e pós-graduação;

VII. Realizar atividades culturais, artísticas e esportivas, como espaço de formação de seus

[30] Na exposição dos eixos de desenvolvimento e implementação, especificamente no subtítulo “Desenvolvimento Institucional” aparecerá um relato de metas alocadas a cada setor e especificidade.

(suas) alunos (as);

VIII. Ampliar a oportunidade de acesso à educação superior àqueles grupos que não têm condições de assistir as aulas presenciais; e

IX. Ampliar a implementação de políticas de apoio ao corpo discente, corpo docente e técnico-administrativo em função dos interesses da instituição.

5. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FAMAZ apresenta a contextualização, a trajetória, os indicadores e as políticas institucionais em consonância com a legislação em vigor.

A FAMAZ, com sede em Belém, Estado do Pará, em sua trajetória, de 2007 até o momento atual, demonstra que a motivação inicial de promover o desenvolvimento local e regional, por meio de formação de profissionais qualificados (as), permanece aperfeiçoando-se como Instituição de Educação Superior.

O PPI descreve, também, as políticas institucionais que compreendem as políticas acadêmicas e administrativas/gestão, por meio da graduação e da pós-graduação, com envolvimento do corpo social composto por docentes, corpo técnico-administrativo e discentes. Essas políticas se concretizam por meio de cursos, programas, projetos, planos, ações, atividades e demais modalidades.

As políticas institucionais (acadêmica e de administração/gestão) assumem o pedagógico (ensino) como referência, tendo, principalmente, como princípios e diretrizes balizadoras a relação exposta a seguir:

I. Compromisso das IES com os interesses coletivos;

II. Indissociabilidade entre ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão;

III. Formação de profissionais e pesquisadores (as) com competências técnicas e políticas, assumidos como sujeitos sociais, produtores ativos na construção do bem-estar social, dotados (as) de conhecimentos, de raciocínio, de percepção e sensibilidade para as questões que a vida e a sociedade propõem, capacitados (as) para intervir em contextos de incertezas e complexidades;

IV. Formação generalista, humanizada, crítica e fundamentada nos postulados éticos e nas inovações científicas e tecnológicas, sintonizadas com o mundo do trabalho;

V. Adequação da formação profissional à diversidade e complexidade do mundo contemporâneo e participação na construção de políticas públicas;

VI. Exercício profissional com qualidade e postura ética, cidadã e solidária;
VII. Articulação da educação básica e da educação superior, na perspectiva da educação continuada;
VIII. Expansão com qualidade e inclusão social;
IX. Respeito à diversidade regional e à identidade institucional; e
X. Capacidade de compreender e atuar na diversidade nacional, presente no ambiente de trabalho, como riqueza de conhecimento e de saberes humanos.

5.1 CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

A Faculdade Metropolitana da Amazônia, por meio de seus cursos de graduação e pós-graduação, pretende cumprir com as suas finalidades institucionais, desenvolvendo processos de ensino e de aprendizagem que capacitem os (as) estudantes a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas de sua área profissional, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas atuais ou emergentes, nos vários segmentos do campo de sua atuação, de acordo com as orientações e os dispositivos legais.

As capacidades, requeridas aos (as) egressos (as) da FAMAZ, deverão sempre ser referenciadas na concepção de educação tomada na Instituição, devendo abarcar as intelectivas, interpessoais, intrapessoal, as técnicas e políticas de inserção/permanência no mundo do trabalho, as ético-profissionais, entre outras, inclusive as de formação do pensamento científico-teórico.

Para atender a esse ensejo, necessário se faz o estabelecimento de critérios gerais para o delineamento do conjunto de elementos essenciais das diretrizes pedagógicas estabelecidas para a Instituição, quais sejam: o *perfil do (a) egresso (a)*, a *seleção de conteúdos*, o *método da ação pedagógica*, o *processo de avaliação da aprendizagem* e do ensino e a *forma de desenvolvimento das atividades de prática profissional complementares do estágio*, dentre outros.

5.1.1 Perfil do (a) Egresso (a)

A formação acadêmica fundamenta-se na articulação das atividades de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão nas áreas de conhecimento abrangidas pelos cursos de graduação e de pós-graduação ofertados pela IES.

A criação da Faculdade Metropolitana da Amazônia e dos cursos da Instituição justifica-se a partir do comportamento dinâmico da sociedade capitalista, que reflete diretamente nos setores de controle e de gestão dos recursos, fazendo-se necessários novos modelos de gestão e um novo perfil profissional. No Brasil, e também na Região do Pará, uma nova visão do desenvolvimento caracteriza-se, sobretudo, pela busca de um modelo que valorize a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente, em função do enorme patrimônio genético e das riquezas minerais e florestais dos ecossistemas regionais, além das grandes reservas de recursos hídricos que o estado possui.

Imbuído do propósito de contribuir com esse processo, a IES optou pela oferta de cursos que buscam colaborar de forma rápida com as demandas profissionais da realidade atual. O que a Instituição pretende é que estes cursos forneçam ao mercado estadual, regional e nacional profissionais com competência, visão de futuro e espírito crítico, capazes de atuarem como empreendedores (as), consultores (as), prestadores (as) de serviços, empregados (as) de empresas ou instituições, compreendendo os parâmetros sociais, tecnológicos, econômicos e produtivos que possam provocar impactos no meio ambiente e na sociedade; e, também, profissionais capazes de propor soluções para prevenção, melhoria e conservação da qualidade ambiental e social.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia é constituída na compreensão de que o processo de ensino formal deve ser elaborado com metodologias ativas e criativas, que proporcionem ao (a) aluno (a) a construção da assimilação crítica do saber e o confronto desta com a necessidade socioeconômica, política, ambiental e cultural. O relacionamento teórico-prático encontra-se no centro de todo o questionamento do processo ensino-aprendizagem dos Cursos da IES, tendo-se a preocupação de associar o referencial teórico à realidade brasileira e está ao mercado globalizado. A preocupação é que o (a) aluno (a) possa estabelecer os inter-relacionamentos prático-teóricos e tenha fundamentos sólidos que permeiem todo o seu processo de ação como profissional.

A necessidade de formar egressos (as) que venham a responder satisfatoriamente a esses desafios é a base da concepção pedagógica proposta para a Faculdade Metropolitana da Amazônia, que está baseada nos seguintes princípios:

I. Princípio Unificador: visa à formação de um (a) profissional com qualificação e responsabilidade técnicas e humanas para trabalhar no contexto de sustentabilidade;

II. Princípios gerais orientadores do ensino, tanto no conteúdo que se propõe a ensinar aos (as) alunos (as) quantos aos métodos de ensino a empregar;

III. Princípios específicos para o ensino de nível superior; e

IV. Princípios orientadores para elaboração de projetos de aprendizagem.

A Instituição adota enfoques e estratégias que se adaptem à formação dos (as) profissionais considerando-se as seguintes características: Curiosidade científica e interesse permanente pelo aprendizado; espírito crítico e consciência da transitoriedade de teorias e técnicas; domínio dos conhecimentos necessários à compreensão dos processos relacionados com a prática em gestão, ambiente e negócios; capacidade para trabalhar em equipe; ética e sensibilidade humana.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da FAMAZ refletem as expectativas educacionais da Instituição dispostas no PPI e no PDI da IES, bem como, as necessidades do Estado do Pará, que possui área de 1.248.042,515 km² e população de 7.321.493 habitantes (IBGE, 2010), e da sua capital, Belém.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Belém é de 0,746, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP). É o maior IDH-M de todo o Estado do Pará, ocupando a 628º posição em relação aos demais municípios do país. Em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB), a soma das riquezas produzidas por Belém, apresentou expansão e foi estimado em R$ 28,7 bilhões, com expansão de R$ 1,57 bilhões. É o maior PIB de todo o Estado do Pará, ocupando a 22ª posição em relação aos demais municípios do país (IBGE, 2013).

Este contexto sócio-econômico-geográfico, com suas especificidades históricas, culturais, sociais e ambientais, delineia o quadro macrossociológico de inserção institucional e condiciona as opções e estratégias de atuação acadêmica, que devem estar voltadas para as necessidades locais e dar a sua contribuição à formação de quadros profissionais preparados para os enfrentamentos do processo de desenvolvimento regional, com seus desafios inerentes.

No contexto da "sociedade do conhecimento", em que o domínio do saber é o fundamento último de todo processo de desenvolvimento econômico e social, nenhum país ou região poderá mais controlar ou influir naquilo que não tem competência para produzir. Educação superior de qualidade, portanto, neste horizonte – e, no caso do Pará, com particular sensibilidade aos investimentos nas áreas de conhecimento de maior demanda regional (com adaptação dos diversos projetos pedagógicos e campos de especialização ao ambiente de inserção), representa um dos grandes desafios do milênio, portanto deve merecer, por todas as razões expostas, atenção prioritária da sociedade civil e dos governantes, não se poupando

iniciativas que se somem na ampla cadeia de cooperação que terá de se consolidar, com urgência, em âmbito regional, nos próximos anos.

Tendo em vista as características do Estado do Pará e de Belém e suas possibilidades de crescimento econômico, a Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) se propõe mais uma vez a ofertar educação de qualidade, com vistas à colaboração na formação de profissionais qualificados (as) e integrados (as) à realidade deste município, do estado, do entorno e do país, oferecendo ensino que conduza à cidadania e ao comprometimento com os desafios do mercado de trabalho contemporâneo e que forme um (a) egresso (a) atualizado (a) e completo (a) para atender as demandas profissionais e as perspectivas do mercado de trabalho, da sociedade e dos (as) cidadãos/cidadãs que precisam de profissionais competentes, responsáveis, éticos (as) e preocupados (as) com os problemas sociais e ambientais.

Assim, a Faculdade Metropolitana da Amazônia avança no sentido da sua vocação institucional que é formar profissionais em várias áreas de conhecimento, garantindo a interdisciplinaridade, o trabalho em equipe, a visão humanista e os postulados éticos.

Face ao exposto, ressalta-se que a formação desses profissionais representa, para Belém e para a região, uma das ações estratégicas para a melhoria da qualidade de vida da população, considerando a necessidade e a relevância social desses cursos de graduação.

Sintetizando, o perfil profissional do (a) egresso (a) está fundamentado na concepção filosófico-educacional de formação do (a) cidadão/cidadã profissional preparado (a) para atuar no mundo do trabalho de forma competente e ética, visando a contribuir com o desenvolvimento das sociedades de Belém, do Pará, da Região Norte e do Brasil, contemplando o cumprimento pleno das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores.

5.1.2 Seleção de Conteúdos

A seleção de conteúdo e elaboração dos currículos é o resultado de um universo de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. A seleção é uma questão de poder. Ao selecionar determinado conteúdo para fazer parte do currículo, estar-se-á privilegiando alguns conteúdos em detrimento de outros.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos da Faculdade Metropolitana da Amazônia deve-se levar em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição e considerar referenciais específicos, tais como:

I. Sócio-antropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visa despertar no (a) aluno (a) a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos (as) tenham oportunidades iguais, onde todos (as) participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;

II. Psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do (a) aluno (a); e

III. Epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;

O processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do (a) cidadão/cidadã, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O (A) discente deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc.

Ao selecionar os conteúdos, os (as) professores (as) trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os (as) docentes da Faculdade Metropolitana da Amazônia devem:

I. Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;

II. Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida; e

III. Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do (a) aluno (a), tendo em vista a sua transformação.

Para assegurar a qualidade do ensino na FAMAZ e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas:

I. A revisão contínua dos currículos;
II. A atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino;
III. A dinamização das atividades práticas de formação profissional;
IV. A orientação acadêmica;
V. A ampliação dos recursos de apoio ao ensino;
VI. O aperfeiçoamento docente;
VII. A qualificação docente;
VIII. A criação de novos cursos; e
IX. A elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) observa as seguintes diretrizes na elaboração e revisão dos currículos:
I. Coerência do currículo com os objetivos do curso;
II. Coerência do currículo com o perfil do (a) egresso (a);
III. Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;
IV. Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-prática do curso;
V. Inter-relação e integração entre as disciplinas;
VI. Dimensionamento da carga horária das disciplinas;
VII. Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas; e
VIII. Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

5.1.3 Princípios e Diretrizes Metodológicas

A sociedade em que vivemos está em constante transformação, e o ser humano necessita atualizar-se constantemente, buscar novos saberes que lhe permitam adequar-se a esse mundo que se renova a cada dia, necessita aprofundar o seu conhecimento por meio de estudos e pesquisas. Há surgido, pois, um novo conceito de ensino que tenta relacionar diversas situações atuais com o meio social no qual estamos inseridos.

Para legitimar o processo de atualização e a visão integralizadora da educação, A FAMAZ elegeu princípios e diretrizes metodológicas compatíveis com as tendências pedagógicas atuais que destacam a perspectiva interacionista. Ao estabelecer esses princípios norteadores, a Instituição não estabelece uma relação categoricamente fechada ou hierarquicamente organizada, mas permanece atenta a novas ideias que atendam às necessidades da natureza e especificidade dos cursos oferecidos.

Esses princípios pedagógicos orientam a definição dos objetivos educativos que a sua vez determinam o conteúdo e a forma (direção) da educação de uma sociedade.

I. Colaboração e Mediação

A relação estabelecida entre professor (a) e aluno (a) constitui o cerne do processo pedagógico da FAMAZ. O trabalho do (a) professor (a) não consiste simplesmente em transmitir informações ou conhecimentos, mas, sobretudo, apresentar os conteúdos sob forma de problemas a resolver situando o estudante em um contexto de modo que possa estabelecer a ligação entre a sua solução e outras interrogações mais abrangentes. A cooperação entre alunos (as), professores (as) e demais membros (as) da Instituição para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, discussões de temas, construção de projetos, para aprender por meio de trabalhos conjuntos é mais acentuada, o que permite melhores resultados.

Com ênfase em um processo de ensino e aprendizagem que considera o ambiente histórico, cultural, social, natural, econômico e político; a essência, a subjetividade e a herança cultural dos (as) estudantes, oportuniza-se a troca de experiências com seus pares, o que permite a reflexão crítica sobre a produção de conhecimento novo, bem como a partilha desses saberes com todo o grupo, ou seja, produção de sentido sobre as vivências e experiências da vida.

É imprescindível que a Instituição promova a democratização do ensino, na qual a inclusão seja a garantia de todos os ingressos, de forma que se tenha acesso ao espaço educacional de forma respeitosa, orientada para o acolhimento à diversidade humana, pautada em ações coletivas que visem à equiparação das oportunidades. Cabe, portanto, eliminar todas as barreiras físicas e atitudinais negativas para que as pessoas possam ter acesso ao seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.

II. Aprendizagem Significativa

Uma instituição educacional deve ter como ponto de partida e de chegada à prática social. Portanto, as atividades acadêmicas da FAMAZ estão fundamentadas nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, exercitando a capacidade de servir ao próximo da melhor maneira possível, para tanto, promove eventos de participação da comunidade cujo objetivo é a motivação e satisfação humana.

São consideradas, também, as experiências prévias dos (as) alunos (as) e estabelecidas relações entre o conhecimento e situações da realidade prática, o que permite aos (as) professores (as) unir o novo conteúdo a estruturas de aprendizagem significativa. Ao promover a contextualização dos conteúdos, relacionados a experiências do cotidiano, esse princípio também promoverá o relacionamento entre teoria e prática. Outra característica do trabalho pedagógico da Instituição é o envolvimento dos (as) estudantes em trabalhos de iniciação científica/pesquisa que buscam nas vivências dos indivíduos, no seu contexto socioeconômico e cultural, um caminho para educar, considera-se o (a) aluno (a) como um ser que age e interage com o meio.

O ensino se torna eficaz na medida em que o (a) docente é capaz de estabelecer a integração entre o conteúdo e os valores por ele (a) definidos e vivenciados, tornando o aprender significativo e útil para a vida. Deve o (a) docente falar daquilo que conhece, sente e vive, alimentando o conhecimento prévio com os novos saberes adquiridos.

III. Multidisciplinaridade e Interculturalidade

Ao trabalhar de forma multidisciplinar o (a) professor (a) permite ao (a) aluno (a) perceber as relações entre as disciplinas, tanto nas aulas teóricas como nas aulas práticas. Os trabalhos multidisciplinares envolvem ao máximo os conhecimentos das disciplinas envolvidas, reduzindo a segmentação tradicional que ocorre com as disciplinas.

Já a interdisciplinaridade é o diálogo entre duas ou mais disciplinas. Um ensino pautado na prática interdisciplinar pretende formar alunos (as) com uma visão global de mundo, aptos para articular, religar, contextualizar, situar-se num contexto.

A interculturalidade é tomada pela instituição como princípio, tendo-a como adequada para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva (CANDAU, 2008)[31]. A partir do enfoque intercultural busca-se articular as políticas de igualdade com políticas de identidade. Entende-se que cada cultura tem suas raízes históricas e dinâmicas, portanto, há que se considerar as diferentes culturas e não fixar as pessoas em um padrão cultural único.

No âmbito deste princípio, A FAMAZ atende plenamente às Diretrizes Curriculares Nacionais das *relações étnico-raciais*[32], *políticas ambientais*[33]e *educação para direitos*

[31] Vera M. CANDAU, Direitos humanos, educação e interculturalidade, **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 37 jan./abr., 2008.
[32] Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico –Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei n. 11.645 de 10/03/ 2008; Resolução CNE/CP n. 01 de 17 de junho de 2004).
[33] Diretrizes Curriculares Nacionais da Cultura Indígena e das políticas de educação ambiental (Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002).

humanos[34], não somente em suas delimitações pedagógicas (currículo, conteúdos, etc.), mas, sobretudo, busca reforçar uma filosofia de contextualização de suas atividades e responsabilidade social.

IV. Inovação e Criação

O ensino, nos dias de hoje, exige novas habilidades e competências do profissional da educação. Exige também a competência técnica: trabalho em equipe, adaptação a situações novas, aplicação de conhecimento e aprendizagens, atualização contínua pela iniciação científica/pesquisa, abertura à crítica, busca de soluções criativas, inovadoras, fluência em vários idiomas, domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, gestão de equipe, diálogo entre pares. Essas exigências afetam diretamente as instituições de educação em seu papel de formação do (a) profissional exigido (a) pela sociedade atual.

Posto que o conhecimento e a formação profissional são matéria prima de trabalho da educação superior, é preciso que sejam feitas reflexões sobre as consequências das alterações na sociedade trazidas pela tecnologia, a qual exige mudanças profundas na realização dos trabalhos acadêmicos. Para que essas mudanças aconteçam são necessários abertura, diálogo, intercomunicação e parceria com as mais diversas fontes de produção de conhecimento.

A tecnologia é destacada, pois, como um elemento vinculado aos processos de inovação no ensino à medida que contribui com a formação permanente dos (as) estudantes. A revolução tecnológica constitui um artifício fundamental na modernidade, visto que permite criar novas formas de socialização e, como diz Delors (2003)[35], produz também novas definições de identidade individual e coletiva. Desse modo, a instituição como sistema educativo deve dar resposta aos múltiplos desafios da sociedade da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo dos saberes e do exercício de uma cidadania adaptada às exigências do nosso tempo.

V. Teoria-Prática

Os sistemas educativos modernos se preocupam com a formação adequada dos profissionais e nesse sentido A FAMAZ procura oferecer um ensino no qual se desenvolvam

[34] Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.
[35] DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 2ed. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

as competências e habilidades dos estudantes. Para tanto, faz uso de programas que levam em conta os avanços da pesquisa com métodos pedagógicos e materiais de apoio didático acessíveis. Procura, também, aproximar a formação dos (as) alunos (as) ao mundo real, ao trabalho e às práticas sociais, isso por meio do desenvolvimento de tarefas que possuem utilidade e significado para o trabalho e para a vida.

Observa-se a necessidade de relacionar, constantemente, a teoria à prática, e vice-versa, considerando a articulação natural entre elas. Por esse motivo buscar-se-á enfatizar estratégias de integração teórico-prática e a utilização de procedimentos de reflexão crítica, síntese, análise e aplicação de conceitos voltados para a construção do conhecimento, seguidos do estímulo constante do raciocínio.

VI. Formação Crítica: Ação-Reflexão-Ação

Para Freire (2001)[36] a reflexão é o movimento realizado entre o *fazer* e o *pensar*, entre o *pensar* e o *fazer*, ou seja, no *pensar para o fazer* e no *pensar sobre o fazer*. Para que haja, de fato, uma formação crítica é necessário que o (a) educador (a), ao invés de apenas transmitir conhecimento, ensine o (a) aluno (a) a pensar estimulando-o para que desenvolva um pensamento crítico e reflexivo. Portanto, o (a) educador (a) deve realizar o papel de mediador (a), um (a) facilitador (a) na busca do saber, e o (a) aluno (a) deve ser livre para buscar o conhecimento de forma consciente e crítica e não alienada como acontece na educação tradicional. Docentes e discentes devem ser sujeitos no processo educativo, o aluno deve ser orientado para *saber fazer* e *compreender o que faz*. A reflexão será, pois, um instrumento de desenvolvimento do pensamento, da ação e de desenvolvimento profissional.

O diálogo reflexivo entre professores (as) e alunos (as) permite abrir espaços interativos para a convivência crítica. Existe, pois, a necessidade de se fazer uma reflexão sobre a prática pedagógica para melhorar as atividades desenvolvidas durante a ação pedagógica.

O (A) professor (a) reflexivo (a) deve: analisar, discutir, avaliar e mudar sua prática de ensino por meio de uma abordagem crítica; considerar os contextos políticos e sociais em que trabalha e reconhecer que o ensino é social e politicamente situado; avaliar as dimensões moral e ética implícitas na prática de sala de aula; tornar-se mais responsável pelo próprio

[36] FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

crescimento profissional; buscar desenvolver as próprias teorias e princípios de prática de ensino.

VII. Autonomia

É na relação de respeito mútuo entre professor (a) – aluno (a), de cooperação entre iguais e o respeito ao (a) aluno (a) como sujeito construtor do seu conhecimento que se pode contribuir para a formação de indivíduos autônomos (as). O (A) docente deve assumir um papel de orientador (a) e não de detentor (a) do saber, e as atividades devem ser feitas de forma que o (a) professor (a) interfira de forma provocativa e incentivadora para que tanto o (a) aluno (a), como o (a) professor (a), assumam a postura de pesquisadores (as).

Enfatiza-se a necessidade de construir a autonomia do (a) aluno (a) para promover seu crescimento, para tanto é preciso considerar as atividades que privilegiem a atuação do (a) aluno (a), levando em conta suas experiências pessoais, seus conhecimentos prévios e sua capacidade de tomar decisões e fazer escolhas. Os (As) alunos (as) são orientados (as) a pensar por si mesmos, sem serem conduzidos (as) ou dirigidos (as) por outros, pois o autocontrole, ao invés do controle externo, é essencial para o desenvolvimento intelectual e moral.

A elaboração de projetos pessoais permite o desenvolvimento do pensamento autônomo, indispensável para o domínio das competências necessárias para o exercício da vida profissional e da inserção social.

5.1.4 Processo de Avaliação

Na FAMAZ, o processo de avaliação assume três papéis fundamentais, a saber: diagnóstica/prognóstica, formativa/informativa e somativa/cumulativa.

Por seu caráter diagnóstico/prognóstico, a avaliação deverá reconhecer os caminhos percorridos (diagnóstica) e identificar os caminhos a serem percorridos (prognóstica). Diferente da forma classificatória, a avaliação diagnóstica presta-se a “estar interessado que o educando aprenda e se desenvolva” e, nesse sentido, ter aprendido é inexoravelmente superior a ter ensinado. A diagnose, do grego, significa conhecer a realidade. O prognóstico, por sua vez, tem a função de permitir um ajuste recíproco entre o (a) estudante e o programa de estudos. Esse conhecimento é constante, vale dizer, sob esse ângulo a avaliação tem lugar no início das atividades (para identificar onde estamos e apontar para onde e por onde vamos), no meio do percurso (para identificar se os mínimos necessários foram apreendidos e impor as

correções necessárias ao percurso) e ao final do percurso (para identificar o resultado do trabalho docente, a partir do ponto de vista do (a) estudante). Esse último momento, momento de medida final, não esgota a função da avaliação.

Por seu caráter formativo/informativo, a avaliação avança em relação ao simples reconhecimento do lugar em relação à ação (função diagnóstica/prognóstica). Reconhecendo o papel de favorecer o desenvolvimento daquele que aprende, por qualquer meio (instrumentalizada ou não, acidental ou deliberada, quantitativa ou qualitativa) a avaliação informa os dois principais atores (as) do processo: o (a) professor (a) (e os efeitos reais de seu trabalho) e o (a) estudante (e o lugar em que se encontra frente ao desejado). Será formativa a avaliação quando:

I. Colocando-se deliberadamente a serviço do fim que lhe dá sentido: tornar-se um elemento, um momento determinante da ação educativa;

II. Propondo-se tanto a contribuir para uma evolução do (a) aluno (a) quanto a dizer o que, atualmente, ele (a) é; e

III. Inscrevendo-se na continuidade da ação pedagógica, ao invés de ser simplesmente uma operação externa de controle, cujo agente poderia ser totalmente estrangeiro à atividade pedagógica.

A avaliação formativa/informativa ainda não possui modelo pronto, não é diretamente operatória. Sua existência concreta jamais é assegurada. Caracteriza-se pela colocação das constatações do processo avaliativo a serviço de uma relação de ajuda: "é a vontade de ajudar que, em última análise, instala a atividade avaliativa em um registro formativo".

A dimensão somativa/cumulativa inscreve-se no contexto da avaliação que ocorre depois da ação. Nesse caso, fala-se de avaliação cumulativa quando possui a função de "verificar se as aquisições visadas pela formação foram feitas". A ideia de balanço final da formação, no qual as aquisições são colocadas à prova a fim de expedir ou não "certificados/diplomas" preside essa noção. Tendo caráter terminal, essa avaliação é global e se refere a tarefas socialmente significativas.

Ao avaliar a aprendizagem, por fim, o (a) professor (a) deverá:

I. Coletar, analisar e sintetizar, da forma mais objetiva possível as manifestações das condutas – cognitivas, afetivas, psicomotoras – dos (as) educandos (as), produzindo uma configuração do efetivamente aprendido; e

II. Atribuir uma qualidade a essa configuração da aprendizagem, a partir de um padrão (nível de expectativa) preestabelecido e admitido como válido pela comunidade dos (a) educadores (a) e especialistas dos conteúdos que estejam sendo trabalhados;

A partir dessa qualificação, tomar uma decisão sobre as condutas docentes e discentes a serem seguidas, tendo em vista:

I. A reorientação imediata da aprendizagem, caso sua qualidade se mostre insatisfatória e caso o conteúdo, habilidade ou hábito, que esteja sendo ensinado e aprendido, seja efetivamente essencial para a formação do (a) educando (a); e

II. O encaminhamento dos (as) educandos (as) para passos subsequentes da aprendizagem, caso se considere que, qualitativamente, atingiram um nível satisfatório no que estava sendo trabalhado.

A avaliação da aprendizagem está em consonância com as normas gerais fixadas no Regimento da IES e rege-se pela Portaria DG nº05/2010, de 05 de fevereiro de 2010.

5.1.5 Inovações Pedagógicas Curriculares

As práticas pedagógicas desenvolvidas na Faculdade Metropolitana da Amazônia buscam estimular a construção do conhecimento por meio da utilização da interdisciplinaridade no desenvolvimento de projetos. A instituição incita o potencial dos professores (a) e coordenadores (a) na inovação periódica das suas práticas pedagógicas, visto que esses (a) possuem conhecimento e experiência profissional da área, tendo-se em vista a maior integração entre os (as) docentes e articulando a interdisciplinaridade nas disciplinas. Isto implica uma prática permanente de avaliação para uma melhor articulação do processo de aprendizagem.

As práticas pedagógicas para a obtenção da efetiva qualidade no processo de aprendizagem são desenvolvidas por meio de:

I. Aulas expositivas e dialogadas articulando-se sempre que possível com outras práticas tais como resolução de problemas, aulas de laboratório, atividades acadêmicas complementares, atividades de pesquisa, visitas técnicas;

II. Aulas práticas em laboratórios de informática e laboratórios didáticos especializados como ações imprescindíveis aos processos de iniciação científica/pesquisa e de extensão e de desenvolvimento de tecnologias;

III. Avaliação do aproveitamento dos (as) alunos (as) realizada por meio de demonstração da compreensão dos processos observados, a partir de relatórios escritos, exposições individuais ou em grupo, *workshops* e painéis de debates;

IV. Desenvolvimento de projetos integradores ou interdisciplinares ao longo do período de execução curricular, podendo ser executado individualmente ou em grupo;

V. Desenvolvimento de projetos integradores concorrendo para a aproximação do acadêmico com a realidade regional e nacional;

VI. Exercício da ação docente facilitadora e reguladora do processo de aprendizagem caracterizada pelo diálogo e suscitação da participação discente;

VII. Realização de atividades complementares, especialmente, em seminários, oficinas, painéis integrados, conferências, jornadas acadêmicas;

VIII. Realização de Eventos envolvendo alunos (as), professores (as) e comunidade;

IV. Resolução de problemas reais por meio de proposição de questões vivenciadas, objetivando que o (a) aluno (a) relacione-as à teoria, priorizando, quando for possível, o processo de aprendizagem baseado em problemas; e

X. Visitas técnicas para oportunizar a contextualização de conceitos e conhecimentos.

As práticas de ensino aprendizagem inovadoras devem privilegiar o princípio de que a aquisição do conhecimento é um processo a ser compreendido como decorrência das trocas que o (a) discente estabelece na interação com o seu meio social, profissional e cultural, cabendo ao professor (a) ser o (a) mediador (a) desse processo, articulando as trocas, tendo em vista o desenvolvimento do senso crítico dos conteúdos. Dentro dessa perspectiva, A FAMAZ leva em consideração alguns quesitos importantes para nortear o trabalho do (a) professor (a):

I. Assegurar ao (a) professor (a) a autonomia no seu trabalho, privilegiando o diálogo;

II. Favorecer a autonomia de aprendizagem, visando a não apenas ao aprender a fazer, mas, sobretudo, ao aprender a aprender;

III. Propiciar ao (a) discente o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o seu bom desempenho e para a sua colocação no mercado de trabalho;

IV. Propiciar condições para que sejam desenvolvidas atividades em equipes, simulações, estágios, seminários, pesquisas, entre outros; e

V. Realizar sondagens das experiências dos (as) discentes, buscando formar perfis das turmas.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FAMAZ parte da premissa epistemológica de que o conhecimento se produz por meio de um processo de aprendizado contínuo e aberto a inúmeras contingências e, só pode ser compreendido, através da indissociável vinculação entre teoria e prática e entre os diversos saberes que compõem a estrutura curricular dos cursos e dos programas.

Neste sentido, foi fundamental adotar a metodologia ativa, na qual o currículo é configurado de maneira integrada, no sentido de articular os vários conteúdos, a fim de dar conta de situações e/ou problemas sociais. O desafio é trabalhar a formação acadêmica dos

(as) discentes, baseada na análise por problemas, na busca de caminhos que viabilizem a abordagem interdisciplinar. A interdisciplinaridade refere-se a uma concepção de ensino baseada na interdependência e integração entre os diversos conteúdos das disciplinas, entre as diversas disciplinas e entre os diversos cursos da IES.

As metodologias de ensino-aprendizagem e de avaliação implementadas na Instituição levam em conta o conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos (as) alunos (as). A fundamentação teórica deste entendimento emana da educação emancipatória e transformadora: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. A metodologia delineada deve buscar:

I. Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, nos quais se procurará estimular o (a) aluno (a) às atividades individual e coletiva de construção do conhecimento, e não simplesmente assimilar um conjunto de saberes;

II. Conferir ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os (as) docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

III. Recorrer à utilização de recursos multimídias, postos à disposição dos (as) professores (as), através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada; e

IV. Valer-se da tecnologia como ferramenta que auxilia a produção e a multiplicação do saber.

Ressalta-se que, no plano operacional, as estruturas curriculares dos cursos consideram os seguintes princípios:

I. Base teórica como eixo norteador de todo o trabalho educacional;

II. Metodologias na linha da Pedagogia de projetos, aproximando da vida real as questões educacionais tratadas em sala de aula, proporcionando a relação da teoria com a prática;

III. Trabalho em parceria, em equipe interdisciplinar, integrada, estabelecendo pontos de contato entre as diversas disciplinas do currículo;

IV. Conteúdos historicizados e contextualizados, resgatando a memória dos acontecimentos, interessando-se por suas origens e consequências;

V. Programação no curso que viabilize a busca do conhecimento, a iniciação científica/pesquisa, a construção e a investigação; e

VI. Avaliações periódicas.

Os Colegiados dos Cursos e Núcleos Docentes Estruturantes devem observar esses princípios na aprovação dos Projetos Pedagógicos de Cursos, promovendo a avaliação

permanente das metodologias de ensino, com o intuito de realização continuada de práticas pedagógicas inovadoras, que proporcionem o desenvolvimento pleno do (a) educando (a), como centro do processo educativo. Os PPCs devem priorizar uma organização curricular flexível, contemplando componentes curriculares opcionais para o (a) educando (a) e oportunidades diferenciadas de integralização curricular do curso, atendidas as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Para atender as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação ofertados na FAMAZ fez-se necessário dispor de estruturas curriculares flexíveis e com carga horária de aulas compatível com a realização de atividades extracurriculares, como as Atividades Complementares, havendo também trabalhos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo dos cursos. Buscou- se nos cursos flexibilizar seus currículos de forma a permitir que seus (suas) egressos (as) possam acompanhar, no exercício de sua profissão, as mudanças socioeconômicas e tecnológicas por que passam a economia mundial. Essa flexibilidade curricular possibilita a formação de egressos (as) preparados (as) para a diversidade de conhecimentos necessários para a solução de problemas e criação de oportunidades.

A flexibilidade dos componentes curriculares ofertados pelos Cursos de Graduação da FAMAZ é garantida por meio da: Articulação teoria-prática; Processo de ensino-aprendizagem centrado na produtividade dos sujeitos envolvidos; Formação integrada à realidade cultural, econômica e social; Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; Prática da interdisciplinaridade nos cursos; Permeabilidade às informações, conhecimentos, saberes e práticas; e incentivo à educação continuada. Destaca-se ainda a oferta de disciplinas optativas em todos os cursos e a possibilidade de cursar disciplinas em outros Cursos da FAMAZ ou até mesmo em outras Instituições de Ensino Superior, a serem aproveitadas como atividades complementares.

As Atividades Complementares, distribuídas entre atividades de ensino, de iniciação científica/pesquisa, de extensão e de representação estudantil, entre outras, estão regulamentadas no âmbito da FAMAZ por meio de Resolução e pelas Normas Específicas de Atividades Complementares para cada Curso de graduação. São caracterizadas pelo aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo discente através de estudos e práticas independentes presenciais e ou à distância, que integram o currículo do Curso, ofertados pela IES ou por outra organização.

Como oportunidade diferenciada de integralização curricular, que também se caracteriza como uma forma de aproveitamento de estudos, A FAMAZ possibilita aos (as)

seus (suas) discentes o aproveitamento de disciplinas cursadas em outras Instituições de Ensino Superior. Para isto, o (a) estudante deverá solicitar o aproveitamento junto à Coordenadoria de Curso, apresentando o(s) respectivo(s) programas(s) da(s) disciplina(s) e o histórico escolar, com a comprovação da carga horária cursada e aprovação por frequência e por nota.

Os (As) alunos (as) que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2° do Art. 47 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O extraordinário aproveitamento será aferido mediante a submissão do candidato a provas que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos e competências construídos em sua experiência de trabalho e outros meios.

5.1.6 Avanços Tecnológicos

A Faculdade Metropolitana da Amazônia, ciente do seu compromisso como Instituição de Ensino Superior que necessita estar permanentemente atualizada diante dos avanços e alterações por que passam a sociedade, o processo ensino-aprendizagem, as tecnologias da informação e da comunicação e a evolução do mundo digital, assume a incorporação dos avanços tecnológicos na oferta educacional como uma oportunidade para que os (as) seus (suas) alunos (as) possam vivenciá-los (as) no ambiente acadêmico e incorporá-los na sua formação profissional.

A adoção das tecnologias disponíveis é uma das estratégias utilizadas pela FAMAZ para aprimorar as atividades educacionais, assegurando a efetividade do processo ensino-aprendizagem ao torná-lo significativo para um perfil de estudante que cada vez mais faz uso da realidade tecnológica em seu cotidiano.

Nesse contexto, cabe destacar que o processo para incorporar tecnologias e medidas de modernização às metodologias e práticas das ações de ensino-aprendizagem será norteado também para atender às atividades destinadas à formação e aprimoramento dos (as) estudantes como cidadãos/cidadãs e seres humanos, contribuindo igualmente para análise dos novos paradigmas de eficiência e de produtividade das organizações, das novas tecnologias e das novas mudanças nas relações de trabalho, dentre outras questões.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia é consciente que possui o constante desafio de incorporar e democratizar o acesso para a comunidade acadêmica de novos usos e oportunidades que se apresentam na sociedade contemporânea, em consonância com as

rápidas e complexas transformações do mundo atual, que necessitam ser vivenciadas no cotidiano das práticas acadêmicas, especialmente com o uso de novas tecnologias de informação, de transmissão de conhecimento e de comunicação. Os recursos de Tecnologia de Informação favorecem a pesquisa, a construção do conhecimento em conjunto e a comunicação entre alunos (as) e professores (as), além de apresentar novas formas de fazer projetos e simulações de resultados.

Para tanto, A FAMAZ incorpora no seu fazer educacional ferramentas de tecnologia de informação em diversos espaços como salas de aula, bibliotecas, laboratórios, salas e gabinetes de professores (as) e demais áreas de convívio acadêmico. A incorporação de avanços tecnológicos na oferta educacional está presente na utilização, pela IES, de mídias digitais e de suporte tecnológico em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O (A) professor (as) pode fazer uso em sala de aula e laboratórios da rede *wi-fi* da FAMAZ para acesso à rede mundial de computadores. Nas salas de aula estão disponíveis equipamentos de projeção de imagens. Além disso, os (as) docentes poderão realizar no *site* institucional a postagem de material didático eletrônico para ser acessado pelos (as) alunos (as), disponibilizando objetos educacionais como textos e links de vídeos, dentre outros, além dos planos de ensino das disciplinas, mensagens, informativos e programações de atividades acadêmicas.

O corpo docente também pode postar no *site*, na área do (a) professor (a), as avaliações realizadas, bem como realizar o preenchimento dos diários eletrônicos com o conteúdo das disciplinas, frequência e nota dos (as) alunos (as). Deve ainda imprimir atas de presença em avaliações e relatórios de conteúdo ministrado, notas e faltas dos discentes diretamente na página eletrônica da IES.

Cada professor (a) recebe gratuitamente da IES um endereço e *e-mail* institucional. Na área do (a) professor (a) também pode agendar o uso de espaços e de recursos audiovisuais e participar da Autoavaliação institucional, através de formulários *on-line* desenvolvidos pela Comissão Própria de Avaliação.

Está à disposição dos (as) discentes serviços acadêmicos eletrônicos, que serão oferecidos por meio da *internet*, permitindo acesso:

I. Calendário acadêmico;

II. Boletim eletrônico com notas e faltas;

III. Solicitação de rematrícula *on-line*;

IV. Planos de ensino;

V. Requerimento de cômputo de carga horária de atividades complementares;

VI. Controle do número de horas de atividades complementares cumpridas;

VII. Solicitação para retificação de notas e faltas;

VIII. Requerimentos a serem encaminhados para o Colegiado de Curso;

IX. Exposição de motivos;

X. Solicitação para recebimento de provas;

XI. Pedido de devolução de requerimentos em arquivo;

XII. Pesquisa da situação financeira;

XIII. Impressão de boleto para pagamento de mensalidades;

XIV. Acesso à Ouvidoria da FAMAZ;

XV. Autoavaliação institucional, através de formulários *on-line* disponibilizados pela CPA;

XVI. Consulta ao acervo da biblioteca;

XVII. Acesso às bibliotecas virtuais Pearson e Saraiva; e

XVIII. Acesso às bases de dados CAPES de periódicos e a outras bases de dados como EBSCO, *Target Gedweb* e *vLex*, dentre outros.

Para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, a Faculdade Metropolitana da Amazônia também disponibiliza para a comunidade acadêmica laboratórios de informática com acesso à internet de alta velocidade, que possibilitam acesso a condutas técnicas e científicas como embasamento a pesquisas, valendo- se dos equipamentos e serviços de informática. Além disso, os laboratórios de informática permitem a realização de aulas práticas com *softwares* específicos, de acordo com as necessidades de cada curso ofertado.

A IES conta com política de atualização de constante de equipamentos, *softwares*, servidores e recursos humanos.

A FAMAZ ampliará a disponibilização em suas instalações de rede sem fio de comunicação de alta velocidade (*internet wi-fi*). O acesso aos equipamentos de informática também é realizado nas instalações da biblioteca, com computadores disponíveis com acesso a internet para pesquisas e que também podem ser utilizados para produção de atividades acadêmicas de discentes e docentes.

Na biblioteca da IES, a informatização dos serviços possibilita a integração e a otimização dos produtos e serviços informacionais, propiciando a consequente agilidade e modernidade da geração à gestão do conhecimento. A Biblioteca adota o Sistema de Automação de Gerenciamento para o Sistema de Controle da Biblioteca (SCB), que contempla os principais serviços de uma biblioteca universitária. A utilização deste sistema permite ao (a) usuário (a) a localização da informação por autor, título ou assunto.

A biblioteca é totalmente informatizada no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. Existe representação de todo o acervo no sistema informatizado utilizado pela Instituição. O sistema de empréstimo é totalmente informatizado e compatível com o sistema adotado pela biblioteca, possuindo como princípio de localização a classificação CDU (Sistema de Classificação Universal).

Destaca-se ainda que o registro acadêmico da Instituição é realizado através dos diários de classe em meio eletrônico. Todas as informações referentes à frequência, notas, conteúdos ministrados e atividades extraclasse são lançadas pelo (a) professor (a) diretamente no sistema acadêmico. É possível ainda emitir relatórios como diário de notas e faltas, conteúdos lançados e listas de frequência de provas.

O controle acadêmico é totalmente informatizado, por meio de um sistema único, o Sistema Pedagógico e Financeiro (SPF) que permite acompanhamento de informações acadêmicas e administrativas dos discentes e docentes. O SPF possibilita aos (as) professores (as) registro de notas, frequências e conteúdos ministrados e poderá ser acessado pelos (as) mesmos (as), utilizando a *internet* ou nos terminais de microcomputadores que se encontram à disposição nas salas de professores (as). Este sistema contempla vários módulos que permitem o controle, acompanhamento e gerenciamento das informações sobre professores (as), alunos (as), disciplinas, turmas, notas, faltas, históricos, boletim, matrizes, atividades complementares, dados cadastrais do (a) aluno (a), aproveitamento de estudos, horários das aulas, dentre outros.

Os (As) alunos (as) podem ter acesso às informações acadêmicas de qualquer lugar pela rede *wi-fi* (*internet*), mas pode também utilizar os terminais distribuídos nas instalações da instituição, cujo acesso ocorre através de senha fornecida no ato da matrícula inicial. No *site* institucional são disponibilizados documentos e normas institucionais.

5.2 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As políticas acadêmicas da FAMAZ, em sintonia com os fundamentos teórico-científicos enunciados, adotam como diretrizes pedagógicas as que seguem, estabelecendo-as como linhas de ação:

I. Formação do (a) profissional egresso (a) como resultado da articulação entre conteúdos, competências e habilidades adquiridas e/ou desenvolvidas durante a implementação dos currículos dos cursos e programas;

II. Proposta pedagógica centrada no (a) aluno (a) como sujeito da aprendizagem e apoiada no

(a) professor (a) como facilitador (a) e mediador (a) do processo ensino-aprendizagem;

III. Curso e programa como cenários de debates de temas inovadores e relevantes para o exercício profissional do (a) egresso (a);

IV. Implementação de metodologias, no processo ensinar-aprender, que estimulem o (a) aluno (a) a refletir sobre as realidades social, econômica e cultural e "aprenda a aprender";

V. Integração ensino e serviço;

VI. Utilização de metodologias que privilegiem a participação ativa do (a) aluno (a), na construção de conhecimentos, e a integração entre os conteúdos, além de garantir a articulação entre ensino, investigação científica e extensão;

VII. Promoção da integração e da interdisciplinaridade, em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular, bem como, de seus conteúdos, buscando integrar as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais;

VIII. Inclusão das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no (a) aluno (a) atitudes e valores orientados para a cidadania e solidariedade;

IX. Apreciação das **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena** conforme disposto na Lei n. 11.645, de 10/03/ 2008, e Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004;

X. Análise da **Cultura Indígena e das políticas de educação ambiental,** conforme disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002; e

XI. Abordagem de questões associadas às **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**, conforme disposto no Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012.

Entre essas diretrizes que reafirmam os compromissos institucionais, em relação à qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração/gestão, ganham destaque os objetivos, o perfil do (a) egresso (a), os conteúdos essenciais, o currículo e a metodologia, por se constituírem itens "naturalmente" intrínsecos à configuração e consolidação de tais diretrizes, naquilo que contribuem para as especificidades que passam a lhes serem próprias no contexto deste PPI.

5.2.1 Metodologia

O PPI preconiza o modelo de currículo que organiza atividades e experiências planejadas e orientadas, possibilitando aos (as) alunos (as) a construção da trajetória de sua

profissionalização e permitindo que eles (as) possam construir seu percurso de profissionalização com sólida formação geral, além de estimular práticas de estudos independentes com vistas à progressiva autonomia intelectual e profissional.

Neste sentido, os conteúdos essenciais que integram os cursos e programas devem estar relacionados com o processo de vida do (a) educando (a), da família e da comunidade, com aderência à realidade, buscando proporcionar a integralidade e resolubilidade das ações desenvolvidas profissionalmente. A sequência estabelecida para o desenvolvimento do curso ou programa deve permitir ao (a) aluno (a) entrar em contato, o mais cedo possível, com a realidade social, segundo grau de complexidade compatível com o seu nível de informação e amadurecimento.

Diante do exposto o currículo assume uma organização com ênfase no formato horizontal, em que os temas transversos funcionam como elementos de integração. Essa estruturação busca possibilitar a formação generalista, crítica, reflexiva, competente nos aspectos científico, técnico, social, político, ético e habilitado a intervir no processo de melhoria da qualidade de vida.

A formação do (a) profissional deve estar alicerçada nas características regionais, nas condições objetivas da FAMAZ e nos serviços, possibilitando formação de cunho generalista, como profissional comprometido (a) com a transformação da realidade social, por meio de ação competente, tanto técnica quanto política. A dinâmica curricular adotada pelo curso deve subsidiar o (a) aluno (a) para leitura crítica dos problemas do país e seus impactos locais e regionais que deverão ser assumidos pelo (a) egresso (a) como imperativo ético para definir sua forma de inserção no mercado de trabalho.

Esta política privilegia a interdisciplinaridade na formação dos (das) alunos (as), tendo em vista a necessidade de construção de conhecimento que responda, efetivamente, às exigências do processo ensino-aprendizagem e da legislação em vigor. Também, é preciso destacar que a interdisciplinaridade utilizada permitirá preparar o (a) profissional flexível, solidário (a), democrático (a) e crítico (a). O mundo atual precisa de profissionais com formação, cada vez mais polivalentes para enfrentar a sociedade.

A visão da organização curricular justifica a opção por matriz curricular que agrega muitas inovações, rompendo com a estrutura formal aplicada anteriormente na formação superior, passando a ser compreendido como currículo que possibilita a articulação dos vários saberes necessários, para entender o ser humano em seus múltiplos imperativos, guiado pelos seguintes princípios pedagógicos:

I. Visão da multidimensionalidade do fazer, adoção de estratégias de ensino-aprendizagem que

valorizam a seleção e a exploração de conteúdos que integram funções assistenciais, administrativas, educativas e investigativas inerentes ao papel do (a) profissional nas diferentes áreas de trabalho;

II. Valorização da formação, em situações de trabalho, que aproximem os (as) alunos (as) da realidade dos serviços com o compromisso crítico a fim de contribuir para sua melhoria, dando sentido social ao curso que se inicia;

III. Estímulo à postura de dúvida e de problematização frente aos conhecimentos que se apresentam como provisórios e passíveis de questionamento e de superação;

IV. Comprometimento ao diálogo plural e ao respeito a pensamentos divergentes como eixos para o desenvolvimento das práticas de ensino e de estágio mais instigantes e criativas e preocupadas com a autonomia indispensável ao exercício profissional no século XXI;

V. Adoção da ética, cidadania, pluralidade cultural e ecologia como eixos transversais a serem desenvolvidos por todos os (as) professores (as), em suas práticas de ensino, visando à formação crítica do (a) egresso (a); e

VI. Reconhecimento da natureza coletiva do processo de trabalho e da potencialidade pedagógica de se discutirem as contradições e os conflitos implicados no confronto de projetos históricos que espelham visões de mundo diferenciadas e que só serão superados historicamente.

Outros aspectos considerados no processo de formação são as transformações da profissão, os avanços científicos e tecnológicos, as demandas do mercado de trabalho e, principalmente, as necessidades dos grupos populacionais, em todo ciclo vital, considerando os perfis demográfico, socioeconômico e cultural municipal, estadual, regional e nacional.

Neste contexto, o modelo de currículo deve ser o integrado que prevê a articulação, de forma dinâmica, do ciclo básico e profissionalizante; do ensino; da investigação científica e da extensão; dos serviços, academia/curso e comunidade; da teoria e prática, por meio da integração dos conteúdos e abordagem de temas transversais, como: ética, cidadania, solidariedade, justiça social, inclusão e exclusão social, ecologia, cultura e outros; tendo, como eixo estruturante, os objetivos, o perfil do (a) egresso (a) e as competências gerais e específicas. Esta modalidade curricular requer a adoção da metodologia ativa e da problematização, do método ação-reflexão-ação e da abordagem interdisciplinar.

Essas características estão coerentes com a concepção que fundamenta a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e Programas. Porém registra-se que o alcance, na plenitude, do currículo integrado, da metodologia da problematização e da abordagem interdisciplinar requer trabalho acadêmico e administrativo do tipo processual, democrático e

coletivo, almejando a desconstruir a cultura pedagógica ainda hegemônica nas Instituições de Educação Superior; montagem das bases e definição de estratégias, para a integração inicial possível, e a evolução na construção da integração, problematização e interdisciplinaridade por meio de sucessivas aproximações com o ideal preconizado na literatura.

Com base no exposto, esta política declara seu compromisso com os seguintes postulados:

I. Projeto pedagógico inovador, orientado pelas diretrizes curriculares nacionais, com a garantia da diversidade de cenários de aprendizagem e com a integralidade, a multiprofissionalidade e a produção de conhecimento socialmente relevante;

II. Organização e desenvolvimento do currículo, com ousadia de inovação na perspectiva da formação em equipe, com práticas de educação por métodos ativos e de educação permanente, entre outros;

III. Organização do currículo e práticas de aprendizagem orientadas pela aceitação ativa das diversidades sociais e humanas de gênero, raça, etnia, classe social, geração, orientação sexual e necessidades especiais (deficiências, patologias, transtornos etc.);

IV. Projeto construído em parceria e/ou com compromissos assumidos com os gestores municipais e estaduais;

V. Promoção do conhecimento sobre a realidade local, seus saberes e práticas e com o desenvolvimento de responsabilidades entre instituição, estudantes, profissionais e realidade local;

VI. Desenvolvimento social, urbano e rural, por meio da oferta de atividades de extensão;

VII. Diálogo entre docentes, estudantes e sociedade; e

VIII. Responsabilidade social de atendimento às necessidades locais, inclusive nos aspectos relacionados ao acesso a serviços, como espaços científico, cultural, humano e profissional, compartilhando seus problemas e projetos.

Ao se assumir perspectiva crítica, na adoção de tal concepção de currículo, permite-se distinguir o currículo formal, prescrito e intencional; o currículo oculto, imperceptível e o currículo real, fora do controle institucional.

Assim, considera-se fundamental contemplar, no processo educativo subjacente a esta proposição curricular, os seguintes processos:

I. *Aprender a conhecer*: tomando como diretriz as várias possibilidades de leitura de mundo e de realidade que nos cerca, onde o visto e o não visto, o declarado e o subentendido, o simbólico e o imagético têm significados ao lado da apreensão dos múltiplos saberes;

II. *Aprender a fazer*: transformando os fazeres em habilidades e competências indispensáveis à

vida em sociedade, combinando os saberes aprendidos e apreendidos, com as situações de vida, trabalho e relações;

III. *Aprender e conviver*: compreendendo o outro e percebendo as interdependências na realização de projetos comuns; preparando para administrar conflitos no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz; e

IV. *Aprender a ser*: procurando desenvolver a personalidade, exercitando as capacidades de autonomia, discernimento, responsabilidade pessoal e profissional, comportamentos éticos, aptidão para comunicar-se, solidarizar-se e autodeterminar-se.

Com esta proposta, que segue as tendências mundiais contemporâneas para a educação superior, os (as) alunos (as) vão *aprender a aprender*, tendo orientação para buscar e construir seu próprio conhecimento, aprendendo não só a ser profissional, mas também a ser um (a) cidadão/cidadã integrado (a) a sua realidade social.

A consagrada articulação entre o ensino, a iniciação científica/pesquisa e a extensão é fundamental para a sustentação da educação superior. A qualidade do ensino depende da competência em iniciação científica/pesquisa e extensão. As atividades de extensão articulam-se com as experiências de iniciação científica/pesquisa e ensino. Em diversos casos, a participação de alunos (as) em atividades de extensão pode constituir-se em situação essencial de formação/ensino.

A participação discente nos projetos e atividades de ensino, de investigação científica e de extensão proporciona formação integral ao (a) estudante, assentada nos seguintes compromissos da Instituição:

I. Compromisso Educacional

Ser um centro formador de recursos humanos, habilitados a atuar com eficiência na atenção às necessidades humanas em seus diferentes níveis, em consonância com a legislação da educação superior e o perfil do Estado do Pará e da Amazônia.

II. Compromisso Social

Constituir-se em espaço prestador de serviços, como extensão à comunidade da localidade geopolítica na qual se insere, pretendendo, com isto, elevação do nível de qualidade de vida da população.

III. Compromisso Cultural

Produzir conhecimentos científicos e tecnologias, que objetivam não só o desenvolvimento do saber sobre a realidade do ser humano nas suas dimensões física, mental, sociocultural e política, como também o desenvolvimento de meios para a formação integral dos seres humanos que, de algum modo, com se relacionam, contribuindo para uma qualidade

de vida melhor, na transformação sociocultural da realidade de seu contexto político.

5.2.2 Avaliação para a Aprendizagem

Na busca de novas articulações entre os conhecimentos e na tentativa de implementar concepção menos rígida na trajetória do (a) aluno (a), que caracteriza o processo de flexibilização curricular, a avaliação deve ser entendida de forma ampla, como atitude de responsabilidade da IES, dos (as) professores (as) e dos (as) alunos (as).

Assim, pode ser percebida como movimento de reflexão desses atores acerca dos elementos constitutivos do processo ensino–aprendizagem: plano político-pedagógico, atividades curriculares, metodologias, relação professor (a) – aluno (a), instrumentos e tempos avaliativos, respondendo às particularidades de cada componente curricular (pesquisa, aulas teóricas, práticas, laboratórios, trabalhos cooperativos, estágios, seminários, aulas integradas etc.).

Na aceitação da abordagem curricular como conjunto de possibilidades (currículo flexibilizado), diferentes processos avaliativos podem ser considerados:

I. Avaliação processual: análise e reflexão das direções do plano de curso, das atividades curriculares e do desenvolvimento do (a) aluno (a);

II. Avaliação contínua: procedimento realizado, junto ao (a) aluno (a), ao longo do desenvolvimento do processo formativo; e

III. Avaliação credencial: resultado somativo e de valoração aferido pelos diferentes instrumentos utilizados.

É necessário, no entanto, considerar que as formas de avaliação são diferentes, na medida em que a flexibilização curricular gera abordagens diversas, até dentro da mesma disciplina. Desse modo, pode-se identificar diferentes formas de abordagens de avaliação:

I. Expressão do conhecimento da área;

II. Expressão de construção de conhecimento ativa e colaborativa entre os (as) alunos (as);

III. Expressão de criatividade;

IV. Expressão da compreensão das relações entre as áreas do conhecimento; e

V. Expressão do raciocínio metodológico próprio da área de conhecimento.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deve ser vista como processo constante de repensar a prática pedagógica, em todos os segmentos. Nesse sentido, algumas proposições podem ser destacadas, quanto ao processo de avaliação que deve:

I. Nortear-se pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

II. Focar-se no processo e não, exclusivamente, no produto;

III. Identificar o mérito ou a relevância do que se vai avaliar, e observar os vários processos em curso (internos e externos à instituição);

IV. Criar situações efetivas de sustentação nos níveis administrativos;

V. Avaliar todas as situações de aprendizagem, incluindo aquelas que tradicionalmente não eram consideradas;

VI. Observar a importância da educação continuada para dar conta das exigências em relação às novas formas propostas para avaliação;

VII. Considerar o momento de vida do (a) aluno (a) e as diferenças no processo de construção do conhecimento, levando em conta a importância da autoavaliação e a definição das habilidades;

VIII. O (A) aluno (a) deve apresentar para demonstrar que houve mudança;

IX. Utilizar processos diversificados, de modo a atender a situações diferenciadas de aprendizagem e de modo de conhecer; e

X. Atentar para o fato de que o processo educativo não se inicia nem se encerra na sala de aula, considerando conhecimentos prévios do (a) aluno (a), por meio da competência demonstrada em processos avaliativos orientados para tal fim.

Esta proposta de avaliação parte da premissa epistemológica de que o conhecimento se produz por meio de um processo de aprendizado contínuo e aberto a inúmeras contingências e, só pode ser compreendido, através da indissociável vinculação entre teoria e prática e entre os diversos saberes que compõem a estrutura curricular dos cursos e dos programas.

Nesse sentido, é fundamental adotar a metodologia ativa, na qual o currículo é configurado de maneira integrada, no sentido de articular os vários conteúdos, a fim de dar conta de situações e/ou problemas sociais. O desafio é trabalhar a formação acadêmica dos (as) discentes, baseada na análise por problemas, na busca de caminhos que viabilizem a abordagem interdisciplinar.

As metodologias de ensino-aprendizagem e de avaliação a serem implementadas devem levar em conta o conjunto de competências e habilidades que se quer ver desenvolvidas pelos (as) alunos (as). A fundamentação teórica deste entendimento emana da educação emancipatória e transformadora: *aprender a conhecer*, *aprender a fazer*, *aprender a viver junto* e *aprender a ser*.

A metodologia delineada deve buscar:

I. Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-

redondas, nas quais se procurará estimular o (a) aluno (a) às atividades individual e coletiva de construção do conhecimento, e não simplesmente, assimilar um conjunto de saberes;

II. Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os (as) docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

III. Recorrer à utilização de recursos multimídias, postos à disposição dos (as) professores (as), através de mecanismos que, preferencialmente, o (a) aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada; e

IV. Valer-se da *internet* como ferramenta de multiplicação do saber.

Seguindo esta lógica, as avaliações:

I. Não se limitarão a provas e testes, mas ao acompanhamento coletivo e individual do desenvolvimento do (a) aluno (a), buscando construir cotidianamente as condições mínimas para que se possa proceder à substituição da metodologia tradicional de avaliação pela chamada avaliação por objetivos, na qual o (a) aluno (a) estará constantemente em processo avaliativo, sendo-lhe oportunizadas diversas chances de demonstrar a construção do conhecimento e/ou habilidades exigidos; e

II. Quando realizadas através de provas tradicionais, nelas serão privilegiadas as avaliações subjetivas e dissertativas, tendo como escopo central a percepção demonstrada pelo (a) aluno (a) de sua capacidade e habilidade de encontrar soluções para os problemas propostos e não meramente a capacidade de repetir fórmulas ou padrões consagrados.

É necessário, contudo, destacar que, para articular efetivamente ensino- iniciação científica/pesquisa-teoria-prática na graduação precisa-se criar mecanismos para romper a cultura dissociativa existente na Educação Superior. Entre os mecanismos disponíveis institucionalmente destacamos:

I. Formulação de Projeto Pedagógico Institucional que explicite o que a IES pensa sobre ensino, iniciação científica/pesquisa, extensão e sua articulação;

II. Elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional;

III. Definição das linhas de ensino, de iniciação científica/pesquisa e de extensão, institucionalmente prioritárias, estimulando a interdisciplinaridade, sem engessar ou impedir a formulação de projetos inovadores que possibilitem a descoberta de novos saberes;

IV. Instituição de parcerias internas e externas, em atividades intercoordenações/ interdisciplinares com os diversos setores da sociedade;

V. Divulgação das experiências bem sucedidas, para estimular novas iniciativas;

VI. Fortalecimento da avaliação institucional desses projetos, identificando as dificuldades encontradas e as atividades relevantes;

VII. Promoção da articulação das licenciaturas com o ensino fundamental e médio, observando a reformulação em curso e atenuando a dissociação entre os diversos níveis de ensino;

VIII. Introdução, na formulação das políticas de educação a distância, da necessidade da articulação ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão; e

IX. Sensibilização do (a) professor (a) bacharel (a) para a necessidade de buscar formação pedagógica.

Outro aspecto importante é diferenciar os conceitos mensuração e medida. O primeiro refere-se a processos dos quais resultam medidas. Medida, por sua vez, é valor, resultado de mensuração. Medir algo é, portanto, atribuir valor.

No processo ensino-aprendizagem, a avaliação assume, privilegiadamente, dois enfoques: é tanto processo de mensuração, quanto instrumento de medida.

O conhecimento como construção histórica e social dinâmica necessita do contexto para ser entendido e interpretado. O currículo, nessa visão, é concebido como construção histórica e sociocultural; a tarefa da educação reside no auxílio a quem aprende a desenvolver reflexivamente um conjunto de modos de pensamento ou modos de aprendizagem de conteúdos valiosos à sociedade. Para tornar a aprendizagem significativa, aqui, quem aprende necessita explicar, argumentar, perguntar, deliberar, discriminar, defender suas próprias ideias e crenças e, simultaneamente, aprender a avaliar.

Esses dois enfoques se aplicam tanto à avaliação da instituição, quanto à avaliação da aprendizagem. Por avaliação da instituição compreendem-se os processos por meio dos quais se monitoram, isto é, são avaliadas e são controladas a eficácia, a eficiência e a efetividade da instituição. Para tanto, nesse prisma, a avaliação se completa quando interfere agregando qualidade ao cotidiano da instituição.

Por avaliação da aprendizagem compreendem-se os processos docentes voltados para a apreensão efetiva, por parte dos (as) estudantes, dos mínimos necessários (e não mínimos possíveis) dos conteúdos: ninguém deverá ficar sem as condições mínimas de competência para a convivência social. Essa tarefa deve ser realizada quando do planejamento das atividades de ensino docentes, momento no qual esses mínimos necessários devem ser previamente estabelecidos.

Considerando-se duas de suas principais funções – mensuração e medida – que, naturalmente, não esgotam a polissemia que abarca o conceito, a avaliação da aprendizagem

na FAMAZ assume três papéis fundamentais, a saber: diagnóstica/prognóstica, formativa/informativa e somativa/cumulativa.

Por seu caráter diagnóstico/prognóstico, a avaliação deverá reconhecer os caminhos percorridos (diagnóstica) e identificar os caminhos a serem percorridos (prognóstica). Diferente da forma classificatória, a avaliação diagnóstica presta-se a "estar interessado que o (a) educando (a) aprenda e se desenvolva" e, nesse sentido, ter aprendido é inexoravelmente superior a ter ensinado. O prognóstico, por sua vez, tem a função de permitir um ajuste recíproco entre o (a) estudante e o programa de estudos.

Esse conhecimento é constante, vale dizer, sob esse ângulo a avaliação tem lugar no início das atividades (para identificar onde estamos e apontar para onde e por onde vamos), no meio do percurso (para identificar se os mínimos necessários foram apreendidos e impor as correções necessárias ao percurso) e ao final do percurso (para identificar o resultado do trabalho docente, a partir do ponto de vista do (a) estudante). Esse último momento – de medida final – não esgota a função da avaliação.

Por seu caráter formativo/informativo, a avaliação avança em relação ao simples reconhecimento do lugar em relação à ação (função diagnóstica/prognóstica). Reconhecendo o papel de favorecer o desenvolvimento daquele que aprende, por qualquer meio (instrumentalizada ou não, acidental ou deliberada, quantitativa ou qualitativa) a avaliação informa os dois principais atores do processo: o *(a) professor (a)* (e os efeitos reais de seu trabalho) e *o (a) estudante* (e o lugar em que se encontra frente ao desejado).

A avaliação formativa/informativa ainda, não possui modelo pronto, não é diretamente operatória. Sua existência concreta jamais é assegurada. Caracteriza-se pela colocação das constatações do processo avaliativo a serviço de uma relação de ajuda: "é a vontade de ajudar que, em última análise, instala a atividade avaliativa em um registro formativo".

A dimensão somativa/cumulativa inscreve-se no contexto da avaliação que ocorre depois da ação. Nesse caso, fala-se de avaliação cumulativa quando possui a função de "verificar se as aquisições visadas pela formação foram feitas". A ideia de balanço final da formação, no qual as aquisições são colocadas à prova a fim de expedir ou não "certificados/diplomas" preside essa noção. Tendo caráter terminal, essa avaliação é global e se refere a tarefas socialmente significativas.

5.3 POLÍTICAS ACADÊMICAS DE ENSINO

O PPI reafirma que o processo acadêmico está voltado para o fortalecimento da educação centrada na aprendizagem, na vivência de proposta ousada que coloca o (a) aluno (a) frente a situações reais de construção do conhecimento, aos desafios que exigem habilidades e competências desenvolvidas em cada projeto de ensino-aprendizagem, tornando-o mais humano do ponto de vista social e possibilitando, por meio de processo de formação transformador, melhor preparação do ponto de vista técnico-científico.

Na crença de que a academia é o espaço próprio para estudos e pesquisas, transformação e produção de novos saberes, A FAMAZ definiu como importante o desenvolvimento de projetos de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão e de processos inovadores, com o propósito de preparar pessoas para atender as exigências da sociedade. Processos esses que estabelecem a transferência do centro das ações do ensino para o (a) aluno (a), favorecendo ambientes facilitadores e utilizando pedagogia crítico-reflexiva na construção do conhecimento.

A concepção político-filosófica que segundo Delors (1998)[37] tem como pilares o *conviver*, o *conhecer*, o *ser* e o *fazer*, a qual está presente na ação pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, o que favorece a formação integral do (a) aluno (a) e possibilita, por meio de propostas interdisciplinares, da resolução de problemas e da sistematização de processos dialógicos, o *aprender a aprender*. A ação pedagógica está voltada para a formação de competências, orientando o (a) aluno (a) para a busca e a construção do seu próprio conhecimento, aprendendo não só a ser profissional, mas também a ser cidadão/cidadã integrado (a) à realidade social vivente.

Os projetos pedagógicos dos cursos estabelecem currículos integrados, centrados nos (as) alunos (as), e propõem prática profissional diferenciada, sintonizada com o mundo do trabalho e com as necessidades sociais e a proposição de um sistema de avaliação abrangente, com indicadores importantes para a nova visão de excelência acadêmica, preconizada nos documentos institucionais. Eles oportunizam maior envolvimento dos (as) alunos (as) com as disciplinas, tendo por base projeto integrado e integrador que permite o equilíbrio entre conhecimentos, competências e habilidades e, ainda, que o (a) aluno (a) aprenda por si próprio. Assim, a aprendizagem passa a ser vista como processo contínuo, evidenciada por conceitos significativos, desenvolvidos constantemente e não de forma isolada, fragmentada e sem

[37] J. DELORS, **Educação: um tesouro a descobrir,** São Paulo, Cortez, 2003.

vínculos com a realidade.

A FAMAZ vem desenvolvendo sua ação pedagógica baseada nos seguintes princípios educacionais:

I. Formação crítica e construtiva;

II. Excelência de processos;

III. Autonomia intelectual;

IV. Preparação técnico-científica; e

V. Postura ética e profissional.

A institucionalização destes princípios é assegurada pelo projeto de ensino interdisciplinar, voltado para centros de interesses, que tem por objetivo a construção da autonomia intelectual do (a) aluno (a), considerando também:

I. Organização global do conhecimento;

II. Metodologia baseada em problemas;

III. Interação do (a) aluno (a) com o objeto de estudo;

IV. Oportunidades diversificadas de aprendizagem; e

V. Contextualização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O PPI, na visão da problematização do saber, precisa ser visto como a ressignificação dos espaços de aprendizagem, envolvendo sincronicamente todas as atividades em um pensar que venha a se complementar no outro.

Nesta perspectiva, o trabalho docente aparece como possibilidade de construção coletiva e vê, nas ações interdisciplinares, a forma de transformar e criar o novo saber, e assume as relações do ser aprendiz com o objeto do conhecer, acreditando que só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido.

5.3.1 Graduação

A linha dominante de ação da FAMAZ é o ensino de graduação (bacharelado e licenciatura) e dos cursos tecnológicos de nível superior, eixo em torno do qual a instituição atua, visando a atingir níveis significativos de qualidade, dentro dos seguintes balizamentos pedagógicos:

I. Ação centrada no (a) aluno (a), sobre o qual mantém-se processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;

II. Ação integrada por objetivos de educação e aprendizagem, a partir do projeto pedagógico de cada curso, área de conhecimento e habilitação profissional;

III. Motivação crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extracurriculares de caráter social, técnico-científico, cultural, desportivo, entre outros; e
IV. Integração entre ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão.

Estão sendo constituídos mecanismos e procedimentos capazes de assegurar:

I. Integração das atividades acadêmicas, buscando-se alcançar níveis de organicidade compatíveis com os objetivos definidos;
II. Prioridade para todas as medidas tendentes ao ajustamento ou melhoria dos níveis de qualidade do ensino e das atividades de iniciação científica/pesquisa e de extensão que possam integrar os (as) alunos (as);
III. Intensiva utilização de metodologias alternativas de aprendizagem e de avaliação como recursos didático-pedagógicos;
IV. Valorização das relações interinstitucionais, especialmente com outros centros de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão, empresas e organismos governamentais, propondo-se ao ajustamento constante dos conteúdos curriculares; e
V. Avaliação permanente dos processos de ensino, iniciação científica/pesquisa, extensão e de gestão dos recursos patrimoniais, técnicos e acadêmicos.

5.3.1.1 Objetivos

5.3.1.1.1 Objetivo Geral

Formar profissionais cidadãos/cidadãs com competências técnica-científica, política, social, educativa, administrativa, investigativa e ética para o exercício profissional nos contextos das realidades estadual, regional e nacional, assegurando a integralidade do conhecimento, qualidade e humanização dos serviços prestados à população.

5.3.1.1.2 Objetivos Específicos

I. Ministrar os conteúdos essenciais contidos nas estruturas curriculares através das atividades teóricas, práticas, complementares, elaboração de trabalho de conclusão de curso e estágio curricular supervisionado, de forma integrada e criativa, considerando as realidades social, cultural, econômica e política nacional, estadual e municipal;
II. Desenvolver competências e habilidades, gerais e específicas necessárias ao exercício profissional, articuladas aos contextos sócio-político-culturais nacional e estadual;

III. Desenvolver atividades curriculares, na busca da interdisciplinaridade, tendo como base de construção do perfil almejado a integração entre ensino, investigação científica e extensão; e
IV. Promover a inserção dos (as) docentes e discentes nas ações sociais promovidas no Estado do Pará e da Amazônia.

5.3.1.2 Competências

5.3.1.2.1 Competências Gerais

I. *Atenção à cidadania:* os (as) profissionais, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de cidadania. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os (As) profissionais devem realizar seus serviços, dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética, tendo em conta que a responsabilidade profissional não se encerra com o ato técnico, mas, sim, com a resolução do problema, tanto em nível individual como coletivo;
II. *Tomada de decisões*: o trabalho dos (as) profissionais deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões, visando ao uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
III. *Comunicação*: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;
IV. *Liderança*: no trabalho em equipe multiprofissional, os (as) profissionais deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
V. *Administração e gerenciamento*: os (as) profissionais devem estar aptos a tomar iniciativa, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores

(as), gestores (as), empregadores (as) ou lideranças na equipe de trabalho; e

VI. *Educação permanente*: os (as) profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os (as) profissionais devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os (as) futuros profissionais e os (as) profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes estaduais, nacionais e internacionais.

5.3.1.2.2 Competências Específicas

I. Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;

II. Incorporar a ciência como instrumento de interpretação profissional;

III. Estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;

IV. Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;

V. Compreender as políticas sociais, reconhecendo os perfis das populações;

VI. Ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;

VII. Atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;

VIII. Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional;

IX. Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos (as) cidadãos/cidadãs quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;

X. Usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o exercício profissional;

XI. Atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos científicos e tecnológicos;

XII. Identificar as necessidades individuais e coletivas da população, seus condicionantes e determinantes;

XIII. Exercer a profissão compatível com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;

XIV. Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;
XV. Respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão; e
XVI. Interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo.

5.3.1.3 Conteúdos Essenciais: Atendimento às *Diretrizes Curriculares Nacionais*

Os conteúdos ministrados devem ser selecionados tendo em vista o perfil do (a) egresso (a) e as competências e habilidades a serem desenvolvidas, observadas as *Diretrizes Curriculares Nacionais*. Nessa seleção deverão ser observados alguns critérios gerais, entre os quais cabe destacar:
I. Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos (as) profissionais da área;
II. Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;
III. Potencialidade para o desenvolvimento intelectual dos (as) alunos (as), permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades de ordens diversas, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes;
IV. Interdisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas bem como da dimensão sociocultural; e
V. Conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do (a) aluno (a) em níveis crescentes de complexidade.

Os conteúdos essenciais deliberados no PDI aparecem como norteadores da definição e distribuição dos conteúdos curriculares expostos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC´s), portanto, ressaltando-se o imperativo atendimento às temáticas definidas pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* (Lei n° 11.645 de 10/03/2008 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de

janeiro de 2003). Assim como o acatamento das disposições da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, agregando as *Políticas de Educação Ambiental* e as questões associadas às *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos,* conforme disposto no Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, de 30/05/2012.

Esta proposta assume a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, competências, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos.

Quando a aprendizagem é concebida como processo de construção de conhecimento, a figura do (a) professor (a) é alterada no processo de ensino-aprendizagem. Professores (as) transformam-se em orientadores (as) e em facilitadores (as). Seu papel passa a ser criar condições para a formação de competências e habilidades humanas, políticas e sociais instrumentalizadas científica e tecnicamente. Para implementar esta visão, há necessidade de garantir a diversidade de cenários de aprendizagem com a utilização de abordagens e estratégias diversificadas.

A problematização dos conteúdos representa primeiro passo no processo de construção do conhecimento. Os conteúdos teóricos e práticos serão apresentados, partindo-se de postura problematizadora em relação aos assuntos a serem estudados, de modo a fornecer ao (a) professor (a) constante atualização do perfil do (a) aluno (a), dos diferentes níveis de ganhos, bem como o grau de dificuldade identificado durante o processo de ensino-aprendizagem.

Algumas características de um problema adequado ao processo ensino-aprendizagem:

I. Ter formulação simples e objetiva, evitando pistas falsas que desviem a atenção do grupo do tema principal;

II. Ser motivador, despertando o interesse do (a) aluno (a) pela sua discussão;

III. Evocar conhecimento prévio, obtido de um módulo temático ou de uma situação real de prática profissional;

IV. Estimular a elaboração da informação;

V. Promover a integração do conhecimento;

VI. Estimular o auto-aprendizado;

VII. Aumentar o interesse pelo conteúdo; e

VIII. Estar de acordo com o perfil do (a) egresso (a) e com os objetivos curriculares.

Esse procedimento possibilitará ao (a) professor (a) a implementação de ações que se

fizerem necessárias à minimização das dificuldades constatadas. Por outro lado, evitará que o (a) aluno (a) assuma uma postura de mero (a) espectador (a), participando ativamente da aula. Isso significa uma metodologia de ensino dinâmica que privilegia o debate ao invés das aulas puramente expositivas.

Adicionalmente, outras estratégias de ensino deverão ser cuidadosamente selecionadas e planejadas, de modo a propiciar situações que:

I. Viabilizem posicionamentos críticos;

II. Proponham problemas e questões, como pontos de partida para discussões;

III. Definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o *saber pensar*, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas;

IV. Provoquem a necessidade de busca de informação;

V. Enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição;

VI. Otimizem a argumentação e a contra-argumentação para a comprovação de pontos de vista;

VII. Dissolvam receitas prontas, criando oportunidades para tentativas e erros;

VIII. Desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação com a provisoriedade do conhecimento, a necessidade de formulação de argumentações mais sólidas; e

IX. Tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, e transformado em novos conhecimentos.

As práticas pedagógicas serão utilizadas com o objetivo de desenvolver um ambiente propício para a consolidação do perfil do (a) egresso (a). Entre outras práticas que poderão ser adotadas, destacam-se as seguintes:

I. Realização de aulas-problema capazes de estimular a reflexão, a análise e a síntese;

II. Discussão de casos reais na preocupação de melhor articular as instâncias teóricas e práticas;

III. Recuperação da experiência dos (as) estudantes;

IV. Organização de dinâmicas de grupo buscando ativar a comunicação entre os pares, o aprendizado horizontal, a criatividade e o desejo de contribuir com novos elementos de discussão e análise;

V. Elaboração de projetos, produtos e serviços voltados à solução dos problemas regionais e nacionais pertinentes à área; e

VI. Utilização de recursos didático-pedagógicos em sala de aula, tais como audiovisuais, multimídia e de informática.

A adoção desses procedimentos neutraliza a preocupação em repassar conhecimentos

a serem apenas copiados e reproduzidos, desafiando os (as) alunos (as) a fomentar sua capacidade de problematizar e buscar respostas próprias, calcadas em argumentos convincentes.

Assim, as IES devem buscar incentivar atividades desafiadoras que acionem seus esquemas cognitivos e possibilitem aos (as) alunos (as) observar, descrever, relatar, dialogar, ler, escrever, comparar, identificar, analisar, sintetizar, deduzir, julgar, avaliar, propor e comparar hipóteses, buscando atender as necessidades específicas dos grupos, de forma democrática, participativa, com debate e diálogo.

Na relação professor (a) – aluno (a), as IES devem ressaltar que o diálogo é fundamental, pois a partir de questões problematizadoras o (a) professor (a) expõe os conhecimentos prévios, procurando relacionar com outras de ordem práticas e experiência do (a) aluno (a), buscando uma síntese que explique ou resolva a situação-problema que desencadeou a discussão. Os (As) alunos (as) são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando assim a autoavaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

O material pedagógico a ser utilizado será desenvolvido pelos (as) professores (as) do curso, de acordo com a natureza das disciplinas que ministram, dentro de especificações e padrões definidos pelos órgãos colegiados da Instituição, podendo, também, ser adquirido conforme indicação do (a) Coordenador (a) do Curso, de acordo com a natureza das disciplinas e exigência de nível tecnológico. Será estimulado o uso entre os (as) docentes de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos (das) alunos (as) aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

O método pedagógico proposto não é exclusivista nem excludente. O eixo metodológico contempla a oportunidade do exercício de técnicas pedagógicas, como é o caso de aulas de natureza expositiva e prática, conferências, seminários e outras, com o compromisso de integrar ciências básicas e profissionais, por meio da problematização e contextualização dos conteúdos essenciais e as temáticas que caracterizam os vários módulos.

Dessa forma, o modelo pedagógico fica fundamentado nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um processo metodológico que prioriza o desenvolvimento de competências e habilidades cidadãs e profissionais.

A incorporação de elementos inovadores, tanto na concepção dos cursos e programas, quanto nas práticas de ensino-aprendizagem, objetiva favorecer que os (as) estudantes desenvolvam capacidades de modo articulado e contextualizado, potencializando assim, a construção e o desenvolvimento de competências e habilidades.

5.3.1.4 Princípios Básicos para a Implantação do ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A inserção da prática de ensino e o estágio curricular supervisionado nos cursos de graduação induz à reflexão contextualizada no cenário educacional e profissional.

Quando não discutido no contexto dessas relações, para que e para quem são estes conhecimentos, facilmente se transformam em bem de utilidade imediata, de ascensão social, de mercadoria, e são renomeados em vários sentidos: competências, habilidades, valores, interação com o meio, acúmulo de informações, sociedade do conhecimento, perfil profissional, produto final, solidariedade, assim como cidadania.

O estágio está assim conectado à formação acadêmica, que tem como eixo central a reflexão da própria ideia do (a) profissional e suas finalidades ético-culturais e cidadãs, que precisam inquietá-los (as) para produzir sentidos que permitam a compreensão e a intervenção possível nos processos do exercício da profissão, processos estes impregnados das ideologias e dos valores do campo científico e profissional, nem sempre percebidos, mas revelados nos atos e nas escolhas do fazer.

Refletir sobre as atividades de estágio induz à reflexão direta sobre os Projetos de Curso, em formação generalista e específica; constitui-se em repensar os processos educativos, incluindo aí, a falsa dicotomia entre teoria e prática; conteúdo e forma; modos de produção do conhecimento: conhecimento novo e conhecimento existente que incidem sobre a prática como componente curricular, desde o início do curso.

As práticas vivenciadas revelam concepções de conhecimento, de aprendizagem e de sociedade, que se situam no paradigma dominante que privilegiam dicotomias, tais como: sujeito e objeto; teoria e prática; mente e matéria; conteúdo e forma; e alma e corpo.

Dicotomias que são separações e, também, antagonismos, em que o conhecimento é "coisificado" e isolado do processo de construção pessoal. Esse paradigma que se funda em única racionalidade, a cognitiva instrumental, desqualifica todas as outras formas de conhecer e de compreender o conhecimento e a realidade social, bem como suas relações no âmbito profissional, reforçando a falsa dicotomia entre teoria e prática e, pior ainda, privilegiando a teoria em detrimento da prática. Produzem, por fim, a redução da ciência a uma única lógica, assim como a perda das visões globais e integradoras dos campos científicos.

Essa relação da teoria e prática apresenta-se como um problema ainda não resolvido na tradição filosófica, epistemológica e pedagógica. A teoria vista na ótica da marca cognitiva instrumental traz como representação a ideia de que a teoria se comprova na prática, condicionando a visão de que a teoria antecede à prática e, que esta, aplica soluções trazidas

pela teoria em movimentos de padrões universais, descontextualizados, com modelos que reduzem a complexidade do mundo da vida e do trabalho.

Tal visão polarizada da teoria e da prática não satisfaz a demanda da complexidade do mundo, da vida e do trabalho e da compreensão da instância epistêmica, na qual se produzem as teorias, que são recortes de realidade desse mundo, em uma relação intermutável de tempo e de espaço e, produzida nas condições e possibilidades dos processos histórico-culturais nos níveis temporal e espacial.

Nesse sentido, há a emergência da postura tensionada entre elas, entendendo que a teoria dialeticamente está imbricada com a prática. Senão, a teoria tende a se tornar um acúmulo de informações sem uma sistematização que lhe fundamente as evidências colhidas em uma prática refletida que tencione e recrie a própria teoria. Essa relação dialetizadora nas contradições e imprevisibilidades que a realidade complexa, mutante e ambivalente possibilita, faz com que na prática a teoria seja outra para, então, se mudar a teoria e se transformar a prática. São dimensões indissociáveis do ato de conhecer.

Assim, reafirma-se na reflexão sobre o estágio e a prática de ensino a necessidade da interconexão e interação nos Projetos de Curso, como resultante das políticas de regulamentação e regulação profissional, embora sem adentrar, neste texto, nas novas diretrizes, mas tendo-as como estruturantes, no contexto brasileiro, ao menos por representarem um amplo consenso socialmente construído.

5.3.1.5 Princípios Básicos para a Implantação das ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares na FAMAZ têm por finalidade propiciar aos discentes a oportunidade de realizar, em prolongamento ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares[38], que lhes permitam enriquecer os conhecimentos auferidos no curso.

As Atividades Complementares integram obrigatoriamente o currículo dos cursos de graduação da FAMAZ e se constituem em requisito indispensável para a colação de grau, sendo parte do aprofundamento da formação acadêmica.

[38] O FAMAZ apresenta um *Núcleo de Estágio* que acompanhando as prerrogativas da lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu Art 1 no § 2º define que "Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória", portanto, oferece abertura à conversão dessas atividades extracurriculares como Atividades Complementares.

Caberá a cada curso de graduação da FAMAZ elaborar as normas específicas das atividades complementares, do curso em consonância com as normas gerais[39] e as *Diretrizes Curriculares Nacionais*.

Os cursos de graduação da FAMAZ deverão reservar, no mínimo, 5% da carga horária para as atividades complementares. O percentual da carga horária do curso destinado às atividades complementares é estabelecido por normas específicas, ditadas pelas diretrizes curriculares do curso e aprovadas pelo COSUP.

Compreende-se como atividade complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas, obrigatórias ou eletivas, do currículo do curso, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do (a) aluno (a).

As atividades complementares só poderão ser contabilizadas quando efetivadas em período concomitante à integralização do curso, incluindo-se os intervalos provocados por trancamento de curso. Em caso de matrícula por transferência externa, será considerada como data inicial para integralização do curso a data de matrícula do (a) aluno (a) no curso na instituição de origem. Em caso de matrícula de graduado (a), poderão ser aproveitadas atividades complementares realizadas durante o curso anterior, até o máximo de 30% da carga horária exigida pelo curso de destino, desde que as atividades tenham sido na área do curso de destino.

As atividades complementares serão classificadas nas seguintes modalidades:

I. Grupo 1: Atividades vinculadas ao Ensino;

II. Grupo 2: Atividades vinculadas à Iniciação científica/Pesquisa;

III. Grupo 3: Atividades vinculadas à Extensão;

IV. Grupo 4: Atividades vinculadas à Representação Estudantil.

São consideradas **atividades vinculadas ao Ensino** as seguintes:

I. A frequência e o aproveitamento em disciplinas ou cursos não incluídos no currículo do curso de graduação a que estiver matriculado (a) o (a) aluno (a);

II. O exercício efetivo de monitoria;

III. O exercício de estágio curricular não obrigatório em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação acadêmica, por período não inferior a um semestre e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o (a) interessado (a)

[39] A normatização geral de desenvolvimento das Atividades Complementares no FAMAZ será explicitada em capítulos subsequentes, como *Regulamento de Atividades Complementares no Cursos de Graduação do FAMAZ (Resolução COSUP nº 5*, 2016).

completou a exigência legal do estágio; e

IV. A participação em atividades promovidas como parte da formação integral do (a) aluno (a), seja pela Coordenadoria de Curso a que estiver vinculado (a) ou por outras unidades da FAMAZ, como por exemplo: Palestras, Seminários, Simpósios, Debates e eventos similares.

São consideradas **atividades vinculadas à Pesquisa** as seguintes:

I. A participação em projetos institucionalizados de pesquisa junto à Coordenadoria de Pesquisa e Iniciação Científica e Coordenadoria, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, como aluno (a) colaborador (a);

II. A participação em projetos de iniciação à pesquisa, orientado por docente pesquisador (a) da área com ou sem financiamento de instituições públicas ou privadas, e com publicação obrigatória dos resultados;

III. A participação em qualquer outra espécie de projeto de pesquisa acadêmica comprovado, com duração não inferior a um semestre;

IV. O trabalho de pesquisa e de redação de artigo ou ensaio, publicado efetivamente em jornal ou revista acadêmica, impressa ou eletrônica, do qual será procedida a reunião de documentação comprobatória respectiva;

V. A participação em grupos de estudo, coordenados ou orientados por docentes da FAMAZ;

VI. A apresentação comprovada de trabalhos ou comunicações em eventos culturais ou científicos, individual ou coletivamente, seja em semanas de iniciação científica, seminários, e outros, organizados no âmbito da FAMAZ ou em outras instituições de ensino superior, ou até mesmo fora do âmbito universitário; e

VII. O comparecimento comprovado a sessões públicas de defesa de trabalho de final de curso, de defesa de dissertações de mestrado ou de teses de doutorado, mediante apresentação de declaração ou do registro no histórico escolar.

São consideradas **atividades vinculadas à Extensão** as seguintes:

I. Participação em atividades de extensão, promovidas pela FAMAZ;

II. Participação em cursos de extensão, atualização ou aperfeiçoamento, na área do curso de graduação;

III. Participação em seminários, palestras, congressos, conferências, jornadas, simpósios, semanas acadêmicas, na área do curso de graduação;

IV. Participação na organização, coordenação ou realização de cursos e/ ou eventos científicos internos ou externos a FAMAZ, de interesse desta ou da Comunidade, desenvolvendo atividades relacionadas ao seu curso de graduação;

V. Participação ou trabalho na organização de Jornal Informativo, Jornal da Instituição, *homepage* do curso (autorizada e reconhecida pela instituição), dentre outros;
VI. Trabalho na organização ou participação em campanhas de voluntariado ou programas de ação social;
VII. Participação em programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacional; e
VIII. Participação, com aprovação, em cursos de idiomas, comunicação e expressão e de informática, realizados durante o curso de graduação, dentro ou fora da Instituição.

É considerada atividade vinculada à Representação Estudantil, o exercício de cargo de representação estudantil por período não inferior a seis meses em entidade Nacional ou Estadual, no Centro Acadêmico e ainda nos órgãos colegiados da FAMAZ, como representante de turmas certificado pela participação na capacitação realizada pela IES.

As atividades complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive nas férias escolares.

Na execução das atividades complementares, o (a) aluno (a) deverá cumprir obrigatoriamente mais de uma modalidade prevista, visando à diversificação de experiências.

Todas as *atividades complementares* devem ser comprovadas pelo (a) próprio (a) aluno (a) ao (a) Coordenador (a) de Curso, por meio de solicitação na Central de Atendimento. No ato do requerimento o (a) aluno (a) deverá apresentar cópia e documento original, para conferência, no qual seja discriminado o conteúdo dos estudos, a duração, o período e a organização promotora ou realizadora ou professor (a) responsável. Caso não seja anexada a comprovação de alguma atividade, o cômputo dessas será indeferido, podendo o pedido ser renovado, acompanhado da devida comprovação.

O (A) Coordenador (a) do Curso encaminhará à Secretaria Acadêmica as comprovações das atividades complementares para efeito de registro no histórico escolar do (a) aluno (a).

Os Colegiados de Curso deverão baixar normas complementares para cada tipo de atividade, especificando a exigência de certificados de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatório de desempenho, relatórios individuais circunstanciados que possibilitem o acompanhamento do percurso curricular do (a) discente.

5.3.2 Pós-Graduação

As atividades de pós-graduação são desenvolvidas em um segundo eixo dentro do

qual a IES deverá afirmar-se em qualidade de ensino e compromisso científico, observados os seguintes balizamentos:

I. Consolidação da pós-graduação *Lato sensu*, como instrumento de formação e de qualificação de recursos humanos para a constituição de quadros especializados, seja para a docência, seja para a gestão de empreendimentos econômicos, científicos e culturais;

II. Incremento progressivo da pós-graduação *Stricto sensu*, como instrumento de viabilização de atividades de pesquisa mediante a abertura gradual de cursos de mestrado alinhados às vocações da FAMAZ;

III. Articulação entre a expansão das atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação e a implementação de programas de iniciação científica e de monitoria para os (as) alunos (as) dos cursos de graduação; e

VI. Criação e manutenção de núcleos interdisciplinares de estudos e pesquisas, com infraestrutura própria de pesquisadores (as) e de aparelhamento técnico-científico correspondente.

Estão sendo constituídos mecanismos de apoio capazes de assegurar:

I. Criação de uma política efetiva de programas de estímulo à qualificação formal do corpo docente, inclusive os de intercâmbio de professores (as) de cooperação técnica e científica interinstitucional;

II. Implementação de agendas de promoções científicas (Congressos, Seminários, Encontros e Reuniões, etc) e viabilização da participação de professores (as) em eventos científicos promovidos por outras instituições no País e no Exterior;

III. Criação de canais de articulação entre os núcleos interdisciplinares de pós-graduação e iniciação científica/pesquisa e as universidades e empresas localizadas na região de influência da FAMAZ, mediante convênios de cooperação e de prestação de serviços para desenvolvimento de projetos técnicos e científicos;

IV. Criação de mecanismos de transferência de conhecimentos e experiências resultantes do esforço em iniciação/científica pesquisa para o ensino de graduação; e

V. Tematização e priorização de linhas de desenvolvimento de iniciação científica/pesquisa, consolidadas em planos plurianuais de investimentos em estudos e pesquisas.

A integração entre a graduação e a pós-graduação objetiva capacitar, metodologicamente, os (as) alunos (as) para o processo de iniciação científica/pesquisa e para o exercício profissional. Neste sentido, a pós-graduação articula-se com a graduação por meio de estreita vinculação e interlocução com as coordenações didático-pedagógicas.

Em sintonia com a qualidade desejada, as ações da pós-graduação estão

comprometidas com a valorização acadêmica e com a construção da cidadania, de modo a garantir o compromisso com a promoção da qualidade de vida na sociedade e em plena articulação e, de modo indissociável, com o tripé da qualidade social, a saber: *ensino-pesquisa-extensão.*

A pós-graduação deve implementar, com responsabilidade social, a produção, sistematização e disseminação do conhecimento, de forma produtiva e integrada com a sociedade. Assim, as atividades são realizadas buscando-se, prioritariamente, a oferta de cursos que agreguem estratégias e políticas capazes de propiciar melhores condições de formação e atuação profissionais, em diferentes setores da sociedade, intervindo nesse contexto, e sendo, por ele, influenciado.

Não, apenas, estará em sintonia com as demandas sociais, como também e fundamentalmente, deve ser continuidade do ensino de qualidade desenvolvido pelas ações coirmãs, ou seja, no ensino e na extensão. Desse ponto de vista, a pós-graduação configura-se no avanço necessário, mas antes, consolidado em suas instâncias de base. Essas ações, portanto, fortemente alicerçadas nas Políticas de Ensino da Graduação e nas Políticas para a Extensão à medida que, verificada a necessidade de demanda a ser especializada, articula-se em um fecundo diálogo entre as partes, traduzindo-se em uma atuação acadêmica de continuidade de estudos: uma real formação continuada.

Atenta-se, ainda, ao fato do compromisso existente com a capacitação docente, como condição indispensável e necessária para a respectiva atuação como sujeito produtivo e consciente do seu papel acadêmico, profissional e social.

A Política para a pós-graduação deve obedecer, dentre outras, as seguintes diretrizes:

I. Desenvolvimento do conhecimento científico, com profundo relacionamento com o exercício profissional;

II. Busca da excelência e aproximação da FAMAZ com a comunidade, na oferta de cursos de especialização ou aperfeiçoamento, nos projetos e estudos que identifiquem necessidades regionais, sempre respeitando os princípios da ciência e dos avanços tecnológicos; e

III. Valorização da formação acadêmica dos (as) docentes, entendendo-os como agentes na consolidação da pesquisa, enquanto fator de qualidade e diferencial das instituições de educação superior.

5.3.3 Educação a Distância

A Educação a Distância (EAD), é considerada, cada vez mais, como uma alternativa adequada para se introduzir melhorias nos sistemas educativos, contemplando as indigências evolutivas do mercado de trabalho, utilizando as novas tecnologias e ampliando suas possibilidades de ação. No Brasil, pelas extensões territoriais e pelas características socioeconômicas da população, a dificuldade ao acesso à escola em seu modelo tradicional (físico) pode ter na EAD uma alternativa bastante viável.

Sob esse fundamento, a Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), ao rever seu planejamento estratégico, decidiu reestruturar o seu projeto de EAD visando a expandir esse modelo educacional. Neste PDI objetiva-se apresentar o projeto de EAD da FAMAZ, sendo apresentados o modelo de negócio, o modelo funcional e o modelo pedagógico.

O modelo de negócio trata do mercado da EAD, oportunidades, como ocorre o projeto de expansão e também qual o modelo de gestão implantado, destacando as principais metas e indicadores a serem acompanhados. O modelo funcional indica a maneira como a EAD está organizada como estrutura organizacional. Serão descritas as principais funções e responsabilidades delas advindas. O modelo pedagógico descreve a forma como é realizado o processo de ensino-aprendizagem, apresentando os principais conceitos do modelo selecionado e a forma como este é avaliado para garantir o processo de desenvolvimento ideal do corpo discente.

A oferta do programa de educação a distância toma por base este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual define a missão, os objetivos e os princípios da Instituição sobre suas ações. A partir da elaboração futura de Projetos Pedagógicos de Cursos pertinentes à modalidade EAD, a instituição acredita na importância à exposição de informações de identificação das necessidades do curso; a definição dos objetivos a alcançar; a seleção e organização dos conteúdos; a elaboração dos materiais instrucionais; a definição do esquema operacional; os sistemas de comunicação; a infraestrutura de suporte, monitoria e tutoria; a organização das condições de aprendizagem tanto por parte do (a) professor (a) quanto do (a) aluno (a); a gestão pedagógica, tecnológica e administrativa; o esquema de avaliação da aprendizagem. Portanto, ressaltando elementos próprios a qualquer outro PPC, no entanto, delimitando juntamente as especificidades (tipos e direcionamentos dos materiais, formas de comunicação, características da plataforma de ensino, dentre outros aspectos) do trabalho com a EAD.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que definiu que a Educação a Distância é caracterizada pela realização de um processo de ensino-aprendizagem, com mediação docente e de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes tecnológicos de informação e comunicação, utilizados isoladamente ou combinados, dispensados os requisitos de frequência obrigatória vigentes para a educação presencial.

A LDB no artigo 80 determinou que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União e que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

O Decreto-Lei nº 5.622 que regulamentou o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional caracterizou a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores (as) desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

5.3.3.1 Missão da Educação a Distância

A missão da Educação a Distância é promover o desenvolvimento integral do ser humano oferecendo acesso à aprendizagem àqueles que têm limitações de horário e dificuldade de acesso à educação presencial, o que possibilita a criação de condições de emancipação do (a) cidadão/cidadã, permitindo-lhe o acesso ao saber, à inclusão social e garantia dos direitos humanos.

5.3.3.2 Objetivos

O objetivo estratégico da FAMAZ é estabelecer um programa de EAD institucional que se torne uma referência nacional em conteúdo de qualidade para Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) nas diversas áreas do conhecimento nas quais a IES já oferece graduação presencial, tendo sido inicialmente oferecido no Estado do Pará.

Os objetivos da EAD na FAMAZ foram definidos como seguem:

I. *Perspectiva Financeira:* estabelecer um negócio rentável e sustentável de EAD que contribuirá para o desenvolvimento econômico da região que estiver inserido, permitindo uma expansão regional, nacional e posteriormente global;

II. *Perspectiva de Clientes:* fazer com que os potenciais clientes da região tenham a EAD como opção de desenvolvimento e vejam A FAMAZ como uma referência nesse modelo;

III. *Perspectiva de Processos Internos:* utilizar processos que permitam o desenvolvimento dos (as) alunos (as) de acordo com suas expectativas, através da adoção de tecnologias de informação e comunicação, assim como de metodologias ativas que garantam a participação dos (as) alunos (as) na construção do conhecimento; e

IV. *Perspectiva de Aprendizado e Crescimento:* desenvolver a equipe de docentes e técnicos (as) nas metodologias e ferramentas de mercado necessárias para implantação da EAD.

Para compor o negócio de EAD a FAMAZ, almejando atingir os objetivos estratégicos, decidiu pelos seguintes segmentos devido à sinergia existente com os demais serviços já em execução nesta IES:

I. Graduação (bacharelado e licenciatura);

II. Pós-graduação (*Lato-sensu*);

III. Formação Continuada: cursos de extensão ou aperfeiçoamento focados no desenvolvimento de competências específicas e, de preferência, relacionados com os conteúdos programáticos das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela IES;

IV. Cursos Corporativos: advindos de disciplinas isoladas (ou conjunto de disciplinas em nível de formação profissional), das ementas de cursos de pós-graduação, fornecidos por especialistas convidados (as), objetivando a obtenção de aperfeiçoamento; e

V. Transformação de 20% das disciplinas dos cursos presenciais para a modalidade EAD, respeitando a Portaria do MEC n° 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

5.3.3.4 Princípios Filosóficos e Teóricos

Os princípios filosóficos subjacentes, que orientam a criação de situações de aprendizagem na EAD, partem do pressuposto de que o ser humano nesta atual sociedade, é complexo, deseja crescer, desenvolver-se, atualizar-se e expressar suas singularidades e experiências pessoais e profissionais.

Outro pressuposto assumido pelo Modelo Educacional da EAD defende a

perspectiva de que as pessoas são capazes de aprender coisas novas independentemente da sua idade, gênero ou fase da vida profissional. Para motivar o indivíduo a aprender, é preciso estimulá-lo de diversas maneiras por meio da escolha de estratégias que levem em conta as motivações e competências desse indivíduo.

Perante esses pressupostos, A FAMAZ organizou seus objetivos na EAD, construindo metas que levem a instituição, gradativamente, a consolidação de um trabalho de referência em qualidade e compromisso social com as ações no campo da educação à distância.

5.4 POLÍTICAS ACADÊMICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA/PESQUISA

A Faculdade Metropolitana da Amazônia pretende enquadrar-se no modelo de instituição de ensino superior dedicada à formação de capital intelectual qualificado, integrados com a geração, a apropriação e a difusão de conhecimento. Isso se torna possível através da existência de uma atividade de ensino integrada com a iniciação científica/pesquisa e a extensão. A atividade de iniciação científica/pesquisa, na FAMAZ, ocorrerá no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos, assim como nos núcleos de pesquisa já consolidados, assim como naqueles que ainda serão criados.

A política de iniciação científica/pesquisa da FAMAZ tem como pressuposto a concepção de pesquisa como um princípio educativo e científico, que deve partir e estar em permanente diálogo com a realidade, para assegurar a qualidade educativa do Projeto Pedagógico da Instituição.

A iniciação científica/pesquisa e a produção científica na FAMAZ buscam a ampliação da produção do saber e a veiculação dos conhecimentos a serviço da comunidade, como forma de assegurar a análise, a compreensão e a intervenção na realidade, voltadas para uma formação profissional conectada com os problemas que emergem desta realidade e as demandas do progresso científico e tecnológico. Essas atividades estão comprometidas com a melhoria qualitativa do ensino implantado nas diferentes áreas do saber.

A FAMAZ promoverá, por meio da iniciação científica/pesquisa, o aperfeiçoamento da graduação e da pós-graduação, porquanto servirá como instrumento eficaz para a sua atualização, vindo a garantir ao (a) aluno (a), tanto de uma como de outra, o seu espaço para a reflexão e a maturidade intelectual, assegurando-lhe a competência profissional da melhor forma possível.

A FAMAZ procurará desenvolver linhas de pesquisa nas suas diversas áreas de atuação do ensino e de extensão, que viabilizarão núcleos temáticos. Desse modo, na IES as pesquisas poderão adotar diferentes formas:

I. Pesquisa como atividade de iniciação científica pelo (a) aluno (a) de graduação;

II. Pesquisa com vistas à elaboração de teses, dissertações e/ou monografias, para capacitação docente;

III. Pesquisa vinculada à ação pedagógica institucional;

IV. Pesquisa voltada ao atendimento de problemas da comunidade, em esferas como saúde, educação, cultura e problemática urbana; e

V. Pesquisa com vistas ao desenvolvimento de novas tecnologias, a partir dos programas de Mestrado.

A FAMAZ pretende desenvolver a pesquisa por meio de:

I. Ênfase nos programas de metodologia científica aplicados aos cursos de graduação, pós-graduação *Lato* e *Stricto sensu*, objetivando o desenvolvimento de habilidades, técnicas e, principalmente, atitude científica fundamental na ação universitária, no ensino e na extensão;

II. Políticas de pesquisa consubstanciadas no estabelecimento de linhas de ação de curto, médio e longo prazos, nos eixos norteadores e na viabilização de núcleos temáticos que propiciarão a consolidação de grupos de pesquisa permanentes;

III. Realização de convênios e contratos com instituições patrocinadoras de pesquisa e com o setor produtivo, principalmente, o industrial e o setor de serviços;

IV. Manutenção de serviços de apoio indispensáveis tais como: biblioteca atualizada, serviços de computação, documentação, laboratórios, equipamentos e outros meios necessários; e

V. Estabelecimento de convênios com Universidades nacionais e internacionais, entidades representativas, como o CNPq, para implantação de programa permanente de avaliação da pesquisa e da produção científica.

A política de investigação científica da FAMAZ parte do entendimento de pesquisa como todo processo de investigação que utiliza o método científico como instrumento de descoberta e de diálogo com a realidade. Pesquisar é realizar investigação metódica e sistemática de determinado campo ou domínio da realidade, através de fundamentação teórica e levantamento rigoroso de dados empíricos, de modo a permitir reflexão que resulte em ampliação do conhecimento.

A FAMAZ definiu princípios e ações a serem atingidas:

I. Priorização das pesquisas ligadas às necessidades institucionais e de caráter regional e de integração cultural;

II. Expansão do programa de iniciação científica com crescente interligação com a Pós-Graduação;

III. Utilização da pesquisa como linha metodológica que subsidia a ação docente e discente;

IV. Valorização da formação do (a) docente como ator efetivo das atividades que envolvem a pesquisa, o ensino e a extensão;

V. Dotação da infraestrutura necessária à ampliação da prática de pesquisa, através de condições tecnológicas, materiais e financeiras;

VI. Instalação dos laboratórios imprescindíveis à ampliação de novos cursos e aperfeiçoamento dos já existentes com vistas ao surgimento de grupos interessados na pesquisa básica e aplicada;

VII. Elaboração e realização de programas e projetos de pesquisa integrados ao ensino e executados em nível interdepartamental;

VIII. Criação de centros e linhas de pesquisa, com possibilidade de intercâmbio com outras instituições interessadas na integração cultural e econômica, nacionais e estrangeiras;

IX. Utilização da pesquisa como instrumento básico de elaboração e reelaboração de conhecimentos e de intervenção na realidade;

X. Tornar pública a produção específica da pesquisa, buscando a socialização do conhecimento;

XI. Qualificação de recursos humanos para atuarem em pesquisa;

XII. Contratação de pessoal qualificado para a pesquisa;

XIII. Promoção de seminários, cursos, palestras e outros eventos que visem à atualização do corpo docente, discente e técnico-administrativo;

XIV. Publicação dos resultados das atividades de pesquisa; e

XV. Implantação e padronização da Revista Eletrônica da FAMAZ, em formatos internacional e nacionalmente reconhecidos;

5.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão tem sua sustentação legal primordialmente pautada na Constituição Federal de 1988 e na LDB, também não deixando de se ponderar nos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação.

Com base no artigo 207 da Constituição de Federal: “[…] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL,

1988). A proposta de indissociabilidade da tríade "ensino, pesquisa e extensão" na FAMAZ pode ser identificada pelo estímulo contínuo à comunicação e complementação das atividades desenvolvidas em cada âmbito.

Perante a LDB, em seu capítulo IV do artigo 43, a Extensão Universitária da FAMAZ procura relacionar cada uma das finalidades elencadas à educação superior dentre elas (BRASIL, 1996):

> I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
> III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
> IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
> VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
> VIII. atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

A FAMAZ concebe a extensão como um braço de atuação e intervenção da instituição junto a sua comunidade, enfatizando sua responsabilidade no desenvolvimento social e conscientização frente a questões de saúde ou aconselhamento jurídico. Portanto, como componente importante do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), pelas suas políticas de extensão, a Instituição alarga sua comunicação e atendimento aos vários segmentos da sociedade e dela recebe indicativos para a avaliação de suas atividades no ensino e na pesquisa.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, a Instituição, compreendendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a constituição deste tripé como função básica da Universidade, vem implementando políticas que efetivem a participação da comunidade acadêmica e que visem a atender às demandas sociais locais.

5.5.1 Diretrizes para as Atividades de Extensão

A FAMAZ concebe a extensão como uma função e como componente importante do Projeto Pedagógico Institucional pelo qual a Instituição estende sua comunicação e atendimento aos vários segmentos da sociedade e dela recebe indicativos para a avaliação de suas atividades no ensino e na pesquisa.

Os serviços de extensão devem atender às seguintes características:

I. Atendimento à comunidade, diretamente ou em parceria com instituições públicas e particulares, levando em consideração as características locais e regionais, especialmente, Belém e sua Região Metropolitana;

II. Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;

III. Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional e da integração latino-americana;

IV. Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;

V. Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;

VI. Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;

VII. Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica;

VIII. Cursos abertos às comunidades social e acadêmica;

IX. Articulação e integração com os projetos de pesquisa e os cursos e programas de graduação e pós-graduação; e

X. Envolvimento dos (as) alunos (as) em atividade assistenciais, na sua área de estudos, sob a supervisão ou coordenação docente.

Com essa proposta, a prática da extensão na FAMAZ articula-se em cinco eixos, distintos e complementares, com os quais formaliza a conjunção entre o ensino e a iniciação científica/pesquisa:

I. Primeiro eixo: compreende os eventos culturais, técnicos e científicos, com destaque para os grandes seminários anualmente realizados, com a presença de cientistas, juristas, políticos (as), escritores (as) e professores (as), nacionais e internacionais. Incluem-se aqui também os eventos da FAMAZ que visam ao aperfeiçoamento dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, voltados também para a comunidade em geral, como os ciclos de debates, conferências, palestras, concertos, encontros, exposições, fóruns, oficinas e simpósios, dentre outros;

II. Segundo eixo: formado pelos cursos de extensão, de caráter teórico ou prático, de curta, média ou longa duração, nas categorias de iniciação, de atualização, de

qualificação/capacitação e de aperfeiçoamento/aprofundamento. Com a oferta destes cursos, pretende-se suprir as necessidades da demanda acadêmica interna (docente, discente e corpo técnico- administrativo) e também da comunidade externa, notadamente a formada pelos (as) egressos (as) da FAMAZ e demais profissionais do mercado;

III. Terceiro eixo: compreende os projetos de atendimento à comunidade, como aqueles desenvolvidos pelos cursos de graduação. Incluem-se aqui, também, as Clínicas, Núcleo de Práticas Gerenciais, Núcleo de Prática Jurídica e outros ambientes que prestam serviços em situações reais nas áreas de sua atuação, atendendo inclusive exigências que integram a parte flexível dos currículos de graduação;

IV. Quarto eixo: envolve os serviços de assessoria e consultoria, possíveis de serem identificados através da referência laboratorial dos cursos, dentro de uma visão multidisciplinar, da qual são englobados as empresas juniores, os laboratórios de informática, o Biotério, dentre outros.

V. Quinto eixo: compreende as publicações de interesse acadêmico e cultural, além dos projetos de revistas eletrônicas e outras publicações específicas de cada área.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, a Instituição, compreendendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão e a constituição deste tripé como função básica, vem implementando políticas que efetivem a participação da comunidade acadêmica e que visem a atender às demandas sociais locais. Enquanto atividades permanentes, a Instituição implementou os Programas “Conexões Famaz” e “Famaz na Comunidade”. O primeiro, destinado a estabelecer parcerias com organizações públicas e privadas favorecedoras das atividades de pesquisa e extensão da IES e o segundo, destinado a estabelecer programas, projetos ou ações de práticas de ensino, pesquisa ou extensão junto a comunidade.

5.6 POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO

Atendendo ao artigo 56 da LDB que destaca ser necessário assegurar na Gestão Institucional a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, a partir de uma lógica de respeito e compromisso, a Faculdade Metropolitana da Amazônia realiza procedimentos que contribuem para aproximar e articular espaços institucionais e acadêmicos, delineando a política de Gestão democrática, coletiva e participativa pautada em teses contemporâneas de administração e coerentes com as concepções, princípios e diretrizes que fundamentam este PDI e assegurando a existência de órgãos colegiados deliberativos, do qual participam os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

As políticas relativas à Gestão na FAMAZ são as que seguem: I. Promover um programa de capacitação de Recursos Humanos que atenda às necessidades da Instituição;

II. Viabilizar a participação dos (as) funcionários (as) e colaboradores (as) como forma de crescimento pessoal e institucional;

III. Consolidar a gestão democrática e participativa por meio do funcionamento de Colegiados e Conselhos;

IV. Definir mecanismos de consulta à comunidade interna, de forma a subsidiar e avaliar decisões; e

V. Ampliar o processo de Avaliação Institucional, consolidando ações para correção dos pontos fracos e ampliação dos pontos fortes.

Segundo a literatura, existem os seguintes níveis de gestão: básico, intermediário e avançado. Na gestão avançada são preconizados os seguintes fatores:

I. Organização interna orientada ao (a) aluno (a), isto é, todos (as) os (as) profissionais agindo como educadores (as);

II. Criação de sinergia, parceria, vínculos e coesão da administração da IES com seus diversos públicos: alunos (as), professores (as), funcionários (as), comunidade, imprensa, entre outros.

III. Monitoramento, por parte da IES, das oportunidades de aplicação do conhecimento e das competências de sua equipe, para a criação de produtos e serviços que atendam as oportunidades do mundo do trabalho;

IV. Ações sistemáticas que contribuam para a inserção profissional do egresso no mercado de trabalho;

V. Visão de futuro consistente, compartilhada, defendida e almejada por todos os membros da IES;

VI. Gestão das atividades-fins: revisão permanente do PPI, PDI e PPC´s; do desempenho

docente, discente do corpo técnico-administrativo, com metas de produtividade e conscientização; e

VII. Marketing de relacionamento com base em experiências vivenciadas.

Para competir neste segmento, atualmente, é preciso ter a imagem institucional associada a elementos de alto valor agregado com o desenvolvimento constante de estratégias competitivas (ensino, iniciação/pesquisa e extensão); qualidade e competências acadêmicas e de gestão, entendendo-se a avaliação como a ponte entre estas duas áreas do *saber-fazer*:

I. Promoção de encontros sistemáticos, entre setores acadêmicos e administrativos, com vistas ao estímulo de trabalho compartilhado para a incorporação do novo modelo de gestão acadêmica alinhado pelo PPI;

II. Integração dos processos/atividades entre o corpo docente, coordenações de cursos de graduação, pós-graduação e gestores, com vistas ao planejamento estratégico e à viabilização dos PPC´s, tendo como foco a indissociabilidade;

III. Incentivo às ações mobilizadoras para o desenvolvimento de novo perfil docente;

IV. Estabelecimento de linhas de fomento e financiamento para garantir as atividades integradas de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão;

V. Estímulo a debates em ação multiplicadora, como garantia da organicidade destes e a execução dos novos princípios e diretrizes da graduação e da pós-graduação;

VI. Formação do (a) aluno (a), que deverá ser estimulado a ter atitude questionadora e investigativa, com a compreensão da realidade em que está inserido (a), considerando-se o estágio como uma das modalidades (mas não a única), na qual a relação teoria/prática poderá se desenvolver concretamente;

VII. Incentivo à participação dos (as) alunos (as) em programas e projetos de monitoria, iniciação científica e extensão, em caráter permanente ou mesmo eventual, caracterizando-os como agentes pesquisadores (as) nesses processos;

VIII. Promoção de ampla reflexão sobre a indissociabilidade frente às modalidades de avaliação da educação superior;

IX. Incentivo a participação dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica e a sociedade civil, nas instâncias de decisão colegiada constitutivas da FAMAZ, na perspectiva da gestão democrática; e

X. Planejamento a partir de sua realidade, integrando questões administrativas e financeiras com currículo e demais preocupações político-pedagógicas.

As políticas de gestão, construídas pela comunidade acadêmica, agrupam-se nos seguintes grandes eixos organizacionais:

I. Avaliação institucional como estratégia para melhoria continuada da qualidade desejada e para consolidação e expansão dos cursos e atividades acadêmico-profissionais;
II. Valorização do corpo social, como nova forma de organização e gestão dos processos sociais e produtivos, no que se refere às suas múltiplas inter-relações, destacando-se a relação entre o homem, a mulher e o conhecimento;
III. Responsabilidade socioambiental como meta de atuação competente da instituição educacional junto à sociedade na qual se insere, privilegiando mecanismos de responsabilidade social e com o meio-ambiente;
IV. Preservação da Instituição de Educação Superior como patrimônio da sociedade e espaço de formação ampla do cidadão; e
V. Gestão democrática como princípio de socialização de informações e de transparência na implantação e implementação de suas metas e ações para o alcance de sua missão institucional.

5.6.1 Expansão com Qualidade e Inclusão Social

Em plena era tecnológica, uma pequena parcela da população brasileira, entre 18 e 24 anos, frequenta o ensino superior, enquanto que o total de egressos (as) do ensino médio se multiplica em relação ao total de vagas oferecidas anualmente pelo sistema.

A rápida urbanização da população brasileira e a expansão da industrialização, ocorridas a partir da década de 50, do século passado, vêm modificando a estrutura ocupacional, com redução da população, ligada ao setor primário, que se transfere para as ocupações urbanas. Com isto, modificam-se também as expectativas em relação à inserção nas novas condições sociais e de produção. Junto com a moderna indústria, cresce o setor de serviços, parte do qual, também moderno, requer uma força de trabalho mais escolarizada. A par disso, a educação passa a ser reivindicada como um direito social.

A expansão das instituições de ensino superior precisa levar em conta as atividades de regulação, supervisão e avaliação, de responsabilidade do MEC, bem como a questão da qualidade e da inclusão social, no sentido de garantir formação profissional com competências técnicas e políticas, produtores ativos na construção do bem-estar social, isto é, sujeitos sociais.

Neste sentido, a expansão com qualidade e inclusão social prevista pela FAMAZ permitirá desenvolver a interface entre a vida pessoal e do trabalho ampliando a dimensão cultural, valorizando as diferenças e percepções diversas do cenário regional, nacional e

global, visando:

I. Fortalecer ações de assistência voltadas para a comunidade acadêmica, enquanto instrumento de equidade e condições de acesso, permanência e de trabalho na instituição;

II. Participar de discussões e elaboração das políticas públicas em sua área de atuação;

III. Desenvolver ações junto aos diferentes setores da sociedade, ampliando a integração;

IV. Contribuir para o processo de consolidação da cidadania brasileira, mediante a formulação de propostas pertinentes a melhor percepção e exercício dos deveres e direitos do (a) cidadão/cidadã, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

V. Estimular as propostas, projetos e ações que visem maior participação da sociedade no campo da cultura, da arte, da ciência e da tecnologia, contribuir em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

VI. Promover iniciativas que garantam a acessibilidade e a conscientização para inclusão de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; pessoas com transtorno do espectro autista; e/ou pessoas com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação; e

VII. Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, buscando a operacionalização de programas e projetos voltados à produção do conhecimento científico, tecnológico para promoção da inclusão social e da acessibilidade.

Nesse sentido, deve-se assumir que a qualidade acadêmica não pode ser considerada de forma dissociada da responsabilidade social da educação superior, por não se tratar de um atributo abstrato, mas de um juízo valorativo construído socialmente, respeitadas a identidade e a diversidade institucionais.

5.6.2 Evasão, Mobilidade e Exclusão

A literatura apresenta a evasão, a exclusão e a mobilidade como questões a serem tratadas pelas Políticas Públicas como um problema que extrapola o âmbito da Educação Superior e conceitua os termos:

Evasão: corresponde a uma postura ativa do (a) aluno (a) que decide desligar-se por sua própria responsabilidade.

Exclusão: implica a admissão de uma responsabilidade da instituição e de tudo que a cerca por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do (a) jovem que se apresenta

para uma formação profissionalizante.

Mobilidade: tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural do crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades, não se constituindo em fuga, mas em busca; não é desperdício, mas investimento; não é fracasso – nem do (a) aluno (a) nem do (a) professor (a), nem do curso ou da instituição, mas é coragem de mudar o rumo na busca do sucesso.

Para que se use com precisão os termos e se padronize o seu entendimento, relacionam-se os tipos de evasão que ocorrem na educação superior:

I. Evasão de curso: quando o (a) estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso) e exclusão por norma institucional;

II. Evasão da IES: quando o (a) estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; e

III. Evasão do sistema: quando o (a) estudante abandona de forma definitiva ou temporária a educação superior.

Em outra linha, importa registrar aspectos que demonstram a evasão nas IES e os fatores que vêm favorecendo a ocorrência desta figura institucional:

I. Cursos de graduação orientados quase que, exclusivamente, para a formação profissional;

II. Dificuldade na implantação de propostas curriculares inovadoras;

III. Dificuldade na implementação de política de permanência de estudantes que apresentem condições sociais desfavoráveis;

IV. Necessidade de currículos flexíveis, com desenvolvimento interdisciplinar;

V. Práticas pedagógicas tradicionais;

VI. Currículos dos cursos com estruturas rígidas;

VI. Metodologias de ensino inadequadas;

VII. Despreparo pedagógico dos docentes;

VIII. Avaliações de aprendizagem realizadas sem critérios definidos;

IX. Funcionamento ineficaz da orientação acadêmica;

X. Falta de uma política efetiva de apoio à permanência ao (a) estudante;

XI. Necessidade do ingresso do (a) aluno (a) no mercado de trabalho;

XII. Desmotivação nos primeiros períodos dos cursos por não se identificar com o currículo desenhado pela IES;

XIII. Falta de articulação das disciplinas básicas com a especificidade do curso;

XIV. Formação de turmas marcada pela impessoalidade;

XV. Diferença entre os ambientes de ensino;

XVI. Desconhecimento das regras do trabalho acadêmico e intelectual; e
XVII. Diferenças na lógica do processo de ensino de cada docente.

Os **fatores motivadores da evasão** são, em primeiro lugar, aqueles que se relacionam ao (a) próprio (a) estudante; em segundo, os relacionados ao curso e à instituição e o terceiro, aos fatores socioeconômicos externos. No que se refere aos (as) estudantes, destacam-se, entre outros:

I. Os relativos às habilidades de estudo, à personalidade do (a) aluno (a), às dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária;
II. Os vinculados à escolha precoce da profissão; e
III. Os decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho, do desencanto ou da desmotivação dos (as) alunos (as) com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; de dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas; da desinformação a respeito da natureza dos cursos; da descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular.

Quanto aos **fatores internos às IES**, registram-se os:

I. Peculiares a questões acadêmicas como currículos desatualizados e alongados; rígida cadeia de pré-requisitos; falta de clareza sobre os PPC;
II. Relacionados às questões didático-pedagógicas, por exemplo, critérios impróprios de avaliação do desempenho discente e à falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do (a) docente;
III. Vinculados à ausência ou ao pequeno número de programas institucionais para o (a) estudante, como os de iniciação científica, monitoria, etc; e
IV. Decorrentes da cultura institucional de desvalorização da docência, da insuficiente estrutura de apoio ao ensino e da inexistência de um sistema público que viabilize uma utilização mais racional das vagas, afastando a possibilidade de matrícula em duas IES.

Com relação aos **fatores externos às IES**, motivadores da evasão, cabem relacionar os relativos ao mercado de trabalho, ao reconhecimento social da carreira escolhida, à desvalorização da profissão, por exemplo, as licenciaturas, às dificuldades de atualização das IES, frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade, à ausência de políticas governamentais consistentes e continuadas, à qualidade da escola de ensino fundamental e médio, além dos fatores vinculados às conjunturas econômicas específicas e às dificuldades financeiras do (a) estudante.

Após o contínuo estudo de fatores que interferem nas evasões de estudantes e demais

fatores prejudiciais ao andamento positivo das atividades na IES, há a possibilidade de atuação direcionada à neutralização desses elementos danosos, propendendo-se à/ao:

I. Flexibilização dos currículos dos cursos e seu redimensionamento quanto a menor carga horária, em atendimento à legislação vigente;

II. Oferecimento de atividades de apoio pedagógico a estudantes com dificuldades de desempenho como reforço em matemática e comunicação para os primeiros semestres;

III. Melhoria da formação pedagógica docente;

IV. Adoção de políticas institucionais que valorizem o ensino de graduação, tais como: destinação de recursos orçamentários exclusivamente para a graduação; estabelecimento de sistema de bolsas para a atividade de ensino; implantação de linha de crédito para projeto de pesquisa ou de melhoria pedagógica do ensino; direcionamento de recursos orçamentários para reequipamento e manutenção de laboratórios e bibliotecas; valorização da atuação dos (as) docentes nos cursos de graduação;

V. Estabelecimento de programas de apoio ao (a) estudante;

VI. Ampliação de programas de bolsas acadêmicas;

VII. Elaboração de projetos de aprimoramento dos cursos com PPC´s permanentemente atualizados;

VIII. Ampliação de programas de convênios para estágios dos (as) estudantes junto a empresas, escolas etc.;

IX. Desenvolvimento de programas de cultura e lazer, priorizando a cultura local e regional;

X. Produção de material de divulgação, junto aos (as) estudantes de ensino médio, a respeito do perfil dos cursos e das possibilidades de profissionalização a eles vinculados;

XI. Atualização dos currículos dos cursos e criação de novos cursos que respondam às mudanças sociais contemporâneas (urbanas, culturais, artísticas, tecnológicas, organizacionais etc.), contemplando o desenvolvimento do (a) cidadão/cidadã e do (a) profissional;

XII. Implantação da flexibilidade curricular, nos cursos de graduação, que permita a construção de itinerários formativos diversificados e que facilite a mobilidade estudantil;

XIII. Oferta da formação e apoio pedagógico aos (as) docentes que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem;

XIV. Disponibilização de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência;

XV. Criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e

valorização dos recursos humanos existentes; e
XVI. Realização de estudos sobre as causas da evasão.

5.6.3 Responsabilidade Social

A FAMAZ concebe Responsabilidade Social (RS) como ação estratégica que demanda a articulação dos seus diversos setores, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes e a formação de profissionais cidadãos/cidadã, capazes de contribuir para a transformação.

A RS não é considerada como um projeto assistencial e, sim, como uma política institucional, que articula ensino, iniciação científica e extensão, com finalidade de capacitar pessoas e interagir com o contexto regional. Neste sentido, a extensão configura-se em elemento indutor das atividades docentes e discentes de ensino e iniciação científica/pesquisa, a fim de contribuir para o desenvolvimento da qualificação discente e docente e promover o desenvolvimento social da comunidade envolvida, por meio de programas e projetos integrados aos diferentes cursos da IES, propiciando parcerias com empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais e mercado de trabalho.

A política institucional de responsabilidade social está estruturada em eixos interdisciplinares que envolvem diversos cursos de graduação e de pós-graduação, parcerias/convênios e setores da FAMAZ.

5.6.4 Comunicação com a Sociedade

As metas, estratégias e planos de crescimento das instituições de ensino superior devem ser realizados de maneira formal, tendo como fator determinante a comunicação. Mecanismos de comunicação institucional eficientes possibilitam a integração e articulação das áreas administrativas e acadêmicas, permitem que a comunicação horizontal produza bom relacionamento entre segmentos de diferentes níveis hierárquicos, fazendo com que discentes, docentes e funcionários (as) do corpo técnico-administrativo entendam, de maneira clara e precisa, aspectos importantes das instituições, tornando possível o entendimento e relacionamento dos diversos segmentos, fazendo-os trabalharem na mesma direção e focalizando os esforços para alcançar os mesmos objetivos.

A concepção educacional da FAMAZ, explicitada neste documento e no PPI, tem

como fundamento a valorização da dignidade humana e a participação do (a) egresso (a) em sua comunidade enquanto cidadão/cidadã capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Assim, a natureza das atividades educativas tem como elemento básico a comunicação com a sociedade, em uma relação eminentemente dialógica. Além desta relação com a sociedade, nas atividades intrínsecas à natureza do ensino e aprendizagem, há outras atividades por meio das quais se estabelecem diferentes formas de comunicação, quer seja nas estratégias de marketing, quer para divulgação dos serviços, nas quais são evidenciados a imagem institucional, seu compromisso e responsabilidade com os serviços ofertados, ou na prestação de contas à comunidade.

O setor de Comunicação, portanto, representa uma área meio para concepção e implementação de estratégias de comunicação e marketing da Instituição, vinculado diretamente à Reitoria da IES tendo em vista a importância de se coordenar e otimizar as atividades de comunicação interna e externa, bem como, as de marketing institucional aos objetivos estratégicos da Instituição.

A FAMAZ considera também importante os processos de comunicação com a sociedade de Belém e do entorno com que se relaciona, direta ou indiretamente, visando disseminar e socializar a produção acadêmica e as informações que regem a vida institucional, as atividades desenvolvidas pelos cursos de graduação e pós-graduação, as parcerias consolidadas, os diferenciais, indicadores e avanços alcançados, com o fim de estreitar a relação IES/comunidade acadêmica e sociedade e fortalecer a imagem institucional de IES inovadora e colaborativa com os processos regionais e tornar A FAMAZ uma referência de qualidade e excelência.

Outro fundamental objetivo dos sistemas de informação é prover docentes, discentes e técnico-administrativos, com ferramentas de apoio ao processo ensino-aprendizagem, baseadas nas tecnologias atuais. Trata-se de um leque de recursos que permitem o enriquecimento do processo educacional e o estreitamento do relacionamento entre professores (as) e alunos (as), constituindo-se em um instrumento sem paralelo no auxílio ao processo educacional.

A comunicação interna entre alunos (as), professores (as) e membros do corpo técnico-administrativo ocorre por meio de reuniões periódicas, na Central de Atendimento presencial, e, ainda, a partir de murais, quadros de aviso, monitores de televisão, cartazes, panfletos, *banners*, *folders*, jornal informativo de circulação interna, correspondências eletrônicas (*webmail*) ou via correio e mensagens SMS e ligações oriundas do *Call Center*.

Buscando a facilidade das ferramentas da internet, a comunidade acadêmica da

FAMAZ possui acesso à *internet* e *intranet*, comunicando-se também por meio formal previstos em seus processos internos. No site institucional, em atendimento tanto ao público interno como o externo, são disponibilizadas informações gerais sobre a Instituição, Programas do Governo Federal de Financiamento Estudantil (FIES e PROUNI), os cursos de ofertados (modalidades, duração dos cursos, valores de mensalidades, coordenação de curso, concepção do curso, objetivos, perfil profissional, diferencial, áreas de atuação, perfil do egresso, matriz curricular, entre outros). O *site* da FAMAZ dispõe ainda de informações sobre processos e editais de bolsas de monitoria e iniciação científica/pesquisa, oportunidades de estágio, incentivos, parcerias e bolsas para estudantes, mensalidades, serviços, procedimentos burocráticos, além de informações sobre setores de atendimento à comunidade (Biblioteca, Coordenação de Estágio, CPA, Ouvidoria, CEJUSC, Pós-graduação, entre outros), Calendário acadêmico, Instalações físicas, atividades planejadas/realizadas pelos cursos e a instituição, ENADE, os serviços disponíveis *on-line,* etc. Outros veículos de comunicação promovidos pela internet, no site institucional são a área do (a) aluno (a), do (a) professor (a) e do (a) funcionário (a), com acesso através de *login* e senha.

Do ponto de vista acadêmico, há diferentes espaços e oportunidades de interação e comunicação por meio da realização de uma multiplicidade de eventos: jornadas acadêmicas, seminários e conferências, comunicação científica em eventos internos e externos, divulgação de textos em publicações científicas, ações comunitárias que ocorrem tanto internamente, como em instituições parceiras.

As Redes Sociais são bastante utilizadas usadas, sendo os setores Tecnologia da Informação e de Comunicação os responsáveis pela presença sempre constante da FAMAZ nas redes sociais tais como *twitter, instagram* e *facebook*, canais bastante utilizados e procurados pela comunidade interna e externa.

A IES utiliza também veículos, ferramentas e estratégias de mídia, comunicação e marketing como: inserções em rádio, jornais de grande circulação no Estado do Pará, revistas de âmbito nacional, emissoras locais de televisão, *outdoors*, *busdoors*, SMS, correspondências via correio, eventos, promoções, feiras de profissões, parcerias, convênios, divulgações impressas, objetivando estabelecer a imagem da Instituição junto à sociedade.

A FAMAZ desenvolveu procedimentos próprios de recepção de reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios por parte dos (as) alunos (as), professores (as), funcionários e comunidade externa, com procedimentos que garantem a prevenção e solução de conflitos, de forma rápida, ética, íntegra, transparente, responsável e imparcial, resguardando o sigilo das informações – Fale Conosco (no site da instituição, voltada à

comunidade externa e interna), a Ouvidoria *on-line* (comunidade externa e interna) e presencial (comunidade interna) e as urnas.

A Ouvidoria da FAMAZ foi instituída no âmbito dos serviços prestados, com o objetivo de se constituir em um canal de comunicação permanentemente aberto à comunidade, para receber sugestões e reclamações. A Ouvidoria, implantada, regimentalmente e em pleno funcionamento, funciona, segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infraestrutura física e tecnológica. Os procedimentos de atendimento são devidamente registrados e encaminhados aos setores competentes, a fim de se proceder à análise das questões e dar-lhes os devidos encaminhamentos que são acompanhados por meio de formulários próprios. Deste modo, a Ouvidoria proporciona interlocução direta com os (as) gestores (as), garantindo a averiguação isenta e o encaminhamento de suas queixas ou sugestões.

As urnas de avaliação de atendimento foram implantadas em locais de grande acesso por parte da comunidade acadêmica (Reprografia, Portarias, Biblioteca, Vestibular, Pós-Graduação, Cantinas, Coordenadorias de Curso, Central de Atendimento, Núcleo de Práticas Jurídicas, etc). As fichas de avaliação de atendimento são recolhidas semanalmente para análise, registro e encaminhamento das providências e ciência dos (as) demandantes pela Ouvidoria, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação.

5.6.5 Apoio Pedagógico aos (as) Discentes

A formação profissional cidadã do (a) aluno (a) constitui o elemento para o qual convergem todas as políticas institucionais. Pensando assim e para responder às suas necessidades da forma mais adequada, a FAMAZ manterá em permanente funcionamento políticas e ações de atendimento ao (a) discente, fundamentam-se em dispositivos legais, nos princípios e valores preconizados pela Instituição e em resultados de avaliação da realidade discente. Pensando assim e para responder às suas necessidades da forma mais adequada, o Centro Universitário manterá em permanente funcionamento ações de atendimento ao (a) discente, a seguir descritas.

5.6.5.1 Núcleo de Apoio ao (a) Docente e Discente (NADD)

O Núcleo de Apoio ao (a) Docente e Discente desenvolve um trabalho de caráter preventivo, focado no resgate da aprendizagem, ressignificação dos conhecimentos e estímulo

à autoestima prestando apoio psicopedagógico aos (as) docentes e discentes. Trata-se, portanto, de um Núcleo com serviço, cujo planejamento sistemático, pretende mediar às relações professor (a) – aluno (a), ensino e aprendizagem, considerando os aspectos metodológicos e didático-pedagógicos, próprios da vida acadêmica.

Além disso, as atividades do NADD caracterizam-se como atividades de orientação; acompanhamento individual; atividades educativas presenciais, realizadas através de palestras, qualificações, reuniões com os (as) docentes, discentes, coordenadores (as) de cursos, além da equipe técnico-administrativa para discussão, reflexão, troca de experiências, avaliação e resolução das questões-problemas apresentadas e/ou diagnosticadas.

Dentre as atribuições do NADD incluem-se:

Acompanhamento do aproveitamento de aprendizado dos (as) alunos (as):

I. Verificar, junto às turmas, o processo de aproveitamento, por meio de entrevistas motivadas dos (as) alunos (as);

II. Analisar os aspectos relativos à dinâmica das aulas, do material didático utilizado, das dificuldades encontradas; da relação professor (a) – aluno (a) e do processo de avaliação;

III. Avaliar o desempenho docente e discente, a relação discente-discente e discente-docente nas atividades de ensino-aprendizagem;

IV. Analisar periodicamente os conteúdos e a organização curricular, visando especialmente, sua contextualização e adequação à formação competitiva ao mercado de trabalho; e

V. Assessorar os colegiados de curso na reformulação curricular e atualização dos projetos pedagógicos.

Acompanhamento psicopedagógico:

I. Assistir aos (as) alunos (as) quanto às suas dificuldades em relação ao acompanhamento do curso, no processo de aprendizagem e de convívio com colegas e docentes;

II. Zelar pelo bem-estar do (a) aluno (a) e pelas condições psicológicas necessárias ao cumprimento de suas tarefas acadêmicas;

III. Proporcionar aos (as) alunos (as) uma interlocução direta com os dirigentes da instituição e seus (suas) docentes, garantindo a averiguação isenta e o encaminhamento, quando for o caso, de suas queixas; e

IV. Zelar pelo bem-estar do (a) aluno (a) e pelas condições psicológicas necessárias ao cumprimento de suas tarefas acadêmicas.

Aperfeiçoamento do trabalho docente:

I. Desenvolver atividades de apoio pedagógico aos (as) docentes;

II. Propor ações que promovam a melhoria do ensino e da aprendizagem;

III. Orientar os (as) professores (as) na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação dos planos de ensino;
IV. Planejar e desenvolver em conjunto com os (as) coordenadores (as) as orientações didático-pedagógicas junto aos (as) professores (as), relativas à organização do trabalho docente;
V. Desenvolver atividades de conteúdo metodológico e didático-pedagógico com os (as) docentes;
VI. Ministrar, promover, e/ou apoiar cursos de aperfeiçoamento/qualificação para o quadro docente;
VII. Organizar os processos referentes à elaboração do plano de ensino das disciplinas, junto aos (as) docentes; e
VIII. Organizar as reuniões mensais junto aos (as) docentes.

5.6.5.2 Gestão da Permanência

5.*6.5.2.1 Mecanismos de Nivelamento*

A FAMAZ desenvolve o programa de nivelamento no sentido de propiciar ao (a) aluno (a) da Instituição o acesso ao conhecimento básico, de assuntos esquecidos ou não aprendidos, em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos, contribuindo para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua segurança e a melhoria das condições de êxito na realização do curso de graduação almejado.

O que se percebe é que a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio deixa a desejar, sendo comuns as queixas dos (as) docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos (as) alunos (as), sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são alunos (as) que não conseguem organizar bem as ideias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros, sendo uma das principais causas de evasão no ensino superior.

Ademais, os dados estatísticos do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) reforçam a necessidade de investir em instrumentos que possam ampliar habilidades e competências dos (as) acadêmicos (as) ingressantes, proporcionando um melhor aproveitamento dos mesmos no transcorrer de sua vida acadêmica.

Os cursos de nivelamento são oferecidos, a partir de diagnóstico inicial realizado no primeiro semestre letivo de cada curso. As atividades de nivelamento têm o gerenciamento das Coordenações dos Cursos de Graduação e são acompanhadas sistematicamente pelos (as) profissionais do NADD, tendo como objetivo:

I. Possibilitar ao (a) aluno (a) a revisão dos conteúdos básicos, especialmente de disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa, enfatizando seus fundamentos através das estratégias de atendimento e do formato das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas para superação de dificuldades de aprendizagem;

II. Reduzir problemas como a evasão ou reprovação do (a) aluno (a) já nas primeiras séries do curso, ensejando, primeiramente, à adoção de métodos pedagógicos que permitam a reorientação do processo ensino-aprendizagem, como também o resgate dos conteúdos não assimilados pelo (a) aluno (a) durante o curso;

III. Possibilitar aos (as) acadêmicos (as) a ampliação de conhecimentos e ou habilidades que lhes garantam condições de melhorar seu processo de ensino e aprendizagem em relação às demais disciplinas;

IV. Ministrar aulas de língua portuguesa dinâmicas, para suprir lacunas de leitura e escrita evidenciadas pelos (as) alunos (as);

V. Revisar as aulas de matemática de forma diferenciada, para suprir lacunas e melhorar o raciocínio lógico do (a) aluno (a); e

VI. Utilizar de maneira adequada o computador, desenvolvendo e aprimorando uma utilização segura e eficaz.

As atividades do Programa de Nivelamento serão organizadas e ofertadas de forma paralela às atividades letivas dos cursos de graduação, proporcionado ao (a) aluno (a) a oportunidade de superar as dificuldades. As atividades são presenciais, em horários especiais, não coincidentes com os de atividades normais dos cursos.

5.6.5.2.2 Apoio Financeiro

Consciente de sua responsabilidade social de empresa educacional, com atuação na educação superior, a Instituição segue as seguintes diretrizes gerais de apoio de estudos para alunos (as) carentes proporcionado pela concessão de bolsas na forma de desconto nas mensalidades:

I. Programa de Apoio aos (as) Alunos (as): Programa Melhor idade[40]; Desconto pontualidade[41]; concurso de Bolsas FAMAZ; Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); Programa Universidade para Todos (ProUni); Quero Bolsa; Pra Valer e Bolsa Funcionário;
II. Bolsas de Iniciação Científica e de Extensão: a IES oferece bolsas de iniciação científica e extensão, como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela Instituição; e
III. Bolsa Monitoria: a IES oferece bolsas monitoria para os (as) alunos (as) que estiverem exercendo a função de monitor (a).

Nessa perspectiva, a IES atentada à educação de forma ampla, proporciona ao (a) aluno (a) uma constante adaptação de forma a desenvolver a capacidade de autonomia e o senso crítico.

5.6.5.2.3 Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse é realizado por todos os setores da Instituição (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Ouvidoria, Núcleo de Apoio ao (a) Docente e Discente, Coordenadorias dos Cursos, Professores (as) em TI e TP, entre outros), a fim de proporcionar ao (a) discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem. Os laboratórios podem ser utilizados pelos (as) alunos (as), fora do horário de aulas, com a participação de monitores (as) e dos (as) técnicos (as) dos laboratórios, para o reforço da aprendizagem prática. A biblioteca tem horário de funcionamento durante os três turnos, incluindo os sábados, para que os (as) alunos (as) possam realizar suas pesquisas bibliográficas, leituras ou trabalhos em grupo sem prejuízo da presença em sala de aula.

5.6.5.2.4 Acompanhamento de Egressos

A IES considera o acompanhamento dos (as) egressos (as) essencial. Assim, disponibiliza canais para manter constante este contato com seus (suas) ex-alunos (as).

A FAMAZ dispõe também do Programa de Acompanhamento de Egressos (as). A Coordenação de Acompanhamento de Egressos (as) conta com o apoio de vários setores da IES, tais como, a Secretaria Acadêmica, Coordenações de Cursos de Graduação, Núcleo de Apoio ao (a) Docente e Discente e Diretoria Geral.

[40] Destinado para candidatos com idade a partir de 50 anos, que ganham bolsa de 50% durante todo o curso.
[41] Desconto válido para pagamentos até a data de vencimento do boleto (5º dia útil).

São disponibilizados, no site da Instituição e no *e-mail* dos (as) egressos (as) e concluintes, instrumentos de avaliação contendo questões sobre o curso de graduação realizado, a atuação no mercado de trabalho, as dificuldades encontradas na profissão, a realização de cursos de graduação e/ou pós-graduação na mesma área de conhecimento ou diversificou sua área de conhecimento inicial em função das necessidades de mercado.

Também são usados formulários para atualização das informações cadastrais, que compõem a base de dados de egressos (as), e desencadeiam ações de aproximação de contato direto, contínuo e permanente, por meio de todas as formas de comunicação viáveis e a frequente participação dos (as) egressos (as) em eventos, cursos, atividades e oportunidades de cunho científico, técnico, artístico e cultural promovidas pela IES.

As informações sobre os dados obtidos permitem traçar o perfil do (a) egresso (a), sua distribuição e ocupação no mercado de trabalho, assim como fornecem subsídios úteis para aprimoramento dos cursos de graduação e pós-graduação, norteando mudanças curriculares, além de apontar para as necessidades de implantação de cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação *Lato sensu*, além dos já existentes hoje na IES, e *Stricto sensu*, que serão criados em decorrência do desenvolvimento da Instituição.

Como forma de aproximar e acompanhar a evolução dos (as) egressos (as) ao longo de sua vida profissional, a IES oferece alguns serviços, tais como: realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos, oportunizando assim a formação continuada aos seus (suas) ex-alunos (as).

5.6.5.2.4 Mobilidade Acadêmica e Internacionalização

Uma nova era de relações internacionais tem forte impacto no ensino superior. A cooperação acadêmica internacional passa pela internacionalização e pela mobilidade estudantil, tema que vem dominando a literatura especializada, pelo surpreendente crescimento.

O fluxo estudantil está baseado em duas causas: a primeira é falta de condições ou oportunidades de estudo em seu país de origem e a segunda é a migração em busca de emprego. A oportunidade de adquirir experiência, viver em outro país e manter contato com diversos hábitos e culturas pode possibilitar ao (a) profissional uma nova perspectiva sobre diversos aspectos relacionados à carreira.

O conhecimento obtido através dos desafios enfrentados durante a experiência de trabalhar ou estudar em outro país contribui para o crescimento pessoal e profissional. Com

foco neste segmento de educação, a IES, busca a possibilidade de alunos (as) a oportunidade de viverem a experiência, por meio de futuros convênios estabelecidos pela entidade mantenedora com outros centros educacionais e universidades de diversos países do mundo.

Assim a IES se prepara para firmar acordos acadêmicos com instituições nacionais e internacionais, no campo da mobilidade estudantil. Em relação à internacionalização acadêmica, considerando as dificuldades de convênios pelo porte e status da FAMAZ, a estratégia adotada é a de trazer professores (as) estrangeiros (as) para pequenos cursos e/ou palestras na Instituição, incentivar a participação de docentes e discentes em congressos internacionais, com o objetivo de buscar parcerias com pesquisadores (as) estrangeiros (as) para futuras pesquisas em conjunto e visitas técnicas específicas.

5.6.5.2.5 Ouvidoria

A Ouvidoria procura o contato constante com a comunidade acadêmica com o objetivo de alcançar o desenvolvimento de visão compartilhada em torno das principais questões, gerando resultados práticos para a direção da organização e procedendo ao levantamento de críticas, sugestões, elogios, ou qualquer informação importante para a gestão da IES, encaminha e acompanha as providências para todas essas questões;

5.6.6 Formas de Acesso

A FAMAZ define as normas do processo seletivo discente, por meio do COSUP, visando a assegurar a igualdade de oportunidade a todos (as) os (as) candidatos (as) e o cumprimento das normas estatuárias e regimentais da IES e aos regulamentos do MEC. Ressalta-se que o processo é realizado semestralmente, para os cursos de graduação e pós-graduação, sendo operacionalizado pelos setores de Vestibular e Matrícula.

As formas de acesso para a entrada dos (as) discentes nos cursos de graduação obedecem ao Regimento da IES, estando abaixo descritas:

I. Processo Seletivo Discente (Vestibular): processo seletivo que permite ao candidato (a), com o ensino médio completo, aprovado e classificado em concurso específico, o ingresso no Curso;

II. Transferência: processo seletivo para alunos (as) de outras instituições de ensino superior, transferidos (as) para o mesmo curso ou de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o

mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital especifico;

III. Portadores de diploma de nível superior: processo seletivo para graduados (as) em cursos de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital especifico; e

IV. FIES/PROUNI: candidatos (as) pré-selecionados (as) pelo MEC para a IES, que os submete a um processo seletivo próprio, diferente do vestibular, a partir das notas obtidas no ENEM. Este quantitativo de vagas anuais ofertadas corresponde de maneira excelente a dimensão do corpo docente e condições de infraestrutura da IES.

Nos Programas de Pós Graduação, o acesso aos Cursos é definido, por meio de publicação de editais, contemplando as regras e o quantitativo de vagas disponíveis.

A FAMAZ garante aos (as) alunos (as) regulares dos cursos de graduação, representação no COSUP e nos Colegiados de Cursos, na forma regimental, podendo ainda, organizar e administrar associações culturais ou desportivas, organizar Diretório ou Centro Acadêmico, regido por estatuto próprio, elaborado e aprovado de acordo com a legislação em vigor.

Além dos programas e ações mencionados, A FAMAZ atende à Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o *Estágio de Estudantes*; ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para *portadores de necessidades especiais* e ao Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre LIBRAS como disciplina obrigatória ou optativa.

A FAMAZ oferece aos (as) alunos (as) cursos de graduação e de pós-graduação com PPC´s inovadores, atualizados, focados no mundo do trabalho, sem perder a perspectiva da ciência e da tecnologia, com a finalidade de formar para a profissão e para a cidadania e com mecanismos de acompanhamento e de avaliação que possibilitam a melhoria da qualidade acadêmica.

6. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO

Esta segunda parte do presente documento foi baseada de maneira integral no *Instrumento de Avaliação Institucional Externa* (que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica – presencial) (BRASIL, 2014)[42].

[42] BRASIL. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa:** subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial). INEP/SINAES, 2014.

A postura da instituição no âmbito citado é abordar de modo padronizado as categorias e critérios de avaliação estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), sobretudo, pelo fato de que os instrumentos definidos pelo MEC compactuam com os principais tópicos a serem desenvolvidos em um Projeto de Desenvolvimento Institucional.

A FAMAZ não tem o interesse de estabelecer, a partir do processo avaliativo institucional, a avaliação como fim ou difundir uma visão pragmática, mas reconhece que para alcançarmos o máximo de qualidade enquanto instituição educacional, a organização sistemática de seus documentos (Projetos) e de suas ações gerará continuamente melhores possibilidades de reconhecimento e prestígio à instituição e aos seus cursos. Junto a isso, a sistematização de princípios, políticas e objetivos integrará as metas planificadas em um plano de trabalho geral, favorecendo o processo de autoavaliação da FAMAZ.

6.1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

6.1.1 Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional

As condições de gestão apresentam coerência entre a estrutura organizacional e a prática administrativa e garantem a suficiência e consistência administrativas. Além do exposto, pode-se constatar a importância do processo de autoavaliação da FAMAZ que se pautou pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

No contexto do SINAES, a autoavaliação é percebida como um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento acerca de sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Constitui-se em condição básica para o necessário aprimoramento do planejamento e gestão da Instituição, uma vez que propicia a constante reorientação de suas ações.

Para a FAMAZ, a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dela resulta uma autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, assim como, uma autoconsciência nos membros da comunidade acadêmica de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e para o futuro.

O processo de autoavaliação institucional considera como parâmetros os seguintes princípios norteadores:

I. *Universalidade:* participação no processo de avaliação que se traduz no envolvimento de todos os núcleos (departamentos, coordenações), órgãos, unidades auxiliares, conselhos, docentes, pesquisadores (as), técnicos-administrativos, administradores (as) (chefes de unidades ou órgãos, coordenadores (as), diretores (as)) e representantes da comunidade;

II. *Globalidade:* refere-se à integração da totalidade das atividades ao processo avaliativo, ou seja, ensino, iniciação científica/pesquisa, extensão, serviços administrativos, gestão, responsabilidade social, inclusão social etc.;

III. *Igualdade:* implica na consideração e associação do conjunto de aspectos básicos que devem subsidiar a avaliação integral da instituição, ou seja, as ações serão consideradas como produtos institucionais e não de órgãos ou indivíduos isolados;

IV. *Especificidade:* enfoca as particularidades de cada curso, em acréscimo aos aspectos gerais que serão necessariamente avaliados, uma vez que não se pode avaliar a diversidade ou singularidade de maneira uniforme, bem como não se deve converter a diversidade em símbolo do único;

V. *Periodicidade:* define os espaçamentos temporais ajustados aos diferentes segmentos, atividades e unidades da instituição;

VI. *Racionalidade:* implica a não multiplicação de procedimentos idênticos para os mesmos fins, considerando todos (as) os (as) docentes, discentes pesquisadores (as), corpo técnico-administrativo, bem como, os órgãos de gestão como partes integrantes da comunidade acadêmica, fundamentais ao processo avaliatório, que se inicia com eles (as) e por eles (as);

VII. *Transparência:* diz respeito à identificação precisa e objetiva do processo avaliatório, especialmente quanto aos níveis de participação de todos (as) os (as) envolvidos (as), no que concerne à participação e aos resultados esperados;

VIII. *Integração:* parte do princípio de que há um mínimo que deve ser produzido bem como um máximo que pode ser alcançado, e, tendo em vista o princípio da especificidade, valoriza os processos compensatórios nos quais, dentro de determinados limites, as atividades desenvolvidas em uma categoria poderiam complementar outras, em outras categorias. Pressupõe o reconhecimento pela instituição de que, no contexto de suas funções básicas, os (as) docentes, discentes, coordenadorias, corpo técnico-administrativo, podem apresentar salutar variação quanto ao envolvimento de cada uma delas; mas compartilham a consciência de que uns fazem coisas diferentes dos (as) outros (as) e todos (as) juntos (as) realizam, de uma ou de outra forma, o projeto pedagógico institucional e preenchem um feixe de funções harmônicas voltado aos mesmos fins;

IX. *Retribuição:* contempla a diversidade de retornos que os processos avaliativos podem e devem gerar para docentes, discentes, corpo técnico-administrativo, pesquisadores (as), gestores (as) e toda comunidade acadêmica, da alocação racional de recursos à elaboração de princípios mais includentes e ágeis; e

X. *Cumulatividade:* focaliza a acumulação progressiva de todas as modalidades de trabalhos acadêmicos relativos aos (as) docentes, aos (as) pesquisadores (as) e coordenadorias, de tal sorte que a avaliação seja traduzida em um processo contínuo e não apenas em episódios e momentos.

Perante o conjunto de parâmetros, cada docente e cada coordenadoria deve ser encarada e avaliada mediante sua história de trabalho e não pontualmente.

Ao se basear no modelo norteador exposto e no direcionamento empregado aos pontos avaliativos do MEC, o Programa de Autoavaliação da FAMAZ propõe-se a:

I. Elaborar, acompanhar e avaliar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação *Lato sensu*, em parceria com os (as) coordenadores (as) de cursos;

II. Avaliar o corpo acadêmico (docentes e gestores (as) da área acadêmica);

III. Avaliar o Núcleo de Estágios, a responsabilidade social e extensão universitária, a iniciação científica e a pesquisa em interface com as áreas;

IV. Pesquisar, disseminar e arquivar como a legislação educacional de Ensino Superior afeta ao Sistema Federal;

V. Disseminar e arquivar relatórios de avaliação MEC/INEP e pareceres normativos do Conselho Nacional de Educação;

VI. Avaliar, atualizar e disseminar o Plano de Desenvolvimento Institucional;

VII. Avaliar o (a) egresso (a) dos cursos de graduação, graduação tecnológica e de cursos de pós-graduação *Lato sensu*;

VIII. Participar das reuniões de Conselho Superior e orientar, quando cabível, acerca da Legislação Educacional vigente e normas institucionais;

IX. Manter atualizados o Estatuto e o Regimento com as normas vigentes;

X. Estabelecer interface com os órgãos administrativos, com as coordenadorias com a pós-graduação, recebendo os relatórios anuais oriundos dos projetos de avaliação desenvolvidos nas áreas e articulá-los com as demais áreas acadêmicas e administrativas da instituição;

XI. Elaborar e aplicar treinamento à área acadêmica e administrativa acerca da legislação educacional vigente, missão institucional e objetivos;

XII. Avaliar e disseminar o Projeto Pedagógico Institucional, em parceria com todos os órgãos envolvidos;

XIII. Avaliar as ações, resultados e procedimentos da Comissão de Própria de Avaliação;
XIV. Orientar, acompanhar e promover as avaliações externas dos cursos e da Instituição;
XV. Verificar e acompanhar as recomendações oriundas dos processos avaliativos internos e externos, oficiais e do sistema avaliativo próprio;
XVI. Participar, em parceria com a área de Recursos Humanos, na elaboração e execução de treinamentos/oficinas de trabalho para docentes e gestores acadêmicos, de caráter formativo;
XVII. Avaliar a satisfação do corpo docente, discente e técnico administrativo em relação à cadeia de serviços; e
XVIII. Orientar e acompanhar as autoavaliações das áreas, consolidando informações e recomendações.

6.1.2 Projeto de Autoavaliação Institucional (PAI) da FAMAZ

O Projeto de Autoavaliação Institucional (PAI) da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) foi elaborado em cumprimento à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e está pautado nas disposições contidas na Portaria do MEC nº 40/2007, republicada em 2010, nas Diretrizes para a Autoavaliação e nas orientações gerais editadas pela CONAES.

A autoavaliação da FAMAZ é executada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta com a participação de representantes dos segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada e tem como responsabilidades a criação, a execução, a análise e a divulgação de todas as avaliações da Instituição.

A Autoavaliação Institucional, além do caráter qualitativo adota a perspectiva quantitativa, optando pela combinação de métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da instituição, utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa.

O processo de autoavaliação é desenvolvido em quatro etapas: Planejamento, sensibilização, desenvolvimento e consolidação. O planejamento compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. Leva em conta as características da IES, seu porte e a existência das experiências avaliativas anteriores.

Além das diretrizes oriundas do SINAES, as perguntas dos formulários de autoavaliação são constituídas com base nos documentos que traduzem as demandas internas da Instituição, como o Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), o Estatuto e o Regimento. Outros documentos, como portarias do MEC/INEP e as Diretrizes Curriculares

Nacionais dos Cursos de Graduação, também servem como critério para a elaboração de questionários específicos para os cursos.

Os formulários, cuja aplicação ocorre de maneira *on line*, no site institucional, foram elaborados com os seguintes tipos de questões fechadas:

I. Questões de múltipla escolha, em geral com 4 (quatro) alternativas (a, b, c e d);

II. Questões de múltipla escolha, com base no escalonamento tipo Likert ou de diferencial semântico;

III. Questões dicotômicas (Sim/não).

São utilizadas também urnas de avaliação de atendimento, em locais de grande fluxo e maior acesso da comunidade acadêmica:

I. Setor de Reprografia;

II. Portarias;

III. Biblioteca;

IV. Vestibular;

V. Coordenação de pós-graduação;

VI. Cantinas;

VII. Atendimentos de Coordenadorias de Curso; e

VIII. Central de Atendimento.

Participam do processo de autoavaliação: alunos (as), professores (as), coordenadores (as) de cursos de graduação e pós-graduação, técnico-administrativos e gestores (as).

A etapa de sensibilização busca o envolvimento do corpo social na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões e utilização de meios de comunicação e redes sociais. O objetivo é esclarecer a respeito da finalidade da autoavaliação, sua importância e resultados.

A divulgação do período de realização da autoavaliação é realizada com a utilização de diversas estratégias, visando atingir os diversos públicos que participarão. Destacam-se:

I. Divulgação no *site* da Instituição e nas redes sociais;

II. Divulgação na *intranet* e na área de acesso no *site* da IES para alunos (as), gestores (as), coordenadores (as), professores (as) e funcionários (as);

III. Reuniões de sensibilização com gestores (as), coordenadores (as), professores (as) e funcionários (as) e representantes de turma; e

IV. Utilização de *mail list* para divulgar informações da autoavaliação.

Na etapa de desenvolvimento do processo de avaliação institucional a CPA busca assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. Após consulta ao Sistema Acadêmico e reuniões com os (as) coordenadores (as) dos cursos avaliados são elaboradas planilhas com a programação por curso para uso dos laboratórios de informática.

Após a aplicação dos instrumentos de autoavaliação há a tabulação e análise dos resultados, que subsidiam a elaboração de relatórios de avaliação, com as devidas recomendações, que são divulgados e encaminhados à Mantenedora, Reitoria, Coordenadorias dos Cursos, Bibliotecário (a), gestor (a) da central de atendimento e outros setores, além de serem divulgados resumidamente para os (as) discentes. Os diversos setores da IES dispõem assim de mais subsídios para planejar e replanejar as suas ações.

A etapa de consolidação visa à elaboração, divulgação e análise do relatório final, que expressa o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados, incorporando os resultados da avaliação dos cursos. Os (As) destinatários (as) do relatório são os membros (as) da comunidade acadêmica, o MEC, os (as) avaliadores (as) externos e a sociedade. O relatório final apresenta sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas. Os resultados da avaliação servem de insumos para a correção das metas traçadas no PDI e principalmente das ações a serem empreendidas para corrigir os pontos fracos observados.

A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, oportuniza a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, são utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos) e outros.

Ao final do processo de autoavaliação é realizada uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permite planejar ações futuras. Deste modo, o processo de autoavaliação proporciona não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, como é um balizador da avaliação externa.

Cabe o registro que todos os relatórios anuais da CPA estão postados no e-mec, conforme determinação dos dispositivos legais.

6.1.2.1 Objetivos do Programa de Avaliação Institucional

O Programa de Avaliação Institucional (PAI) da FAMAZ tem por objetivo geral

construir conhecimento sobre a realidade institucional, bem como propor estratégias de superação das dificuldades, por meio de processo contínuo de monitoramento da qualidade dos serviços prestados à comunidade interna e externa.

Para atingir com eficiência e efetividade o objetivo geral, o PAI deverá:

I. Sensibilizar permanentemente a comunidade da FAMAZ para os processos da autoavaliação, como componente primeira da construção processual e participativa da qualidade desejada;

II. Promover maior articulação entre os diferentes níveis da gestão da FAMAZ para a produção e sistematização de redes de informações;

III. Elaborar e implementar instrumentos de coleta de dados e metodologias de análise de informações, voltados para a identificação e estímulo das potencialidades e seus determinantes e/ou identificação das fragilidades (potencialidades não-exploradas) para proposição de estratégias de superação, destinadas a subsidiar as ações de planejamento estratégico institucional;

IV. Garantir a legitimidade dos processos de avaliação, por meio da participação efetiva do corpo social da Instituição, bem como da garantia de revisitações periódicas às diretrizes e metas do PAI;

V. Estimular e orientar as autoavaliações dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, *Lato sensu e Stricto sensu*, da Instituição; e

VI. Observar o cumprimento das diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e demais instâncias reguladoras do Sistema Federal de Ensino.

6.1.2.2 Metodologia e Instrumentos do Programa de Avaliação Institucional

Concebida como um elemento essencial ao planejamento, à gestão, ao controle e ao aprimoramento dos processos e procedimentos por ele desenvolvidos e de seus produtos, o PAI compreende um conjunto de ações articuladas e organicamente instituídas, a serem desenvolvidas por meio de projetos específicos, a saber:

I. Autoavaliação Institucional;

II. Avaliação de Desempenho;

III. Autoavaliação dos cursos de graduação;

IV. Autoavaliação dos cursos de pós-graduação *Lato sensu*; e

V. Autoavaliação dos Programas de pós-graduação *Stricto sensu*.

As ações relativas aos processos de autoavaliações antecederão o Ciclo de

Avaliações do SINAES, nas quais até o final do período de três anos, todos os Cursos de Graduação serão avaliados, internamente, antecipando a avaliação externa do MEC, mas principalmente, possibilitando a orientação para as ações de saneamento necessárias para as fragilidades encontradas, bem como, o reforço às potencialidades evidenciadas. Nessa linha, a avaliação da FAMAZ servirá como ferramenta indutora das políticas institucionais.

Dentre outras ações, as etapas constituintes (aspecto metodológico) envolvem:

I. Reuniões periódicas com os (as) membros (as) da CPA;

II. Solicitação de confecção de mídias (faixas, cartazes, arte para monitores e mídias sociais) para sensibilização sobre a apresentação dos resultados da Autoavaliação do semestre anterior;

III. Impressão da apresentação dos resultados da Autoavaliação Institucional e entrega nos setores administrativos e acadêmicos e turmas de graduação e pós-graduação;

IV. Envio, ao *e-mail* institucional, dos (as) gestores (as) dos setores e *e-mails* das turmas, da apresentação dos resultados da Autoavaliação Institucional;

V. Veiculação dos resultados da Autoavaliação Institucional nos monitores distribuídos na IES;

VI. Revisão de instrumentos padronizados para as urnas de avaliação de setores;

VII. Revisão dos instrumentos de Autoavaliação Institucional e inserção dos questionários, por turma, na plataforma *Google Drive*;

VIII. Elaboração de orientações sobre os instrumentos de coleta de dados aos (as) respondentes;

IX. Reunião com gestores (as) de setores administrativos e acadêmicos para explicação dos instrumentos de coleta de dados;

X. Realização de reuniões e palestras de sensibilização sobre a Autoavaliação Institucional;

X. Solicitação de confecção de mídias (faixas, cartazes, arte para monitores e mídias sociais) para sensibilização, comunicação e divulgação sobre a participação da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional em vigor;

XI. Aplicação dos Instrumentos para coleta de dados da Autoavaliação Institucional semestral, que avaliam as dez dimensões fundamentais que dizem respeito à Instituição, aos cursos de graduação e pós-graduação e às disciplinas;

XII. Coleta de dados qualitativos, com os setores (gestão, acadêmico, financeiro, biblioteca, secretaria acadêmica, vestibular, egressos, estágio, entre outros), o que ocorrerá no transcurso do ano letivo, e que buscará, informações sobre as ações desenvolvidas, a fim de confrontá-los com o que está previsto no PDI;

XIII. Sistematização de informações, referentes à qualidade do atendimento prestado pela IES coletadas, semanalmente, a partir do preenchimento das fichas de avaliação de atendimento elaborada, individualmente, em função da especificidade de cada setor da IES (Setor de Reprografia, Portarias, Biblioteca, Vestibular, Pós-Graduação, Cantinas, Coordenações de Curso, Central de Atendimento, entre outros) que efetua atendimento ao público interno e externo.

XIV. Análise e interpretação dos dados coletados na Autoavaliação Institucional semestral;

XV. Sistematização dos resultados obtidos e elaboração dos planos de ação para análise crítica e o enfrentamento das oportunidades de melhoria; e

XVI. Elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional Anual.

Assim, norteado pelo eixo da efetividade científica e social da ação institucionalizada, o PAI visará ao cumprimento e à execução da sua função essencial de diagnóstico da qualidade das ações em desenvolvimento da FAMAZ, induzindo mudanças nos aspectos que necessitam ser melhorados ou reforçando aqueles que se mostraram como potencialidades institucionais.

Como componentes básicos do SINAES a Autoavaliação Institucional fornecerá uma visão global da Instituição atendendo a, privilegiadamente, dois focos, segundo o Documento "Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições".

I. O objeto de análise como conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES, centrado em suas atividades de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão segundo os diferentes perfis e missões institucionais; considerando na Autoavaliação Institucional a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro; e

II. Os (As) sujeitos (as) da avaliação como conjuntos de professores (as), estudantes, técnico-administrativos e membros (as) da comunidade externa, especialmente, convidados (as) ou designados (as).

Em conformidade com o disposto no Art. 03º, da Lei nº. 10.861/04, os instrumentos viabilizadores do PAI se alinharão aos indicadores engendrados pelas dimensões estabelecidas pelo SINAES, a saber, quanto aos objetos de avaliação na FAMAZ:

I. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

II. A política para o ensino, de graduação e pós-graduação, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização;

III. A responsabilidade social da instituição;

IV. A comunicação com a sociedade;

V. As políticas de pessoal docente e técnico-administrativo;

VI. A organização e gestão da instituição;

VII. A infraestrutura física;

VIII. O planejamento e a avaliação na instituição;

IX. A política de atendimento aos (as) discentes; e

X. A sustentabilidade financeira da instituição.

Quanto à Autoavaliação dos Cursos de Graduação (ACG), os instrumentos e metodologias pertinentes se orientarão pelos emanados pelo INEP/MEC, por ocasião da Avaliação Externa *in loco*, para efeitos de regulação: Reconhecimento de Curso e Renovação de Reconhecimento de Curso.

No tocante à Autoavaliação da Pós-graduação, dentre outros indicadores, abrangerá:

I. As políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu*;

II. A política de melhoria da qualidade da pós-graduação;

III. A integração entre graduação e pós-graduação; e

IV. A formação de pesquisadores (as) e de profissionais para o magistério superior.

Consideram-se, ainda, indicadores essenciais a serem observados:

I. Atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros);

II. Conceitos da CAPES (quando houver programas de mestrado ou doutorado);

II. Atuação profissional dos (as) egressos (as); e

III. Publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).

Quanto às atividades de Pesquisa, conforme compromisso expresso no PDI serão avaliados:

I. Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções;

II. Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional;

III. Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores, incluindo a iniciação científica;

IV. Articulação da pesquisa com as demais funções acadêmicas; e

V. Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

Quanto às atividades de extensão, conforme compromissos firmados no PDI serão objeto de acompanhamento sistemático a:

I. Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;

II. Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;

III. Participação dos (as) estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação; e

IV. A consistência dos programas e projetos.

A FAMAZ compreende a Avaliação de desempenho como etapa integrante e articulada às demais ações do PAI, com a finalidade precípua de auferir níveis de adequações aos serviços prestados pelo corpo social, no que diz respeito às suas atribuições interna e externamente.

Nesse sentido, a Avaliação de desempenho abrangerá o processo de identificação da qualidade dos serviços oferecidos ao corpo social da instituição e à comunidade externa; da docência e da produção científica dos (as) professores (as); da eficiência acadêmica discente; dentre outros.

6.1.3 Autoavaliação Institucional: participação da comunidade acadêmica

Todo o processo gera informações essenciais que são confrontadas com a missão precípua de contribuir para a qualidade dos serviços educacionais prestados pela IES.

Nesse sentido, os resultados da autoavaliação são obtidos pela ação da comunidade acadêmica, frutos da mobilização, sensibilização, de resultado das discussões e na formulação de indicadores para as melhorias da IES, sendo que os resultados identificados apontam os indicadores para o planejamento e as decisões estratégicas para os anos seguintes.

Atendendo às orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, a Comissão Própria de Avaliação da FAMAZ, trabalha periodicamente na análise de dados perante todos os (as) atores (as) da FAMAZ, culminando no planejamento e na execução de ações. São analisados de forma objetiva os resultados que envolvem a dinâmica da sala de aula: a *relação professor (a) – aluno (a)* e o *processo de aprendizagem*; e a *estrutura física* da instituição.

Nesse âmbito o processo de avaliação da CPA trabalha com cinco eixos de análise:

I. Eixo 1 (Planejamento e Avaliação) questiona o planejamento e a avaliação, ressaltando as orientações da coordenação do curso junto aos (as) professores (as);

II. Eixo 2 (**Desenvolvimento Institucional)** procura reconhecer as informações expressas à comunidade acadêmica em termos da missão institucional apresentada no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, portanto esse item já faz parte do plano de melhoria de cada curso e encontra-se sendo trabalhado detalhadamente por cada coordenação;

III. Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) busca identificar na comunidade acadêmica o grau e qualidade de conhecimento sobre as atividades de pesquisas desenvolvidas pela instituição;

IV. Eixo 4 (**Política e Gestão)** analisa o relacionamento entre professor (a) e aluno (a); e

V. Eixo 5 (**Infraestrutura Física)** verifica perante a comunidade acadêmica a percepção de melhorias na estrutura física das Unidades da FAMAZ.

6.1.4 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: Análise e Divulgação dos Resultados

O processo de avaliação está incorporado ao planejamento institucional na FAMAZ em conformidade com a política do Ministério da Educação – MEC (Lei nº 10.861, de 10/04/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES).

O processo de autoavaliação na FAMAZ, implementado pela Comissão Própria de Avaliação, é conduzido em articulação com os diversos setores e procura adequar as suas rotinas a fim de darem suporte ao acompanhamento das demandas reveladas pela comunidade. Essas demandas podem surgir por vários meios, tais como, relatos verbais dos (as) alunos (as), pelas constatações das campanhas de pesquisa de autoavaliação, por informações da Ouvidoria, dentre outras.

A CPA possui como base de suas argumentações diversas fontes de avaliação da IES – os relatórios de avaliação interna, os relatórios de avaliação externa, os relatórios do ENADE, relatos dos (as) responsáveis pelos setores, reuniões periódicas, monitoramento constante de ações, procedimentos e rotinas internas realizadas pelos membros da CPA e tendo como eixos orientadores a legislação do SINAES e o Plano de Desenvolvimento Institucional, descritos abaixo:

I. Avaliações Externas: levantamento das potencialidades e fragilidades registradas nos relatórios das comissões do MEC;

II. Avaliação Interna: realizada junto a docentes, discentes e funcionários (as) tendo como referência os cinco eixos citados na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014 e as

dez dimensões dispostas no artigo 3° da Lei nº 10.861;

III. ENADE: O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes avalia o rendimento dos (as) alunos (as) dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados (as). O exame é obrigatório para os (as) alunos (as) selecionados (as) e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a sua periodicidade máxima é trienal para a avaliação em cada área do conhecimento;

IV. Acompanhamento de egressos (as)**:** o projeto de Egressos (as) da FAMAZ tem objetivos múltiplos e um significado comum: o de potencializar as atividades acadêmicas a fim de cumprir com seu compromisso com a sociedade. Esses resultados refletem uma fonte de informação categorizada e objetiva em relação à qualidade dos cursos, incidindo sobre a avaliação qualitativa, coletando dados e obtendo através de sua trajetória uma avaliação do curso que o (a) egresso (a) realizou na IES; e

V. Comparações de dados: os dados coletados com referência a determinado semestre ou ano são continuamente comparados com os dados anteriores. Este procedimento permite que A FAMAZ identifique os acertos e equívocos, envolvendo-se em um processo de reflexão sobre o seu planejamento estratégico de gestão administrativa e acadêmica.

Após a apresentação dos resultados, compila-se os dados em tabelas e gráficos demonstrativos das fragilidades e potencialidades identificadas na IES, organizando-se subsídios para a elaboração de novos planos de ação focados na correção dos casos levantados.

A CPA, ao finalizar os relatórios originados dos instrumentos aplicados internamente e dos relatórios de avaliações externas, apresenta aos (as) gestores (as) os resultados consolidados e participa diretamente do (re)planejamento das ações a serem realizadas. O resultado das avaliações (internas, externas e ENADE) subsidiam as ações e as tomadas de decisão dos (as) gestores (as). A apresentação dos dados permite indicar ações de melhoria, como a capacitação docente, propostas de aprimoramento dos PPCs e oportunidades/necessidades de melhoria de serviços e infraestrutura. Quando as informações são divulgadas para os (as) Coordenadores (as) de Cursos e para os (as) gestores (as), é feita uma reflexão com docentes (pelos (as) coordenadores (as)) e com os colaboradores (as) (pelos (as) gestores (as)) sobre a realidade encontrada e definem-se estratégias para minimizar as fragilidades apontadas e maximizar as potencialidades. Os resultados avaliativos são ferramentas gerenciais para a evolução da FAMAZ.

A divulgação dos resultados da autoavaliação é feita de forma intensiva à comunidade acadêmica utilizando diversos canais, entre os quais citamos: Disponibilização de

cópia(s) impressas do relatório da CPA aos (as) gestores (as), bem como, na Biblioteca, na Sala dos (as) Professores (as) e Coordenações de Curso; Disponibilização dos relatórios de Autoavaliação Institucional Anuais, de forma virtual, no site da IES e nas principais redes sociais; Apresentação em reunião, dos relatórios setorizados para coordenadores (as) e docentes; Envio de cópia digital dos relatórios aos setores de interesse, inclusive aos *e-mails* das turmas de graduação e/ou líderes de turmas; Apresentação dos resultados da avaliação institucional em monitores distribuídos em pontos estratégicos da IES.

6.1.5 Elaboração do Relatório de Autoavaliação

A Comissão Própria de Avaliação da FAMAZ, constituída em cumprimento à Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, desenvolve um trabalho importante de autoavaliação desde sua criação e elabora o relatório de autoavaliação anual que é postado no sistema e-MEC.

O relatório de autoavaliação institucional da IES apresenta-se pautado na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº065, proposta pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Os órgãos citados acima sugeriram, a partir de outubro de 2014, um novo roteiro de elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, tendo por base o Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria nº92, de 31 de janeiro de 2014), os estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e as discussões ocorridas nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) – 2013.

Elaborado pela Comissão Própria de Avaliação da IES, o Relatório de Autoavaliação Institucional é dividido, além do item apresentação, em 5 (cinco) partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados, além de informações e ações previstas com base nessa análise.

Na Introdução, o relatório especifica os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Posteriormente, o item Metodologia descreve os principais instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados.

No Desenvolvimento são apresentadas as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da IES. Este item está organizado em tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei N° 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), expressas a seguir: Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional (Dimensão 8: Planejamento e Avaliação); Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição); Eixo 3: Políticas Acadêmicas (Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade e Dimensão 9: Política de Atendimento aos (as) Discentes); Eixo 4: Políticas de Gestão (Dimensão 5: Políticas de Pessoal; Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição e Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira) e Eixo 5: Infraestrutura Física (Dimensão 7: Infraestrutura Física).

Através da análise dos dados coletados e oportunidades de melhoria indicados pela CPA, a direção da instituição busca/propõe melhorias da qualidade dos processos e serviços prestados pela Instituição.

O relatório de autoavaliação visa a análise dos dados e os resultados deles decorrentes, para o diagnóstico desejado, fazendo-se uma comparação com as avaliações anteriores. Diante do resultado obtido no processo avaliativo, se estabelece diretrizes, visando à melhoria dos pontos frágeis levantados e o fortalecimento institucional. E, após isso, faz-se um plano de ação (melhorias), com a finalidade de sugerir e implantar ações corretivas a fim de minimizar os erros e fixar os acertos.

Esse esforço configura a previsão de que a FAMAZ evoluirá como instituição de qualidade e referência na área de educação superior. A CPA entende que isso é possível como resultado do empenho de toda a comunidade acadêmica, por seguir as diretrizes de avaliação propiciadas por cada relatório, como direcionamento para o avanço da qualidade da instituição.

7. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

7.1 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E QUANTIFICAÇÃO DAS METAS

A fim de firmar-se como Centro de educação superior, A FAMAZ estabeleceu o cronograma de desenvolvimento que norteará os próximos cinco anos de gestão acadêmico-administrativa. Este esboço estratégico está pautado no contexto regional, verificado pela necessidade de expandir, oportunizando o desenvolvimento social e econômico, nas diferentes localidades que compõem o Estado do Pará, além de planejar ordenadamente o desenvolvimento das Unidades e cursos em pleno funcionamento.

Com esta finalidade, o planejamento foi dividido em duas grandes áreas:

I. *Plano de desenvolvimento dos cursos de graduação*, divididos em três modalidades que incluem os cursos de bacharelado, licenciatura e superiores de tecnologia; e

II. *Plano de desenvolvimento dos cursos de pós-graduação*, que incluem as modalidades *Stricto sensu* e *Lato sensu*.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da FAMAZ, para o período de 2018 a 2022, orienta-se na seguinte atuação:

I. Ampliar o papel da FAMAZ no desenvolvimento social e econômico da Região Norte, especialmente, no Estado do Pará.

II. Intensificar a interlocução entre a FAMAZ e a sociedade, especialmente, nos campos da educação, saúde e cultura, atendendo às demandas sociais;

III - Ampliar o espaço de atuação da FAMAZ, no que concerne a suas políticas acadêmicas, através do ensino, da iniciação científica/pesquisa e da extensão, com a criação de novos projetos;

IV. Incentivar programas inovadores, baseados na pesquisa e no intercâmbio com entidades nacionais e internacionais;

V. Consolidar a extensão universitária indissociável da pesquisa e do ensino, possibilitando a interface da instituição com a sociedade e como espaço pedagógico de formação;

VI. Ampliar e diversificar as atividades de ensino na FAMAZ, em ensino de graduação e pós-graduação;

VII. Realizar atividades culturais, artísticas e esportivas, como espaço de formação de seus (suas) alunos (as);

VIII. Ampliar a oportunização de acesso à educação superior àqueles grupos que não têm condições de assistir as aulas presenciais; e

IX. Ampliar a implementação de políticas de apoio ao corpo discente, corpo docente e técnico-administrativo em função dos interesses da instituição.

7.1.1 Metas e Quadros das Ações Institucionais[43]

Para o alcance pleno de suas finalidades institucionais, A FAMAZ desenvolve as funções de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, em todas as áreas do conhecimento humano, mediante a oferta de cursos que atendam às *diretrizes curriculares nacionais*.

Atendendo ao cadastro de denominações de cursos, consolidado pela Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação, para cursos de graduação nas áreas tradicionais da Educação Brasileira, de abrangência em bacharelado e licenciatura, a atuação da FAMAZ está concentrada em quatro áreas do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes; Ciências da Saúde; e Engenharias e Tecnologias.

Os Cursos de Graduação ofertados na modalidade Bacharelado, possuem cunho generalista, formação científica ou humanística e conferem ao (a) diplomado (a) competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel. Citam-se os cursos de graduação ofertados na modalidade Bacharelado, com características descritas na Tabela 8.

Tabela 8. Cursos de Graduação, modalidade Bacharelado, ofertados pela FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

Nº	CURSO DE GRADUAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO	ATO REGULATÓRIO AUTORIZAÇÃO DO CURSO	ATO REGULATÓRIO RECONHECIMENTO DO CURSO
1	Bacharelado Administração	Ciências Sociais Aplicadas	Portaria Sesu nº 738, de 23/08/2007, D.O.U de 24/08/2007	Portaria Sesu nº 39, de 19/04/2012, D.O.U de 20/04/2012
2	Bacharelado Arquitetura e Urbanismo	Linguística, Letras e Artes	Portaria Sesu nº 238, de 05032015, D.O.U Seção 1, p. 23 de 06/03/2015	Não ocorreu

[43] As ações propostas neste item do PDI referem-se ao processo de planejamento perante os dados e resultados apresentados pelas contínuas autoavaliações institucionais realizadas pela CPA, principalmente como referências os relatórios elaborados nos exercícios 2015 e 2016.

3	Bacharelado Biomedicina	Ciências da Saúde	Portaria Sesu nº 1472, de 21092010, D.O.U Seção 1, p. 22 de 22/09/2010	Portaria Sesu nº 431, de 29/07/2014 D.O.U de 31/07/2014
4	Bacharelado Ciências Contábeis	Ciências Sociais Aplicadas	Portaria Sesu nº 797, de 13092007, D.O.U Seção 1, p. 18 de 14/09/2007	Portaria Sesu nº 39, de 19/04/2012, D.O.U de 20/04/2012
5	Bacharelado em Direito	Ciências Sociais Aplicadas	Portaria Sesu nº 212, de 27062011, D.O.U Seção 1 de 29/06/2011	Portaria Sesu nº 1033, de 23/12/2015, D.O.U de 24/12/2015
6	Bacharelado em Educação Física	Ciências da Saúde	Portaria Sesu nº 278, de 19122012, D.O.U Seção 1, p. 53 de 28/12/2012	Portaria Sesu nº 246, de 30/06/2016, D.O.U de 01/07/2016
7	Bacharelado em Enfermagem	Ciências da Saúde	Portaria Sesu nº 799, de 13092007, D.O.U Seção 1, p. 18 de 14/09/2007	Portaria Sesu nº 471, de 22/11/2011, D.O.U de 24/11/2011
8	Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária	Engenharia e Tecnologia	Portaria Sesu nº 621, de 04092015, D.O.U Seção 1, p. 20 de 08/09/2015	Não ocorreu
9	Bacharelado em Engenharia Civil	Engenharia e Tecnologia	Portaria Sesu nº 278, de 19122012, D.O.U Seção 1, p. 53 de 28/12/2012	Não ocorreu
10	Bacharelado em Engenharia de Produção	Engenharia e Tecnologia	Portaria Sesu nº 113, de 18032013, D.O.U Seção 1, p. 53 de 18/03/2013	Não ocorreu
11	Bacharelado em Medicina	Ciências da Saúde	Portaria Sesu nº 625, de 27112013, D.O.U Seção 1, p. 53 de 28/11/2013	Não ocorreu
12	Bacharelado em Odontologia	Ciências da Saúde	Portaria SESU nº 35/2016 02/03/2016	Não ocorreu
13	Bacharelado em Psicologia	Ciências da Saúde	Portaria SESU nº 31/2016 11/02/2016	Não ocorreu
14	Bacharelado em Serviço Social	Ciências da Saúde	Portaria SESU nº 49/2012 29/05/2012	Não ocorreu

Fonte: Relatórios de Avaliação Externa – MEC/INEP, 2007-2016.

Com relação aos cursos de Graduação em Tecnologia, estes são ofertados conforme a Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016, que estabelece a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CST) à sociedade brasileira e a contribuição do MEC para qualificar a oferta dos CST.

Os Cursos de Tecnologia são considerados de nível superior com formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao (a) diplomado (a) competências para atuar em áreas profissionais específicas. Essas habilidades são caracterizadas por eixos mais especificamente técnicos, cujo grau conferido ao (a) discente é de tecnólogo.

Os Cursos de Tecnologia visam formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades próprias de cada curso tecnológico, com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade. Citam-se os cursos superiores de tecnologia ofertados, ate então, com características descritas na Tabela 9.

Tabela 9. Cursos Superiores de Tecnologia ofertados pela IES. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

Nº	CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA	EIXOS TECNOLÓGICOS	ATO REGULATÓRIO DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO	ATO REGULATÓRIO DE RECONHECIMENTO DO CURSO
1	Gestão Ambiental	Ambiente e Saúde	Portaria Sesu nº 231, de 06/12/2010, D.O.U de 09/12/2010	Portaria Sesu nº 40, de 14/02/2013, D.O.U de 15/02/2013
2	Gestão Hospitalar	Ambiente e Saúde	Portaria Sesu nº 503, de 12/09/2007, D.O.U de 13/09/2007	Portaria Sesu nº 51, de 28/05/2012, D.O.U de 01/06/2012
3	Radiologia	Ambiente e Saúde	Portaria Sesu nº 693, 18/12/2013, D.O.U de 18/11/2013	Não ocorreu
4	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	Portaria Sesu nº 213, 28/03/2014, D.O.U de 28/03/2014	Não ocorreu

Fonte: Relatórios de Avaliação Externa – MEC/INEP, 2007-2016.

7.2 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS ATIVIDADES DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO

As atividades de ensino de Graduação e Pós-graduação seguem plenamente a filosofia, políticas e direcionamento geral expostos neste documento, portanto, havendo coerência das atividades de ensino desenvolvidas na FAMAZ com o PDI (englobando o Projeto Pedagógico Institucional) e os Projetos Pedagógicos respectivos a cada curso.

7.2.1 Plano de Desenvolvimento dos Cursos de Graduação – (2018 a 2022)

Neste item, descrever-se-á a evolução planejada para o desenvolvimento da graduação. Para atender às demais áreas do conhecimento, bem como ampliar a oferta de cursos das áreas em desenvolvimento, novos cursos (de graduação, de pós-graduação e de extensão) e programas serão implementados para o quinquênio 2018-2022, de acordo com os cronogramas que integram o presente PDI.

A expansão dos cursos mencionados dar-se-á, conforme a demanda em potencial existente no município do Belém e do Entorno, associado às exigências do mundo do trabalho, em termos de mão de obra qualificada, para o desenvolvimento social, integrado e sustentável da região Amazônica e da sociedade brasileira.

Tal expansão de cursos, especialmente na graduação, prevê a oferta dos seguintes cursos, por áreas do conhecimento/eixos tecnológicos, conforme Tabela 10.

Tabela 10. Expansão de cursos de graduação previstas para o período 2018-2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

ÁREA DO CONHECIMENTO/ EIXO TECNOLÓGICO	CURSOS DE GRADUAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO
Ciências da Saúde	Licenciatura Plena em Educação Física	2018
	Bacharelado em Farmácia	2022
	Bacharelado em Fisioterapia	2022
	Bacharelado em Nutrição	2020
Computação	Bacharelado em Sistemas de Informação	2018
Ciências Sociais Aplicadas	Bacharelado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	2019
Engenharias	Bacharelado em Engenharia da Computação	2019
Informação e Comunicação	Curso Superior de Tecnologia em	2018

	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	
Produção Cultural e Design	Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores	2019
Gestão e Negócios	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	2021
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia	2021

Em atendimento a Nota Técnica INEP/DAES/ CONAES nº065/2014, essa seção destina-se a apresentar o desempenho da FAMAZ, as evidências e alcances estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, considerando o perfil e a identidade desta IES. As metas e ações institucionais previstas para o período de 2018-2022 estão descritas nas Tabelas 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

Tabela 11. Metas e ações institucionais para o período 2018-2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

METAS	AÇÕES
Revisão e adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.	Atualização dos PPCs.
Revisão e atualização do PDI.	Atualização do PDI.
Implementação da nova sistemática de avaliação da aprendizagem.	Avaliação da nova metodologia que versa sobre avaliação da aprendizagem.
Sistematização do fluxo da avaliação na Instituição.	Utilização dos dados do questionário como ferramenta de gestão e uso para elaboração de tomada de decisões institucionais. Realização de seminários para divulgação e discussão dos resultados dos relatórios. Elaboração dos relatórios de avaliação dos cursos pela CPA. Revisão e aplicação dos instrumentos de coleta de dados e informações.
Informatização dos processos de avaliação com a utilização do sistema acadêmico.	Criação do programa de informatização para avaliação de cursos.
Ampliação da conscientização e eficácia da autoavaliação institucional dos sujeitos envolvidos.	Percepção por parte de todos os envolvidos dos resultados gerados após socialização dos dados com diversos segmentos e divulgação de ações de melhoria.

Tabela 12. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2017. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CURSO DE GRADUAÇÃO	Nº VAGAS ANUAIS*
Bacharelado em Administração	200
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	120
Bacharelado em Biomedicina	300

Bacharelado em Ciências Contábeis	250
Bacharelado em Direito	300
Bacharelado em Educação Física	200
Bacharelado em Enfermagem	250
Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária	200
Bacharelado em Engenharia Civil	200
Bacharelado em Engenharia de Produção	200
Bacharelado em Medicina	140
Bacharelado em Odontologia	100
Bacharelado em Psicologia	200
Bacharelado em Serviço Social	200
CST em Gestão Ambiental	100
CST em Gestão Hospitalar	200
CST em Gestão de Recursos Humanos	100
CST em Radiologia	100

*Distribuição de vagas conforme a entrada semestral, nos turnos diurno e noturno, com turmas, no máximo, de 50 alunos.

Em 2018, seguir-se-á o fortalecimento e consolidação dos cursos de graduação já existentes, além de implementação dos cursos de Bacharelado em Sistemas de Informação, do Curso de Licenciatura em Educação Física e do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tabela 13).

Tabela 13. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2018. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CURSO DE GRADUAÇÃO	Nº VAGAS ANUAIS*
Bacharelado em Administração	250
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	120
Bacharelado em Biomedicina	300
Bacharelado em Ciências Contábeis	250
Bacharelado em Direito	300
Bacharelado em Educação Física	200
Bacharelado em Enfermagem	250
Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária	200
Bacharelado em Engenharia Civil	200
Bacharelado em Engenharia de Produção	200
Bacharelado em Medicina	140
Bacharelado em Odontologia	100
Bacharelado em Psicologia	200
Bacharelado em Serviço Social	200
Bacharelado em Sistemas de Informação	200
Licenciatura em Educação Física	200
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	200
CST em Gestão Ambiental	100

CST em Gestão Hospitalar	200
CST em Gestão de Recursos Humanos	100
CST em Radiologia	100

*Distribuição de vagas conforme a entrada semestral, nos turnos diurno e noturno, com turmas, no máximo, de 50 alunos.

Em 2019, seguir-se-á o fortalecimento e consolidação dos cursos de graduação já existentes, além de implementação dos cursos de Bacharelado em Publicidade e Propaganda, Bacharelado em Engenharia da Computação e o Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores (Tabela 14).

Tabela 14. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2019. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CURSO DE GRADUAÇÃO	Nº VAGAS ANUAIS*
Bacharelado em Administração	250
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	120
Bacharelado em Biomedicina	300
Bacharelado em Ciências Contábeis	250
Bacharelado em Direito	300
Bacharelado em Educação Física	200
Bacharelado em Enfermagem	250
Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária	200
Bacharelado em Engenharia Civil	200
Bacharelado em Engenharia da Computação	200
Bacharelado em Engenharia de Produção	200
Bacharelado em Medicina	140
Bacharelado em Odontologia	100
Bacharelado em Publicidade e Propaganda	200
Bacharelado em Psicologia	200
Bacharelado em Serviço Social	200
Bacharelado em Sistemas de Informação	200
Licenciatura em Educação Física	200
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	200
Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores	200
CST em Gestão Ambiental	100
CST em Gestão Hospitalar	200
CST em Gestão de Recursos Humanos	100
CST em Radiologia	100

Em 2020, seguir-se-á o fortalecimento e consolidação dos cursos de graduação já existentes, além de implementação dos cursos de Bacharelado em Nutrição e do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (Tabela 15).

Tabela 15. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2020. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CURSO DE GRADUAÇÃO	Nº VAGAS ANUAIS*
Bacharelado em Administração	250
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	120
Bacharelado em Biomedicina	300
Bacharelado em Ciências Contábeis	250
Bacharelado em Direito	300
Bacharelado em Educação Física	200
Bacharelado em Enfermagem	250
Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária	200
Bacharelado em Engenharia Civil	200
Bacharelado em Engenharia da Computação	200
Bacharelado em Engenharia de Produção	200
Bacharelado em Medicina	140
Bacharelado em Nutrição	200
Bacharelado em Odontologia	100
Bacharelado em Publicidade e Propaganda	200
Bacharelado em Psicologia	200
Bacharelado em Serviço Social	200
Bacharelado em Sistemas de Informação	200
Licenciatura em Educação Física	200
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	200
Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores	200
CST em Gestão Ambiental	100
CST em Gestão Hospitalar	200
CST em Gestão de Recursos Humanos	100
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	200
CST em Radiologia	100

Em 2021, seguir-se-á o fortalecimento e consolidação dos cursos de graduação já existentes, além de implementação do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia (Tabela 16).

Tabela 16. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2021. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CURSO DE GRADUAÇÃO	Nº VAGAS ANUAIS*
Bacharelado em Administração	250
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	120
Bacharelado em Biomedicina	300
Bacharelado em Ciências Contábeis	250
Bacharelado em Direito	300
Bacharelado em Educação Física	200

Bacharelado em Enfermagem	250
Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária	200
Bacharelado em Engenharia Civil	200
Bacharelado em Engenharia da Computação	200
Bacharelado em Engenharia de Produção	200
Bacharelado em Medicina	140
Bacharelado em Nutrição	200
Bacharelado em Odontologia	100
Bacharelado em Publicidade e Propaganda	200
Bacharelado em Psicologia	200
Bacharelado em Serviço Social	200
Bacharelado em Sistemas de Informação	200
Licenciatura em Educação Física	200
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	200
Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores	200
Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia	200
CST em Gestão Ambiental	100
CST em Gestão Hospitalar	200
CST em Gestão de Recursos Humanos	100
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	200
CST em Radiologia	100

Em 2022, seguir-se-á o fortalecimento e consolidação dos cursos de graduação já existentes, além de implementação dos cursos de Bacharelado em Farmácia e Fisioterapia (Tabela 17).

Tabela 17. Plano de desenvolvimento da graduação no ano de 2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CURSO DE GRADUAÇÃO	Nº VAGAS ANUAIS*
Bacharelado em Administração	250
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	120
Bacharelado em Biomedicina	300
Bacharelado em Ciências Contábeis	250
Bacharelado em Direito	300
Bacharelado em Educação Física	200
Bacharelado em Enfermagem	250
Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária	200
Bacharelado em Engenharia Civil	200
Bacharelado em Engenharia da Computação	200
Bacharelado em Engenharia de Produção	200
Bacharelado em Farmácia	200
Bacharelado em Fisioterapia	200
Bacharelado em Medicina	140
Bacharelado em Nutrição	200

Bacharelado em Odontologia	100
Bacharelado em Publicidade e Propaganda	200
Bacharelado em Psicologia	200
Bacharelado em Serviço Social	200
Bacharelado em Sistemas de Informação	200
Licenciatura em Educação Física	200
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	200
Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores	200
Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia	200
CST em Gestão Ambiental	100
CST em Gestão Hospitalar	200
CST em Gestão de Recursos Humanos	100
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	200
CST em Radiologia	100

*Distribuição de vagas conforme a entrada semestral, nos turnos diurno e noturno, com turmas, no máximo, de 50 alunos.

7.2.2 Plano de Desenvolvimento dos Cursos de Graduação – Educação à Distância (EaD) (2018- 2022)

A partir dos objetivos apresentados, são estabelecidas as seguintes metas para o quinquênio (2018-2022):

I. Implantar as ações do Núcleo de Educação a Distância (NEAD);

II. Aperfeiçoar a capacitação da equipe técnica formada por especialista em AVA, *designer* instrucional, pedagogo (a) e programador (a) *Web*;

III. Efetivar as ações da Coordenação Geral de Educação a Distância da FAMAZ (sala de vídeo conferência, Laboratório de Educação a Distância e sala administrativa);

IV. Aperfeiçoar o portal da FAMAZ Virtual e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA FAMAZ);

V. Organizar e ampliar a biblioteca virtual da FAMAZ formada pela produção científica dos cursos e programas de pós-graduação da Instituição, revistas eletrônicas e livros digitais;

VI. Promover cursos de capacitação em Ambientes Virtuais de Aprendizagem para professores (as), tutores (as) e coordenadores (as);

VII. Promover a elaboração de recursos didáticos pedagógicos voltados para educação à distância; e

VIII. Aprimorar os manuais para alunos (as), tutores (as) e professores (as).

7.2.3 Plano de Desenvolvimento dos cursos de Pós Graduação (2018 a 2022)

7.2.3.1 Lato sensu

Os cursos de pós-graduação *Lato sensu* tem uma dinâmica própria. Inicialmente é formulado o projeto pedagógico do curso, bem como a alocação dos (as) docentes. Essa etapa é fundamental para se observar os critérios legais do curso. Posteriormente é submetido à aprovação da Pró-Reitoria Acadêmica, observados os critérios acadêmicos. O processo de abertura é encaminhado para a Reitoria para aprovação da Planilha Econômico-Financeira. A última instância de aprovação é o COSUP. Após esta etapa o curso é autorizado e lançado no *site* da instituição. O início do curso somente ocorre quando o quantitativo mínimo de alunos (as) for alcançado, assim existem cursos de pós-graduação que estão sendo ofertados, mas não iniciados, pois estão aguardando o preenchimento das vagas mínimas para o seu funcionamento.

A política de fomento à pós-graduação *Lato sensu* se intensificará nos próximos anos. Para tanto, estão sendo feitas adequações na infraestrutura, no quadro docente e técnico-administrativo, dispondo-se maior autonomia para sua operacionalização.

A FAMAZ tem perspectiva de um aumento de pelo menos 50% no quantitativo de alunos (as) matriculados (as) em seus cursos no período de 2018 a 2022, para os demais anos essa estimativa gira em torno de 20%, para isso, anualmente será publicado em editais internos para coordenadores (as) e corpo docente apresentarem novos projetos de cursos e uma readequação na política de incentivo para matrículas, que hoje em dia se baseia em 15% de desconto para egressos (as), funcionários (as), grupos fechados e filiados a conselhos regionais, havendo um estudo para que essa política se baseie em 20% de desconto para ex-alunos (as), 15% para funcionários (as) e filiados (as) a conselhos regionais, além disso um incentivo ao funcionário, com a proposta de uma bolsa em cada curso confirmado.

Meta:
• **Consolidação dos atuais cursos de graduação e pós-graduação:** Ampliação da infraestrutura e do quadro docente, em conformidade com a legislação.

A programação dos cursos pós-graduação *Lato sensu* (Tabela 17) obedecerá às lógicas referentes à missão institucional da FAMAZ, corpo docente disponível e continuidade

dos cursos já oferecidos, além de propor-se a um processo de educação continuada entre a graduação e a pós-graduação.

Tabela 18. Expansão de cursos de pós-graduação *Lato sensu*, modalidade Presencial, prevista para o período 2018-2022, com periodicidade semestral. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CURSO	CARGA HORÁRIA	Nº DE VAGAS	ANO PRETENDIDO
Engenharia de Segurança do Trabalho	360	100	2018
Mediação e Arbitragem	360	100	2018
MBA em Logística	360	100	2018
MBA em Liderança e Coaching	360	100	2019
Contabilidade e Gestão Tributária	360	100	2019
Gestão Empresarial	360	100	2020
Psicologia Organizacional	360	100	2020
Personal Training	360	100	2021
Gestão e Planejamento do Sistema Único de Assistência Social	360	100	2021
Direito Ambiental e Urbanístico	360	100	2021
Assessoria de Comunicação	360	100	2021
MBA em Gestão Estratégica de Pessoas	360	100	2022
Contabilidade e Sistemas Digitais	360	100	2022
Gastronomia e Serviços	360	100	2022
Endodontia	360	100	2022

7.3 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS PRÁTICAS DE EXTENSÃO

Há coerência plena entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas na FAMAZ. No período do referido PDI pretende-se que os cursos de extensão sejam mais um vetor da FAMAZ com a comunidade externa, buscando oferecer respostas rápidas às necessidades de treinamento e capacitação profissional de jovens e adultos (as) do entorno e regiões próximas às unidades da instituição.

Além dos cursos de extensão, A FAMAZ manterá atividades de extensão incluindo-se projetos específicos junto à comunidade, atividades culturais e eventos.

As diretrizes para oferta de atividades de extensão seguirão os seguintes parâmetros:

I. Realização de convênios abertos ou fechados; e

II. Realização de pesquisa de mercado para identificar áreas de interesse de oferta dos cursos de extensão.

Ademais, os programas de extensão (Tabela 18) buscam ininterruptamente consolidar os elos com os projetos de pesquisa e Iniciação Científica, bem como com os diversos cursos de graduação e pós-graduação ofertados na FAMAZ.

Tabela 19. Expansão de cursos de extensão, modalidade Presencial, previstas para o período 2018-2022, com periodicidade anual. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

CURSO	CARGA HORÁRIA	Nº DE VAGAS	ANO PRETENDIDO
Saúde e Qualidade de Vida	100	80	2018
Direito Humanos	100	80	2019
Educação Ambiental	100	80	2020
Educação	100	80	2021
Promoção de Acessibilidade	100	80	2022

Meta:

Consolidação das Atividades de Extensão:

- 2017 – Reavaliação da regulamentação das atividades de extensão;
- 2017 - Realização de convênios abertos ou fechados; realização de pesquisa para identificar áreas de interesse de oferta dos cursos de extensão.
- 2018 a 2022- Articulação entre programas de extensão com os projetos de Iniciação Científica e os diversos cursos ofertados.

7.4 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS ATIVIDADES DE PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL

A análise da Coerência entre o PDI e as atividades de Pesquisa/Iniciação científica, Tecnológica, Artística e Cultural implantadas na FAMAZ, revela que houve, entre 2014-2017, a incorporação dos (as) professores (as) e alunos (as) à esferas de trabalhos de iniciação científica/pesquisa e a evolução na participação de professores (as) em termos de quantitativo e qualidade de projetos de iniciação científica/pesquisa encaminhados para avaliação e em busca de apoio da FAMAZ.

Como projeções de trabalho do Núcleo Gestor de Pesquisa e Extensão (NUPEX), constitui-se como metas para o próximo quinquênio (2018-2022) o atendimento de demandas para a adequação da instituição perante a manutenção e ascensão da qualidade de seus serviços, assim como os ajustes para o processo avaliativo junto ao MEC com subsequentes exigências à autorização de novos cursos, recredenciamento de cursos e provas de ENADE para os cursos correspondentes.

O Núcleo Gestor de Pesquisa e Extensão (NUPEX) oferece a colaboração e o apoio necessários para estimular os (as) docentes no desenvolvimento de trabalhos de pesquisas

com os (as) alunos (as) dos cursos de graduação; igualmente com a divulgação (publicações; participação em eventos científicos, TCC, entre outros) de resultados.

Como meta para o período de 2018-2022, A FAMAZ pretende estabelecer um *Núcleo de Editoração de Revistas* que ficará responsável pela criação de uma Revista Científica Institucional. Nesse intuito, foram dados os primeiros passos para estabelecer os elementos básicos de qualquer revista desta característica: Capa com o título; Corpo editorial geral; Corpo editorial por área, Normas editoriais; entre outros.

Meta:
Criação e consolidação de um *Núcleo de Editoração de Revistas* Criação da Revista Científica Institucional

7.4.1 Plano de Desenvolvimento de Programas de Iniciação Científica/Pesquisa

A iniciação científica/pesquisa na instituição está vinculada primeiramente aos programas de pós-graduação *Lato sensu e Stricto sensu*, através das políticas de promoção e estímulo à produção científica relevante e continuada. As políticas de pesquisa também deverão ser vetores do processo de educação continuada e reforçar os elos entre a graduação e pós-graduação.

A IES apoiará a iniciação científica e incentivará as práticas investigativas, como função associada ao ensino e à extensão, com a finalidade de fortalecer o processo de aprendizagem e de ampliar e renovar o acervo de conhecimentos ministrados em seus cursos.

As práticas investigativas e a iniciação científica serão desenvolvidas no âmbito do curso ou programa, ao qual estão vinculados (as) os (as) professores (as), ficando sob a coordenação imediata do (a) responsável pela execução do projeto pedagógico do curso, terá as seguintes diretrizes gerais:

I. Estimular e apoiar grupos de pesquisa, formados por professores (as) e alunos (as);

II. Priorizar projetos com qualidade acadêmica e mérito científico;

III. Garantir aos (as) alunos (as) participantes do grupo de pesquisa orientação adequada, individual e continuada;

IV. Estimular a publicação dos (as) professores (as) em periódicos de reconhecido mérito acadêmico e a produção dos (as) alunos (as);

V. Estimular os diversos cursos e estabelecer núcleos temáticos multidisciplinares como mecanismos para centrarem suas ações em temas estratégicos; e

VI. Fortalecer a parceria interna e institucional com organizações dos setores público e privado.

As linhas de iniciação científica/pesquisa devem levar em conta os seguintes pontos:

I. A estratégia e o planejamento global da FAMAZ, considerando o ambiente e as especificidades da Capital Belém e Região Metropolitana;

II. A ênfase curricular de cada curso, a partir do seu planejamento estratégico, dada a alguns conteúdos ou metodologias; e

III. A disponibilidade de recursos humanos para implementar os projetos aprovados pelos órgãos competentes da FAMAZ.

Os conteúdos das linhas de iniciação científica/pesquisa deverão ser definidos segundo a conveniência do curso. A FAMAZ estimulará e apoiará o desenvolvimento da iniciação científica/pesquisa, como prática educativa e parte de sua metodologia de ensino inovadora, com características interdisciplinares. Os projetos de iniciação científica/pesquisa estarão ligados aos cursos de graduação e, sempre que possível, aos cursos de pós-graduação *Lato sensu* e *Stricto sensu.*

Outro ponto a ser reforçado no tocante às atividades de pesquisa é o comitê de ética em pesquisa com seres humanos. Este comitê é requisito indispensável para a realização de pesquisas na área de saúde. É necessário o referido comitê com mais recursos humanos e infraestrutura para subsidiá-lo na análise dos projetos de pesquisa encaminhados, além da constante divulgação interna de sua existência, funcionalidade e importância nas atividades do campo acadêmico-científico das diferentes áreas da FAMAZ. Ademais, o comitê poderá também deliberar sobre outros temas nas áreas de humanas e tecnológicas e, sempre que solicitado, emitirá pareceres para subsidiar decisões no COSUP, entidade máxima na Estrutura Organizacional da FAMAZ.

No tocante à política de divulgação dos resultados de pesquisa/iniciação científica, será proposta, a partir 2019, a implantação de revista científica eletrônica a fim de divulgar os resultados das pesquisas elaboradas na Instituição.

Meta:
Consolidação das atividades de Investigação Científica: • 2019 – Ampliação e Incentivo às atividades de Iniciação Científica na graduação; • 2019 – Consolidação dos grupos de pesquisa na pós-graduação *Stricto sensu* e Implantação do Comitê Editorial da FAMAZ; • 2018 a 2022 – Articulação entre programas de extensão com os projetos de Pesquisa/Iniciação Científica e os diversos cursos ofertados.

7.5 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS: DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL

A FAMAZ desenvolve continuamente atividades que abordam a Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural, organizadas em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Projetos e ações comunitárias são desenvolvidos em parceria com entidades dos setores público e privado, ampliando o escopo de abrangência das atividades institucionais e ampliando o potencial de resultados sociais de suas atividades.

A Instituição compreende a sua responsabilidade social como dimensão inalienável de seus compromissos na qualidade de instituição educacional de nível superior, imbuída dos princípios de formação de profissionais conscientes em relação à eliminação das desigualdades sociais regionais, à promoção da sustentabilidade e da inclusão.

As ações de promoção da sustentabilidade ambiental são incorporadas às atividades de ensino, de forma transversal e articulada com os conteúdos e as práticas curriculares, contextualizadas em componentes relacionados à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero.

No âmbito operacional, a Instituição adota e estimula boas práticas na defesa do meio ambiente em seu cotidiano, por meio da utilização racional de energia, com opção por lâmpadas de baixo consumo e sensores.

A FAMAZ contempla a responsabilidade social e o estímulo à cultura em seus valores, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão, o desenvolvimento

econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. As atividades de iniciação artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções discentes são sustentadas por uma política institucional que contempla:

I. A valorização da produção artística e cultural como atividade acadêmica;

II. A ampliação das ações de expressão artística e cultural no ambiente interno da FAMAZ e em sua comunidade externa;

III. O incentivo à produção cultural sustentável;

IV. A promoção de eventos artísticos e culturais abertos à comunidade;

V. A cooperação, por meio dos órgãos de promoção à cultura da Instituição no processo de desenvolvimento educacional e cultural;

VI. O estímulo aos (as) docentes e aos (as) estudantes para participação em concursos culturais e artísticos internos e externos;

VII. A promoção e a divulgação de conhecimentos artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade, com a comunicação do saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VIII. A ampliação das ações em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural; e

IX. A execução de ações que fortaleçam o compromisso com a preservação da memória histórica e do patrimônio cultural.

As ações propostas são planejadas e implantadas pelas coordenações de curso com a colaboração de suas respectivas equipes de docentes, de forma coerente com a organização curricular dos cursos que contemplam, em maior ou menor grau, a formação artística e cultural.

As propostas são elaboradas visando proporcionar aos (as) discentes possibilidades de transposição de conhecimentos para as práticas desenvolvidas, motivando o envolvimento e a participação em todas as etapas de execução.

7.6 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A FAMAZ estabeleceu o cronograma de desenvolvimento que norteará os próximos cinco anos de gestão acadêmico-administrativa. Este esboço estratégico está pautada no contexto regional, verificado pela necessidade de expandir, oportunizando o desenvolvimento social e econômico, nas diferentes localidades que compõem o Estado do Pará, além de

planejar ordenadamente o desenvolvimento das Unidades e curso em pleno funcionamento.

Com esta finalidade, o planejamento foi dividido em duas grandes áreas:

I. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, divididos em três modalidades que incluem cursos de bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia; e

II. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, que inclui as modalidades *Stricto sensu* e *Lato sensu*.

A IES disponibiliza o atendimento ao (a) discente e docente através do *Núcleo de Atendimento ao (a) Docente e Discente* (NADD). Neste sentido, o núcleo enfatiza o acompanhamento a fim de formar cidadãos/cidadãs críticos (as), capazes de iniciar a construção pessoal no ambiente acadêmico e social. Assim como: (i) desenvolve investigações criteriosas sobre o processo de ensino-aprendizagem; (ii) avalia suas interpretações, críticas, sugestões, verificando a coerência a dificuldade enfrentadas pelo corpo docente e discente. Contribuindo para o aperfeiçoamento das possíveis demandas ou necessidade dos (as) integrantes do processo de ensino e aprendizagem, sempre em prol da qualidade diferenciada.

O processo de avaliação do desenvolvimento social em uma IES passa, necessariamente, pelo contínuo aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados e das atividades orientadas, exigindo a adoção de múltiplos métodos e técnicas de aferição e avaliação da realidade dos sistemas envolvidos. Ainda neste sentido, a IES, consciente da necessidade do desenvolvimento de um ambiente favorável para a aprendizagem, oportuniza momentos de reflexão sobre as diversas responsabilidades que contribuem com esse processo. Assim, o Núcleo abre a oportunidade de expressar, discutir e receber orientação a respeito das questões psicopedagógicas, relacionadas aos processos de ensino-aprendizagem e integração social, respeitando o compromisso com a educação, oferecendo oportunidades de formação permanente.

7.7 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: INCLUSÃO SOCIAL

A FAMAZ concebe *Responsabilidade Social* (RS) como ação estratégica que demanda a articulação dos seus diversos setores, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção

e transmissão de saberes e a formação de profissionais cidadãos/cidadãs, capazes de contribuir para a transformação.

A RS não é considerada como um projeto assistencial e, sim, como uma política institucional, que articula ensino, pesquisa e extensão, com finalidade de capacitar pessoas e interagir com o contexto regional. Neste sentido, a extensão configura-se em elemento indutor das atividades de ensino e pesquisa, a fim de contribuir para o desenvolvimento da qualificação discente e docente e promover o desenvolvimento social da comunidade envolvida, por meio de programas e projetos integrados aos diferentes cursos da IES, propiciando parcerias com empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais e mercado de trabalho.

A política institucional de RS da FAMAZ está estruturada em eixos interdisciplinares que envolvem diversos cursos de graduação e de pós-graduação, a saber: ***Eixo Cidadania***; ***Eixo Saúde***; ***Eixo Tecnológico***; ***Eixo Meio Ambiente***; ***Eixo Desenvolvimento Social, Político e Econômico*** (Projetos, Oficinas, Consultoria Júnior e Agência Experimental Modelo); ***Eixo Apoio ao Estudante***; ***Eixo Eventos Científicos, Tecnológicos, Artísticos e Culturais***; ***Eixo Publicações***.

A responsabilidade social da FAMAZ pode ser medida pelos seus projetos e programas desenvolvidos ou por seu compromisso na condução do exercício das funções universitárias – ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão. Avalia-se também a responsabilidade social pelo planejamento e gestão acadêmico-administrativa, tendo presentes a competência, a eficácia e a eficiência da comunidade acadêmica. Existem itens que são importantes nessa avaliação, como a defesa do meio ambiente, a preservação da história, a memória cultural e artística do Estado do Pará e da região.

A responsabilidade social da Instituição é desenvolvida, ainda, na implementação de planos e programas de incentivos e benefícios voltados à comunidade acadêmica, destacando-se as bolsas destinadas às atividades de pesquisa; bolsas de monitoria, bolsas de estudo, de esporte ou de trabalho; planos de carreira docente e de cargos e salários para o corpo técnico-administrativo; plano de capacitação do corpo docente e técnico-administrativo; incentivo à participação de docentes e discentes em eventos, ligados à sua área de trabalho/estudo, participação no programa FIES. Além disso, a IES desenvolve atividades de extensão, sobre temas relevantes, que tenham impacto na sociedade quanto ao desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente; memória cultural, e produção artística e patrimônio cultural.

A responsabilidade social da IES ocorre, ainda, pela concepção de uma política afirmativa, dirigida para a inclusão social, por meio da oferta de uma educação voltada para

valores e para a promoção da diversidade étnico-racial. Se o objetivo maior do processo educacional há de ser o pleno desenvolvimento da personalidade humana, guiado pelo valor da cidadania, do respeito, da pluralidade e da tolerância, afirma-se como absolutamente legítimo o interesse do Centro Universitário em promover a diversidade étnico-racial, o que traduz o benefício de maior qualidade e riqueza do ensino e da vivência acadêmica, contribuindo, ainda, para a eliminação de preconceitos e estereótipos raciais. Esta responsabilidade social está presente, também, no desenvolvimento de atividades de extensão (cursos e serviços), sobre temas relevantes que tenham impacto na melhoria da qualidade de vida da comunidade paraense, particularmente, os ligados aos cursos e programas de educação superior da área da saúde.

Com suas raízes plenamente fincadas no Estado do Pará e na região Norte, a IES estabeleceu sólidos compromissos com a sociedade local, espelhados nos cursos de educação superior que desenvolve, com o objetivo de atender à demanda social da região, formando recursos humanos qualificados que contribuem para o desenvolvimento sustentado do Pará e da região. Ao longo dos últimos 9 anos, a Instituição de Ensino Superior construiu uma imagem pública de qualidade no ensino, ratificada pelo número crescente de alunos (as) que buscam seus serviços.

7.8 COERÊNCIA ENTRE PDI E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

O respeito à dignidade humana da comunidade acadêmica e às suas opiniões e percepções é gerida de forma responsável em todos os níveis da administração da FAMAZ.

Em especial a igualdade étnico-racial é tratada em inúmeras disciplinas nos cursos existentes como forma de materializar o compromisso ético e moral de integração social que é parte integrante obrigatória de uma instituição de ensino que pretenda atingir um alto conceito de respeito no imo da sociedade a qual serve.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) enquanto documento que sintetiza e alerta para o planejamento geral da instituição, traz o contínuo diagnóstico das indulgências de adequação da sociedade e da educação perante as transformações sociais. Portanto, este documento de PDI leva em todas as suas prerrogativas, o ajuste de suas ações perante as novas políticas públicas e em especial às ações afirmativas advindas da última década.

Como o PDI entra em harmonia com os Projetos Pedagógicos dos Cursos, temos já na definição das *políticas acadêmicas de ensino* a organização de propostas e filosofia a

englobarem as citadas ações afirmativas. Assim como mais especificamente as disciplinas das matrizes curriculares e os conteúdos ministrados são selecionados tendo em vista o perfil do (a) egresso (a) e as competências e habilidades a serem desenvolvidas, observadas as *Diretrizes Curriculares Nacionais*. Nessa seleção deverão ser observados alguns critérios gerais, entre os quais cabe destacar:

I. Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos (as) profissionais da área;

II. Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;

III. Potencialidade para o desenvolvimento intelectual dos (as) alunos (as), permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades de ordens diversas, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes;

IV. Interdisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas, bem como, da dimensão sociocultural; e

V. Conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do (a) aluno (a) em níveis crescentes de complexidade.

Conforme enfatizado, os conteúdos essenciais deliberados neste documento aparecem como norteadores da definição e distribuição dos conteúdos curriculares expostos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC´s), logo, ressaltando-se o imperativo atendimento às temáticas definidas pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* (Lei n° 11.645, de 10/03/2008, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003). Assim como acata as disposições da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, agregando as *Políticas de Educação Ambiental* e as questões associadas às *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos,* conforme disposto no Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, de 30/05/2012.

8. POLÍTICAS ACADÊMICAS

8.1 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A linha dominante de ação da FAMAZ é o ensino de graduação (bacharelado e licenciatura) e dos cursos tecnológicos de nível superior, eixo em torno do qual a instituição atua, visando a atingir níveis significativos de qualidade, dentro dos seguintes balizamentos pedagógicos:

I. Ação centrada no (a) aluno (a), sobre o qual se mantém processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;

II. Ação integrada por objetivos de educação e aprendizagem, a partir do projeto pedagógico de cada curso, área de conhecimento e habilitação profissional;

III. Motivação crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extracurriculares de caráter social, técnico-científico, cultural, desportivo, entre outros.

IV. Integração entre ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão.

Estão sendo constituídos mecanismos e procedimentos capazes de assegurar:

I. Integração das atividades acadêmicas, buscando-se alcançar níveis de organicidade compatíveis com os objetivos definidos;

II. Prioridade para todas as medidas tendentes ao ajustamento ou melhoria dos níveis de qualidade do ensino e das atividades de pesquisa e de extensão que possam integrar os (as) alunos (as);

III. Intensiva utilização de metodologias alternativas de aprendizagem e de avaliação como recursos didático-pedagógicos;

IV. Valorização das relações interinstitucionais, especialmente com outros centros de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão, empresas e organismos governamentais, propondo-se ao ajustamento constante dos conteúdos curriculares; e

V. Avaliação permanente dos processos de ensino, iniciação científica/pesquisa, extensão e de gestão dos recursos patrimoniais, técnicos e acadêmicos.

8.1.1 Objetivos

8.1.1.1 Objetivo Geral:

Formar profissionais cidadãos/cidadãs com competências técnica-científica, política,

social, educativa, administrativa, investigativa e ética para o exercício profissional nos contextos das realidades estadual, regional e nacional, assegurando a integralidade do conhecimento e a qualidade e humanização dos serviços prestados à população.

8.1.1.2 Específicos:

I. Ministrar os conteúdos essenciais contidos nas estruturas curriculares através das atividades teóricas, práticas, complementares, elaboração de trabalho de conclusão de curso e estágio curricular supervisionado, de forma integrada e criativa, considerando as realidades social, cultural, econômica e política nacional, estadual e municipal;
II. Desenvolver competências e habilidades, gerais e específicas necessárias ao exercício profissional, articuladas aos contextos sócio-político-culturais nacional e estadual;
III. Desenvolver atividades curriculares, na busca da interdisciplinaridade, tendo como base de construção do perfil almejado a integração entre ensino, investigação científica e extensão; e
IV. Promover a inserção dos (as) docentes e discentes nas ações sociais promovidas no Estado do Pará.

8.1.2 Competências

8.1.2.1 Competências Gerais

I. *Atenção à cidadania:* os (as) profissionais, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de cidadania. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções. Os (As) profissionais devem realizar seus serviços, dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética, tendo em conta que a responsabilidade profissional não se encerra com o ato técnico, mas, sim, com a resolução do problema, tanto em nível individual como coletivo;
II. *Tomada de decisões*: o trabalho dos (as) profissionais deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões, visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III. *Comunicação*: os (as) profissionais devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles (as) confiadas, na interação com outros (as) profissionais e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV. *Liderança*: no trabalho em equipe multiprofissional, os (as) profissionais deverão estar aptos (as) a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V. *Administração e gerenciamento*: os (as) profissionais devem estar aptos a tomar iniciativa, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores (as), gestores (as), empregadores (as) ou lideranças na equipe de trabalho; e

VI. *Educação permanente*: os (as) profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os (as) profissionais devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os (as) futuros (as) profissionais e os (as) profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes estaduais, nacionais e internacionais.

8.1.2.2 Competências Específicas:

I. Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;

II. Incorporar a ciência como instrumento de interpretação profissional;

III. Estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;

IV. Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;

V. Compreender as políticas sociais, reconhecendo os perfis das populações;

VI. Ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;

VII. Atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;

VIII. Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional;

IX. Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos (as) cidadãos/cidadãs quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;

X. Usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o exercício profissional;

XI. Atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos científicos e tecnológicos;

XII. Identificar as necessidades individuais e coletivas da população, seus condicionantes e determinantes;

XIII. Exercer a profissão compatível com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;

XIV. Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;

XV. Respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão; e

XVI. Interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) reafirma que o processo acadêmico está voltado para o fortalecimento da educação centrada na aprendizagem, na vivência de proposta ousada que coloca o (a) aluno (a) frente a situações reais de construção do conhecimento, aos desafios que exigem habilidades e competências desenvolvidas em cada projeto de ensino-aprendizagem, tornando-o (a) mais humano (a) do ponto de vista social e possibilitando, por meio de processo de formação transformador, melhor preparação do ponto de vista técnico-científico.

Na crença de que a academia é o espaço próprio para estudos e pesquisas, transformação e produção de novos saberes, A FAMAZ definiu como importante o desenvolvimento de projetos de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão e de processos inovadores, com o propósito de preparar pessoas para atender as exigências da sociedade. Processos esses que estabelecem a transferência do centro das ações do ensino para o (a) aluno (a), favorecendo ambientes facilitadores e utilizando pedagogia crítico-reflexiva na construção do conhecimento.

A concepção político-filosófica que segundo Delors (1998)[44] tem como pilares o

[44] Jacques DELORS, **Educação:** um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2003.

Conviver, o *Conhecer*, o *Ser* e o *Fazer* está presente na ação pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, o que favorece a formação integral do (a) aluno (a) e possibilita, por meio de propostas interdisciplinares, da resolução de problemas e da sistematização de processos dialógicos, o *aprender a aprender*. A ação pedagógica está voltada para a formação de competências, orientando o (a) aluno (a) para a busca e a construção do seu próprio conhecimento, aprendendo não só a ser profissional, mas também a ser cidadão/cidadã integrado (a) à realidade social vivente.

Os projetos pedagógicos dos cursos estabelecem currículos integrados, centrados nos (as) alunos (as), e propõem prática profissional diferenciada, sintonizada com o mundo do trabalho e com as necessidades sociais e a proposição de um sistema de avaliação abrangente, com indicadores importantes para a nova visão de excelência acadêmica, preconizada nos documentos institucionais. Eles oportunizam maior envolvimento dos (as) alunos (as) com as disciplinas, tendo por base projeto integrado e integrador que permite o equilíbrio entre conhecimentos, competências e habilidades e, ainda, que o (a) aluno (a) aprenda por si próprio (a). Assim, a aprendizagem passa a ser vista como processo contínuo, evidenciada por conceitos significativos, desenvolvidos constantemente e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade.

A institucionalização destes princípios é assegurada pelo projeto de ensino interdisciplinar, voltado para centros de interesses, que tem por objetivo a construção da autonomia intelectual do (a) aluno (a), considerando também:

I. Organização global do conhecimento;
II. Metodologia baseada em problemas;
III. Interação do (a) aluno (a) com o objeto de estudo;
IV. Oportunidades diversificadas de aprendizagem; e
V. Contextualização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O PPI, na visão da problematização do saber, precisa ser visto como a ressignificação dos espaços de aprendizagem, envolvendo sincronicamente todas as atividades em um pensar que venha a se complementar no outro.

Nesta perspectiva, o trabalho docente aparece como possibilidade de construção coletiva e vê, nas ações interdisciplinares, a forma de transformar e criar o novo saber, e assume as relações do ser aprendiz com o objeto do conhecer, acreditando que só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido.

8.1.3 Diretrizes Pedagógicas

As políticas acadêmicas da FAMAZ, em sintonia com os fundamentos teórico-científicos enunciados, adotam como diretrizes pedagógicas as que seguem, estabelecendo-as como linhas de ação:

I. Formação do (a) profissional egresso (a) como resultado da articulação entre conteúdos, competências e habilidades adquiridas e/ou desenvolvida durante a implementação dos currículos dos cursos e programas;

II. Proposta pedagógica centrada no (a) aluno (a) como sujeito da aprendizagem e apoiada no (a) professor (a) como facilitador (a) e mediador (a) do processo ensino-aprendizagem;

III. Curso e programa como cenários de debates de temas inovadores e relevantes para o exercício profissional do (a) egresso (a);

IV. Implementação de metodologias, no processo ensinar-aprender, que estimulem o (a) aluno (a) a refletir sobre as realidades social, econômica e cultural e *aprenda a aprender*;

V. Integração ensino e serviço;

VI. Utilização de metodologias que privilegiem a participação ativa do (a) aluno (a), na construção de conhecimentos, e a integração entre os conteúdos, além de garantir a articulação entre ensino, investigação científica e extensão;

VII. Promoção da integração e da interdisciplinaridade, em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular, bem como, de seus conteúdos, buscando integrar as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais;

VIII. Inclusão das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no (a) aluno (a) atitudes e valores orientados para a cidadania e solidariedade;

VIII. Apreciação das ***Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico–Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*** (Lei nº 11.645, de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004);

IX. Análise da ***Cultura Indígena e das políticas de educação ambiental*** (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002);

X. Abordagem de questões associadas às ***Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos***, conforme disposto no Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, de 30/05/2012.

Entre essas diretrizes que reafirmam os compromissos institucionais, em relação à qualidade do ensino, da iniciação científica/pesquisa, da extensão e da administração/gestão, ganham destaque os objetivos, o perfil do (a) egresso (a), os conteúdos essenciais, o currículo

e a metodologia, por se constituírem itens “naturalmente” intrínsecos à configuração e consolidação de tais diretrizes, naquilo que contribuem para as especificidades que passam a lhes serem próprias no contexto deste PPI.

8.1.4 Metodologia

O PPI preconiza o modelo de currículo que organiza atividades e experiências planejadas e orientadas, possibilitando aos (as) alunos (as) a construção da trajetória de sua profissionalização e permitindo que eles (as) possam construir seu percurso de profissionalização com sólida formação geral, além de estimular práticas de estudos independentes com vistas à progressiva autonomia intelectual e profissional.

Neste sentido, os conteúdos essenciais que integram os cursos e programas devem estar relacionados com o processo de vida do (a) educando (a), da família e da comunidade, com aderência à realidade, buscando proporcionar a integralidade e resolubilidade das ações desenvolvidas profissionalmente. A sequência estabelecida para o desenvolvimento do curso ou programa deve permitir ao (a) aluno (a) entrar em contato, o mais cedo possível, com a realidade social, segundo grau de complexidade compatível com o seu nível de informação e amadurecimento.

Diante do exposto o currículo assume uma organização com ênfase no formato horizontal, em que os temas transversos funcionam como elementos de integração. Essa estruturação busca possibilitar a formação generalista, crítica, reflexiva, competente nos aspectos científico, técnico, social, político, ético e habilitado a intervir no processo de melhoria da qualidade de vida.

A formação do (a) profissional deve estar alicerçada nas características regionais, nas condições objetivas da FAMAZ e nos serviços, possibilitando formação de cunho generalista, como profissional comprometido (a) com a transformação da realidade social, por meio de ação competente, tanto técnica quanto política. A dinâmica curricular adotada pelo curso deve subsidiar o (a) aluno (a) para leitura crítica dos problemas do país e seus impactos locais e regionais que deverão ser assumidos pelo (a) egresso (a) como imperativo ético para definir sua forma de inserção no mercado de trabalho.

Esta política privilegia a interdisciplinaridade na formação dos (as) alunos (as), tendo em vista a necessidade de construção de conhecimento que responda, efetivamente, às exigências do processo ensino-aprendizagem e da legislação em vigor. Também, é preciso destacar que a interdisciplinaridade utilizada permitirá preparar profissional flexível, solidário

(a), democrático (a) e crítico (a). O mundo atual precisa de profissionais com formação, cada vez mais polivalentes para enfrentar a sociedade.

A visão da organização curricular justifica a opção por matriz curricular que agrega muitas inovações, rompendo com a estrutura formal aplicada anteriormente na formação superior, passando a ser compreendido como currículo que possibilita a articulação dos vários saberes necessários, para entender o ser humano em seus múltiplos imperativos, guiado pelos seguintes princípios pedagógicos:

I. Visão da multidimensionalidade do fazer, adoção de estratégias de ensino-aprendizagem que valorizam a seleção e a exploração de conteúdos que integram funções assistenciais, administrativas, educativas e investigativas inerentes ao papel do (a) profissional nas diferentes áreas de trabalho;

II. Valorização da formação, em situações de trabalho, que aproximem os (as) alunos (as) da realidade dos serviços com o compromisso crítico a fim de contribuir para sua melhoria, dando sentido social ao curso que se inicia;

III. Estímulo à postura de dúvida e de problematização frente aos conhecimentos que se apresentam como provisórios e passíveis de questionamento e de superação;

IV. Assunção do diálogo plural e do respeito ao pensamento divergente como eixo para o desenvolvimento das práticas de ensino e de estágio mais instigantes e criativas e preocupadas com a autonomia indispensável ao exercício profissional no século XXI;

V. Adoção da ética, cidadania, pluralidade cultural e ecologia como eixos transversais a serem desenvolvidos por todos os (as) professores (as), em suas práticas de ensino, visando à formação crítica do (a) egresso (a); e

VI. Reconhecimento da natureza coletiva do processo de trabalho e da potencialidade pedagógica de se discutirem as contradições e os conflitos implicados no confronto de projetos históricos que espelham visões de mundo diferenciadas historicamente e que só serão superados historicamente.

Outros aspectos considerados no processo de formação são as transformações da profissão, os avanços científicos e tecnológicos, as demandas do mercado de trabalho e, principalmente, as necessidades dos grupos populacionais, em todo ciclo vital, considerando os perfis demográfico, socioeconômico e cultural municipal, estadual, regional e nacional.

Neste contexto, o modelo de currículo deve ser o integrado que prevê a articulação, de forma dinâmica, do ciclo básico e profissionalizante; do ensino; da investigação científica e da extensão; dos serviços, academia/curso e comunidade; da teoria e prática, por meio da integração dos conteúdos e abordagem de temas transversais como ética, cidadania,

solidariedade, justiça social, inclusão e exclusão social, ecologia, cultura e outros, tendo, como eixo estruturante, os objetivos, o perfil do (a) egresso (a) e as competências gerais e específicas. Esta modalidade curricular requer a adoção da metodologia ativa e da problematização, do método ação-reflexão-ação e da abordagem interdisciplinar.

Essas características estão coerentes com a concepção que fundamenta a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e Programas. Porém registra-se que o alcance, na plenitude, do currículo integrado, da metodologia da problematização e da abordagem interdisciplinar requer trabalho acadêmico e administrativo do tipo processual, democrático e coletivo, aspirando desconstruir a cultura pedagógica ainda hegemônica nas Instituições de Educação Superior; montagem das bases e definição de estratégias, para a integração inicial possível, e a evolução na construção da integração, problematização e interdisciplinaridade por meio de sucessivas aproximações com o ideal preconizado na literatura.

Com base no exposto, esta política declara seu compromisso com os seguintes postulados:

I. Projeto pedagógico inovador, orientado pelas *diretrizes curriculares nacionais*, com a garantia da diversidade de cenários de aprendizagem e com a integralidade, a multiprofissionalidade e a produção de conhecimento socialmente relevante;

II. Organização e desenvolvimento do currículo, com ousadia de inovação na perspectiva da formação em equipe, com práticas de educação por métodos ativos e de educação permanente, entre outros;

III. Organização do currículo e práticas de aprendizagem orientadas pela aceitação ativa das diversidades sociais e humanas de gênero, raça, etnia, classe social, geração, orientação sexual e necessidades especiais (deficiências, patologias, transtornos etc.);

IV. Projeto construído em parceria e/ou com compromissos assumidos com os gestores municipais e estaduais;

V. Promoção do conhecimento sobre a realidade local, seus saberes e práticas e com o desenvolvimento de responsabilidades entre instituição, estudantes, profissionais e realidade local;

VI. Desenvolvimento social, urbano e rural, por meio da oferta de atividades de extensão;

VII. Diálogo entre docentes, estudantes e sociedade; e

VIII. Responsabilidade social de atendimento às necessidades locais, inclusive nos aspectos relacionados ao acesso a serviços, como espaços científico, cultural, humano e profissional, compartilhando seus problemas e projetos.

Ao se assumir perspectiva crítica, na adoção de tal concepção de currículo, permite-

se distinguir o currículo formal, prescrito e intencional; o currículo oculto, imperceptível e o currículo real, fora do controle institucional.

Assim, considera-se fundamental contemplar, no processo educativo subjacente a esta proposição curricular, os seguintes processos:

I. *Aprender a conhecer*: tomando como diretriz as várias possibilidades de leitura de mundo e de realidade que nos cerca, onde o visto e o não visto, o declarado e o subentendido, o simbólico e o imagético têm grande significado ao lado da apreensão dos múltiplos saberes;

II. *Aprender a fazer*: transformando os fazeres em habilidades e competências indispensáveis à vida em sociedade, combinando os saberes aprendidos e apreendidos, com as situações de vida, trabalho e relações;

III. *Aprender e conviver*: compreendendo o outro e percebendo as interdependências na realização de projetos comuns; preparando para administrar conflitos no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz; w

IV. *Aprender a ser*: procurando desenvolver a personalidade, exercitando as capacidades de autonomia, discernimento, responsabilidade pessoal e profissional, comportamentos éticos, aptidão para comunicar-se, solidarizar-se e autodeterminar-se.

Com esta proposta, que segue as tendências mundiais contemporâneas para a educação superior, os (as) alunos (as) vão *aprender a aprender*, tendo orientação para buscar e construir seu próprio conhecimento, aprendendo não só a ser profissional, mas também a ser um (a) cidadão/cidadã integrado (a) a sua realidade social.

A consagrada articulação entre o ensino, a iniciação científica/pesquisa e a extensão é fundamental para a sustentação da educação superior. A qualidade do ensino depende da competência em pesquisa e extensão. As atividades de extensão articulam-se com as experiências de pesquisa e ensino. Em diversos casos, a participação de alunos (as) em atividades de extensão pode constituir-se em situação essencial de formação/ensino.

A participação discente nos projetos e atividades de ensino, de investigação científica e de extensão proporciona formação integral ao (a) estudante, assentada nos seguintes compromissos da Instituição:

I. Compromisso Educacional: ser um centro formador de recursos humanos, habilitados (as) a atuar com eficiência na atenção às necessidades humanas em seus diferentes níveis, em consonância com a legislação da educação superior e o perfil do Estado do Pará;

II. Compromisso Social: constituir-se em espaço prestador de serviços, como extensão à comunidade da localidade geopolítica na qual se insere, pretendendo, com isto, elevação do nível de qualidade de vida da população;

III. Compromisso Cultural: produzir conhecimentos científicos e tecnologias, que objetivam não só o desenvolvimento do saber sobre a realidade do ser humano nas suas dimensões física, mental, sociocultural e política, como também o desenvolvimento de meios para a formação integral dos seres humanos que, de algum modo, com ela se relacionam, contribuindo para uma qualidade de vida melhor, na transformação sociocultural da realidade de seu contexto político.

8.1.5 Avaliação para a Aprendizagem

Na busca de novas articulações entre os conhecimentos e na tentativa de implementar concepção menos rígida na trajetória do (a) aluno (a), que caracteriza o processo de flexibilização curricular, a avaliação deve ser entendida de forma ampla, como atitude de responsabilidade da IES, dos (as) professores (as) e dos (as) alunos (as).

Assim, ela pode ser percebida como movimento de reflexão desses (a) atores (a) acerca dos elementos constitutivos do processo ensino–aprendizagem: plano político-pedagógico, atividades curriculares, metodologias, relação professor (a) – aluno (a), instrumentos e tempos avaliativos, respondendo às particularidades de cada componente curricular (pesquisa, aulas teóricas, práticas, laboratórios, trabalhos cooperativos, estágios, seminários, aulas integradas etc.).

Na aceitação da abordagem curricular como conjunto de possibilidades (currículo flexibilizado), diferentes processos avaliativos podem ser considerados:

I. *Avaliação processual*: análise e reflexão das direções do plano de curso, das atividades curriculares e do desenvolvimento do (a) aluno (a);

II. *Avaliação contínua*: procedimento realizado, junto ao (a) aluno (a), ao longo do desenvolvimento do processo formativo; e

III. *Avaliação credencial*: resultado somativo e de valoração aferido pelos diferentes instrumentos utilizados.

É necessário, no entanto, considerar que as formas de avaliação são diferentes, na medida em que a flexibilização curricular gera abordagens diversas, até dentro da mesma disciplina. Desse modo, pode-se identificar diferentes formas de abordagens de avaliação:

I. Expressão do conhecimento da área;

II. Expressão de construção de conhecimento ativa e colaborativa entre os (as) alunos(as);

III. Expressão de criatividade;

IV. Expressão da compreensão das relações entre as áreas do conhecimento; e

V. Expressão do raciocínio metodológico próprio da área de conhecimento.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deve ser vista como processo constante de repensar a prática pedagógica, em todos os segmentos. Nesse sentido, algumas proposições podem ser destacadas, quanto ao processo de avaliação que deve:

I. Nortear-se pelo Projeto Pedagógico do Curso – PPC;

II. Focar-se no processo e, não, exclusivamente no produto;

III. Identificar o mérito ou a relevância do que se vai avaliar, e observar os vários processos em curso (internos e externos à instituição);

IV. Criar situações efetivas de sustentação nos níveis administrativos;

V. Avaliar todas as situações de aprendizagem, incluindo aquelas que tradicionalmente não eram consideradas;

VI. Observar a importância da educação continuada para dar conta das exigências em relação às novas formas propostas para avaliação;

VII. Considerar o momento de vida do (a) aluno (a) e as diferenças no processo de construção do conhecimento, levando em conta a importância da autoavaliação e a definição das habilidades que o (a) aluno (a) deve apresentar para demonstrar que houve mudança;

I. Utilizar processos diversificados, de modo a atender a situações diferenciadas de aprendizagem e de modo de conhecer; e

II. Atentar para o fato de que o processo educativo não se inicia nem se encerra na sala de aula, considerando conhecimentos prévios do (a) aluno (a), por meio da competência demonstrada em processos avaliativos orientados para tal fim.

Esta proposta de avaliação parte da premissa epistemológica de que o conhecimento se produz por meio de um processo de aprendizado contínuo e aberto a inúmeras contingências e, só pode ser compreendido, através da indissociável vinculação entre teoria e prática e entre os diversos saberes que compõem a estrutura curricular dos cursos e dos programas.

Neste sentido, é fundamental adotar a metodologia ativa, na qual o currículo é configurado de maneira integrada, no sentido de articular os vários conteúdos, a fim de dar conta de situações e/ou problemas sociais. O desafio é trabalhar a formação acadêmica dos (as) discentes, baseada na análise por problemas, na busca de caminhos que viabilizem a abordagem interdisciplinar.

As metodologias de ensino-aprendizagem e de avaliação a serem implementadas devem levar em conta o conjunto de competências e habilidades que se quer ver desenvolvidas pelos (as) alunos (as). A fundamentação teórica deste entendimento emana da

educação emancipatória e transformadora: *aprender a conhecer*, *aprender a fazer*, *aprender a viver junto* e *aprender a ser*.

A metodologia delineada deve buscar:

I. Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, nas quais se procurará estimular o (a) aluno (a) às atividades individual e coletiva de construção do conhecimento, e não simplesmente assimilar um conjunto de saberes;

II. Conferir ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os (as) docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

III. Recorrer à utilização de recursos multimídias, postos à disposição dos (as) professores (as), através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada; e

IV. Valer-se da *internet* como ferramenta de multiplicação do saber.

Seguindo esta lógica, as avaliações:

I. Não se limitarão a provas e testes, mas ao acompanhamento coletivo e individual do desenvolvimento do (a) aluno (a), buscando construir cotidianamente as condições mínimas para que se possa proceder à substituição da metodologia tradicional de avaliação pela chamada avaliação por objetivos, na qual o (a) aluno (a) estará constantemente em processo avaliativo, sendo-lhe oportunizadas diversas chances de demonstrar a construção do conhecimento e/ou habilidades exigidos; e

II. Quando realizadas através de provas tradicionais, nelas serão privilegiadas as avaliações subjetivas e dissertativas, tendo como escopo central a percepção demonstrada pelo (a) aluno (a) de sua capacidade e habilidade de encontrar soluções para os problemas propostos e não meramente a capacidade de repetir fórmulas ou padrões consagrados.

É necessário, contudo, destacar que, para articular efetivamente ensino-pesquisa-teoria-prática na graduação, precisa-se criar mecanismos para romper a cultura dissociativa existente na Educação Superior. Entre os mecanismos disponíveis institucionalmente destacamos:

I. Formulação de Projeto Pedagógico Institucional que explicite o que a IES pensa sobre ensino, iniciação científica/pesquisa, extensão e sua articulação;

II. Elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional;

III. Definição das linhas de ensino, de iniciação científica/pesquisa e de extensão, institucionalmente prioritárias, estimulando a interdisciplinaridade, sem engessar ou impedir a

formulação de projetos inovadores que possibilitem a descoberta de novos saberes;

IV. Instituição de parcerias internas e externas, em atividades intercoordenações/ interdisciplinares com os diversos setores da sociedade;

V. Divulgação das experiências bem sucedidas, para estimular novas iniciativas;

VI. Fortalecimento da avaliação institucional desses projetos, identificando as dificuldades encontradas e as atividades relevantes;

VII. Promoção da articulação das licenciaturas com o ensino fundamental e médio, observando a reformulação em curso e atenuando a dissociação entre os diversos níveis de ensino;

VIII. Introdução, na formulação das políticas de educação à distância, da necessidade da articulação ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão; e

IX. Sensibilização do (da) professor (a) bacharel (a) para a necessidade de buscar formação pedagógica.

Outro aspecto importante é diferenciar os conceitos mensuração e medida. O primeiro refere-se a processos dos quais resultam medidas. Medida, por sua vez, é valor, resultado de mensuração. Medir algo é, portanto, atribuir valor.

No processo ensino-aprendizagem, a avaliação assume, privilegiadamente, dois enfoques: é tanto processo de mensuração, quanto instrumento de medida.

O conhecimento como construção histórica e social dinâmica necessita do contexto para ser entendido e interpretado. O currículo, nessa visão, é concebido como construção histórica e sociocultural; a tarefa da educação reside no auxílio a quem aprende a desenvolver reflexivamente um conjunto de modos de pensamento ou modos de aprendizagem de conteúdos valiosos à sociedade. Para tornar a aprendizagem significativa, aqui, quem aprende necessita explicar, argumentar, perguntar, deliberar, discriminar, defender suas próprias ideias e crenças e, simultaneamente, aprender a avaliar.

Esses dois enfoques se aplicam tanto à avaliação da instituição, quanto à avaliação da aprendizagem. Por avaliação da instituição compreendem-se os processos por meio dos quais se monitoram, isto é, são avaliadas e são controladas a eficácia, a eficiência e a efetividade da instituição. Para tanto, nesse prisma, a avaliação se completa quando interfere agregando qualidade ao cotidiano da instituição.

Por avaliação da aprendizagem compreendem-se os processos docentes voltados para a apreensão efetiva, por parte dos (as) estudantes, dos mínimos necessários (e não mínimos possíveis) dos conteúdos: ninguém deverá ficar sem as condições mínimas de competência para a convivência social. Essa tarefa deve ser realizada quando do planejamento das

atividades de ensino docentes, momento no qual esses mínimos necessários devem ser previamente estabelecidos.

Considerando-se duas de suas principais funções – mensuração e medida – que, naturalmente, não esgotam a polissemia que abarca o conceito, a avaliação da aprendizagem na FAMAZ assume três papéis fundamentais, a saber: diagnóstica/prognóstica, formativa/informativa e somativa/cumulativa.

Por seu caráter diagnóstico/prognóstico, a avaliação deverá reconhecer os caminhos percorridos (diagnóstica) e aqueles a serem explorados (prognóstica). Diferente da forma classificatória, a avaliação diagnóstica presta-se "ao interesse de que o (a) educando (a) aprenda e se desenvolva" e, nesse sentido, ter aprendido é inexoravelmente superior a ter ensinado. A diagnose, do grego, significa conhecer a realidade. O prognóstico, por sua vez, tem a função de permitir um ajuste recíproco entre o (a) estudante (a) e o programa de estudos.

Esse conhecimento é constante, vale dizer, sob esse ângulo a avaliação tem lugar no início das atividades (para identificar onde estamos e apontar para onde e por onde vamos), no meio do percurso (para identificar se os mínimos necessários foram apreendidos e impor as correções necessárias ao percurso) e ao final do percurso (para identificar o resultado do trabalho docente, a partir do ponto de vista do (a) estudante). Esse último momento – momento de medida final –, não esgota a função da avaliação.

Por seu caráter formativo/informativo, a avaliação avança em relação ao simples reconhecimento do lugar em relação à ação (função diagnóstica/prognóstica). Reconhecendo o papel de favorecer o desenvolvimento daquele que aprende, por qualquer meio (instrumentalizada ou não, acidental ou deliberada, quantitativa ou qualitativa) a avaliação informa os dois principais atores do processo: o (a) professor (a) (e os efeitos reais de seu trabalho) e o (a) estudante (e o lugar em que se encontra frente ao desejado).

A avaliação formativa/informativa ainda não possui modelo pronto, não é diretamente operatória. Sua existência concreta jamais é assegurada. Caracteriza-se pela colocação das constatações do processo avaliativo a serviço de uma relação de ajuda: "é a vontade de ajudar que, em última análise, instala a atividade avaliativa em um registro formativo".

A dimensão somativa/cumulativa inscreve-se no contexto da avaliação que ocorre depois da ação. Nesse caso, fala-se de avaliação cumulativa quando possui a função de "verificar se as aquisições visadas pela formação foram feitas". A ideia de balanço final da formação, no qual as aquisições são colocadas à prova a fim de expedir ou não

"certificados/diplomas" preside essa noção. Tendo caráter terminal, essa avaliação é global e se refere a tarefas socialmente significativas.

8.1.6 Seleção de Conteúdos

A seleção de conteúdos contemplada nos Projetos Pedagógicos dos cursos da FAMAZ fundamenta-se no perfil do (a) egresso (a) que se deseja formar e nas competências e habilidades que se pretende desenvolver pelos (as) alunos (as) durante os cursos.

Em termos gerais, alguns critérios presidem a seleção dos conteúdos, entre os quais cabe destacar:

I. Contextualização do conteúdo - relevância social: com vistas a atender às necessidades e condições locais e regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere a questões de gestão administrativa e à atuação dos (as) profissionais da área;

II. Atualidade – caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões locais, regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;

III. Potencialidade para o desenvolvimento intelectual autônomo dos (as) estudantes, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes;

IV. Interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a visão global, como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade, como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática;

V. Conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do (a) aluno (a) em níveis crescentes de complexidade; e

VI. Diversificação do conhecimento.

Nos âmbitos ressaltados acima, percebe-se que os conteúdos devem atender não somente às exigências científicas-acadêmicas de cada área de estudo básica da qual estes se inserem, mas devem estimular o senso crítico dos (as) discentes de forma a gerar reflexões sobre a sua realidade. Portanto, para o atendimento dos critérios especificados acima, A FAMAZ também observa a harmonia dos currículos dos cursos, com as prerrogativas

pedagógicas definidas em cada disciplina e seu plano de ensino, o que nos ocasiona a pensar em conteúdos que perpassem às Diretrizes Curriculares voltadas à ***Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*** (Lei nº 11.645, de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004); da ***Cultura Indígena e das políticas de educação ambiental*** (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002); e da ***Educação em Direitos Humanos***, conforme disposto no Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, de 30/05/2012.

8.1.7 Princípios e Diretrizes Metodológicas

A sociedade em que vivemos está em constante transformação, e o ser humano necessita atualizar-se constantemente, buscar novos saberes que lhe permitam adequar-se a esse mundo que se renova a cada dia, necessita aprofundar o seu conhecimento por meio de estudos e pesquisas. Há surgido, pois, um novo conceito de ensino que tenta relacionar diversas situações atuais com o meio social no qual estamos inseridos.

Para legitimar o processo de atualização e a visão integralizadora da educação, A FAMAZ elegeu princípios e diretrizes metodológicas compatíveis com as tendências pedagógicas atuais que destacam a perspectiva interacionista. Ao estabelecer esses princípios norteadores, a Instituição não estabelece uma relação categoricamente fechada ou hierarquicamente organizada, mas permanece atenta a novas ideias que atendam às necessidades da natureza e especificidade dos cursos oferecidos.

Esses princípios pedagógicos orientam a definição dos objetivos educativos que a sua vez determinam o conteúdo e a forma (direção) da educação de uma sociedade.

A relação estabelecida entre professor (a) e aluno (a) constitui o cerne do processo pedagógico da FAMAZ. O trabalho do (a) professor (a) não consiste simplesmente em transmitir informações ou conhecimentos, mas, sobretudo, apresentar os conteúdos sob forma de problemas a resolver situando o estudante em um contexto de modo que possa estabelecer a ligação entre a sua solução e outras interrogações mais abrangentes. A cooperação entre alunos (as), professores (as) e demais membros (as) da Instituição para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, discussões de temas, construção de projetos, para aprender por meio de trabalhos conjuntos é mais acentuada, o que permite melhores resultados.

Com ênfase em um processo de ensino e aprendizagem que considera o ambiente histórico, cultural, social, natural, econômico e político; a essência, a subjetividade e a

herança cultural dos (as) estudantes, oportunizam a troca de experiências com seus pares, o que permite a reflexão crítica sobre a produção de conhecimento novo, bem como a partilha desses saberes com todo o grupo, ou seja, produção de sentido sobre as vivências e experiências da vida.

É imprescindível que a Instituição promova a democratização do ensino, na qual a inclusão seja a garantia de todos (as) os (as) ingressos (as), de forma que se tenha acesso ao espaço educacional de forma respeitosa, orientada para o acolhimento à diversidade humana, pautada em ações coletivas que visem à equiparação das oportunidades. Cabe, portanto, eliminar todas as barreiras físicas e atitudes negativas para que as pessoas possam ter acesso ao seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Uma instituição educacional deve ter como ponto de partida e de chegada a prática social. Portanto, as atividades acadêmicas da FAMAZ estão fundamentadas nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, exercitando a capacidade de servir ao próximo da melhor maneira possível, para tanto, promove eventos de participação da comunidade cujo objetivo é a motivação e satisfação humana.

São consideradas, também, as experiências prévias dos (as) alunos (as) e estabelecidas relações entre o conhecimento e situações da realidade prática, o que permite aos (as) professores (as) unir o novo conteúdo a estruturas de aprendizagem significativa. Ao promover a contextualização dos conteúdos, relacionados a experiências do cotidiano, esse princípio também promoverá o relacionamento entre teoria e prática. Outra característica do trabalho pedagógico da Instituição é o envolvimento dos (as) estudantes em trabalhos de iniciação científica que buscam nas vivências dos indivíduos, no seu contexto socioeconômico e cultural, um caminho para educar, considera-se o (a) aluno (a) como um ser que age e interage com o meio.

O ensino se torna eficaz na medida em que o (a) docente é capaz de estabelecer a integração entre o conteúdo e os valores por ele definidos e vivenciados, tornando o aprender significativo e útil para a vida. Deve o (a) docente falar daquilo que conhece, daquilo que sente e daquilo que vive, alimentando o conhecimento prévio com os novos saberes adquiridos.

Ao trabalhar de forma multidisciplinar o (a) professor (a) permite ao (a) aluno (a) perceber as relações entre as disciplinas, tanto nas aulas teóricas como nas aulas práticas. Os trabalhos multidisciplinares envolvem ao máximo os conhecimentos das disciplinas envolvidas, reduzindo a segmentação tradicional que ocorre com as disciplinas.

Já a interdisciplinaridade é o diálogo entre duas ou mais disciplinas. Um ensino pautado na prática interdisciplinar pretende formar alunos (as) com uma visão global de mundo, aptos para articular, religar, contextualizar, situar-se em um contexto.

A interculturalidade é tomada pela Instituição como princípio, já que, seguindo as reflexões de Candau (2008)[45], a considera adequada para a construção uma de sociedade democrática e inclusiva. A partir do enfoque intercultural busca-se articular as políticas de igualdade com políticas de identidade. Entende-se que cada cultura tem suas raízes históricas e dinâmicas, portanto, há que se considerar as diferentes culturas e não fixar as pessoas em um padrão cultural único.

No âmbito deste princípio, a preocupação da FAMAZ de atender definitivamente às Diretrizes Curriculares Nacionais das *relações étnico-raciais*[46], *políticas ambientais*[47]e *educação para direitos humanos*[48] não somente em suas delimitações pedagógicas (currículo, conteúdos, etc.), mostra, sobretudo, o intuito de reforçar uma filosofia de contextualização de suas atividades e responsabilidade social.

O ensino, nos dias de hoje, exige novas habilidades e competências do profissional da educação. Exige também a competência técnica: trabalho em equipe, adaptação a situações novas, aplicação de conhecimento e aprendizagens, atualização contínua pela pesquisa, abertura à crítica, busca de soluções criativas, inovadoras, fluência em vários idiomas, domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, gestão de equipe, diálogo entre pares. Essas exigências afetam diretamente as instituições de educação em seu papel de formação do (a) profissional exigido pela sociedade atual.

Posto que o conhecimento e a formação profissional são a matéria prima de trabalho da educação superior, é preciso que sejam feitas reflexões sobre as consequências das alterações na sociedade trazidas pela tecnologia, a qual exige mudanças profundas na realização dos trabalhos acadêmicos. Para que essas mudanças aconteçam são necessários abertura, diálogo, intercomunicação e parceria com as mais diversas fontes de produção de conhecimento.

---

[45] Vera M. CANDAU, Direitos humanos, educação e interculturalidade, **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 37 jan./abr., 2008.

[46] ***Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico–Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*** (Lei nº 11.645, de 10/03/ 2008; Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004).

[47] ***Diretrizes Curriculares Nacionais*** da ***Cultura Indígena e das políticas de educação ambiental*** (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002)

[48] ***Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos***, conforme disposto no Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, de 30/05/2012.

Os sistemas educativos modernos se preocupam com a formação adequada dos (as) profissionais e nesse sentido A FAMAZ procura oferecer um ensino no qual se desenvolvam as competências e habilidades dos (as) estudantes. Para tanto, faz uso de programas que levam em conta os avanços da pesquisa com métodos pedagógicos e materiais de apoio didático acessíveis. Procura, também, aproximar a formação dos (as) alunos (as) ao mundo real, ao trabalho e às práticas sociais, isso por meio do desenvolvimento de tarefas que possuem utilidade e significado para o trabalho e para a vida.

Observa-se a necessidade de relacionar, constantemente, a teoria à prática, e vice-versa, considerando a articulação natural entre elas. Por esse motivo buscar-se-á enfatizar estratégias de integração teórico-prática e a utilização de procedimentos de reflexão crítica, síntese, análise e aplicação de conceitos voltados para a construção do conhecimento, seguidos do estímulo constante do raciocínio.

Para Freire (2001)[49] a reflexão é o movimento realizado entre o fazer e o pensar, entre o pensar e o fazer, ou seja, no "pensar para o fazer" e no "pensar sobre o fazer". Para que haja, de fato, uma formação crítica é necessário que o (a) educador (a), ao invés de apenas transmitir conhecimento, ensine o (a) aluno (a) a pensar estimulando-o (a) para que desenvolva um pensamento crítico e reflexivo. Destarte, o (a) educador (a) deve realizar o papel de mediador (a), um (a) facilitador (a) na busca do saber, e o (a) aluno (a) deve ser livre para buscar o conhecimento de forma consciente e crítica e não alienada como acontece na educação tradicional. Docentes e discentes devem ser sujeitos (as) no processo educativo, o (a) aluno (a) deve ser orientado (a) para *saber fazer* e *compreender o que faz*. A reflexão será, pois, um instrumento de desenvolvimento do pensamento, da ação e de evolução profissional.

O diálogo reflexivo entre professores (as) e alunos (as) permite abrir espaços interativos para a convivência crítica. Existe, pois, a necessidade de se fazer uma reflexão sobre a prática pedagógica para melhorar as atividades desenvolvidas durante a ação pedagógica.

O (A) professor (a) reflexivo (a) deve: analisar, discutir, avaliar e mudar sua prática de ensino por meio de uma abordagem crítica; considerar os contextos políticos e sociais em que trabalha e reconhecer que o ensino é social e politicamente situado; avaliar as dimensões moral e ética implícitas na prática de sala de aula; tornar-se mais responsável pelo próprio

[49] Paulo FREIRE, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

crescimento profissional; buscar desenvolver as próprias teorias e princípios de prática de ensino.

É na relação de respeito mútuo entre professor (a) – aluno (a), de cooperação entre iguais e o respeito ao (a) aluno (a) como sujeito (a) construtor (a) do seu conhecimento que se pode contribuir para a formação de indivíduos autônomos (a). O (A) docente deve assumir um papel de orientador (a) e não de detentor (a) do saber, e as atividades devem ser feitas de forma que o (a) professor (a) interfira de forma provocativa e incentivadora para que tanto aluno (a) quanto o professor (a) assumam a postura de pesquisadores (as).

Enfatiza-se a necessidade de construir a autonomia do (a) aluno (a) para promover seu crescimento, para tanto é preciso considerar as atividades que privilegiem a atuação do (a) aluno (a), levando em conta suas experiências pessoais, seus conhecimentos prévios e sua capacidade de tomar decisões e fazer escolhas. Os (As) alunos (as) são orientados (as) a pensar por si mesmos (as), sem serem conduzidos ou dirigidos por outros, pois o autocontrole, ao invés do controle externo, são essenciais para o desenvolvimento intelectual e moral.

A elaboração de projetos pessoais permite o desenvolvimento do pensamento autônomo, indispensável para o domínio das competências necessárias para o exercício da vida profissional e da inserção social.

8.2 IMPLEMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO[50] NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

O Estágio Supervisionado tem como objetivo o aprimoramento dos conhecimentos ministrados ao longo do curso de graduação, através da inserção do (a) aluno (a) em situações práticas de cunho técnico e científico para integrar o aprendizado teórico e a dinâmica do contexto da profissão.

Tem orientação, supervisão e avaliação das Coordenadorias dos Cursos, com controle por parte da Coordenação de Estágio Supervisionado e da Instituição onde o mesmo estiver sendo desenvolvido.

A Coordenação de Estágio da IES tem convênios com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, que desenvolvem suas atividades nas áreas diversas áreas de

[50] Neste espaço de exposição das atividades de Estágio, é delimitada a sistematização geral de implantação e implementação destes atos educativos, compatível à estrutura geral de regulamentação dos cursos do FAMAZ. Nos Projetos Pedagógicos dos Curso (PPC´s), a *Regulamentação das Atividades de Estágio Supervisionado* é adaptada às especificidades de cada curso, portanto, aparecendo delineamentos próprios às necessidades de cada curso.

atuação dos cursos da IES. A supervisão dos estágios é feita por professores (as) da IES e técnicos (as) das instituições conveniadas com acompanhamento da Coordenadoria de Estágio através do (a) supervisor (a) docente, que traça a programação conjuntamente com a Coordenação do Curso a ser seguida pelos (as) alunos (as) em diferentes campos de estágio, objetivando a sua realização.

As prerrogativas que serão apresentadas nos próximos tópicos agregam a preocupação da instituição em definir claramente os parâmetros gerais de implementação do Estágio Supervisionado em todos os seus Cursos de Graduação. No entanto, como complementação nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC´s) aparecem as especificidades e/ou adaptações desses parâmetros de acordo com as *Diretrizes Curriculares* de cada Curso.

RESOLUÇÃO COSUP Nº 06/2009

Dispõe sobre Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação Bacharelado Presencial, em consonância com a legislação da educação superior, especialmente, a Resolução CNE/CES Nº 02/2007; a Resolução CNE/CES Nº 04/2009 e as Resoluções da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento estabelece as normas gerais para a organização e a realização de estágio de alunos dos cursos de graduação ofertados pela Faculdade Metropolitana da Amazônia, doravante apenas Faculdade, quando a atividade integrar o currículo do curso.

Art. 2º O estágio, como procedimento didático-pedagógico e ato educativo, é uma atividade acadêmica, obrigatória ou opcional, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso de graduação, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com estas normas e as normas complementares, fixadas pelo Colegiado do Curso.

§1º A concepção do estágio como atividade curricular e ato educativo intencional da Faculdade implica a necessária orientação e supervisão do mesmo por parte da Coordenadoria do Curso ou órgão a essa subordinado ou por profissional especialmente designado, respeitando-se a proporção exigida entre estagiários e orientador, em decorrência da natureza da ocupação.

§2º Cabe ao Colegiado de Curso, à vista das condições disponíveis, das características regionais e locais, bem como das exigências profissionais, estabelecer os critérios e os parâmetros para o atendimento do disposto no parágrafo anterior.

§3º O estágio deve ser realizado, preferencialmente, ao longo do curso, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares e não pode ser etapa desvinculada do currículo.

§4º Observado o prazo-limite para a conclusão do curso, em caráter excepcional, quando comprovada a necessidade de realização do estágio obrigatório em etapa posterior aos demais componentes curriculares do curso, o aluno deve estar matriculado e a Faculdade deve orientar e supervisionar o respectivo estágio, o qual deverá ser devidamente registrado.

Art. 3º A Faculdade, nos termos do projeto pedagógico de cada curso, zelará para que os estágios sejam realizados em locais que tenham efetivas condições de proporcionar aos estagiários experiências profissionais, ou de desenvolvimento sociocultural ou científico, pela participação em situações reais de vida e de trabalho no seu meio.

§ 1º Serão de responsabilidade da Faculdade a orientação e o preparo de seus alunos para que os mesmos apresentem condições mínimas de competência pessoal, social e profissional, que lhes permitam a obtenção de resultados positivos desse ato educativo.

§2º Os estagiários com deficiência terão o direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial e de profissionais da área objeto do estágio.

Art. 4º A Faculdade e as organizações concedentes de estágio poderão contar com os serviços auxiliares de agentes de integração, públicos ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado.

Parágrafo único. Os agentes de integração poderão responder por quaisquer das seguintes incumbências:

I – identificar oportunidades de estágio e apresentá-las à Faculdade;

II – facilitar o ajuste das condições do estágio a constar de instrumento jurídico próprio e específico;

III – prestar serviços administrativos, especialmente, os referentes ao cadastramento de estudantes e de campos e oportunidades de estágio;

IV – tomar providências relativas à execução do pagamento da bolsa de estágio, quando o mesmo for caracterizado como estágio remunerado;

V – tomar providências pertinentes em relação ao seguro a favor do aluno estagiário contra acidentes pessoais ou de responsabilidade civil por danos contra terceiros, cuja responsabilidade de pagamento deve fazer parte do instrumento jurídico apropriado;

VI – coparticipar, com a Faculdade, do esforço de captação de recursos para viabilizar o estágio;

VI – cuidar da compatibilidade das competências da pessoa com necessidades educacionais especiais às exigências da função objeto do estágio.

CAPÍTULO II
MODALIDADES DE ESTÁGIO

Art. 5º São modalidades de estágio, como ato educativo, de acordo com o projeto pedagógico de cada curso de graduação, atendidas as diretrizes curriculares nacionais e o planejamento curricular do curso:

I – estágio curricular obrigatório, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional, planejado, executado e avaliado à luz do perfil profissional de conclusão do curso;

II – estágio extracurricular, que deve manter coerência com o perfil profissional de conclusão do curso;

III – estágio sociocultural ou de iniciação cientifica, previsto na proposta pedagógica da Faculdade ou do curso, como forma de contextualização do currículo, em termos de educação para o trabalho e para o exercício da cidadania, o que o torna obrigatório para os seus alunos, podendo assumir a forma de atividade de extensão;

IV – estágio profissional, sociocultural ou de iniciação científica, não incluído no planejamento da Faculdade, não obrigatório, mas assumido intencionalmente pela mesma, a partir de demanda de seus alunos ou de organizações de sua comunidade, objetivando o desenvolvimento de competências para a vida cidadã e para o trabalho produtivo;

V – estágio civil, caracterizado pela participação do aluno, em decorrência de ato educativo assumido intencionalmente pela Faculdade ou pelo Colegiado do Curso, em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural da comunidade ou prestação de serviços voluntários de

relevante caráter social, desenvolvido nos termos do respectivo projeto pedagógico.
§ 1º Quando a atividade de estágio, assumida intencionalmente pela Faculdade como ato educativo, for de livre escolha do aluno, deve ser devidamente registrada como Atividade Complementar.
§ 2º A modalidade de estágio civil somente poderá ser exercida junto a atividades ou programas de natureza pública ou sem fins lucrativos.
Art. 6º A Coordenadoria do Curso e, eventualmente, o agente de integração, devem esclarecer a organização concedente de estágio sobre a parceria educacional a ser celebrada e as responsabilidades a ela inerentes.
§1º O termo de parceria, a ser celebrado entre a Faculdade e a organização concedente de estágio, objetivando o melhor aproveitamento das atividades socioprofissionais que caracterizam o estágio, deve conter as orientações necessárias a serem assumidas pelo estagiário ao longo do período de vivência educativa proporcionada pela empresa ou organização.
§2º Para a efetivação do estágio, faz-se necessário termo de compromisso firmado entre o aluno e a parte concedente de estágio, com a interveniência obrigatória da Faculdade e facultativa do agente de integração.
§3º O estágio realizado na própria Faculdade ou sob a forma de ação comunitária ou de serviço voluntário fica isento da celebração de termo de compromisso, podendo o mesmo ser substituído por termo de adesão de voluntário, conforme previsto na legislação federal específica.
§4º O estágio, ainda que remunerado, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.
§5º A realização de estágio não remunerado representa situação de mútua responsabilidade e contribuição no processo educativo e de profissionalização, não devendo nenhuma das partes onerar a outra financeiramente, como condição para a operacionalização do estágio.
§6º A realização do estágio, remunerado ou não, obriga a Faculdade ou a empresa ou organização concedente, de acordo com o instrumento jurídico firmado, a providenciar, a favor do aluno estagiário, seguro contra acidentes pessoais, bem como, conforme o caso, seguro de responsabilidade civil por danos contra terceiros, poderão ser contratados pela organização concedente do estágio, diretamente ou através da atuação conjunta com agentes de integração.

CAPÍTULO III
DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 7º A carga horária, duração e jornada do estágio, a serem cumpridas pelo estagiário, devem ser definidas no projeto pedagógico do curso.
§1º Segundo a lei vigente, a jornada do estagiário será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno ou seu representante legal (em caso de menores de 18 anos) e deverá constar do Termo de Compromisso de Estágio.
§2º A duração do estágio deverá ser compatível com as atividades escolares e respeitar os seguintes limites:
I. seis horas diárias e trinta horas semanais, no caso de estudantes de curso de graduação de um modo geral;
II. oito horas diárias e quarenta horas semanais, no caso de cursos superiores que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, desde que esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da FAMAZ.
§3º A carga horária destinada ao estágio é registrada no histórico e demais documentos escolares do aluno, na forma prevista no Regimento da Faculdade, neste Regulamento e normas específicas, aprovadas pelo Conselho Superior ou pelo Colegiado do Curso.
Art. 8º Os estágios supervisionados que apresentem duração prevista igual ou superior a um ano devem contemplar a existência de período de recesso, proporcional ao tempo de atividade, preferencialmente, concedido juntamente com as férias escolares.

CAPÍTULO IV
DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Art. 9º As atividades do estágio supervisionado, nas suas diversas modalidades, devem conter o seguinte conteúdo mínimo obrigatório:

I – estudos e pesquisas das diversas áreas das respectivas profissões; II – atividades práticas supervisionadas;

II - atividades simuladas;

III - estudos e pesquisas dirigidos para o tema escolhido pelo estagiário, sob a supervisão docente, para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso;

IV - seminários, painéis ou eventos similares, para o debate a respeito de temas atuais;

Art. 10. O conteúdo programático das atividades do estágio supervisionado será definido, semestralmente, pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo único. As normas devem definir, no mínimo, conteúdo e duração de cada atividade ou tarefa, metodologias a serem adotadas, bibliografia de apoio, processo de avaliação de desempenho do estagiário e formas de correção de possíveis falhas na formação acadêmica do educando.

Art. 11. A definição do conteúdo deve levar em conta as mudanças e perspectivas do mercado de trabalho e o ambiente sociocultural em que o curso é ministrado.

CAPÍTULO V
DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO E DOS REGISTROS ACADÊMICOS

Art. 12. Para quaisquer modalidades de estágio, a Faculdade deve designar, dentre sua equipe de trabalho, um ou mais profissionais responsáveis pela orientação e supervisão dos estágios.

Parágrafo único. Compete a esses profissionais, além da articulação com as organizações nas quais os estágios se realizarão, assegurar sua integração com os demais componentes curriculares de cada curso.

Art. 13. A Faculdade, nos termos do projeto pedagógico do curso, pode, no caso de estágio curricular obrigatório, possibilitar que o aluno trabalhador que comprovar exercer funções correspondentes às competências profissionais a serem desenvolvidas, à luz do perfil profissional de conclusão do curso, possa ser dispensado das atividades de estágio, mediante avaliação do Colegiado do Curso.

§ 1º A Faculdade deve registrar, no prontuário escolar do aluno, o cômputo do tempo de trabalho aceito parcial ou totalmente como atividade de estágio.

§ 2º No caso de aluno que trabalha fora da área profissional do curso, a Faculdade deve fazer gestão junto ao empregador no sentido de que o estagiário possa ser liberado de horas de trabalho para a efetivação do estágio curricular obrigatório.

Art. 14. A Faculdade deve planejar, de forma integrada, as práticas profissionais simuladas, desenvolvidas em sala ambiente, em situação de laboratório, e as atividades de estágio profissional supervisionado, em condições reais de trabalho, as quais devem ser consideradas em seu conjunto, no seu projeto pedagógico, sem que uma substitua a outra.

Art. 15. São responsáveis pelo planejamento, organização, realização e avaliação do estágio supervisionado:

I. Colegiado do Curso;

II. Coordenadoria do Curso.

Parágrafo único. O Núcleo de Apoio ao Educando poderá participar de qualquer das fases das atividades de estágio, por solicitação da Coordenadoria do Curso.

Art. 16. A competência e o funcionamento dos órgãos envolvidos nas atividades supervisionadas estão definidos no Regimento da Faculdade.

CAPÍTULO VI
DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 17. São considerados estagiários, para os efeitos deste regulamento, todos os alunos de cada curso de graduação da Faculdade, matriculados em qualquer das etapas do estágio supervisionado.

Art. 18. Cabe ao estagiário:

I. participar de projetos de iniciação científica, programas de extensão, trabalhos simulados ou execução de tarefas em situações reais de trabalho;

II. realizar todas as atividades programadas, sob a orientação de professor designado;

III. submeter-se a processos de avaliação continuada e global, buscando a melhoria de seu desempenho acadêmico-científico e de iniciação profissional;

IV. autoavaliar-se, como parte do processo de avaliação global de seu desempenho;

V. apresentar relatórios periódicos, de suas atividades práticas, sob supervisão profissional-docente;

VI. realizar, com zelo, dedicação e espírito profissional, todas as atividades programadas.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 19. O processo de avaliação do estagiário é global e terminal em cada período letivo.

Art. 20. O processo de avaliação de desempenho obedece às normas gerais, estabelecidas no Regimento da Faculdade, sendo considerado aprovado o aluno que:

I. obtiver conceito A (Aceito);

II. tiver conseguido frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento das atividades programadas.

Parágrafo único. O conceito A é concedido ao estagiário com avaliação global, no semestre, igual ou superior a sete, na forma estabelecida pelo Colegiado de Curso.

CAPÍTULO VIII
DAS ATIVIDADES EXTERNAS

Art. 21. As atividades de estágio supervisionado podem ser desenvolvidas em organizações, públicas ou privadas, ou nos próprios serviços da Faculdade.

Art. 22. A Coordenadoria de Curso é órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação do estágio.

Parágrafo único. Quando o estágio for realizado em organizações externas, cabe à Coordenadoria do Curso emitir parecer para o credenciamento da empresa ou órgão público, mediante contrato ou convênio.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Este regulamento somente pode ser alterado pela maioria absoluta do Conselho Superior.

Parágrafo único. As especificidades de estágio de cada curso são disciplinadas pela Coordenadoria de Curso.

Art. 24. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior.

8.3 IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do (a) formando (a), desenvolvidas durante todo o curso de graduação que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimentos e competências desenvolvidas pelo (a) aluno (a), inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade, hipóteses em que o (a) aluno (a) alarga o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internas ou externas ao curso.

As atividades complementares possuem as seguintes finalidades:

I. Enriquecer o processo de ensino-aprendizagem;

II. Complementar a formação profissional e social;

III. Ampliar os horizontes do conhecimento, bem como de sua prática, para além da sala de aula, em atividades de ensino, iniciação científica e extensão;

IV. Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais no contexto regional em que se insere a instituição;

V. Propiciar a inter e a transdisciplinaridade no currículo;

VI. Estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do (a) aluno (a);

VII. Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem às experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação considerada; e

VIII. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e a participação em atividades de extensão, além de contribuir para a flexibilização curricular.

Nesse contexto, onde a formação é percebida como processo permanente e autônomo, as atividades complementares não devem ser confundidas com estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades profissionais. Trata-se, portanto, de atividades que obedecem à carga horária estabelecida nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, desenvolvidas no período em que o (a) aluno (a) estiver regularmente matriculado na IES, dentro ou fora da instituição, de forma independente pelos (as) alunos (as), fora do horário regular de aula, sendo sua integralização condição obrigatória para a colação de grau. Todas as atividades comprovadas

pelos (as) alunos (as) devem ser protocoladas e validadas pelos (as) coordenadores (as) de curso, segundo normas internas da instituição.

As Atividades Complementares incluem projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científicas, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, visitas técnicas, além de disciplinas optativas, disciplinas oferecidas em outros cursos da própria IES e de outras IES ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo do curso, mas nele poderão ser aproveitados, porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integrarão com os demais conteúdos realizados. Desta forma, as atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento da carga horária.

O instrumento balizador que institui os mecanismos efetivos de planejamento e acompanhamento das atividades complementares na FAMAZ é a Resolução COSUP nº 05/2016, consubstanciada na Resolução CNE/CES nº 2, de 18/06/2007. Nesta normativa estão previstas uma gama de atividades que podem ser desenvolvidas pelos (as) alunos (as) no sentido de garantir aos mesmos suportes diversos para a consolidação de suas formações epistemológicas, teóricas e práticas, em complementação ao seu cotidiano acadêmico desenvolvido em sala de aula.

Quando há necessidade, a Resolução COSUP nº 05/2016 servirá como normativa institucional diretriz para a elaboração de regulamentos específicos de Atividades Complementares para os cursos de graduação o que é realizado pelos membros do Núcleo Docente Estruturante e homologado pelo Colegiado do Curso e Conselho Superior da IES.

RESOLUÇÃO COSUP Nº 04/2009

Aprova o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação (Bacharelados, Licenciatura e superiores de Tecnologia) na modalidade presencial, da Faculdade Metropolitana da Amazônia - FAMAZ.

Art. 1º. Esta Resolução regulamenta as Atividades Complementares da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), estabelecendo a forma de realização das atividades complementares, passando, doravante, a ser parte integrante das normas dos currículos dos cursos de graduação da FAMAZ.
Parágrafo único. Observar o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, que preconiza:

"Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário."

Art. 2º. As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, desenvolvidas durante todo o curso de graduação (bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia), que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimentos e competências desenvolvidas pelo aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

§1º. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividade Profissional.

§2º. As atividades complementares serão as que forem realizáveis e comprováveis pelo discente junto à coordenação de curso que compreendem uma equivalência de validação, conforme Art. 9º desta resolução.

Art. 3º. - São objetivos das atividades complementares:

I – Promover a flexibilização curricular nos cursos de graduação.

II - Propiciar o enriquecimento curricular, ampliando os horizontes do conhecimento.

III - Diversificar as temáticas abordadas nos cursos de graduação, assim como possibilitar o aprofundamento interdisciplinar.

IV - Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais, étnicas e de gênero.

V – Desenvolver ações de responsabilidade social e ambiental no contexto dos cursos de graduação.

Art. 4º. As atividades complementares estão reunidas nos seguintes grupos:

I - Grupo I: aluno adquire conhecimentos extracurriculares;

II - Grupo II: aluno participa, ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de investigação científica, ensino e extensão;

III - Grupo III: aluno produz e/ou apresenta trabalhos acadêmicos próprios.

IV - Grupo IV: aluno desenvolve atividades relacionadas com responsabilidade social, ambiental, cultural, artística e esportiva.

Art. 5º. As atividades complementares podem ser desenvolvidas em qualquer período do curso de graduação.

Parágrafo único. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no Art. 10 desta Resolução.

Art. 6º. A carga horária mínima de atividades complementares será definida em cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Graduação, segundo os preceitos da Resolução CNE/CES Nº 02/2007, da Resolução CNE/CES Nº 04/2009 e das Resoluções CNE/CES que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. Salienta-se que a carga horária mínima definida no PPC é imprescindível para a integralização curricular e, consequentemente, para a colação de grau.

Parágrafo único. A contabilização da carga horária de cada atividade complementar observará o proposto na tabela apresentada no Art. 10 desta Resolução e Regulamento de Atividades Complementares sendo vedado o cômputo concomitante ou sucessivo, como atividade complementar, de atividades consideradas para a concretização da carga horária exigida para a prática das graduações (ex: núcleo de prática jurídica), e para a elaboração e defesa da monografia de final de curso.

Art. 7º. Para a integralização da carga horária mínima o discente deverá validar, pelo menos, três atividades em categorias distintas das atividades complementares.
Art. 8º. As atividades complementares serão validadas pela Coordenação ou Colegiado do Curso de Graduação, após exame de sua compatibilidade com os fins do referido curso de graduação.
§1º. A validação da atividade complementar será requerida pelo aluno interessado no protocolo da FAMAZ, com a devida comprovação constante na tabela do Art. 10 desta Resolução e demais orientações no regulamento de atividades complementares.
§2º. Deferido o requerimento de validação, o Coordenador do Curso de Graduação encaminhará comunicação à Secretaria Acadêmica, para averbação da atividade complementar, com informação do tipo e do total correspondente de horas, podendo o aluno requerer a declaração respectiva.
Art. 9º. O aproveitamento da carga horária em atividades complementares seguirá os critérios de equivalência para validação da CH, para garantir uma maior diversidade destas na formação acadêmica; com equivalência na validação de até 40h, atividades com número superior não serão validadas.
Art. 10. Ficam estabelecidas as seguintes modalidades e os respectivos requisitos e documentação comprobatória (cópias) para o aproveitamento das atividades complementares:

ATIVIDADES	REQUISITOS E DOCUMENTAÇÃO
Seminários integrados, Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação e dos Planos de Ensino-Aprendizagem.	Declaração de Aprovação nos seminários, nas disciplinas e nos estudos dirigidos.
Disciplinas eletivas cursadas em outros cursos da FAMAZ e não computadas como disciplinas optativas.	Aprovação nas disciplinas. Declaração de Conclusão de Disciplinas Extra-curriculares
Atividades de Extensão: Programas; Projetos; Cursos; Eventos; Prestação de Serviços; Publicações e outros Produtos de Extensão.	Certificado de participação e/ou elaboração.
Vídeos sobre temas da área específica assistidos.	Declaração e Apresentação de resumo analítico.
Monitoria em disciplina do Curso de graduação matriculado.	Certificado e Relatório do professor orientador.
Participação em Investigações Científicas Institucionais.	Declaração e Relatório do professor orientador.
Participação em Programas de Assistência não computados na carga horária do Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Atestado de participação no programa e apresentação de relatório.
Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Termo de Compromisso de Estágio (e Aditivos). E Relatório de Estágio.
Participação em representações teatrais de peças que abordem temas do PPC.	Declaração e Apresentação de relatório
Artigos relacionados ao curso especifico publicados em revistas acadêmicas indexadas ou	Declaração de publicação (registro) e Artigos ou Capítulos publicados.

como capítulos de livros.	
Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso de Graduação.	Certificado de participação e trabalho apresentado.
Participação em Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área orientados por professores do curso.	Declaração de participação e apresentação da Monografia. E Monografia aprovada.
Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e/ou Organização.
Participação em Atividades Sócioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música, dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e/ou Organização.
Empresa Júnior ou projetos similares.	Declaração da Instituição e ou Organização promotora.
Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sócio-políticos (OSCIPS, ONG's, Projetos Comunitários, Creches, Asilos etc).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização.
Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso de Graduação como Atividade Complementar.	Comprovante do Colegiado do Curso de Graduação.

Parágrafo único. O certificado e/ou declaração que não apresentarem carga horária total receberão a carga horária igual à 4H, por certificado e/ou declaração.

Art. 11. Os casos omissos devem ser resolvidos pelo Colegiado do Curso de Graduação, com recurso, em instância final, para o Conselho Superior da FAMAZ.
Art. 12. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

8.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

A Educação a Distância, a ser proposta pela instituição terá como fundamentos a aprendizagem centrada no estudante, a flexibilidade, a inclusão digital e a interação.

O (A) discente será estimulado (a) a construir sua independência em relação ao tempo e local de estudo, a sua autonomia, e hábitos de estudo, ao mesmo tempo, em que se amplia o contato com pessoas de diferentes lugares, promovendo a interação necessária para que a aprendizagem se realize sem prejuízo.

Além disso, serão disponibilizados, a estes alunos (as), laboratórios de informática para tutoria *on-line* que permitirão a aproximação maior entre o (a) aluno (a) e o (a) professor

(a) tutor (a) via ambiente virtual. Os encontros presenciais com o professor (a) tutor (a) serão realizados nas salas de aula dos cursos referenciados.

8.5 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICOS-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*[51]

A necessidade de capacitação profissional é uma realidade premente no Estado do Pará, graças à dinâmica econômica aliada ao elevado PIB *per capita* da região. Portanto, a expansão do sistema de Pós-Graduação é uma das metas institucionais da FAMAZ desde 2013, uma vez que é inegável a relação direta existente entre o nível de renda e o grau de escolaridade. Os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* FAMAZ são regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 de 20/12/1996, pela Resolução CNE/CES nº 1 de 3/4/2001 e suas normas de funcionamento estão baseadas na Resolução CNE/CES nº 1 de 8/6/2007. Os cursos ofertados por essa Instituição possuem como objetivo o aprofundamento de conhecimento em disciplina ou área restrita do saber.

A coordenação de pós-graduação *Lato Sensu* tem uma dinâmica própria para a captação de projetos para novos cursos. Inicialmente, coordenadores (as) e professores (as) da FAMAZ, com titulação mínima de Mestrado, podem apresentar propostas de curso *Lato sensu*.

A avaliação dos quesitos administrativos e financeiros é feita na Reitoria, que em seguida é encaminhada a aprovação legal frente ao COSUP. Após a aprovação administrativa, financeira e legal, o curso é lançado no *site* da instituição, o qual informará aos (as) interessados (as) no curso, sua organização, sua duração, qualificação dos (as) professores (as) e recursos disponíveis, tendo seu início somente quando o quantitativo mínimo de alunos (as) for alcançado para o seu funcionamento.

Cada curso de pós-graduação *Lato Sensu* é composto de um (a) coordenador (a) e professores (as), os quais poderão ser do quadro efetivo da FAMAZ ou convidados (as) externos (a), entretanto esses deverão ser especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50%, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre (a) ou de doutor (a) obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

[51] Todas as atividades de ensino desenvolvidas nos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* seguem um regimento interno (específico) em apêndice 1.

8.5.1 Ações Acadêmicos-Administrativas para os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Ainda em fase de expansão, a FAMAZ envida esforços para ampliar suas frentes de sua atuação acadêmica, inclusive com a consolidação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* existentes e a diversificação da oferta de novos cursos, para isso tem sido priorizados investimentos em infraestrutura e pessoal qualificado, condições indispensáveis à garantia da qualidade material e humana para os cursos já existentes e os novos.

A Tabela 19, a seguir, demonstra o cronograma de implantação dos Cursos de Pós-graduação *Lato sensu*, presenciais, existentes na IES no ano de 2016, contendo as características de cada curso relativas à carga horária total, duração, turnos de oferta e número de alunos (as) matriculados (as).

Tabela 20. Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* presenciais com turmas ativas no ano de 2016. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2016.

COD	NOME DA ESPECIALIZAÇÃO	OCDE	CH	DURAÇÃO (MESES)
32261	Dermoestética	Saúde e bem-estar social	380	18
31755	Enfermagem do Trabalho	Saúde e bem-estar social	360	18
48815	Enfermagem Obstétrica	Saúde e bem-estar social	360	18
32265	Enfermagem Oncologica	Saúde e bem-estar social	360	18
48816	Geotecnologias aplicadas ao Planejamento e Gestão	Saúde, matemática e computação	360	18
32263	Gestão e Auditoria em Sistemas de Saúde	Saúde e bem-estar social	360	18
31759	Obstetrícia e NeoNatal	Saúde e bem-estar social	360	18
31752	Urgência e Emergência	Saúde e bem-estar social	360	18
30969	UTI Adulto e Neonatal	Saúde e bem-estar social	400	18

Fonte: Coordenação de Pós-graduação, 2016.

8.6 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL

A política institucional da FAMAZ para o ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão está definida em seu Regimento Interno, Estatuto e no presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A FAMAZ, ainda em 2005, a partir da execução do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), relativo ao período de 2006 a 2010, possibilitou a estruturação da instituição, assim como de base para o começo de seu desenvolvimento organizativo e ao estabelecimento de práticas e procedimentos deliberativos e administrativos que permitiram a sua progressiva institucionalização.

Os outros dois PDI's definiram dentre os objetivos gerais da IES "desenvolver o ensino, a iniciação científica/pesquisa e a extensão no campo das ciências, das letras, das artes e da tecnologia, em qualquer parte do território nacional".

No tocante à iniciação científica/pesquisa, o PDI enuncia que esta dimensão terá apoio, por intermédio do incentivo às práticas investigativas, como função associada ao ensino e à extensão, com o fim de fortalecer o processo de aprendizagem e de ampliar e renovar o acervo de conhecimentos ministrados em seus cursos.

A FAMAZ estimulará e apoiará o desenvolvimento da iniciação científica/pesquisa, como prática educativa e parte de sua metodologia de ensino inovadora, com características interdisciplinares. Os projetos de iniciação científica estarão ligados aos cursos de graduação e, sempre que possível, aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, orientando-se segundo as diretrizes:

I. Estimular e apoiar grupos de pesquisa, formados por professores (as) e alunos (as);

II. Priorizar projetos com qualidade acadêmica e mérito científico;

III. Garantir aos (as) alunos (as) participantes do grupo de pesquisa orientação adequada, individual e continuada;

IV. Estimular a publicação dos (as) professores (as) em periódicos de reconhecido mérito acadêmico e a produção dos (as) alunos (as);

V. Estimular os diversos cursos e estabelecer núcleos temáticos multidisciplinares como mecanismos para centrarem suas ações em temas estratégicos; e

VI. Fortalecer a parceria interna e institucional com organizações dos setores público e privado.

Deverão ser priorizados os projetos multidisciplinares, a fim de desenvolver, nos (as) alunos (as), competências e habilidades múltiplas, sob a supervisão de professores (as) qualificados acadêmica e profissionalmente.

O PDI 2011-2015 institui o Programa de Iniciação Científica da FAMAZ como instrumento de financiamento do (a) aluno (a) para a participação em projetos de pesquisa, sob a supervisão docente, complementar às outras formas de fomento, tanto internas quanto externas.

O PROIC busca introduzir os (as) estudantes dos cursos de graduação à iniciativa científica, configurando-se como fator de apoio às atividades de ensino e objetiva:

I. Iniciar e apoiar o (a) aluno (a) na prática da pesquisa científica;

II. Desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos (as) alunos (as);

III. Estimular o (a) professor (a) orientador (a) a formar equipes de pesquisa; e

IV. Identificar e estimular os (as) alunos (as) com vocação para a investigação científica.

O PROIC concede bolsas de Iniciação Cientifica por intermédio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica da IES, que segue os moldes do PIBIC/CNPq.

A partir de Agosto de 2011 o Núcleo Gestor de Pesquisa e Extensão (NUPEX) constituiu-se no setor responsável pela gestão de todos os programas, projetos e atividades de pesquisa e extensão da FAMAZ, previstos no PDI.

Dentre as atividades institucionais, o regimento da IES prevê que a IES busque:

I. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade regional e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

II. Promover a extensão, aberta à participação da população de Belém e região, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural, científica e tecnológica geradas na instituição; e

III. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar social e a prosperidade da Amazônia e do seu povo.

Entre os critérios utilizados no processo de seleção dos projetos, os quais dizem respeito ao (a) orientador (a), ao (a) bolsista e ao projeto, estão os seguintes:

I. O (A) orientador (a) deve possuir experiência compatível com a função de orientador (a) e formador (a) de recursos humanos qualificados;

II. Ser pesquisador (a) ativo (a), com titulação de Doutor (a) ou Mestre (a) que tenha expressiva produção científica; e

III. Estar vinculado a um núcleo ou grupo de pesquisa da Instituição ou do CNPq.

O projeto do (a) aluno (a) deverá: ter mérito técnico-científico; ter aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da FAMAZ, para as pesquisas que envolvam seres humanos; estar relacionado às linhas de pesquisa do núcleo ou do grupo de pesquisa Institucional ou do CNPq. O (A) candidato (a) à bolsa deverá: estar regularmente matriculado (a) em curso de graduação e apresentar coeficiente de rendimento igual ou superior a sete; não estar matriculado (a) no penúltimo ou no último período do curso de graduação; não apresentar histórico escolar com reprovação; não ter vínculo empregatício durante a vigência da bolsa e dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas e de pesquisa, dispensando, pelo menos, 20 horas semanais para as atividades de pesquisa.

O *Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos* da FAMAZ está ligado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). É um colegiado interdisciplinar e independente, com direcionamento público, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos (as) sujeitos (as) de pesquisa na sua integridade e dignidade, e para contribuir com o aprimoramento ético de pesquisas.

No âmbito dos Cursos de Graduação, os resultados das pesquisas são apresentados nas qualificações e defesas de trabalhos de conclusão de curso (TCC), já nas pós-graduação os resultados das investigações científicas também são apresentados processos de avaliação dos cursos *Lato sensu* e *Stricto sensu*. Com esta finalidade, A FAMAZ lança, anualmente, edital para garantir apoio financeiro a professores (as) pesquisadores (as) que apresentarão os resultados das suas pesquisas em eventos de natureza científica e/ou tecnológica, no país ou no exterior.

Com o intuito de proporcionar o suporte de recursos financeiros para a realização de todas essas atividades de pesquisa no âmbito da FAMAZ, será criado um Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), cujos objetivos são:

I. Dar apoio ao desenvolvimento de atividades de pesquisa científica e tecnológica, incluindo a iniciação científica, a extensão e a cultura desenvolvidas na FAMAZ;

II. Colaborar com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, no desenvolvimento da ciência, tecnologia, educação e cultura; e

III. Patrocinar e realizar eventos compatíveis com a sua natureza, isoladamente ou em conjunto com outras instituições.

A IES vem semestralmente lançando editas de processos seletivos para a contratação de professores (as) com titulação de Doutores (as) para atuarem nas diversas áreas de conhecimento atendidas pela FAMAZ, com o intuito de ampliar os Núcleos de Pesquisa existentes, bem como de implantar novos núcleos.

Além disso, a FAMAZ estimula o envolvimento da graduação com a pesquisa, estando a IES empenhada na capacitação dos (as) docentes com relação às metodologias de ensino que tenham a pesquisa como instrumento.

Os (As) bolsistas de iniciação científica do PIC-FAMAZ executam um trabalho minucioso estruturando relatórios a serem apresentados à Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da FAMAZ. Destacam-se ainda o crescente número de submissões de resumos para congressos locais, regionais e nacionais por alunos (as) de iniciação científica.

Após a apresentação das propostas dos temas de pesquisas dos (as) docentes são desenvolvidas as etapas de análises e avaliação dos projetos encaminhados mediante a criação de um Comitê Técnico composto por professores (as) doutores (as) da área de cada tema, profissionais desvinculados de quaisquer propostas apresentadas para avaliação.

Por intermédio da criação desta sistemática de trabalho às atividades de Pesquisa, pretende-se demarcar na filosofia e cultura institucional a relevância de atividades que primem pelo desenvolvimento da pesquisa e iniciação científica.

8.7 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EXTENSÃO

Na FAMAZ as ações de Extensão Universitária são divididas em três grandes áreas do saber: ÁREA DE HUMANIDADES, ÁREA DA SAÚDE e ÁREA DE ENGENHARIAS. Esta divisão se explica pelo escopo humano abordado por cada uma delas, focados nos seguintes princípios básicos presentes na plataforma política de extensão universitária:

I. As áreas de humanidades, saúde e engenharias escolhidas para as ações de extensão da FAMAZ devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;

II. A IES não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer pelos grupos sociais com os quais interage, quer pelas questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão;

III. A IES deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade, exclusão e preconceito existentes no Brasil. Em especial as reflexões destas realidades e suas ligações com raça, distribuição econômica e gênero e suas representações.

IV. A ação cidadã da IES não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da ação da IES, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;

V. A prestação de serviços sociais deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;

VI. A atuação junto ao meio ambiente deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da responsabilidade socioambiental, através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

VII. A realização de convênios abertos ou fechados é de responsabilidade conjunta de todos os departamentos interessados nesta captação; e

VIII. A oferta de cursos de extensão será precedida de uma fundamentação básica de pesquisa de mercado para justificar o empenho da Instituição para a oferta e realização do curso.

Ademais, os programas de extensão buscam estabelecer elos com os projetos de iniciação científica/pesquisa, bem como, com os diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados na FAMAZ.

A FAMAZ busca que seus cursos de extensão sejam mais um vetor com a comunidade externa, oferecendo respostas rápidas às necessidades de treinamento e capacitação, seguindo a classificação abaixo:

AÇÕES DE EXTENSÃO	DEFINIÇÕES
PROGRAMA	Conjunto de projetos homogêneos, integrados e temporários com uma finalidade precípua e caráter orgânico-institucional, de médio e longo prazo, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica), inclusive de pesquisa e ensino.
PROJETO	Atividade temporária empreendida para alcançar um objetivo específico e único motivado pela demanda particular de um setor ou curso, composto por quantificação de benefícios, prazo de execução pré-estabelecidos, caráter educativo, social, cultural, científico. O Projeto pode estar vinculado a um Programa (forma preferencial) ou ser registrado como Projeto sem vínculo. Incluir na proposta do projeto atividades como curso, evento e prestação de serviços, quando forem realizadas de forma integrada ao mesmo. Excluir: curso, evento e prestação de serviços, quando realizados de forma isolada.
CURSO	Conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e processo de avaliação. Obs.:

	Prestação de Serviços realizada como curso (dentro de disciplina) deve ser registrada como curso.
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (ou Operações especiais)	Atividades de transferência à comunidade, do conhecimento gerado e instalado na instituição, contratado ou convidado por terceiros (comunidade ou empresa). Quando a prestação de serviço se oferece como curso ou projeto de extensão, deve ser registrada como tal (curso ou projeto)
EVENTOS	Ações da IES, curso ou disciplina, que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela instituição.
PUBLICAÇÕES	Caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica.

Ações de extensão, integradas ao ensino e a iniciação científica/pesquisa e de caráter interdisciplinar, são realizadas por meio de programas, projetos (sociais, comunitários, tecnológicos e culturais), cursos, eventos, prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e produtos acadêmicos ligados à extensão. Estas ações são sistematizadas em áreas temáticas, definidas segundo prioridades sociais e como elementos de sistematização do conjunto das atividades de extensão e indicadoras de planejamento e intervenção transformadores.

8.8 PROGRAMA DE APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS, EXTERNOS E À PRODUÇÃO DISCENTE

A FAMAZ apresentará um *Programa de Apoio à Realização de Eventos* que desenvolverá suas atividades através da publicação de editais direcionados aos (as) discentes e docentes da instituição. Os editais englobarão o atendimento a propostas de participação em eventos de natureza acadêmica, científica e tecnológica, no país ou no exterior, acompanhadas de solicitação de apoio institucional, nos termos do respectivo edital.

Em ambos os casos, ou seja, no apoio a discentes e docentes vinculados (as) a FAMAZ, o apoio estará condicionado à apresentação de produção científica. No caso dos (as) professores (as), a FAMAZ terá como objetivos, além do estímulo à vida acadêmico-científica, uma preocupação em fomentar a participação de docentes em atividades de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

Os editais de apoio a eventos são publicados anualmente e apresentam vigência em todo o período, devendo o (a) interessado (a) encaminhar com antecedência mínima de 30 dias da realização do evento a sua solicitação de apoio.

8.9 ATUAÇÃO DOS (AS) EGRESSOS (AS) DA IES NO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO

Toda ação pedagógica deve estar dirigida a um ser em formação. Os atores da comunidade acadêmica que dela participam, visando ao desenvolvimento de habilidades e competências devem trabalhar conscientemente o perfil que a Instituição quer formar, seja em sala de aula ou em ambientes específicos, por meio de atividades práticas ou teóricas, de extensão ou de iniciação científica/pesquisa, permeando as temáticas e eixos curriculares.

Delinear o perfil do (a) egresso (a) não é tarefa simples. Requer, antes de tudo, a definição de visão de ser humano pela Instituição e sua compreensão e defesa pela comunidade acadêmica, bem como a investigação contextual socioeconômica das profissões e o estudo detalhado sobre currículo e das diretrizes curriculares nacionais, à luz do Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

Para que a definição do perfil do (a) egresso (a) fique claramente explicitada e apreendida pelo corpo social, citam-se as seguintes ações e estratégias a serem melhor delimitadas em projetos específicos. Assim, delineado o perfil de egresso (a), todo o esforço pedagógico institucional deverá convergir para que o (a) graduando(a) possa, em termos gerais:

I. Estar, dentro de seu âmbito profissional, apto a desenvolver ações, individual e em coletividade;

II. Assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema a que esteja ligado, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções;

III. Realizar serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética;

IV. Desenvolver ações fundamentadas na capacidade de tomar decisões, apontando para o uso apropriado, a eficácia e o custo-efetividade, dos valores humanos e recursos materiais disponíveis;

V. Ser acessível e manter a confidencialidade das informações a ele confiadas, na interação com outros profissionais e o público em geral;

VI. Dominar a comunicação verbal, não-verbal, habilidades de escrita e leitura e de

tecnologias de comunicação e informação;

VII. Estar apto para o trabalho em equipe multiprofissional, assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

VIII. Estar apto (a) a tomar iniciativa e a atuar com criatividade e inovação;

IX. Ser capaz de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática; deve *aprender a aprender* e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais;

X. Ser empreendedor (a); e

XI. Ter responsabilidade social no exercício de suas atividades profissionais.

8.10 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL

Essas competências gerais definem no futuro profissional o potencial para mobilizar seus recursos cognitivos, ou seja, principalmente saberes, habilidades, capacidades, para conseguirem lidar com aporte crítico às diferentes "situações problema" manifestas no cotidiano profissional (PERRENOUD, 2000)[52].

Dentre as principais *competências*[53] a serem desenvolvidas nos curso de graduação, destacam-se:

I. Capacidade de analisar criticamente os problemas da sociedade, promovendo soluções de forma integrada e contínua com as demais instâncias;

II. Capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III. Capacidade de trabalhar em equipes multiprofissionais;

IV. Capacidade de assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade; e

V. Capacidade de tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação.

A FAMAZ entende que a inovação tecnológica é o resultado do tripé Ensino, Iniciação Científica/Pesquisa e Extensão. A política de inovação tecnológica visa promover a

[52] Philippe PERRENOUD, **10 Novas competências para ensinar**, Porto Alegre, Artmed, 2000.

[53] Devemos salientar que a cada curso, junto aos elementos destacados em suas respectivas e específicas *diretrizes curriculares*, a relação das competências no perfil do egresso deve ser ajustada para atender às singularidades do curso em conformidade a este documento.

utilização, pela sociedade, do conhecimento científico, tecnológico e cultural que será produzido na Instituição.

Atualmente fomenta as inovações tecnológicas através de ações concretas na Instituição e nos cursos de graduação, utilizando tecnologias na formação do alunado, desenvolvendo atividades com aplicação prática que favoreçam o aprendizado, o acesso a novas tecnologias e melhoramentos de processos. Além disso, ocasionalmente, oferta cursos de extensão que envolva assuntos relacionados à transferência tecnológica, sustentabilidade, acesso à tecnologia, e outros.

No entanto, as linhas de pesquisa passarão por uma revisão do conteúdo com o objetivo de integrar a inovação e a inovação social, e assim sistematizar e formalizar a questão da inovação e da propriedade intelectual.

9. POLÍTICAS DE GESTÃO

9.1 CORPO DOCENTE

9.1.1 Composição do Corpo Docente e Acesso

O corpo docente da FAMAZ descrito no seu Plano de Carreira Docente é constituído legalmente por professores (as) qualificados (as) para o Ensino, Iniciação Científica/Pesquisa e a Extensão e comprometidos com princípios e valores da Instituição. É exigência da Instituição a contratação de mestres (as) e doutores (as), salvo em algum caso específico no qual não exista profissional na área solicitada com tais títulos, quando então será aberta exceção para a contratação de especialistas.

O (A) Professor (a) Visitante é aquele que, não mantendo relação empregatícia com o EUROAM, assumem, por tempo determinado, encargos de natureza acadêmica ou científica na FAMAZ.

O (A) Professor (a) Associado (a) é aquele que, pertencendo aos quadros de outras instituições de ensino superior ou de pesquisa, assumem encargos temporários e especiais, vinculados ao ensino, à iniciação científica/pesquisa ou à extensão, mediante convênio interinstitucional ou contrato especial.

Os (As) membros (as) do corpo docente devem ser selecionados (as), dentre portadores de diploma de curso superior devidamente reconhecido, que demonstrem, mediante a sistemática de admissão adotada pela FAMAZ, competência cientifica, cultural,

didática e profissional, e que gozem de reputação moral condizente com o exercício da função de magistério. É exigência da Instituição a contratação de docentes com, no mínimo, um ano em magistério superior; admitindo-se que, em caso de experiência não acadêmica a mesma deve ser compatível com a disciplina a ser ministrada.

A seleção de docentes ingressantes na IES se dará por meio de processo seletivo, regulamentado por meio de Resolução do Conselho Superior (COSUP), que consta das seguintes etapas:

I. Prova de conhecimento, cuja nota mínima para aprovação será sete;

II. Prova de didática, cuja nota mínima para aprovação será sete;

III. Aferição de currículo, de caráter classificatório;

IV. Avaliação psicológica, de caráter eliminatório;

Na etapa de aferição de currículo, os (as) professores (as) são classificados conforme os critérios:

I. Formação, titulação e competência na área que irá atuar;

II. Aptidão para selecionar e preparar o conteúdo curricular; e

III. Aptidão com o uso de ferramentas de pesquisa e comunicação em rede e em ambiente tecnológico de aprendizagem.

A contratação do (a) docente ocorrerá em respeito às legislações vigentes e de acordo com as demandas dos cursos da IES.

O enquadramento e a carga horária docente serão determinados pelo (a) Coordenador (a) do Curso, em conjunto com o Setor de Recursos Humanos e em consonância com a orientação da Direção Geral. A constatação de qualquer irregularidade no enquadramento ou na comprovação da documentação apresentada implica no cancelamento do enquadramento aprovado, independente de outras sanções legais.

9.1.2 Plano de Carreira Docente

A carreira docente do FAMAZ é constituída por três categorias funcionais, diretamente proporcionais às exigências de titulação, experiência e mérito profissional:

I. Professor (a) Nível I;

II. Professor (a) Nível II;

III. Professor (a) Nível III.

O ingresso na carreira docente dar-se-á mediante contratação de docentes,

obedecidas às normas vigentes do processo seletivo de docentes do FAMAZ, e os seguintes requisitos mínimos, correspondentes à sua titulação acadêmica e experiência docente:

I. Professor Nível I – privativo de portador(a) de certificado de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, com um mínimo de 360 horas de duração, ou diploma de mestrado ou doutorado, de acordo com as normas do sistema federal de ensino, na área de conhecimento que contemple a disciplina ou componente curricular que pretenda ministrar, e comprovada experiência docente de, no mínimo, dois anos;

II. Professor Nível II – privativo de portador(a) de diploma de mestrado ou doutorado, obtido em programa de pós-graduação stricto sensu na área de conhecimento que contemple a disciplina ou componente curricular que pretenda ministrar, de acordo com as normas do sistema federal de ensino;

III. Professor Nível III – privativo de portador(a) de diploma de doutorado, obtido em programa de pós-graduação stricto sensu, ou ser portador do título de livre docente, na área de conhecimento que contemple a disciplina ou componente curricular que pretenda ministrar, de acordo com as normas do sistema federal de ensino.

A progressão na carreira far-se-á vertical e horizontalmente, segundos os critérios definidos no Plano de Carreira Docente da instituição.

Após habilitado e classificado em processo seletivo, o(a) professor(a) é contratado(a) pelo EUROAM, mediante proposta da Diretoria, devendo integrar um dos seguintes regimes de trabalho:

I. Regime Especial (RE);

II. Regime de Tempo Parcial (RTP);

III. Regime de Tempo Integral (RTI).

O Plano de Carreira Docente encontra-se devidamente protocolado, na Secretaria Regional do Trabalho. O regime de trabalho dos (as) professores (as) é disciplinado no *Plano de Carreira Docente*, respeitando a legislação trabalhista.

9.1.3 Política de Formação e Capacitação Docente

A política de formação de professores (as) da IES, estabelecida no seu Plano Institucional de Capacitação Docente - PICD visará assegurar o rendimento do ensino na Instituição, interferindo beneficamente na sua qualidade.

O PICD é um documento normativo orientado por princípios institucionais e constitui-se no instrumento essencial para o desenvolvimento programado dos seus profissionais docentes.

Com base nos pressupostos na política de aperfeiçoamento da FAMAZ, qualificação e atualização docente, levam em consideração que a capacitação docente é um dos principais indicadores de qualidade, aliada à experiência profissional.

São objetivos do Plano Institucional de Capacitação Docente da Instituição:

I. Estimular a atualização do docente através de cursos e outros eventos, nas diversas áreas do conhecimento;

II. Priorizar a sustentação dos programas relacionados com o cumprimento das metas de desenvolvimento estabelecidas para os cursos, baseadas em necessidades legais ou técnicas;

III. Fomentar a progressão qualitativa técnica, científica, didática e pedagógica de seu quadro de profissionais docentes;

IV. Garantir a realização de programas de desenvolvimento contínuo e avançado, na forma de programas stricto sensu e lato sensu;

V. Orientar os pretendentes dos planos de capacitação para que sua realização ocorra dentro da área de formação do curso, no qual leciona; e

VI. Propiciar a formação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e demais conteúdos legais obrigatórios.

A partir desses objetivos, pode-se delimitar o alcance do PICD e a consequente implantação de uma política de formação de professores (as) do ensino superior. A FAMAZ espera não só a elevação do nível avaliativo, no tocante à titulação acadêmica do seu pessoal, mas, sobretudo, a melhoria das atividades docentes relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Em relação à formação didático-pedagógica, o PICD pretende alcançá-la através de programas nessa área, incluindo-se os cursos que já vêm sendo ministrados na Instituição há mais de dois anos. O (A) professor (a), mais do que qualquer outro profissional, necessita de uma formação ética e a ele cabe o relevante papel de transmitir às futuras gerações os valores que alicerçam a estrutura da sociedade, como os valores da civilização humana ocidental, incentivando novos projetos, através de convênios ou acordos interinstitucionais, de conformidade com as normas da CAPES e do CNPq.

A execução do PICD levará em conta a compatibilização de política financeira, aprovada pela Mantenedora, e o PDI da Instituição.

9.1.4 Apoio didático aos (as) docentes

A política da FAMAZ é de estimular a produção cientifica, técnica, pedagógica,

cultural e artística dos (as) docentes de seu quadro, assim como a participação em eventos científicos e acadêmicos.

A FAMAZ também apoia à apresentação de trabalhos inscritos em congressos, seminários e eventos congêneres; e à divulgação da produção científica, técnica, pedagógica, cultural e artística. Para tanto, oferece os seguintes incentivos: afastamento integral ou parcial para realização de programa de qualificação docente; concessão de auxílio para execução de projetos científicos; promoção de meios e de recursos para facilitar a publicação de artigos, livros e trabalhos de membros do corpo docente; divulgação das pesquisas realizadas; consignação de recursos orçamentários aos incentivos profissionais planejados; ajuda de custo para participação de docentes em eventos diversos (Tabela 20).

Tabela 21. Metas de apoio didático aos docentes para o período 2018 – 2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

Ações	Percentual				
	2018	2019	2020	2021	2022
Desenvolver um programa de percepção aos docentes na Instituição e treinamento didático-pedagógico aos recém-ingressos.	100%	100%	100%	100%	100%
Realizar censo institucional para identificação da escolaridade, capacitação, experiência e perfil profissional docente.	80%	100%	100%	100%	100%
Implementar projeto de qualificação permanente dos docentes, visando sua formação integral.	40%	40%	70%	70%	80%
Aplicar avaliação de desempenho.	20%	30%	50%	70%	100%
Fortalecimento das ações que visam à melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes e controle de insalubridade	50¨%	60%	70%	70%	100%
Concessão de bolsas de estudos para os cursos de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento;	30%	30%	30%	40%	40%
Definir uma política de atração de profissionais qualificados/titulados para os programas institucionais;	30%	40%	50%	70%	80%

9.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

9.2.1 Formação do Corpo Técnico-Administrativo

O corpo técnico-administrativo da Faculdade Metropolitana da Amazônia é constituído pelos funcionários que têm sob sua responsabilidade a execução das atividades técnicas e de apoio administrativo necessário ao bom funcionamento da FAMAZ.

O Departamento de Recursos Humanos (DRH) é o setor responsável pela seleção,

contratação, desenvolvimento e retenção dos colaboradores da Instituição. Suas principais atividades são: Seleção Externa; Seleção Interna; Promoções de colaboradores; Avaliação psicológica; Programa de Integração Institucional; Avaliação do período de experiência; Capacitações; Ações de reconhecimento, integração e valorização dos colaboradores; Acompanhamento de colaboradores; e Processo de valorização dos funcionários.

O processo de seleção é responsável pela identificação de talentos que atendam às necessidades específicas de perfil de cada setor da instituição. Por meio de ferramentas específicas, pessoas são avaliadas visando contratações que agreguem valor às metas da IES. São realizados tanto processos externos, quando são atraídas pessoas do mercado de trabalho para dentro da Instituição, quanto processos internos, que proporcionam oportunidades de crescimento e reconhecimento para os próprios colaboradores da IES.

Os principais métodos para a seleção do corpo técnico-administrativo utilizados pelo DRH da FAMAZ são: Análise de currículo, entrevista, entrevista com gestor, entrevista com o empregado responsável pelo recrutamento e seleção, entrevista por competência, questionários, dinâmica de grupo, testes psicométricos, provas objetivas voltadas para as atividades a serem desempenhadas, provas técnicas, provas de conhecimentos gerais, testes de personalidade e simulações. Como critério para a escolha do(s) método(s) leva-se em consideração o tipo de vaga disponibilizada, o cargo que se busca ocupar, o perfil que se pretende contratar e as atividades que serão realizadas pelo funcionário.

Após a seleção, a admissão no cargo, função ou emprego corresponde ao nível inicial, observados o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-administrativo da FAMAZ e a legislação pertinente.

O Plano de Cargos e Salários estrutura os técnico-administrativos da Instituição em quatro categorias funcionais, utilizadas nos processos de seleção e de contratação: Pessoal técnico-administrativo de nível básico; pessoal técnico-administrativo de nível médio; pessoal técnico-administrativo de nível técnico; e pessoal técnico- administrativo de nível superior.

Após a seleção e contratação dos técnico-administrativos o DRH desenvolve a capacitação, por meio do Programa de Capacitação de Técnico-administrativos, visando capacitá-los para o exercício das funções. O Programa de Capacitação de Técnico-administrativos, desenvolvido pela IES, encontra-se estruturado a partir de atividades de treinamento para funcionários novos e de qualificação permanente dos funcionários existentes.

A contratação e a dispensa dos funcionários técnico-administrativos são de competência da Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas.

A política de contratação de pessoal da IES dá prioridade aos egressos da FAMAZ no momento de contratação de técnico-administrativos e docentes.

Desta forma, a IES cumpre todos os requisitos legais e normativos.

9.2.2 Plano de Cargos e Salários

O Plano de Cargos e Salários estruturará os técnicos administrativos em quatro categorias funcionais: Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Básico; Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Médio; Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Técnico; e Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Superior.

A contratação e a dispensa dos funcionários técnico-administrativos serão de competência da Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas.

A progressão na carreira far-se-á vertical e horizontalmente, segundo os critérios definidos no Plano de Cargos e Salários.

No que concerne às atividades de desenvolvimento de pessoas, serão realizadas capacitações periódicas visando atender aos objetivos estratégicos da organização.

Setor responsável pela seleção, desenvolvimento e retenção dos técnico-administrativos da IES, o Departamento de Recursos Humanos (DRH) funcionará prioritariamente através dos processos de seleção e desenvolvimento de pessoas.

9.2.3 Política de Formação e Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo

A maioria dos membros do corpo técnico-administrativo trabalha na FAMAZ há vários anos, desenvolvendo funções de apoio às atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

A capacitação do corpo técnico-administrativo é tarefa permanente e contínua da FAMAZ tendo como fundamento a associação da teoria com a prática, mediante cursos de aprimoramento profissional. A cada dois anos de serviço, os funcionários passam por cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização e contam com uma redução da carga horária de trabalho para a realização desses cursos. A capacitação do corpo técnico-administrativo tem por objetivo o aprimoramento profissional do seu quadro de funcionários, de modo a promover a melhoria da qualidade das funções técnicas, administrativas e de gerência da FAMAZ. Entende-se por aprimoramento profissional a conclusão de cursos de atualização, treinamento, aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação na área de atuação do funcionário.

Cabe à Direção Geral gerenciar todas as atividades de apoio administrativo e financeiro aos cursos e aos seus participantes; elaborar relatórios periódicos sobre o funcionamento dos programas; submeter a mantenedora as propostas de recrutamento, seleção, admissão e dispensa de funcionários para os programas, bem como a alocação dos recursos necessários financeiros a cada curso ou atividade; presidir a comissão encarregada de selecionar os candidatos para os programas, segundo os critérios estabelecidos.

O programa de capacitação do pessoal técnico e administrativo se estrutura, a partir de atividades de treinamento para funcionários novos e de qualificação permanente dos funcionários existentes, com objetivo de torná-los aptos a realizarem satisfatoriamente suas atividades, tendo em vista a consecução das finalidades da Instituição.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia também torna disponível ao seu quadro de pessoal técnico-administrativo o programa de bolsas de estudo como forma de estimulação ao crescimento pessoal e profissional. Assim, os funcionários que se interessam em participar e matricular-se em cursos da Instituição, recebem bolsas de estudo. A política de formação continuada de funcionários técnico-administrativos, dos diferentes setores, inclui o incentivo à continuidade de estudos, ou seja, educação básica, treinamento, acesso ao nível superior e atualização profissional para o exercício da cidadania.

9.3 GESTÃO INSTITUCIONAL

9.3.1 Organização Administrativa

A gestão institucional prevista/implantada contempla, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores (as), técnicos (as), estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.

As instâncias de decisão são constituídas do Conselho Superior (COSUP), Direção Geral, Direção administrativa e financeira, Coordenadorias de Curso, Colegiados de Curso e Núcleos Docentes Estruturantes.

Conforme o Regimento Interno da FAMAZ, o Conselho Superior, órgão superior, de natureza deliberativa e normativa e de instância final para todos os assuntos acadêmico-administrativos, é integrado:

O Conselho Superior (COSUP) é o órgão de natureza deliberativa e normativa e de instância final para todos os assuntos acadêmico- administrativos.

O Colegiado de curso, órgão deliberativo e normativo, desenvolvimento das funções de ensino, iniciação científica e extensão, sendo integrado pelos (as) professores (as), aluno (a) e pela Coordenadoria, para as tarefas executivas.

O Colegiado de curso é composto pelo (a) coordenador (a), seu presidente nato, por cinco professores (as), escolhidos (as) por seus pares, e por um representante discente, eleitos pelos representantes de turma. Os representantes têm mandato de um ano, com direito a recondução, exceto o representante estudantil.

A Coordenadoria de Curso é exercida por professor (a) designado (a) pelo (a) Direção geral, que seja portador de título de pós-graduação na área do curso, com mandato de dois anos. Em suas faltas ou impedimentos eventuais, o (a) Coordenador (a) Efetivo (a) do curso é substituído (a) pelo (a) Coordenador (a) Adjunto (a), quando houver.

Os cursos de graduação da FAMAZ instituíram os seus Núcleos *Docentes Estruturantes* (NDEs) a partir do que preconiza a Resolução N. 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que estabelece que o NDE de um curso de graduação deve constituir-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Na FAMAZ os Núcleos Docentes Estruturantes são formados por um conjunto de professores (as), de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, vinculando-se às Coordenações dos Cursos de Graduação.

9.3.2 Autonomia da IES em relação à Mantenedora

A Faculdade Metropolitana da Amazônia goza de autonomia, em relação à Mantenedora, para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes, obedecendo às normas gerais da Legislação vigente.

9.3.3 Políticas de Administração/Gestão

A gestão deve imperar por um processo de construção coletiva, democrático, pautado em teses contemporâneas de administração e coerente com as concepções, princípios e diretrizes que fundamentam este PDI. Segundo a literatura, existem os níveis de gestão:

básico, intermediário e avançado. Para este último, estágios são preconizados os seguintes fatores:

Organização interna orientada ao (a) aluno (a), isto é, todos (as) os (as) profissionais agindo como educadores (as);

I. Criação de sinergia, parceria, vínculos e coesão da administração da IES com seus diversos públicos: alunos (as), professores (as), funcionários (as), comunidade, imprensa etc;

II. Monitoramento, por parte da IES, das oportunidades de aplicação do conhecimento e das competências de sua equipe, para a criação de produtos e serviços que atendam as oportunidades do mundo do trabalho;

III. Ações sistemáticas que contribuam para a inserção profissional do (a) egresso (a) no mercado de trabalho;

IV. Visão de futuro consistente, compartilhada, defendida e almejada por todos os membros da IES;

V. Gestão da atividade-fim: revisão permanente do PPI, PDI e PPC´s; do desempenho docente, com metas de produtividade; acompanhamento do desempenho discente, com metas de produtividade; acompanhamento do desempenho do técnico-administrativo, com metas de produtividade; e

VI. Marketing de relacionamento com base em experiências vivenciadas.

Para competir neste segmento, atualmente, é preciso ter a imagem institucional associada a elementos de alto valor agregado com o desenvolvimento constante de estratégias competitivas (ensino, pesquisa e extensão); qualidade e competências acadêmicas e de gestão, entendendo-se a avaliação como a ponte entre estas duas áreas do *saber-fazer*:

I. Promoção de encontros sistemáticos, entre setores acadêmicos e administrativos, com vistas ao estímulo de trabalho compartilhado para a incorporação do novo modelo de gestão acadêmica alinhado pelo PPI;

II. Integração dos processos/atividades entre o corpo docente, coordenações de cursos de graduação, pós-graduação e gestores (as), com vistas ao planejamento estratégico e à viabilização dos PPC´s, tendo como foco a indissociabilidade;

III. Incentivo às ações mobilizadoras para o desenvolvimento de novo perfil docente;

IV. Estabelecimento de linhas de fomento e financiamento para garantir as atividades integradas de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão;

V. Estimulação de debates em ação multiplicadora, como garantia da organicidade destes e a execução dos novos princípios e diretrizes da graduação e da pós-graduação;

VI. Formação do (a) aluno (a), que deverá ser estimulado (a) a ter atitude questionadora e

investigativa, com a compreensão da realidade em que está inserido, considerando-se o estágio como uma das modalidades (mas não a única), na qual a relação teoria/prática poderá se desenvolver concretamente;

VII. Incentivo à participação dos (as) alunos (as) em programas e projetos de monitoria, iniciação científica/pesquisa e extensão, em caráter permanente ou mesmo eventual, caracterizando-os (as) como agentes pesquisadores (as) nesses processos;

VIII. Promoção de ampla reflexão sobre a indissociabilidade frente às modalidades de avaliação da educação superior e desenvolver um novo processo avaliativo que dê conta desta nova concepção pedagógica;

IX. Incentivo a participação dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica e a sociedade civil, nas instâncias de decisão colegiada constitutivas da FAMAZ, na perspectiva da gestão democrática; e

X. Planejamento a partir de sua realidade, integrando questões administrativas e financeiras com currículo e demais preocupações político-pedagógicas.

As políticas de gestão, construídas pela comunidade acadêmica, agrupam-se nos seguintes eixos organizacionais:

I. Avaliação institucional como estratégia para melhoria continuada da qualidade desejada e para consolidação e expansão dos cursos e atividades acadêmico-profissionais;

II. Valorização do corpo social, como nova forma de organização e gestão dos processos sociais e produtivos, no que se refere às suas múltiplas inter-relações, destacando-se a relação entre o homem, a mulher e o conhecimento;

III. Responsabilidade socioambiental como meta de atuação competente da instituição educacional junto à sociedade na qual se insere, privilegiando mecanismos de responsabilidade social e com o meio-ambiente;

IV. Preservação da Instituição de Educação Superior como patrimônio da sociedade e espaço de formação ampla do cidadão/cidadã; e

V. Gestão democrática como princípio de socialização de informações e de transparência na implantação e implementação de suas metas e ações para o alcance de sua missão institucional.

9.4 SISTEMA DE REGISTRO ACADÊMICO

O sistema de controle ou registro acadêmico na FAMAZ é totalmente informatizado, de forma eficiente, por meio de um sistema único – Sistema Pedagógico e Financeiro (SPF) que

permite o acompanhamento de informações acadêmicas e administrativas dos (as) discentes. No que se refere ao controle de notas, foi implantado pelo Núcleo de Tecnologia em Informática (NTI), o Diário Eletrônico via *internet*, que possibilita aos (as) professores (as) registro de notas, frequências e conteúdos ministrados e pode ser acessado continuamente, utilizando a *internet* nos terminais de microcomputadores que se encontram à disposição nas salas de professores (as).

Os diários eletrônicos são entregues na Secretaria Acadêmica, somente pelos (as) professores (as), conforme calendário acadêmico, para migração das notas e frequência no SPF. Os (As) alunos (as) têm acesso às informações através dos terminais distribuídos nas instalações das três unidades, na biblioteca, bem como pela internet, cujo acesso sucede através de senha fornecida no ato da matrícula inicial após confirmação de matrícula. A Instituição também disponibiliza, em cada unidade, nos turnos matutino, vespertino e noturno, a Central de Atendimento ao (a) aluno (a), Secretaria Acadêmica e Secretaria de coordenadorias de curso, pelos quais os (as) alunos (as) atualizados (as) a todos os serviços relativos ao controle acadêmico.

A Central de Atendimento está vinculada à Secretaria Acadêmica, ambas realizando atendimento ao (a) discente da Instituição.

A Central de Atendimento é o local responsável pelo encaminhamento das solicitações dos (as) discentes, fazendo o encaminhamento para o setor responsável.

Atualmente a informatização da maioria dos serviços reduziu o fluxo de alunos (as) na Central de Atendimento. Os serviços solicitados via *internet*, sem necessidade de comparecimento na Central de Atendimento, são: primeira via de declarações (situação acadêmica, estágio, reconhecimento de curso, declaração especifica, declaração de conclusão de curso), primeira via de histórico, 1ª e 2ª via de diploma, negociação de boleto em aberto ou a vencer, solicitação de recebimento de prova, regularização de situação acadêmica, e solicitação de dependência e adaptação e enquadramento em regime especial, cancelamento de protocolo e outros. A solicitação via *internet* gera um protocolo destinado ao setor competente para emissão da documentação.

Para acompanhamento individual de suas solicitações os (as) alunos (as) possuem senha de acesso via *internet* na Área do (a) aluno (a) ou no aplicativo FAMAZ disponível nas plataformas *online* podendo ser baixados e utilizados em *tablets* e *smartphones*.

Os (As) Coordenadores (as) possuem atendentes e/ou assistentes que têm como função secretariá-los na gestão dos seus cursos, fazendo contatos com professores (as), providenciando

encaminhamentos de documentos e requerimentos, bem como atendendo pais, mães, alunos (as) e clientes internos e externos.

9.5 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Segundo o Regimento da Instituição, o patrimônio da Mantenedora, colocado a serviço da unidade de ensino (mantida), será administrado por pleno direito e das resoluções específicas da Mantenedora.

A manutenção e o desenvolvimento da IES, descritos no Regimento, é feito por meio de dotações orçamentárias da Entidade Mantenedora; dotações que, a qualquer título, lhe concedam os poderes públicos, entidades privadas ou físicas; e anuidades e taxas escolares.

Tais recursos são gerenciados pela Instituição a fim de dar suporte à operacionalização das políticas voltadas aos programas de ensino, iniciação científica/pesquisa, extensão e pós-graduação além da manutenção e melhorias em sua infraestrutura física e acadêmica. Para isso, são definidos critérios de alocação dos recursos. Os recursos são alocados de acordo com a previsão orçamentária.

Os recursos financeiros da mantida são oriundos essencialmente do recebimento das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão, taxas e dotações financeiras da Mantenedora e são regidos pelo orçamento da Instituição que disciplinará a previsão da receita e a fixação das despesas.

Uma vez captados os recursos, estes são alocados para as atividades de ensino, iniciação científica/pesquisa, extensão e gestão para que se possam suprir suas necessidades em decorrência da realização das atividades planejadas a serem executadas.

Também são mantidas as atividades operacionais, investimentos em infraestrutura da IES, aquisição de materiais e equipamentos para a área administrativa e laboratórios assim como o efetivo pagamento de suas obrigações legais.

O PDI da IES é o documento que norteará a alocação de recursos por definir os investimentos necessários para a manutenção e ampliação das instalações. Também é solicitada pelos (as) coordenadores (as) de curso, de acordo com o previsto em seu PPC, a alocação de recursos para implantação e ampliação de laboratórios didáticos especializados e acervo bibliográfico.

A Direção Geral é responsável pela gestão estratégica e operacional das finanças da mantida e compatibilização dos recursos recebidos com as necessidades institucionais,

visando à manutenção do equilíbrio financeiro da Instituição, através do acompanhamento sistemático da receita/despesa e indicadores de desempenho.

O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita e da despesa são monitorados pela Mantenedora com a supervisão da mantida. Ressalta-se a estreita colaboração entre a Mantenedora e a Mantida, por intermédio de seus (suas) dirigentes superiores (as), o que facilita a promoção das atividades consideradas adequadas, a cada momento do crescimento institucional.

Os ajustes são promovidos sempre que necessário, na receita, despesa ou nos investimentos através de revisões orçamentárias.

Com planejamento e prioridades bem definidas, os recursos provenientes das mensalidades são aplicados diligentemente em favor do seu projeto educacional e, consequentemente, dos (as) alunos (as). Essa prática assegura que o desenvolvimento da Instituição seja efetivo e previsível.

Vale ressaltar que a mantida manterá vários programas na área acadêmica para captação e manutenção dos (as) alunos (as) que, além de ajudá-los (as) na efetivação dos seus estudos superiores, contribuem para a realização da receita prevista, possibilitando à Instituição o cumprimento do seu plano de investimentos e das despesas de custeio. Para o acompanhamento da inadimplência, há um setor responsável que analisará alternativas de pagamento dos débitos vencidos, possibilitando ao (a) aluno (a) a continuidade dos estudos. Trata-se de uma ferramenta indispensável para que os gestores acompanhem as finanças da Instituição, comparando o previsto com o realizado. Ele foi elaborado de forma participativa, englobando todos os setores e núcleos da Instituição.

A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus (suas) usuários (as) com demonstrações e análises econômicas, financeiras, físicas e de produtividade, reunindo, no balancete, as informações de todos os setores responsáveis pela geração de despesa e de receita, para avaliação contábil da Instituição. Tem como principais funções a execução da contabilização de operações financeiras e de bens patrimoniais, o registro e a escrituração contábil da documentação e dos atos e fatos administrativos, a elaboração das demonstrações contábil e financeira, a análise e conferência da documentação das transações, a manutenção dos arquivos dos livros e documentação das transações, a elaboração de programas e procedimentos para encerramento do balanço geral e atualização do plano de contas.

A gestão orçamentária e a gestão econômico-financeira são de responsabilidade da mantida, a quem cabe liberar os pagamentos dos recursos humanos – professores (as),

técnico-administrativos e colaboradores (as) – e outras despesas de custeio, de acordo com orçamento operacional.

A FAMAZ apresenta plena sustentabilidade financeira, para honrar todos os seus compromissos na oferta da educação superior, assim como para garantir a expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade e inclusão social. Enfim, tem-se que os investimentos são realizados, tendo presente as metas e ações dispostas no PDI da IES.

9.6 RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FINANCEIRO (ORÇAMENTO) E A GESTÃO INSTITUCIONAL

O Orçamento da FAMAZ é elaborado pela Direção Geral com aprovação da mantenedora. O desempenho econômico financeiro e o comportamento da evolução da receita e da despesa são continuamente monitorados pela mantenedora, em parceria com a Direção Geral da Instituição. Os ajustes serão promovidos sempre que necessário, na receita, na despesa ou nos investimentos.

A colaboração entre a mantenedora e a mantida, por intermédio de seus (suas) dirigentes superiores (as), facilita o cumprimento da peça orçamentária ou sua correção, em casos de comprovado imperativo.

O planejamento econômico financeiro foi elaborado, tendo por base os indicadores e cronogramas constantes deste PDI, levando-se em consideração os preços vigentes em maio de 2017. Esse orçamento plurianual contempla recurso para capacitação dos recursos humanos e implantação e desenvolvimento dos planos de carreira docente e de cargos e salários do pessoal técnico administrativo. Nos investimentos, contempla-se a expansão e atualização do acervo bibliográfico.

A receita tem por base os cursos, vagas e preços das mensalidades, projetada no período de 2018 a 2022, conforme Demonstrativo Financeiro, na Tabela 21.

Tabela 22 Demonstrativo Financeiro projetado para o período de 2018-2022. Faculdade Metropolitana da Amazônia, FAMAZ, 2017.

RECEITAS					
ESPECIFICAÇÕES	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Anuidade/Mensalidades (+)	86.324.364	93.230.313	100.688.738	126.838.812	136.985.917
Bolsas (-)	-7.368.044	-7.736.446	-8.123.269	-9.403.699	-9.873.884
Diversos (+)	57.036	59.888	62.882	72.794	76.434
Financiamentos (+)	0	0	0	0	0
Inadimplência (-)	-3.759.000	-3.946.950	-4.144.298	-4.797.542	-5.037.420
Serviços (+)	210.000	220.500	231.525	268.019	281.420
Taxas (+)	795.957	835.755	877.543	1.015.865	1.066.659
TOTAIS	76.260.313,00	82.663.060,00	89.593.121,00	113.994.249,00	123.499.126,00
DESPESAS					
ESPECIFICAÇÕES	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Acervo Bibliográfico (-)	-679.466,00	-733.823,28	-792.529,14	-998.358,47	-1.078.227,15
Aluguel (-)	-3.922.214,00	-4.235.991,12	-4.574.870,41	-5.763.019,15	-6.224.060,69
Despesas Administrativas (-)	-7.297.949,00	-7.662.846,45	-8.045.988,77	-9.314.237,75	-9.779.949,64
Encargos (-)	-9.817.362,00	-10.602.750,96	-11.450.971,04	-14.424.925,63	-15.578.919,68
Equipamentos (-)	-5.439.108,00	-5.983.018,80	-6.581.320,68	-8.759.737,83	-9.635.711,61
Eventos (-)	-61.200,00	-64.260,00	-67.473,00	-78.108,43	-82.013,85
Investimentos (compra de imóvel) (-)	0	0	0	0	0
Manutenção (-)	-951.220,00	-998.781,00	-1.048.720,05	-1.214.024,55	-1.274.725,78
Mobiliário (-)	0	0	0	0	0
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	-3.127.695,00	-3.377.910,60	-3.648.143,45	-4.595.610,08	-4.963.258,89
Pagamento Professores (as) (-)	-12.510.782,00	-13.511.644,56	-14.592.576,12	-18.382.443,26	-19.853.038,72
Iniciação científica e Extensão (-)	- 100.000,00	-108.000,00	-116.640,00	-125.971,00	-136.0488,89
Treinamento (-)	-88.000,00	-92.400,00	-97.020,00	-112.312,78	-117.928,42
TOTAIS	**-43.994.996,00**	**-47.371.426,77**	**-51.016.252,66**	**-63.768.748,93**	**-69.948.323,32**

Fonte: Mantenedora - Gerência Administrativo Financeira, 2017.

Os investimentos contam com os recursos próprios da mantenedora e a aplicação integral dos resultados financeiros positivos, apurados em balanços, anualmente. Tem sido constante na instituição a manutenção de seu calendário de obrigações salariais, fiscais e para-fiscais.

O seu orçamento plurianual é gerenciado pela Direção Geral e Gerência Administrativa, após o levantamento das despesas, receitas e investimentos previstos, baseado nos planos, programas e projetos, tendo em vista as diretrizes e as metas firmadas e explícitas nas diversas ações que integram o PDI.

O desempenho econômico-financeiro é controlado pela mantenedora, com participação da Direção Geral e Direção Administrativa-Financeira fazendo-se os ajustes

necessários que passam a ser exigidos entre a receita e as despesas, em cada semestre.

A sustentabilidade financeira garante a FAMAZ, dentre outras funções, compatibilizar seus interesses, enquanto instituição de educação superior, seja na relação com os equipamentos necessários para desenvolvimento dos seus projetos pedagógicos institucionais, seja na destinação de recursos para a capacitação de seu corpo docente e técnico-administrativo e, também, na efetivação das despesas decorrentes dos diversos cursos e atividades acadêmicas desenvolvidas pelo Centro Universitário.

9.7 COERÊNCIA ENTRE PLANO DE CARREIRA E A GESTÃO DO CORPO DOCENTE

O Plano Institucional de Carreira Docente (PICD) da IES será a base para a gestão dos Recursos Humanos responsáveis pela realização de atividades docentes, e abrangerá um conjunto de princípios, normas e procedimentos, constituindo-se instrumento essencial para a organização e a valorização do Corpo Docente.

O PICD apresenta como objetivos fundamentais:

I. Estimular e valorizar a qualidade do desempenho acadêmico e científico do pessoal docente;

II. Possibilitar condições para promoção e ascensão funcional, visando ao crescimento profissional do (a) docente, no exercício de suas atividades;

III. Criar condições de atratividade para absorver candidatos (as) potencialmente qualificados (as) para exercer a docência na FAMAZ; e

IV. Ampliar as condições de reconhecimento institucional à dedicação e à competência dos (as) professores (as).

A carreira docente será constituída por três categorias funcionais, diretamente proporcionais às exigências de titulação, experiência e mérito profissional: Professor (a) Nível I; Professor (a) Nível II; Professor (a) Nível III.

O ingresso na carreira docente dar-se-á mediante contratação de docentes, obedecidas às normas vigentes do processo seletivo. A contratação e a dispensa docente serão de competência da Mantenedora, mediante solicitação da Direção Geral, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e normas da Instituição.

A progressão funcional obedecerá a processo contínuo de atualização profissional e produção científica, conjugado com o tempo de permanência no exercício do magistério na

IES. A progressão na carreira far-se-á vertical e horizontalmente, segundos os critérios definidos no Plano de Carreira Docente.

A progressão vertical propiciará ao docente o acesso às categorias superiores àquela em que esteja enquadrado na carreira docente, desde que cumpridos os requisitos previstos no PICD.

A progressão horizontal obedecerá a um interstício mínimo de cinco anos de efetivo exercício profissional na IES e ocorrerá por mérito através de avaliação de desempenho.

9.8 COERÊNCIA ENTRE O PLANO DE CARREIRA E A GESTÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Plano de Cargos e Salários estruturará os técnicos administrativos em quatro categorias funcionais: Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Básico; Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Médio; Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Técnico e Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Superior.

A contratação e a dispensa dos (as) funcionários (as) técnico-administrativos serão de competência da Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas.

A progressão na carreira far-se-á vertical e horizontalmente, segundo os critérios definidos no Plano de Cargos e Salários.

No que concerne às atividades de desenvolvimento de pessoas, serão realizadas capacitações periódicas visando atender aos objetivos estratégicos da organização.

Setor responsável pela seleção, desenvolvimento e retenção dos técnico-administrativos da IES, o Departamento de Recursos Humanos (DRH) funcionará prioritariamente através dos processos de seleção e desenvolvimento de pessoas.

10. INFRAESTRUTURA FÍSICA

A infraestrutura física acompanha o processo de desenvolvimento e expansão que teve início com a Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ). As instalações, destinadas às atividades acadêmico-administrativas, são compatíveis com o número de usuários (as), contando com acústica, iluminação, ventilação e mobiliário adequados às atividades fins. As instalações são adequadas às condições de acesso para pessoas com necessidades especiais (deficiências visuais, mobilidade reduzida, etc), sendo que os prédios contam com rampas, elevadores, instalações sanitárias apropriadas e reserva de vagas no

estacionamento.

O PDI define políticas e programas que almejam à melhoria contínua da infraestrutura e a projeção de aquisições futuras de novos equipamentos e *softwares* de modo a manter os laboratórios atualizados. Os planos de metas anuais garantem os recursos necessários para o atendimento das prioridades. As avaliações permanentes do estado dos laboratórios e o acompanhamento dos recursos tecnológicos existentes no mercado buscam identificar indigências de aquisição e de reposição de materiais, equipamentos e insumos na medida dos processos de desenvolvimento das atividades curriculares dos diversos cursos, bem como a manutenção periódica e preventiva dos principais recursos alocados nos espaços dos laboratórios. Objetivando coerência entre suas políticas de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão com sua infraestrutura física, A FAMAZ dispõe de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, *internet* e *intranet*, acessíveis a toda comunidade acadêmica e administrativa, o que facilita a comunicação em rede.

A biblioteca atende aos padrões de qualidade e os horários de funcionamento e é compatível com as necessidades dos usuários. Há políticas adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços ofertados na biblioteca, que se encontram totalmente informatizados e disponibiliza bases de dados e portais de Periódicos. A IES conta com serviço próprio para constante manutenção e conservação das instalações físicas e equipamentos; apoio logístico para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, serviços de reserva e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia, de organização e reprodução de materiais didáticos e transporte para as atividades de campo.

10.1 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS

As instalações administrativas e acadêmicas existentes na IES são compatíveis às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. Essa caracterização pode ser analisada pelas especificações de instalações da FAMAZ.

As instalações da instituição contabilizam diversos espaços adequados ao número de usuários (as) e para o pleno desenvolvimento das atividades desenvolvidas e à integração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional.

As instalações existentes na IES atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza,

iluminação, acústica, ventilação, segurança e conservação. Todas as instalações administrativas da FAMAZ são compatíveis com as condições de acesso para portadores (as) de necessidades especiais, conforme Decreto n° 5296/2004. Essa caracterização pode ser analisada pelas especificações de instalações da FAMAZ.

As áreas livres (corredores e áreas de convivência) para circulação possuem higienização e manutenção de acordo com mais exigentes padrões com pessoal contratado pela Instituição.

10.1.1 Salas de Aula

A Instituição dispõe de salas de aula, em período integral, adequadas e suficientes ao número de alunos (as) e para plena utilização dos (as) professores (as) no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade proposta.

A FAMAZ tem salas de aula com quadro branco para aulas expositivas; salas específicas com recursos de multimídia; auditório para eventos extracurriculares como palestras, seminários e jornadas; salas específicas com computadores com acesso à internet para reuniões dos grupos de pesquisa e laboratórios para a prática das disciplinas.

Todas as salas de aula da IES são compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto n° 5296/2004.

10.1.2 Auditório

A Instituição possui um auditório, com espaço físico adequado para o número de usuários (as) e comodidade necessária à atividade a ser desenvolvida. Possui equipamentos audiovisuais (computador, kit multimídia, caixa amplificadora de som e *datashow*) e mobiliários próprios, sistema de comunicação em rede, que obedecem aos índices estabelecidos segundo normas para esta finalidade.

O Auditório está equipado, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade proposta e compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto n° 5296/2004.

Diariamente são executados os serviços de limpeza, manutenção dos equipamentos e mobiliários para a conservação do patrimônio institucional.

10.1.3 Sala de Professores (as)

A Instituição dispõe de sala de professores (as) que atende plenamente às necessidades dos cursos ofertados e previstos.

A sala dos (as) professores (as) funciona com estrutura adequada à recepção dos (as) docentes, planejamento e preparação das aulas e demais atividades, atendendo, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade ao número de usuários (as), quando do desenvolvimento das atividades acadêmicas.

As instalações para professores (as) possuem mobiliários modernos, computadores conectados à *internet*, escaninhos, etc. Possuem também funcionários (as) para dar todo o suporte nas atividades acadêmicas.

A sala de professores (as) é compatível com as condições de acesso para portadores (as) de necessidades especiais, conforme Decreto n° 5296/2004, possui 06 espaços divididos em: Recepção com atendente nos três turnos, telefone com ramal e materiais didáticos disponíveis para os (as) professores (as) mediante solicitação prévia; Copa, com 02 copeiras, devidamente uniformizadas e treinadas para atender os (as) professores (as) e outras demandas institucionais nos turnos matutino, vespertino e noturno; Espaço equipado com 12 computadores com acesso a internet e os principais softwares de produtividade do pacote *Office*, recursos de apoio, a saber: impressora a laser multifuncional em rede local, caixas de som, senha de acesso ao sinal de *internet* sem fio, bem como, cota de cópias na reprografia (mediante autorização do Coordenador (a) de Curso) e impressão (controlada da Secretária da Sala de Professores (as)) de documentos relativos às aulas das disciplinas ministradas na IES, segundo planejamento prévio; Espaço de convivência com mobiliário adequado; Espaço de entretenimento, dotado de equipamentos, mobiliário e jogos diversos; Espaço zen para descanso com cadeiras de relaxamento e massagem e Banheiros.

10.1.4 Espaços para Atendimento aos (as) Alunos (as)

As políticas da FAMAZ, referentes ao atendimento aos (as) discentes, fundamentam-se em dispositivos legais, nos princípios e valores preconizados pela Instituição e em

resultados de avaliação da realidade discente. A formação profissional cidadã do (a) aluno (a) constitui o elemento para o qual convergem todas as políticas institucionais.

A FAMAZ oferece os diversos espaços para atendimento aos (as) alunos (as): Direção geral; Biblioteca; Secretaria Acadêmica; Núcleo de Apoio ao (as) Docente e Discente (NADD); Central de Atendimento; Coordenações de curso; Coordenação de Estágios; Coordenação de Egressos (as); CPA; Ouvidoria, entre outros.

O setor de atendimento ao (a) aluno (a) objetiva a promoção de ações voltadas ao corpo discente da Instituição, com vistas no desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o fortalecimento do perfil profissional.

A Secretaria Acadêmica que objetiva receber, registrar, arquivar e atualizar a documentação referente à vida acadêmica dos (as) alunos (as) da Instituição possui espaço adequado incluindo a área de atendimento e sala para a Secretária, arquivos e serviços internos.

A Instituição dispõe de instalações para coordenações de cursos, além de uma recepção, onde se situará o pessoal de apoio a coordenadores (as), sendo dois (duas) técnico-administrativos (as) por turno. Possui ainda uma sala para a coordenação pedagógica.

Todos os espaços funcionam com estrutura adequada à recepção dos docentes, planejamento e preparação das aulas e demais atividades, atendendo, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade ao número de usuários (as), quando do desenvolvimento das atividades acadêmicas e são compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto n° 5296/2004.

10.1.5 Infraestrutura para CPA

A Instituição fornece à Comissão Própria de Avaliação (CPA) os recursos materiais, recursos humanos e infraestrutura necessária à condução de suas atividades.

O espaço destinado ao funcionamento da CPA atende, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade ao número de usuários (as), quando do desenvolvimento das atividades, sendo também compatível com as condições de acesso para portadores (as) de necessidades especiais, conforme Decreto n° 5296/2004.

Esta sala é composta por duas mesas de escritório com seus respectivos computadores, armários e arquivos para pastas suspensas, acesso à internet através do suporte geral da FAMAZ.

Em sala anexa à CPA existe espaço para recepção e encaminhamento de docentes e discentes com pessoal técnico de apoio composto por 01 auxiliar administrativo, que atende exclusivamente às necessidades e demandas da CPA e possui habilidades para os serviços específicos e o atendimento aos (as) alunos (as), professores (as) e membros (as) do corpo técnico administrativo.

10.1.6 Gabinetes/Estações de Trabalho para Professores (as) em Tempo Integral (TI)

A IES dispõe de gabinetes de trabalho para professores (as) contratados em regime de tempo integral (TI) segundo a finalidade de utilização, equipados com mesas e cadeiras de escritório, computadores com acesso à internet e os principais *softwares* de produtividade do pacote Office. Existe ainda espaço anexo contendo cabines com computadores com acesso à internet, os principais *softwares* de produtividade do pacote Office e impressora a laser em rede local.

Os referidos espaços são utilizados de maneira rotativa por professores (as), permitindo a adequada permanência do corpo docente na Instituição e atendem aos aspectos quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura e acessibilidade, conforme Decreto n° 5296/2004.

10.1.7 Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias possuem portas adaptadas, barra de apoio nas paredes, instalação de lavabos em altura acessível aos (as) usuários (as) de cadeira de rodas, sem barreiras arquitetônicas e apresentam condições plenas em termos de espaço físico, equipamentos sanitários modernos, adequação a normas de higiene, iluminação, ventilação e limpeza.

A Instituição possui instalações sanitárias distribuídas na IES, sendo divididas entre os sexos masculinos e femininos adequadas aos (as) portadores (as) de necessidades especiais, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004 e Portaria Ministerial nº 3.284/2003.

As instalações sanitárias apresentam dimensões suficientes para os (as) usuários (as), sendo iluminados e ventilados, obedecendo às normas e padrões estabelecidos para o seu tipo de uso. As referidas instalações possuem pisos e revestimentos, louças, espelhos e metais suficientes, bem como materiais de higiene adequados para a sua utilização.

Os serviços de limpeza são realizados em todos os turnos, diariamente, corroborando para a conservação e manutenção das instalações sanitárias.

10.1.8 Biblioteca

A Biblioteca foi criada com o objetivo de fornecer apoio bibliográfico às atividades de iniciação científica/pesquisa, ensino e extensão, com acervo necessário ao bom desenvolvimento dos cursos de graduação possuir capacidade suficiente para atender a demanda dos (as) alunos (as) em geral, que dispõem de livre acesso a este setor.

O espaço foi projetado e ampliado com o objetivo de proporcionar conforto e funcionalidade durante os estudos e as pesquisas. A biblioteca conta com recepção e balcão de atendimento dotado de terminais de consulta. Além disso, equipes treinadas esclarecem dúvidas e efetuam os serviços de empréstimo e devolução do material bibliográfico.

O pessoal técnico-administrativo é formado atualmente por um bibliotecário, que responde pela administração do setor, além de cinco auxiliares técnicos e dois aprendizes para prestarem atendimento aos (as) usuários (as).

A biblioteca funciona de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 21h30, ininterruptamente, e aos sábados, de 08h00 às 12h00.

10.1.8.1 Espaço Físico

A biblioteca está situada em um amplo espaço e ocupa uma área física de 02 (dois) andares, sendo 573 (quinhentos e setenta e três) metros quadrados no térreo e 226 (duzentos e vinte e seis) metros quadrados no andar superior, distribuídos da seguinte forma: área do acervo, salão de pesquisa, salas de estudo em grupo, cabines individuais de estudo, unidades de terminais de acesso à internet à disposição dos (as) usuários (as), e contempla instalações físicas adequadas aos portadores de necessidades especiais e demais informações constantes no PDI da IES.

A Biblioteca é adequada ao número de usuários (as) e aos fins a que se destina e obedece aos critérios de salubridade, ou seja, é climatizada, bem iluminada, limpa e segura.

Além disso, este ambiente é adaptado às pessoas portadoras de necessidades especiais e possui nas suas proximidades equipamentos de proteção contra incêndio.

O acervo está organizado em estantes próprias de ferro, tendo os (as) usuários (as) que solicitar o material para os atendentes no balcão. O espaço possui iluminação natural e artificial adequada às condições para armazenagem e preservação, atendendo assim aos padrões exigidos. Há extintores de incêndio e sinalização bem distribuída. A biblioteca possui mobiliário com espaço para atendimento adaptado, sinalização visual e ambientes desobstruídos que facilitam a movimentação de cadeiras e pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida.

O (A) responsável pela Biblioteca da Instituição possui bacharelado em biblioteconomia e registro no conselho profissional (CRB). Além dele (a), outros (as) assistentes farão o atendimento ao público em geral, o que permite o funcionamento da Biblioteca em todos os horários de funcionamento da IES, para atendimento a comunidade acadêmica. Registra-se ainda que a Biblioteca da Instituição atenda também a comunidade externa, contribuindo, desta forma, com a socialização do seu acervo a todos os interessados.

A Biblioteca possui, ainda, regulamento próprio de funcionamento e gerenciamento do acervo, que poderá ser apreciado quando da visita *in loco*.

A Biblioteca atende aos aspectos quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura e acessibilidade, conforme Decreto n° 5296/2004.

10.1.8.2 Instalações do Acervo

As instalações do acervo são organizadas em estantes próprias e adequadas. Os livros são disponibilizados aos (as) usuários (as) para empréstimo através da solicitação aos atendentes do balcão. O acesso remoto ao acervo é feito mediante consulta aos terminais e rede de computadores. O espaço possui iluminação natural e artificial adequada às condições de armazenagem, preservação, atendendo assim aos padrões exigidos. Há extintores de incêndio e sinalização bem distribuída.

10.1.8.3 Instalações para Estudo

A biblioteca disponibiliza para estudos: salas de estudo em grupo e individual. As salas de estudo em grupo são ambientes reservados e com capacidade para até oito pessoas,

fica disponível, por ordem de chegada. As salas de estudo individual são compostas de cabines individuais em espaços reservados, permitindo maior conforto e tranquilidade aos (as) usuários (as).

10.1.8.4 Acervo

A biblioteca da IES tem 1.646 títulos e 10.332 exemplares. Possuí um acervo disponível com, no mínimo, três títulos de bibliografia básica por unidade curricular e, no mínimo, cinco títulos de bibliografia complementar por unidade curricular. O acervo da biblioteca é plenamente adequado às propostas pedagógicas dos cursos da IES com relação à quantidade, pertinência, atualização e relevância acadêmico-científica, atendendo os planos de ensino das disciplinas.

O acervo é formado por livros e materiais especiais (com acesso restrito aos (as) discentes, e livre aos (as) docentes e técnico-administrativos), e periódicos especializados nas diversas áreas de conhecimento. O acervo da biblioteca também é composto por monografias, dissertações, relatórios técnico-científicos, coleções de CD-ROM e DVDs, dentre outros.

O acervo é informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da Instituição. É utilizado Sistema de Controle da Biblioteca (SCB), desenvolvido pelo Grupo Educacional CEUMA, utilizando a linguagem de programação Visual Basic com base de dados em SQL Server, protocolo de comunicação direta via rede local e protocolo TCP/IP para acesso remoto às informações.

10.1.8.5 Serviços e Informatização

A informatização dos serviços possibilita a integração e a otimização dos produtos e serviços informacionais, propiciando a consequente agilidade e modernidade da geração à gestão do conhecimento. O Sistema de Automação de Gerenciamento contempla os principais serviços de uma biblioteca universitária. A utilização deste Sistema permite ao (a) usuário (a) a localização da informação por autor, título ou assunto. A biblioteca é totalmente informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. Há representação de todo o acervo no sistema informatizado utilizado pela Instituição. Está disponível na biblioteca, para uso dos (as) usuários (as), microcomputadores com acesso à *internet*.

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local e empréstimo domiciliar; reserva de livros; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT). O empréstimo domiciliar é facultado aos (as) professores (as), aos (as) alunos (as) e aos (as) funcionários (as) da Instituição. O sistema de empréstimo é totalmente informatizado e compatível com o sistema adotado pela biblioteca, possuindo como princípio de localização a classificação CDU (Sistema de Classificação Universal). A reserva deverá ser solicitada via *online* pelo site da FAMAZ.

A biblioteca da IES disponibiliza, por meio do COMUT e assinatura de bases de dados, o acesso a informações em nível nacional e internacional. É incentivado o uso de bases de dados como o Scielo, BVS, Domínio Público, portal da CAPES, portal de teses da UNICAMP, USP e UNESP (*unibibliweb*) dentre outras, que disponibilizam artigos científicos e periódicos nacionais e internacionais em diversas áreas do conhecimento.

Todas as publicações estão preparadas com etiqueta de lombada com código de barras impressas pelo Sistema de Controle da Biblioteca, facilitando o empréstimo. O SCB permite a possibilidade de geração de relatórios de controle da biblioteca como: quantidade de títulos/exemplares por curso, empréstimos, multas, livros atrasados, idade do acervo, reservas, títulos cadastrados por tipo de material, inventário, carta de cobrança, declaração de nada consta, boletim bibliográfico, relação de livros baixados e motivos, relação de usuários (as), usuários (as) mais frequentes dentre outros.

O acervo está organizado em estantes próprias de ferro, tendo os (as) usuários (as) que solicitar o material para os (as) atendentes no balcão. O espaço possui iluminação natural e artificial adequada às condições para armazenagem e preservação, atendendo assim aos padrões exigidos. Há extintores de incêndio e sinalização bem distribuída. A biblioteca possui mobiliário com espaço para atendimento adaptado, sinalização visual e ambientes desobstruídos que facilitam a movimentação de cadeiras e pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida.

A biblioteca da IES conta com rede *wi-fi*, catálogo *online* de serviço público e serviços pela internet. Utiliza de ferramentas de busca integrada. Possui terminais de consulta, acesso ao portal CAPES de periódicos e acesso a outras bases de dados como EBSCO, *Target Gedweb* e *vLex*. Conta também com acesso à Biblioteca Virtual Pearson e Biblioteca Virtual Saraiva.

O acervo da biblioteca da Faculdade Metropolitana da Amazônia é atualizado a partir da Política de Desenvolvimento de Coleções da Rede de Bibliotecas do Grupo Educacional

CEUMA (Política de Desenvolvimento de Coleções da Rede de Bibliotecas do Grupo Educacional CEUMA). O acervo da biblioteca é atualizado por solicitação das coordenadorias dos Cursos, professores (as), alunos (as) e da equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudo, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos (as) professores (as) como bibliografia básica e complementar de cada unidade curricular dos cursos ministrados, em todos os níveis, seguindo a política de aquisição da Instituição. O planejamento econômico-financeiro reservará dotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo.

A Rede de Bibliotecas do Grupo Educacional CEUMA, da qual a biblioteca da Faculdade Metropolitana da Amazônia faz parte, possui política de aquisição e seleção com critérios definidos, que levam em consideração diversos aspectos como as áreas de interesse da biblioteca e o crescimento racional e equilibrado do acervo. A Política de Desenvolvimento de Coleções do Acervo da Rede de Bibliotecas do Grupo Educacional CEUMA determina:

I. Os itens de informação compatíveis com a formação da coleção e o interesse da instituição;
II. Estimula programas cooperativos de aquisição, como intercâmbio;
III. Identifica os interesses dos (as) usuários (as);
IV. Traça diretrizes para a avaliação da coleção;
V. Analisa o uso efetivo da coleção de periódicos e a obsolescência dos livros, por meio do controle bibliométrico, utilizando os relatórios do SCB;
VI. Atende os documentos indicados nos planos de ensino, tanto da bibliografia básica quanto a complementar; e
VII. Estabelece parâmetros para o descarte de material.

A assinatura de periódicos físicos é realizada de acordo com as solicitações dos (as) coordenadores (as) e professores (as) dos cursos e necessidade dos (as) usuários (as). Periódicos informativos como jornais e revistas gerais (Veja, Istoé, Exame e outras) são assinados ininterruptamente. Todas as publicações estão preparadas com etiqueta de lombada com código de barras impressas pelo sistema, facilitando o empréstimo.

10.1.8.6 Base de Dados

Além do acervo físico, a biblioteca da Faculdade Metropolitana da Amazônia também é composta pelo acervo das bibliotecas virtuais Pearson e Saraiva e pelas bases de dados CAPES, EBSCO, vLex e Target Getweb.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia disponibiliza mais de 3.000 títulos que podem ser acessados virtualmente na biblioteca virtual da Pearson. As obras, de diferentes editoras, estão disponíveis no site institucional, acessando-se a área do (a) aluno (a) ou do professor (a). Podem ser acessadas 24 horas por dia a partir de qualquer computador com acesso à Internet, em mais de 40 áreas de conhecimento, como Administração, Marketing, Engenharias, Economia, Direito, Educação, Medicina, Enfermagem, Meio Ambiente, Psicologia, Educação Física, Psiquiatria e outras. A ferramenta possibilita que a comunidade acadêmica tenha acesso integral *online* aos livros-texto de diferentes editoras, como Artmed, Pearson, Manole, Contexto, IBPEX, Papirus, Casa do Psicólogo, Ática, Scipione, Martins Fontes, Companhia das Letras, EDUCS, Rideel e *Jaypee Brothers*, dentre outras.

A Biblioteca Pearson disponibiliza o acesso a títulos que podem ser lidos e pesquisados *online*, livros personalizados e sob demanda, conteúdo para educação a distância e consultoria em conteúdo e metodologia educacionais, dentre outros. Também promove a atualização permanente do acervo da Biblioteca, a partir da disponibilização de novas edições e lançamentos. Ferramentas que enriquecerão e agilizarão a pesquisa e/ou estudo estarão disponíveis, como pesquisa inteligente, marcadores de páginas, anotações personalizadas; e impressões de páginas avulsas e/ou capítulos avulsos com valores de fotocópia (opcional). Além da leitura digital dos livros, a plataforma oferece aos (as) usuários (as) um conjunto de funcionalidades que enriquecerão a experiência de leitura. Alguns exemplos: Acesso em *tablets* (*iPad* e sistema *Android*); Seleção de livros favoritos; Anotações eletrônicas nas páginas; Compartilhamento de conteúdo em redes sociais (*facebook* e *twitter*); Impressão de até 50% das páginas do livro; Descontos de até 40% para compra da versão impressa do livro; Disponibilidade de acesso 24 horas, 7 dias por semana.

A Biblioteca Digital Saraiva traz o acervo de 1.500 livros digitais da Editora Saraiva, com possibilidade de acesso para o (a) usuário (a) a qualquer momento e por meio de diversos dispositivos. Possui conteúdo de qualidade nas áreas de Direito e de Gestão combinado com a mais avançada tecnologia disponível para instituições de ensino superior. Apresenta como vantagens para os (as) professores (as): Facilidade no planejamento das aulas; Grande variedade de títulos e autores para seleção; Obras atualizadas; Certeza de que os (as) alunos (as) terão acesso ao material selecionado; e Melhor rendimento das aulas. As vantagens para os (as) alunos (as) são: Acesso aos livros digitais das disciplinas; Acesso às obras integrais; Sensível economia com material de estudo; Acesso aos conteúdos a qualquer hora e dia, em qualquer lugar, por meio de vários dispositivos, por meio do aplicativo Saraiva Digital

Reader; Possibilidade de manter biblioteca digital particular juntamente com as obras oferecidas pela instituição; e Melhor rendimento nos estudos.

Com objetivo de melhorar a qualificação da sua comunidade acadêmica, a Faculdade Metropolitana da Amazônia disponibiliza acesso ao Portal da CAPES, em toda área interna da Instituição, com bases de dados e periódicos com *Qualis* A1, A2, B1 e B2. A importância deste acesso, que pode ocorrer em toda a área da Instituição, é que possibilita aos (as) alunos (as) e professores (as) realizarem outras formas de pesquisas além do acervo impresso que existe na biblioteca.

A Instituição também disponibiliza o acesso remoto à base de dados EBSCO a todos os seus (suas) alunos (as). Esta coleção provê cobertura de textos na íntegra de periódicos científicos para quase todas as áreas acadêmicas de estudo.

Essa base de dados multidisciplinar fornece texto completo para mais de 8.500 periódicos, incluindo texto completo para mais de 4.600 títulos revisados por especialistas. Estão disponíveis mais de 100 revistas especializadas, bem como serão fornecidas referências citadas pesquisáveis para mais de 1.000 títulos. É também considerada a base mais completa nas áreas de Administração, Ciência da informação, Ciências sociais, Comércio, Contabilidade, Economia, Estatística, Finanças, Marketing, Multidisciplinar, Turismo, Gastronomia, Recursos Humanos, Relações Internacionais, Sociologia, Educação, Informática, Engenharias, Física, Química, Letras, Artes e Literatura, ciências da saúde, entre diversas outras áreas.

Na área de ciências da saúde oferece informações médicas reconhecidas sobre medicina, enfermagem, nutrição, psicologia, veterinária, biologia, o sistema de saúde e ciências pré-clínicas. É uma ferramenta de referência clínica, desenvolvida, primordialmente, para uso no local de tratamento. A EBSCO *Health/DynaMed* é uma base de dados que oferece 4 grandes bases *Academic Search Elite*, *Medline* em Texto Completo, *Dynamed* – Medicina Baseada em Evidências e *Dentistry & Oral Sciences Source*.

Entre as principais características do EBSCO cita-se: acesso *on-line*, simultâneo e ilimitado por *Internet Protocol* (IP) ou acesso remoto através de local de acesso restrito no website da instituição; Interface única de busca em português; Tradutor automático do texto completo para o português; Permite fazer buscas por palavra-chave, assunto, autor, entre outros; Módulo administrativo que permite o gerenciamento da base; possibilidade de salvar os artigos pesquisados, imprimir, enviar (*e-mail*) ou guardar na base; atualização diária; treinamento de uso. A base de dados inclui imagens em pdf para grande maioria dos artigos. Possui cobertura retroativa dos periódicos.

A biblioteca da Faculdade Metropolitana da Amazônia também possui assinatura da *Target Gedweb*, uma plataforma que reúne e gerencia um vasto acervo de normas e regulamentações técnicas de diversos órgãos, facilitando a busca e o acesso às informações regulatórias críticas.

O acervo da *Target* é atualizado diariamente, disponibilizando ao (a) usuário (a): mais de 16.000 Normas ABNT NBR/NM; mais de 16.000 Normas Internacionais e Estrangeiras; 49 entidades internacionais (BSI, AFNOR, AENOR, JIS, ASME, API, IEEE, NFPA e outras); mais de 12 mil Diários Oficiais; projetos de Norma Brasileira em Consulta Nacional; mais de 8.000 Regulamentos Técnicos/Portarias do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); normas regulamentadoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego); mais de 115.000 Resoluções ANEEL (Agência Nacional do Sistema Elétrico); procedimentos ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico); mais de 110.000 procedimentos ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); mais de 130.000 resoluções MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); legislações CONAMA, dentre outras.

A plataforma *Target Gedweb* possui as seguintes características: Permite a leitura online; os arquivos podem ser salvos em pdf; o usuário tem acesso diariamente a normas técnicas que estão em votação pública e/ou eventos internos da empresa, através de uma tela com os eventos do dia; a tela de pesquisa é simples e o usuário tem opção de fazer a busca digitando código ou palavra-chave e podendo filtrar a categoria de documento que deseja; o usuário também tem acesso a artigos técnicos elaborados pela *Target*.

Também são disponibilizados periódicos científicos por meio da *vLex*, uma base de dados especializada na área jurídica, contendo cerca de 70 milhões de documentos em seu banco de dados *online*, divididos em legislação, jurisprudência, livros, periódicos e jornais de mais de 130 países, sempre na íntegra e com o *download* das obras disponíveis. A plataforma possui ferramentas de tradução das pesquisas e dos textos das obras. O acervo de livros inclui cerca de 2 mil títulos de editoras jurídicas espalhadas pelo mundo, tais como: a) Brasileiras: FGV e Mundo Jurídico (livros); Fundação Rui Barbosa (livros históricos de Rui Barbosa); Bonijuris (Periódicos); b) Estrangeiras - Direito: Editrice La Tribuna (Itália); Jurídica de las Américas (México e Chile); Escritório de Publicações das Nações Unidas; c) Estrangeiras - multidisciplinar: *Proquest* (EUA, mais de 700 periódicos na *vLex*); Emerald (Inglaterra); Diarios de America (disponibiliza os principais jornais da imprensa mundial na *vLex*).

A Dykynson na Espanha, Elcla em Portugal, Cacucci na Itália, Lavoisier na França, Edipro na Bélgica, Platense na Argentina, Notadez no Brasil, Jurídica de Chile e Ecoe na Colômbia são outras das editoras que publicam na vLex.

10.1.9 Plano de Atualização do Acervo

O acervo da Biblioteca da Instituição foi adquirido conforme os projetos pedagógicos dos cursos a serem ministrados e é permanentemente atualizado, através da consulta aos catálogos das editoras e das indicações dos (as) alunos (as), professores (as), coordenadores (as) de curso e da equipe da Biblioteca.

A Biblioteca promove a atualização e adequação do acervo, de forma permanente, crescendo e se atualizando através de compras, doações e permutas sendo projetada para que haja um crescimento a cada semestre, a partir do acervo inicial.

O acervo é constituído, de forma impressa e virtual. Atualmente, com o crescimento do fluxo de informações, tornou-se necessário adotar critérios, para uma Política de Atualização e de Expansão do Acervo da Biblioteca da FAMAZ, tendo como objetivo adequar-se às demandas informacionais dos Cursos da Instituição.

A Política de Atualização e de Expansão do Acervo da Biblioteca serve de suporte, para uma política de seleção concisa, possibilitando de maneira clara, objetiva e controlado o processo de aquisição, doação, permuta de materiais bibliográficos e especiais da Biblioteca da FAMAZ. Essa política de seleção tem como objetivo: Prestar apoio e assistência às pesquisas, projetos e atividades acadêmicas desenvolvidos pela instituição; Identificar os elementos nos campos de interesse da Biblioteca; Possibilitar o crescimento racional e equilibrado do acervo; Determinar os itens de informação compatíveis com a formação da coleção versus interesses da instituição; Estabelecer critérios mínimos para a duplicação de títulos; Estimular programas cooperativos de aquisição; Traçar diretrizes para a avaliação do acervo; Estabelecer parâmetros para o descarte de material e Organizar e preservar a memória da instituição, assim como toda produção intelectual; e Estimular o autoestudo e possibilitar a preparação para um aproveitamento melhor dos eventos nos níveis de informação mais avançados como: seminários, workshops, a Biblioteca disponibiliza ainda CDs, DVDs e outros recursos audiovisuais.

A política adotada, na atualização do acervo, é de aquisição semestral acumulativa de 2%.

A Biblioteca da Instituição apresenta um acervo dimensionado acima da média da demanda inicial prevista para os cursos, em processo de autorização, e apresenta uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende plenamente ao disposto do PDI.

10.1.9 Salas de Apoio de Informática ou Infraestrutura equivalente

Atualmente A FAMAZ disponibiliza equipamentos de informática para uso acadêmico, distribuídos nas salas de aulas. Para auxiliar no processo de ensino aprendizagem A FAMAZ oferece aos (as) alunos (as) laboratórios de informática com um link dedicado, que possibilitam acesso dos (as) alunos (as) a condutas técnicas e científicas como embasamento a pesquisas, valendo-se dos equipamentos e serviços de informática. Os equipamentos de rede sem fio permitem conexão à internet de qualquer lugar da instituição.

A estrutura do laboratório de informática foi concebida para atender às necessidades de professores (as) e dos (as) alunos (as) dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão que incluírem disciplinas que utilizam recursos de informática e também para o enriquecimento curricular, tendo em vista que os serviços informatizados atualmente são imprescindíveis em todas as profissões.

O espaço físico dos laboratórios de informática é suficiente para atender da melhor forma possível aos (as) usuários (as), de acordo com a relação equipamentos versus número de alunos (as). O laboratório é dotado de climatização ambiental, cores apropriadas, iluminação e layout condizentes com as atividades pedagógicas que serão desenvolvidas.

Os laboratórios de informática foram montados com modernos computadores, impressoras e *softwares* atendendo plenamente às atividades desenvolvidas por alunos (as) e professores (as). As necessidades decorrentes da contínua modernização serão levantadas pelos (as) professores (as) e serão prontamente atendidas.

Os laboratórios de informática visam proporcionar atividades práticas que aproximem a teoria estudada em sala de aula às vivências práticas relacionadas ao exercício profissional das habilidades que serão adquiridas ao longo do curso. A relação equipamento/aluno (a) irá variar conforme a relação laboratório/disciplina.

Os equipamentos são adequados às atividades acadêmicas dispostas em cada projeto pedagógico de curso em quantidade que mantém a relação equipamento/aluno (a) compatível com o bom desempenho no ensino e dentro dos padrões de qualidade exigidos para a avaliação do curso. Possuem acessórios necessários às atividades a serem planejadas e material de consumo compatível, em quantidade suficiente.

O acesso aos equipamentos de informática está disponível em quantidade suficiente para o desenvolvimento das atividades. Os equipamentos estão ligados via rede cabeada, através de *switches* gerenciáveis, o que permite, em toda Instituição, o acesso à *internet* aos (as) discentes e docentes.

O funcionamento dos laboratórios de informática é de segunda a sábado, sendo da segunda às sextas, no horário de 8h00min às 22h00min, e aos sábados de 8h00min às 12h00 e de 14h00min às 17h00min sempre com a presença de um (a) responsável qualificado (a), auxiliando aos usuários em suas dúvidas, nas bases de dados e utilização de ferramentas de pesquisas disponíveis.

A FAMAZ adotou a forma de licenciamento MSDN *Academic Alliance* junto a *Microsoft*, que permite a instalação ilimitada nos laboratórios de inúmeros *softwares*, incluindo fornecimento de licenças para alunos (as), versões betas de aplicativos e bibliotecas de desenvolvimento.

A *internet* é outro fator relevante, no que diz respeito à tecnologia avançada e de última geração. É de fundamental importância para a coleta e transmissão de informações, envio de mensagens para o contato com instituições de ensino.

A FAMAZ, com o objetivo de agilizar os trabalhos dos (as) acadêmicos (as) e professores (as), disponibiliza os recursos oferecidos como apoio no processo pedagógico da instituição. A IES ainda possui um filtro de conteúdo que é constantemente atualizado, não permitindo acesso a sites de conteúdos inadequados.

A utilização da *internet* na forma de contas de *e-mails* e horas de pesquisa, nos laboratórios e sala dos (as) professores (as), é gratuita e ilimitada para professores (as). A utilização da *internet*, na forma de horas de pesquisa, nos laboratórios, é gratuita e limitada para alunos (as). Esta limitação leva em conta o *hardware* disponível, sua quantidade, capacidade e utilização.

A atual velocidade do *link* e quantidade de equipamentos disponíveis para fim de pesquisa acompanha a demanda e evolução do quantitativo de alunos (as), possibilitando um ambiente satisfatório para a pesquisa e o estudo.

Em atenção aos (as) portadores (as) de necessidades especiais, os computadores possuem instalado o software específico (DOS VOX), teclados em Braille e fones de ouvido.

A Instituição dispõe do regulamento próprio do Laboratório de Informática que descreve às normas de utilização, manutenção e conservação dos laboratórios de informática, bem como, direito e deveres de seus (suas) usuários (as).

10.1.10 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas no processo de ensino e aprendizagem são dirigidas para atender de maneira excelente o corpo docente e discente da Instituição.

O sistema e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas utilizados pela Instituição engloba toda a parte administrativa e acadêmica, apresentam segurança e confiabilidade.

Há mecanismos definidos para coleta, sistematização e divulgação da informação; mecanismos de garantia e precisão na divulgação da informação e sua periodicidade em portais, murais, na intranet, boletins e no site da própria IES. São usados serviços e recursos de tecnologia da informação e da comunicação adequados à realidade institucional.

Os sistemas de informação e comunicação da Instituição têm como objetivo fundamental proporcionar aos (as) educadores (as) modernas ferramentas de apoio ao ensino, baseadas nas tecnologias hoje disponíveis. Estas ferramentas podem ser utilizadas, tanto por professores (as) quanto pelas Coordenações de cursos de graduação e pós-graduação. São disponibilizados recursos que permitem o enriquecimento do processo educacional e o estreitamento do relacionamento entre professores (as) e alunos (as), constituindo-se em um instrumento sem paralelo no auxílio ao processo educacional. Esses recursos atendem às necessidades dos processos de ensino e de aprendizagem, envolvendo professores (as), alunos (as), técnicos (as), colaboradores (as) e a sociedade civil.

A *internet* proporciona o crescimento das funções e recursos de um sistema pedagógico com ferramentas de integração da comunidade escolar e ensino colaborativo, permitindo que não somente o pessoal da área da secretaria, tesouraria, biblioteca e administrativo utilizem seus benefícios, mas também alunos (as), professores (as) e sociedade. Compondo um sistema de controle acadêmico e administrativo de qualidade que provê, além dos recursos habituais fornecidos por um sistema deste tipo, um universo de novos recursos, que o uso da Internet veio propiciar.

O sistema de informação institucional da Instituição constitui-se de módulos integrados que automatizam os processos acadêmicos e administrativos, armazenando informações, integrando as diversas áreas e fornecendo conhecimento para as tomadas de decisões.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas no processo de ensino e aprendizagem são dirigidas para atender de maneira excelente o corpo docente, os (as) funcionários (as) do corpo técnico-administrativos e os (as) discentes da Instituição.

A sala dos (as) professores (as) é equipada com terminais conectados à internet; impressora; dois pontos livres para acesso à *internet*, por meio de pontos de rede; pontos de acessos à rede sem fio, que permitem o acesso à internet de qualquer lugar da IES. Por meio do *site* da Instituição o (a) professor (a) pode disponibilizar material didático e avisos aos (as) alunos (as).

Cada professor (a) recebe uma senha e um *e-mail* personalizado, que permite ter acesso ao site da Instituição, seu projeto pedagógico, ao seu *e-mail* e ao banco de dados *Proquest*, a qualquer hora, de qualquer lugar, de qualquer computador com acesso à *internet*.

A FAMAZ ainda coloca à disposição, de seus (suas) docentes e alunos (as), recursos audiovisuais e Multimídia, por meio do apoio didático-pedagógico: entre eles projetores multimídia, aparelhos de DVD, TVs de 29 polegadas, microfones com caixa de som portátil, microfones com fio, microfones sem fio com speakers.

10.2 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: INFRAESTRUTURA FÍSICA

A Instituição dispõe de laboratórios especializados para as práticas didáticas dos cursos de graduação de acordo com a natureza da atividade profissional, e, conforme disposto nos PPC´s dos cursos e no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

Os laboratórios para práticas didáticas são normatizados por regulamento próprio, onde estão descritas as normas de funcionamento, utilização, conservação, biossegurança e segurança, atendendo as necessidades institucionais.

Todo mobiliário existente nos Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas é condizente com excelente padrão de qualidade quanto à durabilidade, condições de limpeza, segurança, manutenção e conforto.

São objetivos gerais dos Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas: Promover o desenvolvimento experimental do conteúdo trabalhado nas aulas teóricas das disciplinas vinculadas ao laboratório; Facilitar os trabalhos do coordenador (a), professor (a) e corpo técnico, por meio da especificação das respectivas atribuições; Apresentar aos (as) usuários (as) do laboratório as normas básicas, com vistas à realização de aulas práticas ou de pesquisa em conformidade com padrões de segurança e Informar à comunidade acadêmica,

sobre a postura e os principais procedimentos a serem adotados no laboratório, visando protegê-los de riscos e acidentes.

10.3 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: SERVIÇOS

Nos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, a Instituição é atenta às condições de segurança aos (as) seus (suas) usuários (as), tendo em vista que as instalações acadêmicas são espaços destinados às funções acadêmicas. Assim, suas edificações atendem todas as condições de segurança e biossegurança com saídas de evacuação sinalizadas para o caso de emergência e com equipamentos adequados e de fácil acesso, proporcionalmente distribuídos.

Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, atendem às Normas da CIPA, além de vigilância permanente em todos os turnos, ou seja, por vigias no turno da noite e segurança durante o dia.

A qualidade dos recursos materiais específicos está coerente com o projeto pedagógico de cada curso, favorecendo a aquisição e ampliação do conhecimento e o exercício de práticas profissionais.

Estão regulamentadas e implantadas as normas de segurança, biossegurança e conservação que são demandadas de um esforço coletivo de todas as pessoas que estão ligadas direta ou indiretamente a esses laboratórios, pois, um ambiente laboratorial organizado e disciplinado favorece a credibilidade da Instituição e de todos (as) que lá trabalham. O serviço de higienização dos laboratórios é requisito importante para garantir a limpeza das áreas internas e externas – piso, teto, paredes, janelas, portas, bancadas, equipamentos, ar condicionado – recolhimento de lixo e dedetização. Os laboratoriais possuem sinalizações de risco que permitem identificar a melhor saída, em caso de emergência, bem como as condições de permissibilidade de acesso àquelas áreas.

São objetivos gerais dos Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas:

I. Promover o desenvolvimento experimental do conteúdo trabalhado nas aulas teóricas das disciplinas vinculadas ao laboratório;

II. Facilitar os trabalhos do (a) coordenador (a), professor (a) e corpo técnico, por meio da especificação das respectivas atribuições;

III. Apresentar aos (as) usuários (as) do laboratório as normas básicas, com vistas à realização de aulas práticas ou de pesquisa em conformidade com padrões de segurança; e

IV. Informar à comunidade acadêmica, sobre a postura e os principais procedimentos a serem adotados no laboratório, visando protegê-los de riscos e acidentes.

Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem aos aspectos quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura e acessibilidade, conforme Decreto n° 5296/2004. Contam com apoio técnico e auxiliares de laboratórios, coordenados (as) por profissional responsável, e são dotados de equipamentos de biossegurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT nos seguintes aspectos:

I. Almoxarifado, com área reservada a líquidos inflamáveis, controle de material e estocagem adequados;

II. Espaço físico adequado com, no mínimo, dois metros quadrados por aluno (a);

III. Sala com iluminação, ventilação e mobiliário adequados;

IV. Política de uso dos laboratórios compatível com a carga horária de cada atividade prática; e

V. Serviços de manutenção, reparos e conservação realizados sistematicamente, sob supervisão do (a) técnico (a) e auxiliares responsáveis pelos laboratórios.

Os laboratórios desta IES são destinados aos (as) docentes e discentes para a realização de aulas e experimentos. Contam com regulamento específico, destinados à realização das aulas práticas, com perspectiva de pleno atendimento das demandas dos cursos de graduação ofertados. Assim, os laboratórios didáticos especializados estão implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e biossegurança, atendendo de maneira excelente, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos de aulas e número de discentes matriculados (as). E com ambiente de acomodação, luminosidade, climatização e acústica compatíveis com o número total de alunos (as).

Na Faculdade Metropolitana da Amazônia existe 27 (vinte e sete) laboratórios, descritos a seguir.

10.3.1 Laboratório de Saúde I

Possuindo uma área de 60m^{2,} que contempla as disciplinas Enfermagem na atenção ao Recém Nascido, Saúde da criança, Enfermagem na atenção a saúde da mulher, Enfermagem na atenção cirúrgica.

Os laboratórios especializados para utilização acadêmica do curso de graduação de Bacharelado em Enfermagem contemplam todas as atividades previstas na matriz curricular

do curso nas disciplinas especificas de formação do (a) enfermeiro (a). Este laboratório, em relação à área física, equipamentos, rotinas e protocolos atendem aos padrões de qualidade.

10.3.2 Laboratórios de Saúde II

Este laboratório possui uma área de 60m^2. Abrange as disciplinas de Citologia, Histologia e Embriologia, Patologia e Biologia do Esporte para os cursos de Bacharelado em Enfermagem, Biomedicina, Educação Física e CST em Radiologia.

10.3.3 Laboratório de Saúde III

Este laboratório possui uma área de 60m^2. Abrange as disciplinas de Parasitologia Básica, Microbiologia Básica, Parasitologia Clinica, Microbiologia Clinica e Virologia para o curso de Bacharelado em Biomedicina.

10.3.4 Laboratório de Saúde IV

Este laboratório está equipado para abranger as disciplinas de Química, Química Experimental e Tecnológica, Bioquímica Básica, Fisiologia Humana, Genética, Farmacologia, Biofísica Toxicologia e Bromatologia. É utilizado para aulas práticas dos cursos de Bacharelado em Biomedicina, Enfermagem, Engenharia Civil e de Engenharia de Produção. Possui uma área de 60m^2.

10.3.5 Laboratório de Saúde V

Este laboratório possui uma área de 60m^2. É especifico para as disciplinas de Hematologia Clínica e Bioquímica Clínica.

10.3.6 Laboratório de Saúde VI

Possuindo uma área de 60m^2, este laboratório contempla as disciplinas Semiologia e Semiotécnica I e II, Enfermagem em Clínica Médica I e II, Enfermagem na atenção a saúde do trabalhador, urgência e emergência. Os laboratórios especializados para utilização acadêmica do curso de Bacharelado em Enfermagem contemplam todas as atividades

previstas na matriz curricular do curso nas disciplinas especificas de formação do (a) enfermeiro (a). Este laboratório, em relação à área física, equipamentos, rotinas e protocolos atendem aos padrões de qualidade.

10.3.7 Laboratório de Saúde VII

Os conteúdos de anatomia humana requerem entre outras coisas a necessidade de estudos sistemáticos e variados. Anatomia é a ciência que estuda a estrutura física dos seres vivos, seus órgãos internos e externos, suas interações, funcionamento, sua localização e sua disposição. O laboratório de Anatomia desta IES contém estruturas e peças anatômicas (órgãos, sistemas e ossos) e é utilizado pelos cursos de Bacharelado em Enfermagem, Biomedicina, Educação Física, Psicologia e CST em Radiologia.

10.3.8 Laboratório de Saúde VIII

Abrange as disciplinas Micologia Clínica, Instrumental de laboratório, Genética, Imunologia e Fluidos Biológicos para o curso de Bacharelado em Biomedicina. Possui uma área de 60m^2.

10.3.9 Laboratório de Física Experimental

Este laboratório será utilizado para as aulas práticas de Física Experimental no curso de Bacharelado em Engenharia Civil, onde são realizados experimentos envolvendo diversos materiais, principalmente nas áreas da mecânica e termodinâmica, de acordo com os conteúdos programáticos especificados nos planos das disciplinas. Possui uma área de 60m^2.

10.3.10 Laboratório de Desenho II

O laboratório de desenho II possui área de aproximadamente 77 m^2, onde estão distribuídas 25 pranchetas com réguas paralelas e respectivos bancos reguláveis. Esse Laboratório atende os cursos de Bacharelado em Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Arquitetura e Urbanismo, visando instrumentalizar os (as) alunos (as) em habilidades específicas.

10.3.11 Laboratório de Radiologia e Processamento Radiográfico

Abrange as disciplinas específicas do CST em Radiologia, Técnicas para diagnóstico por imagem, Física Radiológica, Anatomia Radiológica, Técnicas radiológicas de exames contrastados, Radioproteção, Radiologia Veterinária, Qualidade em diagnóstico por imagem, Radiologia Intervencionista, Radiologia em Pediatria e Radiologia em Odontologia.

10.3.12 Laboratório de Projeto e Conforto ambiental

O Laboratório de Projeto e Conforto Ambiental possui área de aproximadamente 45,94 m², onde estão distribuídas 13 pranchetas com respectivas cadeiras, para auxílio na concepção do projeto e estudos de conforto ambiental, 01 mesa para reunião com 12 cadeiras, 01 mesa com cadeira para o (a) professor (a), 01 mesa para o heliodon (equipamento de conforto ambiental) e 01 armário para armazenar os equipamentos do laboratório. O layout da sala foi concebido de modo à setorizar as diferentes atividades do laboratório (desenho, atendimento, reuniões e uso dos equipamentos de conforto ambiental) e propiciar acessibilidade de cadeirantes.

O Laboratório de Projeto e Conforto Ambiental tem uma porta de acesso ao Laboratório de Maquetes de modo a promover a interdisciplinaridade e facilitar o translado da maquete física para o equipamento (heliodon) de Conforto Ambiental que simula a trajetória do sol. A ligação física entre os laboratórios também propicia as atividades da disciplina de Projeto Arquitetônico no processo de concepção projetual, permitindo análise da volumetria estudada simultaneamente na disciplina de Maquetes, agregando a dimensão estética à dimensão funcional no partido arquitetônico.

Dessa maneira, o laboratório é utilizado principalmente nas aulas práticas, das seguintes componentes curriculares do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo: Projeto I, Conforto Ambiental I, Conforto Ambiental II, Conforto Ambiental III.

10.3.13 Laboratório Morfofuncional I e II

Os laboratórios morfofuncionais são espaços de aprendizagem que fornecem aos (as) alunos (as) os instrumentos necessários à integração dos conhecimentos das ciências básicas e clínicas aos conteúdos discutidos em sessões tutoriais, conferências e aulas temáticas dos módulos do eixo de atenção a educação e saúde.

Trata-se de um espaço de aprendizagem inovador que atende às novas tendências de educação nos cursos da área da saúde, desenvolvendo um estudo integrado das ciências morfológicas, da Anatomia, Histologia, Embriologia, Patologia, Radiologia, Parasitologia, Imunologia e Fisiologia.

A atividade de aprendizagem tem caráter prático, dinâmico e autodirigido, sendo realizada com auxílio de roteiros, livros textos e atlas e sob a orientação de professores (as).

É um espaço que fornece aos (as) alunos (as) os instrumentos necessários à integração dos conhecimentos das ciências básicas (anatomia, histologia, fisiologia, patologia e imagenologia) e as ações de atuação do (a) médico (a).

Os laboratórios morfofuncionais são dois ambientes independentes. Cada laboratório possui 25 estações que permitem uma interação entre os (as) 25 alunos (as) por subturma. Os (As) alunos (as) estudam individualmente, seguindo os Roteiros de Estudo do Morfofuncional, que apresentam objetivos definidos, relacionados ao módulo e aos problemas discutidos em sessões tutoriais. As estações de estudos possuem bancadas com cadeiras bem espaçadas, modelos em resina e órgãos anatômicos glicerinados, painéis ilustrativos, computadores com acesso à internet wireless, vídeo com DVDs, e-books, microscópios ópticos, coleção de lâminas de Histologia, Patologia e Parasitologia, negatoscópios, acervo de imagens (radiografias, tomografias e ressonâncias), aparelho de ultrassonografia e projetor de lâminas com televisão. O Laboratório terá como apoio o Laboratório de Anatomia no uso de peças anatômicas naturais. Este laboratório também poderá ser utilizado para estudo aos (as) alunos (as) em outros horários programados com apoio de monitores (as).

10.3.14 Laboratório Anatomia – peças molhadas

Este laboratório constitui-se como anexo ao Laboratório Morfofuncional, composta por dois ambientes, o primeiro destinado ao acondicionamento de cadáveres e peças em tanques especiais e o segundo, espaço contendo bancadas com microscópios e mesas para práticas, que abordam conteúdos integrados de conhecimentos básicos relacionados ao módulo e aos problemas discutidos em sessões tutoriais, servindo como apoio à aprendizagem e também como local onde os (as) alunos (as) podem desenvolver pesquisas de Iniciação Científica.

10.3.15 Habilidades clínicas I e II

Estes espaços são formados por 10 consultórios simulados. Tem por objetivo servir de suporte e ajudar os (as) docentes na construção e no desenvolvimento das habilidades inerentes as disciplinas pertencentes ao Curso de Bacharelado em Medicina.

O exercício da medicina requer não só conhecimentos, mas também habilidades e atitudes e a postura individual do (a) médico (a) no exercício da sua profissão.

As habilidades clínicas referem-se às experiências vividas na prática médica para dominar as técnicas semiológicas, os procedimentos médicos e exames laboratoriais necessários para uma atenção primária, secundária e terciária nos diferentes locais de atuação do curso de Bacharelado em Medicina, amadurecendo assim a relação médico (a)/paciente.

O laboratório de habilidades implica num conjunto de saberes e práticas, cujo objeto de estudo abrange o ser humano na sua dimensão psíquica, biológica e social, além da capacidade de acessar, ler e compreender, de forma crítica, a informação médica atualizada. Para tanto, o (a) estudante de medicina deverá familiarizar-se com técnicas voltadas para o desenvolvimento da comunicação ao realizar histórias clínicas e destrezas manuais e sensitivas para uma boa execução do exame físico, conhecimento de informática, inglês e epidemiologia básica e clínica.

O programa do laboratório de habilidades compreende o treinamento de habilidades clínicas, realização de exame físico, de procedimentos médicos, de exames laboratoriais, das técnicas de comunicação social, acesso aos meios contemporâneos de informação médica e capacitação para a leitura crítica de textos médicos.

Este laboratório é organizado em estações e é composto de bancadas/mesas, permanentemente montadas com os seus respectivos materiais e manequins, onde o (a) próprio (a) aluno (a) poderá fazer o autoestudo, seguindo um roteiro dirigido pré-estabelecido ou acompanhado de professores (as) de diversas áreas da medicina, para ênfase em determinados procedimentos.

A estrutura do laboratório consta de 10 estações/consultórios, 02 corredores laterais de observação com visão unidirecional, 01 sala de Observação Clínica onde os (as) discentes observam a filmagem do que realizaram.

Nas estações são desenvolvidas atividades de treinamento e aperfeiçoamento dos (as) discentes em semiologia (anamnese e exame físico), habilidades de comunicação, interpretação de exames complementares. O laboratório dispõe-se de manequins e

simuladores. O laboratório será utilizado no eixo de habilidades clínicas realizadas do primeiro ao oitavo período do curso de Bacharelado em Medicina.

10.3.16 Laboratório de Habilidades Cirúrgicas e Cirurgia Experimental

O Laboratório de Habilidades Cirúrgicas e Cirurgia Experimental (LHCCE) tem por função principal abrigar a estrutura necessária para uma construção do conhecimento, habilidades e atitudes que preparem os (as) alunos (as) para o desempenho de atividades práticas da área cirúrgica, fundamentais para o (a) profissional médico (a), sendo, portanto, um ambiente que favorece a aprendizagem de Técnicas Cirúrgicas. Em cursos de Bacharelado em Medicina que utilizam à metodologias ativas de aprendizagem, um LHCCE amplia sua importância, pois é exigida do (a) discente uma atitude de busca pelo conhecimento.

Além das atividades curriculares previstas no projeto pedagógico do curso que serão desenvolvidas no LHCCE, atividades extracurriculares serão enriquecidas e ampliadas com a instalação do laboratório. Dentre elas, podemos citar a iniciação científica/pesquisa.

A estruturação do LHCCE conta de espaços: 3 salas de cirurgias, vestuário, sala de lavagem de mãos, expurgo. Composto por materiais cirúrgicos permanentes e de consumo como caixas de cirurgia de pequeno e médio porte, fios de suturas diversos, sondas e cateteres, assim como simuladores de baixa e média complexidade para o ensino e treinamento de técnicas e procedimentos específicos.

10.3.17 Laboratório de Simulação Realística

Trata-se de um ambiente com manequins e equipamentos para o ensino na área de saúde, atuando na iniciação clínica do (a) aluno (a) de Medicina desde os primeiros períodos, no ensino de semiologia e semiotécnica, no desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes frente ao (a) paciente criticamente enfermo e na prática de procedimentos invasivos.

O Laboratório de Simulação realística disponibiliza 3 salas, equipadas para aulas práticas, simuladores computadorizados de alta tecnologia permitem alta fidedignidade do que reproduzem e grande versatilidade de uso, sendo mais bem utilizados no internato para simular cenários de trauma e de medicina intensiva. Neste cenário, são desenvolvidas atividades voltadas para ensino e aprimoramento de atendimentos nas situações de Urgência e Emergência.

10.3.18 Laboratório de Motricidade Humana (LAMHU) e Laboratório de atividade física e Musculação (LAFIM)

Estes espaços tem a função de permitir o acesso dos (as) alunos (as) do curso de Bacharelado em Educação Física, às práticas corporais, bem como, os princípios do treinamento. Os (As) discentes poderão vivenciar na prática, atividades como dança, ginástica, artes marciais, folclores, musculação, atividades recreativas e de lazer.

10.3.19 Laboratório de Fisiologia do Exercício (LAFEX)

No laboratório de Fisiologia do Exercício/Análise do movimento humano estuda-se a resposta do organismo humano durante teste de esforço por meio de análise metabólica de gases (teste cardiopulmonar) como forma de avaliação para prescrição de programas de condicionamento físico. Realiza eletromiograma de repouso e de esforço, bem como testes de potência anaeróbia. Conta com bicicletas ergométricas e esteiras elétricas para aulas práticas das disciplinas de fisiologia do exercício, fisiologia sistêmica, cinesiologia e biomecânica e medidas e avaliação. Os objetivos do uso desse laboratório são: trabalhar as técnicas de análise do sinal biológico e seu processamento, em especial da fisiologia da contração muscular; viabilizar análises cinemáticas, cinéticas e eletromiográficas do movimento humano; familiarizar os (as) discentes com experimentos voltados à análise do movimento humano e à fisiologia do esporte; estimular e gerar trabalhos acadêmicos e a produção científica nas áreas de análise do movimento humano e fisiologia do exercício.

10.3.20 Laboratório de Hidráulica

O laboratório de Hidráulica é destinado às práticas da disciplina de Fenômenos de Transporte. Equipado com diversos equipamentos como bancadas hidráulicas, instalações hidráulicas aparentes, densímetros, manômetros, dentre outros. O laboratório permite a melhor visualização de simulações de bombeamento, peças e conexões, e Fenômenos Hidráulicos essenciais à formação do engenheiro.

10.3.21 Laboratório de Materiais

O Laboratório de Materiais de Construção da FAMAZ, estrategicamente localizado, permite a execução de ensaios sem causar transtornos (ruídos) aos outros cursos. É destinado a ensaios e análise dos materiais utilizados na construção civil: aço, concreto, agregados e materiais de acabamento, e tem como objetivo demonstrar as propriedades e características dos materiais. Possui dois ambientes com área aproximada de 87,72 m²; sendo uma área destinada à realização de ensaios de resistência de concreto (com local reservado para guarda de areia, seixo, cimento - silos, prensa de compressão, betoneira, etc.), e outro ambiente para ensaios com cimento e agregados, constando os equipamentos como argamassadeira, peneiras e balanças eletrônicas, além de outros equipamentos e materiais que permite a realização de ensaios como: granulometria, massa específica, determinação de pega do cimento, etc.

10.3.22 Laboratório de Desenho I

O laboratório de desenho I possui área de aproximadamente 102 m², onde estão distribuídas 25 pranchetas com réguas paralelas e respectivos bancos reguláveis. Esse Laboratório atende os cursos de Bacharelado em Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Arquitetura e Urbanismo, visando instrumentalizar os (as) alunos (as) em habilidades específicas.

10.3.23 Ambulatório de Especialidades Médicas

O ambulatório possui uma área de 498 m^2. Trata-se de um centro de atendimento de especialidades médicas, para prática das habilidades médicas dos (as) alunos (as), em um cenário real que é supervisionado por professores (as) médicos (as) nas diversas especialidades. Os (As) pacientes do ambulatório são pessoas de baixa renda, em geral referenciados das Unidades Básicas de Saúde onde se inserem os (as) alunos (as) do curso de Bacharelado em Medicina, bem como, de outras unidades, ou por demanda espontânea, que se encontra em faixa de maior necessidade e risco social. O ambulatório servirá ainda como espaço de pesquisa e extensão. O ambulatório será vinculado ao SUS de forma a propiciar aos (as) discentes uma prática em consonância com os princípios pedagógicos norteadores da formação do (a) médico (a) descritas nesse projeto.

No semestre de 2016.2 o curso de Bacharelado em Medicina, em conjunto com outros cursos da área da saúde, iniciou as atividades ambulatoriais disponibilizando consultas médicas voltadas para o ensino, com médicos (as) especialistas nas áreas de Urologia, Nefrologia, Hematologia e também tivemos atendimentos testes nas áreas medicas de Pediatria, Geriatria e Obstetrícia esses atendimentos são realizados pelos (as) alunos (as) que são acompanhados pelos especialistas.

Em 2017.1 além das atividades acima citadas, foram incluídas as especialidades de em Dermatologia, Gastrologia, Clínica Médica.

O Ambulatório de Especialidade Médicas disponibiliza ainda 11 salas de atendimento médico, recepção com capacidade para 36 pessoas sentadas, banheiros femininos, masculinos com acessibilidade para portadores (as) de necessidades especiais, um auditório com *data show* para que os (as) alunos (as) discutam casos clínicos com os (as) professores (as).

10.4 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO

A Instituição oferece à sua comunidade uma área de convivência com cantina, copiadora, espaços ajardinados, bancos espalhados pelos corredores. Área de convivência para funcionários (as), amplos espaços internos e estacionamento.

A infraestrutura é configurada com espaços que atendem plenamente às necessidades de convivência, lazer e expressão político-cultural dos (as) alunos (as).

Outro fator importante é a localização da Instituição está situada numa área privilegiada, cuja redondeza possui um setor de serviços bem estruturado, contando com estacionamentos, boa disponibilidade de transporte coletivo, telefones públicos, shopping, copiadoras, livrarias, papelarias, lanchonetes e restaurantes em quantidade suficiente para o adequado atendimento à comunidade acadêmica.

Vale ressaltar, ainda, que há infraestrutura de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais seguindo a legislação vigente: rampas com corrimões e/ou elevadores para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços de uso coletivo, salas de aula/laboratórios e reservas de vagas, em estacionamentos. As instalações estão dotadas de toda a infraestrutura necessária para a utilização de seu corpo social.

Os espaços de convivência atendem aos aspectos quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e infraestrutura e acessibilidade, conforme Decreto n° 5296/2004.

11. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

11.1 ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

A FAMAZ possui, emitido pela municipalidade, seu alvará de funcionamento.

11.2 AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB)

A FAMAZ possui o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento emitido pelo Corpo de Bombeiros.

11.3 MANUTENÇÃO E GUARDA DO ACERVO ACADÊMICO[54]

A FAMAZ possui um (a) responsável pela guarda e conservação do Acervo Acadêmico, denominado de Depositário (a) do Acervo acadêmico, nomeado em ato da Reitoria e homologado pelo Conselho Superior, em atendimento a Portaria MEC n° 1.224, de 18/12/2013, que institui normas sobre a manutenção do Acervo Acadêmico.

11.4 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE FÍSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA, TRANSTORNOS DE CONDUTA E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO[55]

A FAMAZ possui condições de acessibilidade em conformidade ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como, ao Decreto nº 3.298/1999, que regula a Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, ao Decreto n° 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ao Decreto n° 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e na Portaria n° 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de

[54] Conforme disposto na Portaria nº 1.224, de 18 de Dezembro de 2013.
[55] Conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n°10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, n° 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003.

acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização, e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Os cursos de graduação e pós-graduação da IES atendem as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n° 10.098/2000, nos Decretos n° 5.296/2004, N° 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003.

A IES garante à sua comunidade acadêmica espaços e recursos adequados que permitem às pessoas com incapacidades ou deficiências executarem suas atividades acadêmicas sem barreiras físicas, tecnológicas e de comunicação, possibilitando a participação autônoma na vida acadêmica.

A infraestrutura de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais disponibilizadas pela IES tem as seguintes características, de acordo com a legislação vigente: Rampas com corrimões e/ou elevadores para o acesso aos espaços de uso coletivo, como salas de aula, laboratórios, instalações administrativas; Piso tátil nas diversas instalações da IES; Sinalização das salas de aula e instalações acadêmicas e administrativas em Braille; Reservas de vagas, em estacionamento, para pessoas portadoras de necessidades especiais, gestantes e idosos; Banheiros adaptados que dispõem de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos instalados em altura acessível aos (as) usuários (as) de cadeiras de rodas; Cadeiras de rodas para o corpo social da IES que necessite das mesmas.

Com o intuito de assegurar a aplicação, na Instituição, das políticas públicas de educação inclusiva do ensino superior, a IES elaborou e vem implantando, gradativamente, o Plano de Promoção da Acessibilidade e dos Direitos das Pessoas com Deficiência, do Núcleo de Acessibilidade, sob responsabilidade do seu Núcleo de Apoio ao Docente e ao (a) Discente (NADD), que teve sua função educacional ampliada ao vincular à sua estrutura de funcionamento o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE) com o objetivo geral de responder pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação e promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

11.4.1 Das condições de acesso e Utilização

O Plano de Promoção da Acessibilidade e do Direito das Pessoas com Deficiência, tem entre os objetivos o acesso e utilização dos ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários, observa o previsto no Decreto nº 5.296/04, e tem como premissas:

I. Cumprir as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na legislação específica;

II. Colocar à disposição de professores (as), alunos (as), servidores (as) e empregados (as) portadores (as) de deficiência ou com mobilidade reduzida, ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e

III. Conter normas internas, sobre o tratamento a ser dispensado a professores (as), alunos (as), servidores (as) e empregados (as) portadores (as) de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como, as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

Nas edificações estão previstas a sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual.

Nos blocos com mais de um pavimento, além do pavimento de acesso, existem elevadores para facilitar o deslocamento vertical das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

No caso da instalação de elevadores novos ou da troca dos já existentes, está previsto que pelo menos um deles tenha cabine que permita acesso e movimentação cômoda de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

11.5 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA, ATITUDINAL E DAS COMUNICAÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA, TRANSTORNOS DE CONDUTA E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO[56]

[56] Conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n° 10.098/2000, nos Decretos n° 5.296/2004, n° 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003.

O Núcleo de Apoio ao (a) Docente e Discente (NADD) presta atendimento psicopedagógico aos (as) discentes, acolhendo-os e possibilitando-lhes a permanência e a continuidade dos estudos acadêmicos, diante de situações relacionadas a transtornos emocionais, psicológicos e de aprendizagem.

As ações do NADD/NAEE apresentam como objetivos específicos:

I. Estabelecer referenciais de acessibilidade necessários para a organização de práticas inclusivas na IES;

II. Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo;

III. Capacitar professores (as) que atuam em salas de educação inclusivas com encaminhamentos avaliativos, estratégias metodológicas, interface com outros (as) profissionais da saúde, do trabalho, famílias, etc.;

IV. Mobilizar os (as) docentes para o salto qualitativo da razão instrumental da homogeneização do ensino para a compreensão do compromisso ético e político da educação como direito de todos;

V. Remodelar o ambiente físico-arquitetônico da IES em função desses referenciais;

VI. Constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do Núcleo de Acessibilidade; e

VII. Criar uma cultura da acessibilidade na comunidade acadêmica.

A partir do trabalho do NADD e do aumento da abrangência das ações voltadas ao Atendimento Educacional Especializado, alunos (as) com deficiência são acolhidos e a eles (as) são efetuadas alterações metodológicas, em consonância com as normais internas, que lhes permitam a democratização do ensino, por exemplo, maior tempo para a resolução das avaliações. Àqueles cuja visão comprometida, for devidamente comprovada por laudo médico, os (as) professores (as) serão conduzidos a efetuarem fotocópia ampliada das avaliações para melhor visualização destes (as) alunos (as).

Em relação às rotinas educacionais, os (as) professores (as) são estimulados (as) a adotarem variadas tecnologias de informação e comunicação disponíveis, de forma a despertar os mais diversos sentidos do (a) educando (a), não priorizando apenas a visão, mas também o tato, a audição.

Quanto à inclusão de alunos (as) com necessidades educacionais especiais, nos editais dos vestibulares, publicados e amplamente divulgados na sociedade, reserva-se condições especiais para a realização do processo seletivo por parte dos (as) candidatos (as) que sinalizem e comprovem tais necessidades.

Para atender, com qualidade, a demanda dos (as) alunos (as) com deficiência, o NADD estabeleceu diversos instrumentos para atender o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que versam sobre: A estruturação de diretrizes sobre o fluxo de trabalho do AEE a partir de um roteiro específico com orientações sobre as atividades a serem desempenhadas envolvendo a comunidade acadêmica da IES.

Tais diretrizes foram elaboradas com procedimentos direcionados aos (as) docentes, aos (as) discentes, as coordenações de curso, com a finalidade de diagnosticar as demandas para a tomada de decisão. Também foi elaborado um Folder com as atividades do NADD contendo informações gerais sobre as atividades do Núcleo, bem como os objetivos do Atendimento Educacional Especializado e as principais ações a serem desenvolvidas, sendo estas passíveis de alterações conforme a necessidade.

O NADD elaborou a organização de estratégias necessárias para a sensibilização acadêmica conforme as demandas apresentadas referentes ao AEE na IES, em função da especificidade dos (as) discentes, os quais requerem atendimento e acompanhamento característicos às deficiências apresentadas.

Houve a elaboração de instrumento específico para o levantamento das necessidades da IES (Censo), culminando no mapeamento de todas as turmas que apresentaram situações com alunos (as) PCD, bem como, quanto a sensibilização necessária para o desenvolvimento de estratégias envolvendo relacionamento interpessoal, principalmente discente-docente.

Em função da especificidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) o Núcleo elaborou um formulário individual para o processo de acompanhamento dos (as) discentes, mediante aos procedimentos estabelecidos para tal acompanhamento, acompanhado de um Termo de recusa de Atendimento Especializado, caso haja solicitação por parte do (a) discente e/ou família.

O NADD encaminhou à Secretaria Acadêmica (SEACAD) um termo referente às questões do levantamento das necessidades especiais dos ingressantes no ato da matrícula, também solicitou informações quanto a possibilidade de abertura de Emolumento específico para aluno (a) com deficiência sendo um instrumento importante para o registro de informações fornecidas pelo (a) discente no ato da matrícula, com o objetivo de levantar as necessidades destes ingressantes e auxiliar no planejamento das ações referente ao desenvolvimento acadêmico na IES por este NADD.

A partir do Atendimento Educacional Especializado implementado e atuante é realizado, durante os momentos de Aperfeiçoamento do Trabalho Docente, ações e atividades voltadas à Educação Especial, com abordagem direcionada os objetivos do AEE, bem como a

apresentação do cenário atual relacionado aos procedimentos e a nova cultura que se instalava na IES, com a disponibilização e o conhecimento referente às questões legais e os possíveis desafios e orientações necessárias ao desempenho das atividades didático-pedagógicos deste alunado e do corpo docente.

As atividades de educação especial se intensificaram por parte do NADD, sendo elaborado um banco de dados institucionais referente às turmas com discentes PCD. Essas informações vêm sendo analisadas a fim de subsidiar a análise e proposição de relatórios, caso a caso, para orientações específicas ao corpo discente e docente. Concomitantemente a isso, o NADD vem realizando reuniões com o corpo docente para discutir as estratégias de ensino propostas (conforme a especificidade e necessidades dos (as) discentes em questão), além de orientações quanto ao processo avaliativo dos mesmos.

O NADD também promove reuniões periódicas com os (as) familiares dos (as) discentes PCD para a exposição dos motivos e das possibilidades de estratégias adequadas para o desenvolvimento acadêmico dos (as) mesmos (as), bem como, para o conhecimento e o registro da autorização da família.

11.6 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA[57]

A FAMAZ prevê diversas práticas educacionais que favorecem a adaptação dos indivíduos autistas na vida social, diminuindo o sofrimento de suas famílias, e capacitação de profissionais especializados para atender esta comunidade e, assim, cumprir as exigências determinadas na Lei nº 12764/2012, referente aos direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista ou qualquer outro tipo de deficiência. Adicionalmente, a Instituição possui Política própria para o atendimento de indivíduos autistas.

A política de inclusão de alunos (as) portadores (as) de transtorno do espectro autista da IES é desenvolvida no âmbito do tripé ensino-iniciação científica/pesquisa-extensão, através de ações educativas, pesquisas, palestras informativas, desenvolvimento de mecanismos facilitadores de aprendizagem, entre outros, desenvolvidas de forma a contemplar as principais dificuldades apresentadas pelo (a) portador (a) do autismo e suas características, a saber:

[57] Conforme disposto na Lei n° 12.764, de 27 de Dezembro de 2012.

I. Acadêmicas: Limitações ou alterações na maneira como pessoas com autismo respondem aos estímulos, apresentando tendência a prestar atenção em detalhes o que torna difícil o estabelecimento de relações entre as partes e o todo. Outras características são a rigidez dos pensamentos e pouca flexibilidade no raciocínio, demonstrada pela dificuldade que autistas apresentam em criar coisas novas, fazer um raciocínio inverso, dar sentido além do literal, associar palavras ao seu significado, compreender a linguagem falada e generalizar a aprendizagem;

II. Interações sociais: São inábeis em entender regras complexas de interação social; parecem ingênuos (as), podem não gostar de contatos físicos, dificuldade em manter contato visual, não entendem brincadeiras, ironias ou metáforas, pouca habilidade para iniciar e manter conversações, comunicação pobre;

III. Interesse restrito: Tendem a 'leitura' implacável nas áreas de interesse e perguntam insistentemente sobre os (as) mesmos (as); dificuldade para avançar nas ideias; seguem suas próprias inclinações; às vezes recusam-se a aprender qualquer coisa fora de seu campo de interesse;

IV. Fraca concentração: Frequentemente desligados (as) e distraídos (as) por estímulos externos; são meio desorganizados e tem dificuldade para sustentar o foco nas atividades de sala de aula; perdem materiais e compromissos escolares; e

V. Vulnerabilidade emocional: São inábeis para enfrentar as exigências de uma sala de aula. São frequentemente estressados (as) devido à sua vulnerabilidade. Frequentemente são autocríticos (as) e não toleram erros. Reações de raiva são comuns em situações de frustração e estresse; Insistências com semelhanças e padrões: Não aceitam muito bem mudanças de padrões definidos.

É importante ressaltar que os Transtornos do Espectro Autista (TEA) apresentam uma ampla gama de severidade e prejuízos, ou seja, há uma grande heterogeneidade na apresentação fenotípica do TEA, tanto com relação à configuração e severidade dos sintomas comportamentais, o que torna imperativo uma avaliação específica de cada caso, antes do planejamento das ações a serem adotadas para cada aluno (a).

Destaca-se que a IES já conta com ações que demonstram evolução na educação inclusiva na educação superior. Contudo, diante de uma preocupação constante em promover a democratização do ensino e destacar, neste caso específico, ações de inclusão do (a) aluno (a) portador (a) do transtorno do espectro autista, a IES pretende desenvolver ou consolidar as seguintes ações:

I. Promover palestras educativas acerca do tema;

II. Favorecer a cooperação e envolvimento entre os (as) alunos (as) e demais profissionais da instituição;

III. Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre as dificuldades e potencialidades dos (as) alunos (as) portadores (as) de autismo;

IV. Promover aceitação da diversidade evitando comportamentos preconceituosos comumente percebidos na sociedade;

V. Desenvolver possibilidades de interação, socialização e construção do conhecimento, de forma a favorecer a aprendizagem e construção da autonomia de pessoas com autismo na realização de atividades acadêmicas;

VI. Disseminar em campanhas publicitárias internas e externas a intensa atuação da IES quanto à acessibilidade, de forma a ampliar o reconhecimento por parte da comunidade acadêmica e local como uma instituição que promove a acessibilidade e, portanto, minimiza as discriminações que ainda persistem no âmbito social;

VII. Fomentar projetos de pesquisa que visem investigar a acessibilidade do (a) aluno (a) com autismo na Educação Superior; e

VIII. Intensificar palestras, oficinas, capacitações que adotem a temática da convivência, do respeito, da diversidade entre pessoas com e sem autismo;

IX. Atualizar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação quanto às políticas de acessibilidade ao (a) aluno (a) autista, como forma de documentar as ações desenvolvidas, bem como, estimular a reflexão e informar o corpo docente e técnico-administrativo dessas ações.

Para efetivação das ações pedagógicas de inclusão de alunos (as) portadores (as) de autismo, a IES conta com o apoio e acolhimento do Núcleo de Apoio ao (a) Docente e Discente (NADD), órgão institucional de desenvolvimento do corpo docente e discente. O NADD trabalha em parceria com as coordenações de curso, elaborando e implantando estratégias para este desenvolvimento.

O apoio ao docente desenvolvido pelo NADD visa fornecer suporte didático-pedagógico, desenvolvendo-os para melhor desempenho de suas ações. Assim, foca-se os trabalhos pedagógicos de acessibilidade de forma integrada e mais eficaz.

11.7 . PLANO DE CARGOS E CARREIRA DOCENTE

A política de recursos humanos para os (as) professores (as) que irão compor o quadro docente da Instituição incluirá os Planos de Capacitação e o Plano de Carreira (Plano

de Cargos e Salários), devidamente protocolado junto ao órgão competente. Estes planos estão regulamentados e serão implantados progressivamente, de acordo com os cronogramas do PDI.

11.8 PLANO DE CARGOS E CARREIRA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

A política de recursos humanos o quadro de funcionários (as) a ser implantado e contratado para a Instituição incluirá os Planos de Capacitação e o Plano de Carreira dos (as) técnico-administrativos (Plano de Cargos e Salários), devidamente protocolado junto ao órgão competente Estes planos estão regulamentados e serão implantados progressivamente, de acordo com os cronogramas do PDI.

11.9 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A Instituição estabeleceu requisitos mínimos, quanto à titulação dos (as) professores (as) que irão compor o seu quadro de docentes, obedecendo aos requisitos mínimos exigidos no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP/MEC, no Instrumento de Avaliação Externa do INEP/MEC, bem como disposto na Lei n° 9.394/96 e Resoluções n° 1/2010 e n° 3/2010. A FAMAZ tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação *Stricto sensu*, também sendo gerida a inserção de professores (as) com no mínimo, formação *Lato sensu*.

11.10 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

O regime de trabalho previsto para cada professor (a) que compõe o quadro docente da Instituição será em tempo integral, em RTP e horista, estando de acordo com a legislação trabalhista, respeitando da mesma forma as determinações da LDB (Lei nº 9.394/96) e legislações específicas vigentes. A FAMAZ apresenta o percentual mínimo de 20% de docentes contratados (as) em regime de tempo integral, conforme disposto na Resolução n° 1/2010.

11.11 FORMA LEGAL DE CONTRATAÇÃO DOS (AS) PROFESSORES (AS)

Os (As) professores(as) que compõem o quadro docente da Instituição serão contratados pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas (CLT) ou qualquer outro regime e forma legalmente prevista de vínculo laboral, atendendo os ditames do Plano de Carreira Docente (Plano de Cargos e Salários) da IES.

11.12 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)[58]

Em atendimento ao artigo 11 da Lei dos SINAES, a IES instituiu sua Comissão Própria de Avaliação – CPA, através de ato do (a) dirigente com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações que virão a ser solicitadas pelo INEP. A CPA é responsável pela condução dos processos de avaliação internos da IES, sistematização e prestação das informações acadêmicas e administrativas previstos no Projeto de Autoavaliação Institucional por ela desenhado e em vigor.

O relatório de Autoavaliação da CPA, elaborado com base nas diretrizes contidas na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, proposta pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma suficiente para subsidiar planejamento e avaliação institucional. As ações desenvolvidas pela CPA possuem estreita relação com o Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional e se relacionam com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 04 de fevereiro de 2014, Portaria n° 92, de 31 de janeiro de 2014), os estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC e as discussões ocorridas nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA), refletindo as ações de melhoria institucional por meio do PDI.

[58] Conforme disposto no Art. 11, da Lei nº 10.861/2004.

11.13 COMISSÃO LOCAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL (COLAPS)[59]

A Instituição possui Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), através de ato do (a) dirigente, que acompanha e controla o Programa Universidade para Todos (PROUNI), sendo órgão de natureza consultiva, com a finalidade de promover a articulação entre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social (CONAP) e a comunidade acadêmica, atendendo a Portaria n° 1.132/2009.

Entre as competências da COLAPS estão o acompanhamento, a averiguação e fiscalização da implementação do PROUNI na IES. A COLAPS realiza, ainda, a interação com a comunidade acadêmica e organizações da sociedade civil, recebendo reclamações, denúncias, críticas e sugestões para apresentação, se for o caso, à Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social; emissão, a cada processo seletivo de relatório de acompanhamento do PROUNI e fornece informações à CONAP.

11.14 NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DE CENTROS UNIVERSITÁRIOS[60]

A Instituição atende todos os requisitos aplicáveis ao processo de credenciamento para Centro Universitário, previstos nos incisos I a X do artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 1/2010.

11.15 NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DE UNIVERSIDADES[61]

A Instituição atende a referida portaria em todos os requisitos aplicáveis para Centro Universitários.

[59] Conforme disposto na Portaria nº1.132, de 02 de Dezembro de 2009.
[60] Conforme disposto na Resolução CNE/CES n° 1/2010.
[61] Conforme disposto na Resolução CNE/CES n° 3/2010.

11.16 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA[62]

Com a finalidade de propor, em âmbito institucional, políticas de promoção da igualdade étnico-racial e para o ensino de História da Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, a Instituição cuidará dessas questões amplamente. De modo transversal, através do Programa de Responsabilidade Social e Política de Direitos Humanos, com calendários obrigatórios de eventos anuais; enfrentará as temáticas no desenvolvimento das atividades complementares e extensionistas dos seus cursos de graduação e reservará, em algumas disciplinas específicas dos cursos de graduação, parte do conteúdo programático para abordar os temas, ampliando, assim, os processos de controle social sobre as referidas políticas contempladas no seu PDI.

11.17 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL[63]

Em cumprimento ao que determina o atigo 5º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 25 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a IES possui sua política de Educação Ambiental devidamente normatizada com regulamentação própria e o acompanhamento do Desenvolvimento Nacional Sustentável é realizado pelo Núcleo de Estudos Ambientais subordinado à Pró-Reitoria Acadêmica.

As ações de Sustentabilidade e Educação Ambiental tem com objetivo principal de promoção da sustentabilidade e da educação ambiental, envolvendo o conhecimento técnico, conscientização, prevenção, preservação, recuperação e cooperação e o consumo racional e sustentável de recursos ambientais pela Instituição.

A IES, por ser um espaço de disseminação de conhecimento e novas tecnologias relacionadas à sustentabilidade, visa garantir: Inclusão da temática Educação Ambiental nos Projetos pedagógicos dos Cursos e nos documentos institucionais; Abordagem da Educação Ambiental como disciplina ou capítulo de disciplina afim, nos cursos de graduação e pós-

[62] Nos termos da Lei n° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP n° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP n° 3/2004.
[63]Conforme disposto na Lei nº9.795/1999, no Decreto nº4.281/2002 e na Resolução CNE/CP n° 2/2012.

graduação; Obrigatoriedade da abordagem da educação ambiental nas atividades, treinamentos, atualizações, cursos e estágios realizados na IES, envolvendo docentes, discentes, colaboradores (as) e a sociedade; Fomento e Desenvolvimento da Educação Ambiental nos Núcleos de Pesquisa e em outras atividades; Desenvolvimento de projetos, ações e atividades de conscientização nas áreas comuns dos Campi, como exemplo de boas práticas para a comunidade interna e externa; Aquisições e compras de bens e produtos para promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos critérios estabelecidos no Decreto Federal nº 7.746/2012; Valorização da mão de obra local e desenvolvimento de atividades internas que acarretem menores impactos ambientais, bem como utilização racional dos recursos ambientais, como redução do consumo de energia e utilização de material reciclado para reformas e reparos; Institucionalização, através de ações, da imagem sustentável e moderna da Universidade perante a comunidade e Contribuição com a gestão responsável e econômica dos recursos, gerando uma maior distribuição de recursos dentro da Instituição e de ações preservacionista.

Assim, a matriz curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da IES aborda conteúdos sobre Educação Ambiental nas diferentes componentes curriculares, sendo também contemplado nas atividades acadêmicas complementares e nas atividades de extensão e iniciação científica/pesquisa desenvolvidas. Destaca-se que o tema ambiental também é tratado de maneira transversal no conteúdo de diversas outras unidades curriculares dos cursos.

11.18. DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL[64]

A partir da ponderação sobre Educação Ambiental, a IES passa a exercer um papel fundamental, no momento em que promove valores democráticos e de cidadania, bem como a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Pensando nisto, A FAMAZ instituiu a sua Política de Sustentabilidade e Educação Ambiental, efetivando-a por meio de ações ambientais desenvolvidas no âmbito da educação superior, em todas modalidades de ensino, de forma integrada e descentralizada, à Pesquisa e à Extensão[8].

Esta política é uma ferramenta de planejamento e fiscalização que permite aos (as) envolvidos (as) estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos, mantendo

[64] Conforme disposto no Decreto n°7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa n° 10, DE 12/11/2012.

uma postura responsável em relação ao ambiente e à sociedade.

É imprescindível que as instituições incorporem novos procedimentos administrativos e acadêmicos, visando à concepção do desenvolvimento sustentável. As IES devem, então, ser o berço de iniciativas que promovam ações na busca do equilíbrio entre a produção de bens e serviços e a qualidade de vida e ambiental. Esta prática, além de indispensável para o contexto, reforça a credibilidade junto à sociedade e aos órgãos ambientais.

Assim, é extremamente relevante a formação de profissionais com uma visão de futuro mais sustentável, que possibilite melhores condições de saúde humana e para o planeta. Além disso, a capacidade de desenvolvimento de uma gestão sustentável, que promova a integração de pessoas e recursos, pode propiciar melhorias, nos mais diversos setores institucionais, envolvendo toda a comunidade acadêmica.

A Política de Sustentabilidade e Educação Ambiental apresenta-se como um processo dinâmico e em permanente construção, fomentando reflexões, debates, bem como sua reformulação constante.

A IES cumpre plenamente as exigências do Decreto n° 7.746, de 05/06/2012, e na Instrução Normativa n° 10, de 12/11/2012, e o acompanhamento do Desenvolvimento Nacional Sustentável será realizado pelo Núcleo de Estudos Ambientais subordinado à Pró-Reitoria Acadêmica.

11.19 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS[65]

Com a finalidade de atender, em âmbito institucional, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a Instituição cuida desse tema amplamente. As ações terão acompanhamento do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais e Direitos Humanos subordinado à Pró-Reitoria Acadêmica.

De modo transversal, através da Política de Direitos Humanos, com calendário obrigatório de eventos anuais; enfrentará a temática no desenvolvimento das atividades complementares e extensionistas dos seus cursos de graduação e reservará, em algumas

[65] Conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, DE 30/05/2012.

disciplinas específicas dos cursos de graduação, parte do conteúdo programático para abordar o tema, ampliando, assim, os espectros de seu PDI.

Prof.(a). Me(a) Adriana Letícia Barbosa dos Santos
Diretora Geral

FAMAZ